

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Programa de Pós-Graduação em Letras

Tese de Doutorado

**O RELATO: UMA EXPERIÊNCIA HUMANA NA
LINGUAGEM INSCRITA NOS ATOS DE
RELEMBRAR, CONTAR E RECONSTRUIR
MEMÓRIAS**

Catiúcia Carniel Gomes Bourscheid



Catiúcia Carniel Gomes Bourscheid

**O RELATO: UMA EXPERIÊNCIA HUMANA NA
LINGUAGEM INSCRITA NOS ATOS DE
RELEMBRAR, CONTAR E RECONSTRUIR
MEMÓRIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de doutor em Letras, sob a orientação da Prof^ª Dr. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

PASSO FUNDO

2020

À minha mãe Ilse,
por todos os ensinamento da vida.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Passo Fundo e ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pelas possibilidades construídas ao longo de minha formação acadêmica.

À professora Dr. Claudia Stumpf Toldo Oudeste, por ser uma voz de orientação e ensinamento desde o projeto de iniciação científica no período da graduação até a finalização do processo de doutoramento. Obrigada pelo tempo e empenho dedicados a mim durante todos esses anos.

Às professoras Dr. Patrícia da Silva Valério e Dr. Carmem Luci da Costa Silva, pela generosidade na leitura do texto da qualificação e pelas importantíssimas contribuições teóricas.

Ao meu esposo, Gustavo, pelo amor e dedicação ao longo desses quatro anos; por compreender e respeitar o meu processo de escrita e por acreditar em mim nos momentos mais difíceis.

À minha família, especialmente à minha mãe, por compreenderem a minha ausência ao longo desse processo.

À minha amiga Aline, por ser minha interlocutora durante o processo tão solitário que é o de escrever uma tese; e também por ser uma companheira de pesquisa a qual eu admiro e respeito. Agradeço por todo o carinho e amizade ao longo desses anos.

Às minhas amigas Thais, Daniella e Janúzia, por me tirarem do isolamento da pesquisa e me ajudarem a aproveitar as coisas boas da vida, pela amizade e carinho que fazem meus dias mais felizes.

*“Haverá outro modo de salvar-se? Senão o de criar
as próprias realidades?”*

(Clarice Lispector)

RESUMO

Este trabalho versa sobre a experiência humana do sujeito com a linguagem, defendendo a tese de que a experiência humana, demarcada no relato oral, que se dá na passagem de locutor a sujeito da enunciação, faz transparecer elementos culturais que marcam a relação do homem com o mundo. A tese apresenta um fundamento linguístico ancorado nos estudos do linguista Émile Benveniste, especialmente naqueles destinados à presença do homem na língua. A escrita fundamenta-se nas reflexões benvenistianas apresentadas nos dois tomos dos *Problemas de Linguística Geral*, tendo como texto basilar *O Aparelho formal da enunciação* (1970). Contemplando um caráter interdisciplinar presente nesta pesquisa, promove-se um debate entre diferentes autores, especialmente das áreas da Filosofia, Antropologia e História, através do qual fundamenta-se o trabalho dentro da área das Ciências Humanas. Destacam-se as reflexões promovidas por Dany Robert-Dufour (2000), Paul Ricoeur (2007 e 2010) e Giorgio Agamben (2008). A hipótese que norteia a pesquisa é a de que: a experiência humana com a língua revela o mundo dos homens que a utilizam. Frente a isso, o objetivo geral do trabalho é compreender de que modo o sujeito (re)constitui sua experiência humana por meio da linguagem ao evocar memórias e (re)contá-las por meio de um relato. Sendo assim, nossa pesquisa enquadra-se como qualitativa. O percurso investigativo orientou-se pelos seguintes objetivos específicos: a) analisar relatos de moradores da cidade de Passo Fundo/RS; b) perceber como esses indivíduos passam de locutores a sujeitos de suas enunciações; c) observar a relação dos sujeitos com o tempo e como isso se explicita em suas falas; e d) observar o que os sujeitos dizem de si e da sociedade a partir do que enunciam. Metodologicamente, os procedimentos de análise resultam de uma revisão bibliográfica, a partir da qual, mobilizam-se conceitos a serem explorados na observância do *corpus* selecionado para este estudo: relatos orais vinculados ao projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*, produzidos pelo Laboratório de Memória Oral e Imagem do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Como parte das conclusões, observa-se que o relato oral é uma fonte de memória capaz de apresentar a complexidade das relações do homem com o mundo, devendo ser considerado um patrimônio da sociedade. Ademais, observa-se que é através da linguagem manifestada pela apropriação da língua que é possível compreender o homem e a sociedade na qual ele está inserido. Sujeito, língua e sociedade estão de tal modo imbricados que só podem ser concebidos em sua coexistência.

Palavras-chave: Relato oral. Língua. Linguagem. Sociedade.

ABSTRACT

This work deals with the human experience of the subject with language, defending the thesis that the human experience, demarcated in the oral report, which occurs in the passage from speaker to subject of the enunciation, reveals cultural elements that mark the relationship of the human being with the world. The thesis presents a linguistic foundation anchored in the studies of the linguist Émile Benveniste, especially those aimed at the presence of man in the language. The writing is based on the benvenistian reflections presented in the two volumes of the *Problems of General Linguistics*, having as basic text *The Formal Apparatus of Enunciation* (1970). Contemplating an interdisciplinary character present in this research, a debate is promoted among different authors, especially in the areas of Philosophy, Anthropology and History, through which research is based within Human Sciences. The reflections promoted by Dany Robert-Dufour (2000), Paul Ricoeur (2007 and 2010) and Giorgio Agamben (2008) stand out. The hypothesis that guides the research is that: the human experience with language reveals the world of the men who use it. Faced with this, the general objective of the study is to understand how the subject (re)constitutes their human experience through speech when evoking memories and (re)telling them through a report. Therefore, our research is qualitative. The investigative path was guided by the following specific objectives: a) analyzing reports from residents of the city of Passo Fundo / RS; b) perceiving how these subjects pass from speakers to subjects of their enunciations; c) observing the relationship of the subjects with time and how this is made explicit in their speeches; and d) observing what the subjects say about themselves and society from what they enunciate. Methodologically, the analysis procedures result from a bibliographic review, from which concepts are mobilized to be explored in observance of the *corpus* selected for this study: oral reports bound to the project *Listening to memory: Passo Fundo and its stories*, produced by the Oral Memory and Image Laboratory of the Graduate Program in History at the University of Passo Fundo. As part of the conclusions, it is observed that the oral narrative is a source of memory capable of presenting the complexity of man's relations with the world, and should be considered a heritage of society. Furthermore, it is observed that it is through language, manifested by the appropriation of language, that it is possible to understand the subject and the society in which they are inserted. Subject, language and society are so imbricated that they can only be conceived in their coexistence.

Keywords: Oral report. Language. Speech. Society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLG	Curso de Linguística Geral
LAMOI	Laboratório de Memória Oral e Imagem
NEMEC	Núcleo de estudos de Memória e Cultura
PLG I	Problemas de Linguística Geral I
PLG II	Problemas de Linguística Geral II
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<i>Um corpus a se reconstruir a cada vez que se ouve. Constituição do corpus parte I.....</i>	<i>18</i>
CAPÍTULO 1	
O RELATO EM SUA HISTORICIDADE.....	26
1.1 O RELATO: A LÍNGUA EM EMPREGO	27
1.2 O FAZER NARRATIVO PRESENTE NO RELATO: HISTORICIDADE DEMARCADA NO TERRENO DA LÍNGUA.....	36
1.3 O LUGAR DO OUVINTE-LOCUTOR.....	48
1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS - CAPÍTULO 1	51
<i>Um corpus a se reconstruir a cada vez que se ouve. Constituição do corpus parte II.....</i>	<i>56</i>
CAPÍTULO 2	
O RELATO DA MEMÓRIA.....	63
2.1 A EXPERIÊNCIA HUMANA NA E PELA LINGUAGEM DEMARCADA NO RELATO ORAL.....	64
2.2 O TESTEMUNHO DA MEMÓRIA: O “CONHECIMENTO DE SI” CONSTRUÍDO PELA NARRATIVA	75
2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – CAPÍTULO 2	99
<i>Um corpus a se reconstruir a cada vez que se ouve. Constituição do corpus parte III.....</i>	<i>102</i>
CAPÍTULO 3	
“EU-TU/ELE”: A TRINDADE NECESSÁRIA À CONSTITUIÇÃO SIMBÓLICA DA LINGUAGEM.....	107
3.1 “EU-TU/ELE”: A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE	108
3.2 “EU”, “TU”, “ELE”: UM DISPOSITIVO NO INTERIOR DA LÍNGUA.....	123
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – CAPÍTULO 3	133

Um corpus a se reconstruir a cada vez que se ouve. Constituição do corpus parte IV..... 137

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO SIMBÓLICA DA LINGUAGEM: FALAR DE SI É TAMBÉM FALAR DA SOCIEDADE.....144

4.1 A CONSTITUIÇÃO SIMBÓLICA DA LINGUAGEM.....145

4.2 A “PRÁTICA SOCIAL” REVELADA NO E PELO RELATO.....153

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – CAPÍTULO 4.....166

PALAVRAS OUIDAS: UM GESTO INTERPRETATIVO QUE SE EXPLICITA EM CONSIDERAÇÕES FINAIS.....170

REFERÊNCIAS.....177

ANEXOS.....181

INTRODUÇÃO

“[...] a língua que é assim a emanção irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda coletividade.”
(BENVENISTE, 1968, p. 101)

No intuito de aproximar os “horizontes de visão” do pesquisador que aqui se apresenta e do leitor para o qual o texto se dirige, iniciamos com uma reflexão do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (2011)¹: “Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. [...] sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver” (BAKHTIN, 2011, p. 21). Propomos um deslocamento das ideias de Bakhtin para a relação entre o pesquisador que aqui se apresenta e o seu leitor. O horizonte vivenciado por aquele que escreve e o horizonte vivenciado por aquele que se propõe a ler este texto são diferentes, por serem diferentes nossas posições no mundo. Assim, faz-se necessário promover alguma aproximação no intuito de compartilhar um *vivenciamento* interior que se tenta explicitar por meio desta escrita. Busca-se, a partir de então, explicitar um *vivenciamento* particular com a língua e com o mundo, a partir do qual se reflete acerca da experiência humana do sujeito com a linguagem quando se propõe a relatar suas memórias.

Ao iniciar o Doutorado muitos são os questionamentos acerca do tema da tese e as dúvidas são maiores do que as certezas. Como pesquisadores interessados pela linguagem, sempre observamos o modo como os falantes se relacionam com a língua, com o outro e com o mundo. Frente ao contexto de escrita do projeto de tese, deparamo-nos com um projeto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, intitulado *A escuta da memória: Passo Fundo e suas Histórias*. O material era composto por relatos de moradores da cidade, os quais eram transmitidos em áudio pelo emissora local da rádio UPF.

Escutando os relatos, conseguimos compreender a amplitude do projeto e as inúmeras possibilidades que se abriam a partir disso. As personagens dos relatos percebem o relato do passado como uma possibilidade de constituir-se no presente por meio do que já foram um dia.

¹ Em sua obra *Estética da Criação Verbal* (2011) no capítulo destinado à *forma espacial da personagem*, no qual ele reflete acerca do excedente da visão estética. Ressalta-se a importância da obra de Bakhtin para os estudos da linguagem, mas não nos apropriaremos de seus conceitos ao longo da tese. Tomamos apenas a reflexão do autor para iniciarmos o nosso pensamento, pois pretendemos refletir sobre os diferentes horizontes de visão do pesquisador e do leitor.

Isso reforça a ideia de que ao (re)contar sua história, o homem a revive novamente e dá vida para acontecimentos e personagens que, às vezes, não fazem mais parte do presente. A linguagem garante a manutenção da memória e da própria existência dos homens. A memória passa a ter uma função muito importante, pois é através dela que o passado se faz presente, oportunizando ao homem reconstruir a sua relação com ele mesmo e com o outro. O ato de ouvir essa memória se faz fundamental para a construção de um lugar enunciativo conquistado pela própria história a ser (re)contada.

A partir dessa breve contextualização sobre o início da pesquisa, delinea-se o horizonte de visão a partir do qual esta escrita se constrói. Diante disso, o presente estudo pretende refletir acerca da experiência humana do sujeito com a linguagem. Para tanto, parte-se da premissa de que somente atingimos o homem por meio da linguagem e o compreendemos por meio daquilo que ele diz de si mesmo. Interessa-nos saber o que o falante diz de si e do outro quando se enuncia por meio de um relato. Portanto, **a tese que aqui se apresenta é a de que a experiência humana, demarcada no relato oral, que se dá na passagem de locutor a sujeito da enunciação, faz transparecer elementos culturais que marcam a relação do homem com o mundo.**

Partindo de um posicionamento de que a língua contém a sociedade por ser um sistema capaz de interpretar os demais sistemas, vislumbramos a posição do homem operando os signos da língua em prol de suas próprias construções de sentido. Nesse ínterim, a tese apresenta um fundamento linguístico ancorado nos estudos do linguista Émile Benveniste, especialmente naqueles destinados à presença do homem na língua. As reflexões de Benveniste possibilitam ancorar uma linguística preocupada com as formas da presença do homem na língua; uma presença inventiva que não poderia ser desvinculada da constitutiva condição do homem na linguagem.

A linguagem se manifesta por meio da língua que torna possível a interação humana. Da dupla natureza da língua (imane ao indivíduo e transcendente à sociedade), pensa-se na questão da repetibilidade e da irrepetibilidade presentes na enunciação. A língua (enquanto sistema) representa a parte repetível enquanto que o arranjo feito pelo locutor é sempre irrepetível, dado o caráter subjetivo da linguagem. Ademais, considerando que a língua é interpretante dos demais sistemas (aqui pensamos na sociedade) e levando em conta o caráter subjetivo da enunciação, percebe-se que a própria realidade se altera a depender do modo como é descrita, relatada.

Aceitando esse ponto de vista, percebe-se que ao se enunciar, neste caso por meio de relatos, o sujeito deixa marcas no seu dizer que denunciam características da estrutura social na qual ele se encontra, o que significa dizer que é *na e pela* língua que é possível interpretar o que o sujeito fala de si quando se enuncia. Pode-se, então, construir a seguinte hipótese: a experiência humana com a língua revela o mundo dos homens que a utilizam.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa é compreender de que modo o sujeito (re)constitui sua experiência humana por meio da linguagem ao evocar memórias e (re)contá-las por meio de um relato. Frente a isso, nossa pesquisa enquadra-se como qualitativa. O percurso investigativo orientou-se pelos seguintes objetivos específicos: a) analisar relatos de moradores da cidade de Passo Fundo/RS; b) perceber como esses indivíduos passam de locutores a sujeitos de suas enunciações; c) observar a relação dos sujeitos com o tempo e como isso se explicita em suas falas; e d) observar o que os sujeitos dizem de si e da sociedade a partir do que enunciam.

Quanto ao percurso metodológico, destacamos que os procedimentos de análise resultam de uma revisão bibliográfica, a partir da qual, mobilizam-se conceitos a serem explorados na observância do *corpus* selecionado para este estudo. Os relatos orais serão explorados ao longo dos capítulos teóricos, por constituírem elemento explicativo das questões teóricas desenvolvidas. Diante disso, compreendemos como *corpus* analítico também os textos que compõem o acervo teórico escolhido para o presente estudo, especialmente os textos de Émile Benveniste, presentes nos dois tomos dos *Problemas de Linguística Geral*.

O tema de pesquisa justifica-se a considerar que a manifestação da língua por meio do relato oral marca uma herança cultural através da qual podemos reconstruir elementos da história de um povo. Através dos relatos, diferentes tempos podem ser observados e podemos contemplar fotografias guardadas na memória dos falantes. As histórias contadas compõem o imaginário da população e marcam identidades locais. Portanto, acreditamos que a valorização da narrativa oral como fonte histórica, garante um lugar enunciativo ao sujeito que ao falar de si também fala da sociedade.

Ao iniciar a escrita é preciso tomar uma decisão com relação ao percurso a ser seguido. Decidimos, então, que seguiríamos uma ordem temática a partir da qual mobilizaríamos o aparato teórico. O percurso de pesquisa se deu primeiramente a partir da escuta dos relatos os quais nos trouxeram os temas a serem abordados. A partir da escuta, um gesto interpretativo se desenhou e construiu o percurso temático da tese. Diante disso, a tese se organiza em torno de **quatro temáticas: a historicidade do relato; o relato da memória; a constituição da**

subjetividade; e a constituição simbólica da linguagem. Cada um desses temas gerou a escrita de um capítulo teórico no qual os grandes temas se subdividiram em temas subjacentes. Nosso estudo filia-se à Linguística e dentre as perspectivas teóricas, escolhemos aquela desenvolvida pelo linguista Émile Benveniste, especialmente em seu texto *O Aparelho formal da enunciação* de 1970. A partir das prospecções feitas no texto de 70, traçamos um percurso inverso, relendo textos anteriores do autor, os quais versam sobre as questões temáticas por nós selecionadas. Outros autores, especialmente da área da História e da Filosofia, aparecem em nosso texto como complementação para um raciocínio que se filia à Linguística. Os capítulos teóricos organizaram-se da seguinte forma:

Destinado a tratar da **historicidade marcada no relato**, o capítulo 1 inicia-se por uma contextualização acerca dos estudos linguísticos baseada nas reflexões de Roland Barthes (1984-2004) em sua obra *O rumor na língua*. A partir daquilo que Barthes define por “antropologia linguística” iniciamos nossa reflexão acerca do relato oral como elemento para a observação daquilo que o homem diz de si ao se enunciar. Ancoramos essa reflexão no texto de 1970 de Émile Benveniste *O aparelho formal da enunciação*. No intuito de observar o relato em sua historicidade, buscamos amparo teórico em dois outros autores Paul Thompson (*A voz do passado: história oral (1978-1998)*) e Sandra Jatahy Pesavento (2008), a partir dos quais desenvolvemos o conceito de patrimônio. O relato em seu fazer narrativo é abordado a partir de uma visada filosófica com base em fundamentos desenvolvidos por Dany Robert-Dufour (*Os mistérios da trindade*, 2000). Para finalizar, retomamos Benveniste a partir do texto *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956) para refletir sobre a posição de observador do discurso do outro.

O capítulo 2, cuja temática é **o relato da memória**, organiza-se em torno das reflexões de Émile Benveniste (1965) acerca da experiência humana com a linguagem marcada *no e pelo* relato oral. A partir das reflexões que o autor promove acerca do tempo, analisamos a temática da memória através de dois textos do filósofo Paul Ricoeur *Tempo e narrativa: o tempo narrado* (2010) e *A memória, a história e o esquecimento* (2007). Considerando que o homem dá testemunho de si e do outro quando se enuncia através do relato oral, ancoramos o conceito de testemunho nas reflexões de Giorgio Agamben em sua obra *O que resta de Auschwitz* (2008).

No capítulo 3, para tratar da **constituição da subjetividade**, desenvolvemos os conceitos de *pessoa e não pessoa* como princípio do quadro formal da enunciação através do qual a subjetividade se evidencia. Para tanto, retomamos o quadro teórico benvenistiano, especificamente através de três textos que compõem a quinta parte do PLG I, intitulada *O*

homem na língua, a saber: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946); *A natureza dos pronomes* (1956); e *Da subjetividade na linguagem* (1958). A partir da compreensão das pessoas do discurso e, por conseguinte, do fundamento da subjetividade, promovemos um debate novamente com a obra de Dufour (2000), por encontrarmos em suas reflexões um espaço de discussão para a questão do simbólico atrelado à construção das pessoas do discurso.

Abrimos o capítulo 4 versando sobre a temática da **constituição simbólica da linguagem**, a qual nos leva aos conceitos de língua e sociedade. Consideramos que o sujeito ao se enunciar o faz de um lugar marcado pelo mundo dos homens que o constituem. Frente a isso, encontramos espaço teórico para discussão nos seguintes textos de Émile Benveniste *Vista d'olhos sob o desenvolvimento da linguística* (1963); *Tendências recentes em linguística geral* (1954); *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968); e *Estruturalismo e linguística* (1968). Dufour (2000) aparece novamente neste momento para iniciar uma reflexão sobre o laço social que nos leva a questão da simbolização marcada no exercício da linguagem.

Além dos capítulos essencialmente teóricos, fizemos uma opção diferenciada para apresentar elementos que constituem o *corpus* analisado. Os relatos foram utilizados ao longo dos capítulos para exemplificar as questões teóricas desenvolvidas. No entanto, ao *corpus* foi destinado um espaço diferenciado. Criamos um texto paralelo aos capítulos ao qual demos o seguinte título *Um corpus a se reconstituir a cada vez que se ouve*. Chamamos essa parte da escrita de “entre-texto” e a dividimos em quatro partes. Antes de cada capítulo, apresentamos alguns elementos do *corpus* por meio desse “entre-texto”, em virtude disso, optamos por inserir um subtítulo que enumera cada uma dessas partes: “*Constituição do corpus - parte I; Constituição do corpus - parte II; Constituição do corpus - parte III; Constituição do corpus - parte IV*”. Esse “entre-texto” não faz parte dos capítulos teóricos. Nele, buscamos trabalhar com questões vinculadas à produção do material e a trazer elementos dos relatos que identificam a temática do capítulo que virá posterior ao “entre-texto”. Optamos por dividir essas partes do “entre-texto” utilizando cardinais enquanto os capítulos aparecem divididos por numerais. A opção por dividir o “entre-texto” em partes que precedem os capítulos se deu visando a ideia da construção de uma espécie de introdução aos elementos do *corpus* que aparecem posteriormente como exemplos nos capítulos teóricos. Compreendemos ser necessário dizer algo sobre as personagens dos relatos e achamos mais interessante fazer isso em um texto paralelo ao estritamente teórico.

Na *parte I da Constituição do corpus* apresentamos o projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*, produzido pelo Laboratório de Memória Oral e Imagem

(LAMOI) da Universidade de Passo Fundo. Estabelecemos os procedimentos de análise através da definição dos planos enunciativos nos dois blocos nos quais dividimos os relatos: Bloco Entrevistas e Bloco Rua Quinze de Novembro. Para tratar do papel da língua nos atos de falar e/ou escrever, Émile Benveniste em reflexões apresentadas no texto *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958) foi nosso suporte teórico.

A *parte II da constituição do corpus* apresenta reflexões da autora Sandra Jatahy Pesavento (1995 e 2005) acerca do deslocamento temporal que a observância do relato exige e também sobre a memória e o patrimônio urbano. Em conversa com essa temática, buscamos referência em um texto de autoria da professora Dr. Marlise Regina Meyrer, coordenadora do projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*, intitulado “*Quinze de Novembro – fronteiras da (in)tolerância*”: *Passo Fundo (1940-1950)*. Para finalizar, apresentamos algumas personagens dos relatos que contam suas histórias e tratamos da importância da temática da memória a partir da visada filosófica de Paolo Rossi em sua obra *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias* (2010).

Na *parte III da constituição do corpus*, trazemos uma entrevista feita com a estudante Bruna Telassim Baggio a qual produziu as entrevistas que deram origem aos relatos do projeto desenvolvido pelo LAMOI. Através da subjetividade daquele que interagiu com as personagens dos relatos, buscamos aprofundar a reflexão acerca da questão da subjetividade e das identidades culturais por meio do texto *História, memória e centralidade urbana* escrito pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2008).

A questão do simbólico foi o centro da *parte IV da constituição do corpus*, por consideramos que os relatos deste estudo são exemplos da língua em uso apresentando elementos da cultura e do universo simbólico dos moradores da cidade de Passo Fundo na década de 40 e 50. Para tanto, trazemos algumas reflexões de Ernst Cassirer (*Ensaio sobre o homem*, 2014). Diante da ideia de que a língua potencializa o acesso ao universo interior do outro e fundamenta a interação humana e a construção da sociedade, consideramos que as personagens de nosso estudo, através da narração, deixam emergir elementos culturais de um outro tempo que se faz ver no presente por meio do relato. Assim sendo, trazemos alguns fatos das décadas de 40 e 50, momento histórico apresentado pelas personagens dos relatos. Iniciamos pelo texto *Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX: alguns apontamentos*, escrito pelo professor Dr. do Programa de Pós-graduação em História da UPF, João Carlos Tedesco. Na sequência, apresentamos o texto *A zona de meretrício na imprensa: jornal O Nacional (1949-1955)* assinado por Bruna Telassim Baggio.

A partir da organização de quatro capítulos teóricos e quatro “entre-textos” que precedem os capítulos, construímos o percurso de escrita desta tese que busca elucidar um gesto interpretativo do pesquisador a partir dos relatos ouvidos. Para finalizar a escrita, optamos por traçar algumas conclusões através de um texto intitulado *Palavras ouvidas: um gesto interpretativo que se explicita em considerações finais* no qual buscamos retomar as análises dos relatos apresentados ao longo do estudo, bem como responder e/ou aprofundar questões apontadas nas considerações parciais que se encontram ao final de cada um dos quatro capítulos.

Acreditamos que esse percurso de escrita por nós escolhido consiga proporcionar uma reflexão sobre a experiência humana de sujeitos que ao relatarem suas histórias apresentam uma língua como prática humana reveladora de usos particulares que muito podem dizer sobre a prática social revelada em seus discursos.

UM CORPUS A SE RECONSTRUIR A CADA VEZ QUE SE OUVI.

CONSTITUIÇÃO DO CORPUS - PARTE I

Nesta parte do texto, preocupamo-nos em trazer presente elementos da composição dos relatos orais por nós analisados, bem como procedimentos de análise a serem estabelecidos para a observância do material à luz dos estudos benvenistianos, aqui especialmente presentes no texto de 1958 *Categorias de pensamento e categorias de língua*. É a partir desse olhar que se desenha o percurso de escrita da parte I deste “entre-texto”.

Relatos orais de moradores da cidade de Passo Fundo, cidade do interior do Rio Grande do Sul; relatos de vida que marcam não só histórias pessoais como também elementos da história local; memórias que se apresentam por meio da fala de pessoas que compuseram o cenário dessa cidade e hoje, por meio de suas memórias, compõem, para os ouvintes, o imaginário do que foi a cidade um dia. Nosso primeiro contato com essas histórias se deu pela emissora de rádio da Universidade de Passo Fundo, pelo programa *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*. A partir do momento em que entramos em contato com esses relatos, interessou-nos buscar as fontes de sua construção e chegamos, então, ao LAMOI, coordenado, na época (2016), pela professora Dr. Marlise Regina Meyer.

Ouvimos os relatos, através da rádio UPF, em momentos diferentes durante o ano de 2016 e começamos a pesquisar sobre o assunto e compreender como esse material havia sido construído. Deparamo-nos com um projeto de grande extensão, que nos interessou primeiramente por sua importância social; pela preocupação em manter o patrimônio imaterial da cidade de Passo Fundo e região e também, de forma especial, pelo conteúdo dos relatos, pelas peculiaridades de suas histórias que revelam muito sobre os falantes que ali se enunciam; e pelos discursos que (re)constroem narrativas pessoais através das quais se elucidam questões culturais da cidade na qual vivem. Esses relatos narram trechos da vida de moradores de Passo Fundo em um determinado tempo da história da cidade. Com a finalidade do “desenvolvimento de pesquisas a partir da organização das memórias oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória, horizonte esse que se liga ao conceito de identidade [...]” (MEYRER, 2016, p.9-10.)², o projeto torna-se importante para a manutenção do patrimônio histórico-cultural da cidade de Passo Fundo e para a construção de uma fonte de pesquisa para

²Na introdução a um dos cadernos do LAMOI, intitulado *Quinze de Novembro fronteiras da (in)tolerância: Passo Fundo (1940-1955)*.

outras áreas do conhecimento, dando abertura para discussões interdisciplinares entre a História e diversas áreas, como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística, as Artes.

Segundo Meyrer “[...] a fonte oral tem como uma de suas virtudes dar voz aos sujeitos até então negligenciados pela historiografia. As histórias de vida acabam por criar uma identidade entre as pessoas na medida em que as mesmas partilham diferentes estratégias e saberes de uma mesma realidade [...]” (MEYRER, 2016, p. 10). Os entrevistados são convidados a falar de diferentes temas. Vozes que apresentam parte da história e da cultura da cidade de Passo Fundo e região.

Na introdução a um dos cadernos do LAMOI, intitulado *Quinze de Novembro fronteiras da (in)tolerância: Passo Fundo (1940-1955)*, Meyrer destaca as mudanças da historiografia no que tange à valorização de diferentes linguagens como fonte de pesquisa. Frente a esse novo contexto, a pesquisadora assevera

Nessa trajetória, a emergência e a consolidação da História Cultural, ou Nova História Cultural, que atualmente concentra a maioria das produções historiográficas, contribuíram para a ampliação das possibilidades metodológicas à medida que expandiu o campo da História num diálogo profícuo com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística, o campo das Artes, entre outros. (MEYRER, 2016, p. 9)

Consideramos de extrema importância a correlação entre as áreas do conhecimento na construção de diferentes saberes, e mais ainda entre as disciplinas que compõem essas áreas. Encontramos no LAMOI uma possibilidade de diálogo entre a História e a Linguística que nos pareceu importante e necessário, especialmente porque suas perspectivas se entrecruzam na consideração do homem como elemento necessário para a observação científica. Diante de um contexto social de pouca valorização e incentivo para as pesquisas na área das Ciências Humanas, percebemos a necessidade de um diálogo cada vez mais estreito entre as disciplinas que compõem esse campo do saber, no intuito do fortalecimento da pesquisa não só dentro de uma instituição em particular, como também seu reconhecimento pela academia e pela sociedade. É nesse contexto que nos inserimos ao propor um trabalho com relatos do projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*.

O LAMOI apresenta um acervo que conta com diferentes fontes: fotografias, relatos orais, vídeos, entrevistas, jornais. Esse material traz elementos da história não só da cidade de Passo Fundo, como também da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da Universidade de Passo Fundo. Como um recorte é necessário, ficamos com os relatos orais

referentes à cidade de Passo Fundo, os quais contam histórias vividas entre as décadas de 40 e 50.

As histórias, por vezes negligenciadas, marcam não só a relação de um indivíduo específico com o mundo, mas especialmente trazem presente elementos da cultura local. Segundo Dufour³, “As sociedades humanas possuem um traço específico que as distingue de todas as outras sociedades: elas se contam histórias. Acreditou-se poder identificar sociedades sem História, mas jamais se imaginou recensear sociedades sem histórias.” (DUFOUR, 2000, p. 156). São as histórias que interessam a nosso estudo e, portanto, trataremos aqui de personagens reais que contam histórias, algumas vividas, outras ouvidas de seus antepassados. Ainda segundo o autor

Não somente essas histórias dão prazer àqueles que as contam entre si, mas além disso elas constituem, para dizer a verdade, o cimento da sociedade. É por essas histórias que estão ligados entre eles os indivíduos de uma dada sociedade. Que elas transmitam ou não uma história verdadeira é uma questão sem nenhuma importância: mesmo que se baseiem num simulacro, o importante é que este simulacro, oferecido ao consumo ritual, ordena efeitos de realidade e de verdade – efeito de presença das coisas ausentes. (DUFOUR, 2000, p. 156)

As histórias contadas ligam diferentes gerações que compartilham das mesmas histórias e se identificam por elas. Além disso, as personagens deste estudo percebem o relato do passado como uma possibilidade de constituírem-se no presente por meio do que já foram um dia. A narratividade é o elemento mais comum na fala de pessoas que vivem, muitas vezes, mais do passado e de suas lembranças do que do próprio presente. Ao (re)contar sua história, o homem revive novamente essa história – que já não é a mesma. A linguagem garante a manutenção da memória e da própria existência dos homens.

Então, o *corpus* desta pesquisa é composto por entrevistas completas e por pequenos áudios editados para a emissora de rádio, nos quais se apresentam a voz de um narrador que introduz a temática a ser tratada no relato e apresenta, ao final, a personagem que narrou sua história; bem como a voz do entrevistado, recorte feito da entrevista⁴. Dividimos esse material em dois blocos: Bloco Entrevistas; Bloco Rua XV de Novembro. Frente a essa divisão,

³ Trabalharemos com a obra *Os mistérios da Trindade* de Dany-Robert Dufour ao longo da tese, mas dedicaremos um espaço maior para as suas reflexões no capítulo destinado a pensar sobre a constituição simbólica da linguagem. Neste momento, trazemos presente uma breve reflexão acerca do saber narrativo para justificar a nossa escolha pelo termo “personagens”.

⁴ As entrevistas foram feitas por uma estudante do Programa de Pós-Graduação em História que participou como bolsista do projeto vinculado ao LAMOI, seu objetivo no projeto era produzir um relato que servisse como patrimônio imaterial para a cidade de Passo Fundo.

analisaremos o material sob dois pontos de vista: um que levará em conta o bloco como um todo, compreendendo que esse todo representa uma unidade temática; e outro ponto de vista que considerará os relatos em sua individualidade.

Quanto ao processo de transposição desses relatos para o papel, optamos por fazer uma transcrição livre, por compreendermos esse processo como um gesto interpretativo nosso em relação ao objeto de estudo⁵. Teorias específicas que trabalham com transcrição perpassam o nosso olhar de leitores e pesquisadores; no entanto, não seguiremos nenhuma norma específica. Os estudos desenvolvidos pela Análise da Conversação nos foram muito úteis para a compreensão de como se dá esse processo. Destacam-se, de forma especial, os estudos realizados pelo Projeto NURC, desenvolvido pelo departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – USP. A observância de estudos dessa área nos deu um suporte para entender como organizar um processo de transcrição. Optamos por criar um índice explicativo (anexo A) baseado na nossa observação do *corpus*.⁶

Parte-se do pressuposto de que estamos diante de uma enunciação produzida para um objetivo bem específico que é dar origem a um relato a ser veiculado por uma emissora de rádio de grande abrangência na região norte do Rio Grande do Sul. Desse modo, ressalta-se que o que será relatado tem, de certo modo, como pano de fundo, a ideia de promoção do falante que ali se enunciará e de todo o contexto histórico que ele representa.

Conforme anunciado na introdução, a tese apresenta uma sequência temática em torno da qual os conceitos são mobilizados, revelando o raciocínio circunscrito na pesquisa. Desse modo, as categorias de análise serão apresentadas ao longo dos capítulos teóricos conforme o percurso traçado no início deste trabalho. Diferentes possibilidades de análise se dão frente a um material como o apresentado nesta tese, visto que os relatos revelam questões do humano que emergem da relação do homem com o mundo e que precisam ser observadas a partir de diferentes conceitos.

⁵ Destaca-se a importância da leitura da tese *Linguagem e tempo: a memória na perspectiva da enunciação* defendida pela professora Dr. Patrícia da Silva Valério sob a orientação da professora Dr. Maria da Graça Krieger sob coorientação da professora Dr. Luiza Milano, vinculada ao Programa de Pós- Graduação em Letras da Universidade do Vale dos Sinos UNISINOS. Esse texto foi fundamental para a compreensão do processo de transcrição como ato enunciativo e também para a observância de questões referente à memória.

⁶ Esclarece-se que os nomes verdadeiros dos moradores serão utilizados, pois já houve o processo de autorização feito para o programa “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias”. Desse modo, já está público e autorizado. Ressalta-se também que a autorização oficial para a utilização do material se deu através do contato com a coordenadora do projeto a professora Dr. Marlise Regina Meyrer que através de um e-mail nos autorizou a trabalhar com a fonte produzida pelo LAMOI.

No que diz respeito às análises que se apresentarão ao longo do texto, torna-se necessário tomar um posicionamento. Diferentes planos enunciativos se apresentam a depender do modo como observamos o *corpus*: podemos pensar na relação entre o entrevistador e o entrevistado; na relação entre o *eu* (narrador) e o ouvinte (imaginado para o programa de rádio); também podemos pensar na relação entre o próprio ouvinte e o relato oral. Frente a isso, temos dois planos enunciativos que se desenham na observância do *corpus*. Ocorre que o segundo plano enunciativo, que evidencia a relação entre o ouvinte e o relato, apresenta dois níveis: 1º nível trata do ouvinte enquanto pesquisador; 2º nível trata do ouvinte enquanto escritor desta tese.

Diante desse contexto, optamos por trabalhar de maneiras diferentes. Quando analisarmos o Bloco Entrevistas, o faremos considerando dois planos enunciativos: um primeiro plano composto por *eu* (entrevistador) e *tu* (entrevistado) falando de um *ele* (memórias); um segundo plano composto por dois níveis: 1º contendo *eu* (ouvinte-locutor-pesquisador) em relação a um *tu* (relato oral), falando de um *ele* (memórias); 2º nível contendo um *eu* (ouvinte-locutor-escritor) em relação a um *tu* (projeção do *eu*; leitor desta tese), falando de um *ele* (relato oral).

Na análise dos demais blocos, altera-se apenas o primeiro plano o qual se configura da seguinte forma: *eu* (locutor-narrador) em relação a um *tu* (ouvinte), falando de um *ele* (memórias). Toda vez que os relatos se fizerem presentes em nosso texto, buscaremos explorar os dois planos enunciativos. No entanto, daremos maior relevância ao segundo plano, pois ele representa a posição da pesquisadora que aqui se coloca como ouvinte-locutor. Através dessa posição constrói-se o gesto interpretativo.

Frente a isso, o que se propõe ao longo do texto é uma enunciação da pesquisadora em relação aos relatos; uma posição subjetiva, portanto. Assim, o ouvinte-locutor, que nesta tese é representado pela pesquisadora, terá uma relevância maior em nosso texto e, por isso, destinamos a ele uma seção no primeiro capítulo na qual refletimos, com base em pressupostos teóricos desenvolvidos pelo linguista Émile Benveniste em sua linguística da enunciação, acerca do lugar do *eu* (ouvinte-locutor) que se enuncia produzindo sentidos a partir do que ouve. Pretende-se, com isso, compreender de que modo o sujeito-narrador (re)constitui a sua própria experiência humana por meio da linguagem, no momento em que é evocada uma memória que se explicita por meio de um relato. Portanto, mobilizaremos a teoria, ao longo da tese, em prol dos exemplos encontrados nos relatos ouvidos. Assim, **ouvir é anterior a falar-escrever**

Frente a isso, analisamos o papel da língua no ato de falar-escrever. Acreditamos de antemão que a língua organiza o pensamento que é expresso em palavras. O gesto interpretativo revelado na enunciação do ouvinte-locutor só é possível por meio da língua. Émile Benveniste, em seu texto *Categorias de pensamento e categorias de língua*, publicado em *Les études philosophiques* (1958), apresenta a seguinte questão: se podemos dizer tudo e se podemos dizer tudo como queremos, isso implica pensar que a língua expressa o pensamento? (Parafraseando o autor, p. 68). O autor define o que está entendendo por pensamento da seguinte maneira: “Seguramente a linguagem, na medida em que é falada, emprega-se para combiar “o que queremos dizer”. Mas isso a que chamamos “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “o nosso pensamento” (seja como for o que designemos) é um conteúdo do pensamento, bem difícil de definir em si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica, etc.” (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 68-69). E continua dizendo que “Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la.” (BENVENISTE, 1958-2005, p. 68-69). Dessa afirmação, podemos pensar em uma questão fundamental que começa a encaminhar uma resposta para o questionamento proposto por Benveniste: pensamento e linguagem são indissociáveis, sendo o pensamento organizado nos quadros da (como a) língua.

Assim, a língua organiza o pensamento que pretende ser expresso em palavras. A língua “modela” o pensamento em seus quadros, do contrário o pensamento é senão possibilidade, não há como apreendê-lo. Portanto, é na forma da língua que está a “condição de transmissibilidade” e, sobretudo, “a condição de realização do pensamento”. Antes da língua o pensamento não passa de abstração indistinta, ou seja, “[...] De outro modo o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como “conteúdo” distinto da forma que a língua lhe confere.” (BENVENISTE, 1958-2005, p. 69). Nesse momento de reflexão, o autor chama a atenção para o fato de que esse assunto é muito mais complexo do que parece e que tratar somente de “conteúdo” e “continente” é simplificar demais uma questão complexa. “A imagem não deve enganar. Estritamente falando, o pensamento não é u’a matéria à qual a língua emprestaria forma, pois em nenhum momento esse “continente” pode ser imaginado vazio do seu “conteúdo”, nem o “conteúdo como independente do seu “continente” (BENVENISTE, 1958-2005, p. 69-70). A relação entre pensamento e língua é algo que vai além da mera expressão.

A própria natureza da linguagem pode dar lugar a duas ilusões: a primeira “a língua dá a impressão de ser apenas um dos intermediários possíveis do pensamento, que livre, auto-suficiente, individual, emprega a linguagem como instrumento seu.”; a segunda “O fato de que a língua seja um conjunto ordenado, de que revele um plano, incita a procurar no sistema formal da língua o decalque de uma “lógica” que seria inerente ao espírito e, pois, exterior à língua.” (BENVENISTE, 1958-2005, p. 79). Segundo o autor, essas afirmações são ingênuas e não demonstram verdadeira reflexão sobre o tema. O pensamento não se apresenta independente da língua e nem anterior a ela. O pensamento é organizado como a língua é organizada, ou seja, nos seus quadros.

Assumimos aqui a posição de quem acredita que a língua organiza o pensamento que pretende ser expresso em palavras. Assim sendo, a língua organiza o pensamento daquele que ao ouvir o relato assume a posição de *eu* (ouvinte-locutor) e produz uma nova enunciação.

Considerando que ouvir é anterior a falar-escrever, compreendemos importante apresentar elementos do *corpus* (ouvido) antes mesmo da abertura dos capítulos teóricos nos quais os relatos serão tomados, por meio da exemplificação, como *corpus* de análise. Diante disso, o texto que aqui se apresenta é, na verdade, um “entre-texto”, um texto construído com o intuito de apresentar o todo do *corpus*.

No capítulo 1 no qual trataremos sobre a temática da historicidade do relato, traremos trechos das duas entrevistas que compõem o Bloco Entrevistas. Djanira Ribeiro⁷ e Diva Cavalheiro são as personagens dessas histórias. As histórias contadas por elas são algumas vividas pelas próprias personagens, outras contadas a elas por antepassados. Ao longo das entrevistas, percebe-se que a intenção é deixar as entrevistadas falarem sobre si de forma “espontânea”, embora isso seja um tanto difícil a considerar o próprio contexto de uma entrevista. No entanto, algumas interrupções acontecem, as quais servem, muitas vezes, para trazer um novo tópico que faz com que a entrevistada progrida em seu relato. Além disso, as intervenções feitas pela entrevistadora trazem presente a necessidade da construção de dados históricos que irão fazer parte, na sequência, do material que será vinculado na rádio e que comprovará a importância dessas memórias para a preservação da história da cidade.

⁷ Djanira Ribeiro teve forte influência na introdução do Carnaval na cidade de Passo Fundo, especialmente da concepção do que se entende por Escola de Samba. Ela introduziu no carnaval da cidade as figuras do mestre-sala e da porta-bandeira. Djanira faleceu no ano de 2019, deixando um grande legado para a cidade. Em homenagem a sua história, o Museu Histórico Regional organizou uma exposição intitulada *O legado de Djanira Ribeiro* a qual conta com fotos pessoais, entrevistas, desenhos de fantasias de carnaval, objetos pessoais e poesias. A exposição fica aberta para o público até março de 2020. Em anexo, estão algumas fotografias da exposição (Exposição *O legado de Djanira Ribeiro* – Museu Histórico Regional, anexos A, B, C e D).

O relato (edição feita a partir somente da fala das entrevistadas), portanto, é uma produção intersubjetiva entre um *eu* (entrevistadas) e um *tu* (entrevistadora) que se intercalam e criam juntas a significação. A condição de diálogo presente na entrevista cria um resultado que não pertence somente a um dos locutores, mas, sim, que traz consigo marcas subjetivas e culturais dos dois locutores que juntos são sujeitos de suas próprias enunciações.

Assim encerramos a parte I da constituição do *corpus* na qual buscamos apresentar elementos sobre o surgimento do projeto, a organização do Bloco Entrevistas e os procedimentos de análise que serão utilizados considerando os diferentes planos enunciativos.

CAPÍTULO 1
O RELATO EM SUA HISTORICIDADE

“[...] minha vida é a existência que abarca no tempo as existências dos outros.”

Mikhail Bakhtin

PALAVRAS INICIAIS

O primeiro capítulo destina-se à reflexão acerca da historicidade marcada no relato oral. Iniciamos por uma discussão sobre o relato que conta com ideias apresentadas por diferentes autores. Começamos por Roland Barthes (1984-2004) para trazer uma breve contextualização acerca dos estudos linguísticos, buscando situar um espaço para tratar da narrativa oral. A partir daquilo que Barthes apresenta como “antropologia linguística” apresentamos o artigo de Émile Benveniste que servirá como texto basilar de nossa tese; trata-se do texto de 1970 *O aparelho formal da enunciação*.

Observando o relato em sua historicidade, promovemos uma relação interdisciplinar entre Linguística e História, apresentamos o posicionamento do Sociólogo Paul Thompson em sua obra *A voz do passado: história oral (1978-1998)* acerca do relato oral como fonte histórica. Nesse sentido, trazemos também reflexões promovidas pela pesquisadora Sandra Jatahy Pesavento (2008) a partir da qual discutimos a noção de patrimônio na constituição da imagem de cidade e como a narrativa oral pode ser compreendida nesse contexto. Para tratar do relato em sua narratividade, buscamos amparo teórico nas reflexões do filósofo Dany-Robert Dufour, especialmente aquelas que apresentam o relato em sua incompletude constitutiva.

Destinamos a próxima parte do texto para refletir sobre o ouvinte-locutor. Para tanto, apropriamo-nos do texto de Émile Benveniste *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956) a partir do qual refletimos sobre a posição de observador do discurso do outro.

A partir do percurso aqui delineado, construímos o primeiro capítulo.

1.1 O RELATO: A LÍNGUA EM EMPREGO

Iniciamos com a premissa Saussuriana de que “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (CLG, 2006, p. 15). Desse modo, nosso olhar para o relato oral é permeado por todas as questões teóricas com as quais nos identificamos e a partir das quais observamos o mundo.

A oralidade foi tema de diversos estudos linguísticos sob diferentes perspectivas. Ela foi tomada pela Análise da Conversação; pelos estudos voltados para o processo de aquisição de língua; pela Sociolinguística, especialmente pelos estudos de William Labov; pelos teóricos

que trabalham com os gêneros discursivos; pelos teóricos da tradução; pela Análise do Discurso de linha francesa, dentre outras correntes teóricas. No entanto, acreditamos que o relato oral como elemento histórico e identitário capaz de construir um patrimônio histórico-cultural foi pouco explorado pela linguística, especialmente à luz da Enunciação, sendo fonte de estudo de outras áreas voltadas ao estudo do homem, como, por exemplo, a História, a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia. Perguntamo-nos, então, em que medida as reflexões propostas por Émile Benveniste, numa perspectiva enunciativa, podem dar espaço para uma perspectiva de estudo sobre o relato oral e qual contribuição pode-se dar às demais ciências interessadas por essa temática?

A questão narrativa é tradicionalmente fonte de estudo da literatura a qual apresenta teorias específicas do texto narrativo, com um vasto campo de publicações sobre esse tema. A segmentação entre literatura e linguística sempre foi algo aparente na academia. Segundo Barthes, “Nesse momento (século XIX), entre a literatura e a linguagem, já não há, por assim dizer, nenhuma zona comum de reflexão: a literatura não mais se sente linguagem, a não ser com alguns escritores precursores, como Mallarmé, e a linguística só se atribui, sobre a literatura, direitos muito limitados, fechados dentro de uma disciplina filológica secundária, de estatuto aliás incerto: a estilística.” (BARTHES, 2004, p. 13). Havia a impressão de que literatura e a linguística pertenciam a áreas diversas do conhecimento, quando na verdade não o são. Atualmente, essa perspectiva ganhou uma nova forma, na qual os diálogos conseguem ser mais profícuos e produtivos. Nas palavras do autor, “[...] Existe hoje uma perspectiva nova de reflexão, comum, insisto, à literatura e à linguística, ao criador e ao crítico, cujas tarefas, até agora absolutamente estanques, começam a se comunicar, talvez mesmo a confundir-se, pelo menos com respeito ao escritor, cuja ação pode cada vez mais definir-se como uma crítica da linguagem.”⁸ (BARTHES, 2004, p. 13-14). Barthes, então, fala em uma “antropologia linguística” que começa a se desenhar e com relação a qual ele ressalta algumas “verdades” provisórias. Apresentamos duas das quatro verdades elencadas pelo autor:

⁸*O rumor na língua* de Roland Barthes. 1º edição francesa 1984; 1ª edição brasileira 1988.

3) Ainda mais, sob um ponto de vista metodológico, a linguística nos acostuma a um novo tipo de objetividade. A objetividade que até agora se exigiu as ciências humanas é uma objetividade do dado, que se trata de aceitar integralmente. A linguística, por um lado, sugere-nos distinguir níveis de análise e descrever os elementos distintivos de cada um desses níveis, em suma, fundamentar a distinção do fato e não o próprio fato; e, se por outro lado, convida-nos a reconhecer que, contrariamente aos fatos físicos e biológicos, os fatos de cultura são dúplices, remetem a alguma outra coisa: como observou Benveniste, é a descoberta da “duplicidade” da linguagem que faz todo o valor da reflexão de Saussure.”

4) Essas poucas considerações prévias estão contidas numa última proposição que justifica toda pesquisa semiocrítica. A cultura se nos apresenta cada vez mais como um sistema geral de símbolos, regidos pelas mesmas operações: há uma unidade do campo simbólico, e a cultura, sob todos os seus aspectos, é uma língua. Pode-se então prever hoje a constituição de uma ciência única da cultura, que se apoiará, por certo, em disciplinas diversas, porém todas aplicadas em analisar, em diferentes níveis de descrição, a cultura como uma língua. (BARTHES, 2004, p. 15-16)

A “antropologia linguística” citada por Barthes teria, então, a preocupação de observar a presença do homem na língua, uma presença inventiva e sempre única em sua manifestação. Diante disso, a cultura é elemento fundamental, pois o homem está no mundo imerso a um universo cultural e todas as suas manifestações de linguagem trazem consigo elementos desse mundo vivenciado por ele.

A presente tese pretende refletir sobre essa presença do homem na língua manifestada por meio de relatos orais. Para tanto, encontramos nos estudos do linguista Émile Benveniste a base teórica de nosso estudo, por compreendermos que suas reflexões ancoram uma linguística que se preocupa com as formas da presença do homem na língua, numa perspectiva discursiva, enunciativa.

Nossa reflexão baseia-se fundamentalmente nos artigos publicados nos dois tomos dos *Problemas de Linguística Geral I e II* e na publicação das *Últimas aulas no Collège de France*. Um recorte teórico se faz necessário e fundamental para que o trabalho se torne exequível. Desse modo, selecionamos alguns textos dessas obras para compor o nosso estudo, os quais foram nominados na introdução⁹. Dentre os textos selecionados, escolhemos um deles como texto basilar que norteia todo o nosso pensamento e constrói o próprio percurso de escrita. Encontramos no artigo *O aparelho formal da enunciação*, em sua publicação na revista *Langages* (março 1970) organizado a pedido de Tzvetan Todorov, presente no volume II dos *Problemas de Linguística Geral*, a base de nossa pesquisa, por acreditarmos que esse artigo apresenta uma síntese de ideias contidas em textos produzidos nas três décadas anteriores a sua escrita. Tomamos, então, o caminho inverso propositalmente, visto que a noção de enunciação,

⁹Os textos escolhidos para esse trabalho situam-se entre os anos de 1954 a 1970.

definida no texto de 70, é um ponto fundamental para a compreensão de elementos de textos anteriores que justificam a nossa construção argumentativa.¹⁰

Interessa-nos, de forma especial, a prospecção proposta no último parágrafo do texto, começamos por ela:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é marca freqüente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui. (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 90) (grifos nossos)

Eis algumas questões a se pensar: “ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”.” Temos um duplo sentido no trecho destacado? Ou consideramos que as alterações lexicais que a enunciação determina é algo diferente da fraseologia que marca a oralidade? Por que “oralidade” está entre aspas? Essas são algumas questões que nos invadem ao lermos esse trecho do texto de Benveniste. Ao término do parágrafo, ampliam-se ainda mais nossas dúvidas: “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui”. E, então, o que são as formas complexas do discurso? O quadro formal da enunciação é, então, a abertura de outras perspectivas? Sendo assim, é o início de um pensamento que se abre para novas discussões?

Invadidos por esses questionamentos, pretendemos, neste momento, retomar o quadro formal da enunciação, buscando iniciar uma reflexão que nos leve a compreender melhor os desdobramentos propostos por Benveniste ao final de seu texto. Os questionamentos lançados aqui certamente não serão respondidos neste momento (e talvez não o sejam, pelo menos não de forma definitiva, ao final de nossa escrita). No entanto, acreditamos que uma reflexão sobre essas questões nos levará a possibilidade de construção de algum tipo de hipótese acerca do relato oral considerando as prospecções de Benveniste. Acreditamos de antemão que o relato oral apresenta uma imagem da língua em emprego e precisamos mobilizar um aparato de conceitos que vai além da análise do signo, já que intencionamos pensar a experiência humana

¹⁰ A leitura que aqui se apresenta é apenas uma possibilidade dentre tantas outras já feitas com relação à leitura deste texto de Benveniste. Destaca-se o trabalho desenvolvido por Fábio Aresi sob o seguinte título *Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de aparelho formal da enunciação*.

com a linguagem. Nesse sentido, optamos por começar pelo “aparelho”, por considerarmos a sua importância prospectiva dentro dos estudos de Benveniste.¹¹

Voltaremos, então, ao início do texto, para traçar o percurso que leva o autor a essa finalização.

Ao tratar do emprego das formas, o autor ressalta que através das descrições feitas nesse tipo de análise, pode-se chegar a um inventário das formas e do emprego da língua que seria uma imagem da língua em emprego. Lembra muito as análises feitas pela gramática tradicional que se atém a uma “ilusão” de imagem da língua em emprego normalmente a tida como “ideal” e que a partir dela descreve as formas e o seu emprego, não considerando o aspecto enunciativo desses empregos. Quanto ao emprego das formas, acredita-se que é parte necessária de toda descrição. A diversidade das estruturas linguísticas é enorme, mas obedece a certos modelos determinados. A partir das descrições do emprego das formas, pode-se vislumbrar uma imagem aproximada do emprego da língua, pois esse emprego segue um padrão de funcionamento, que faz parte de um paradigma que permite algumas escolhas morfológicas e de combinações de signos.

Para o autor, essas condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua. O que novamente nos faz pensar em uma perspectiva de análise somente das formas em contrapartida a uma perspectiva de análise do funcionamento da língua em uso. Considerando que são dois mundos diferentes, pensar no emprego da língua abre um leque para novas formas de ver as mesmas coisas, de descrevê-las e de interpretá-las. O que isso implica de fato? Como promover uma análise da língua em emprego que vá além da que já se convencionou fazer sobre o emprego das formas? Eis um ponto importante a se pensar.

Ao final da primeira página do texto, fica claro que não se trata de construir modelos de análise, já que isso as descrições do emprego das formas o fazem. Ao tratar do emprego da língua, modelos não seriam suficientes para dar conta da diversidade e complexidade humana no exercício da linguagem. Ao que diz Benveniste

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido. (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 82)

¹¹ Destaca-se a contextualização feita pela Profª Dr Claudia Stumpf Toldo Oudeste, em texto publicado na revista *Desenredo* acerca da publicação do texto *O aparelho formal da enunciação* de Émile Beveniste (TOLDO, 2018, p. 425-426)

O autor refere-se ao emprego da língua, utilizando-se da sequência vocabular “mecanismo” e “fenômeno” para definir o que entende por esse conceito. Fica claro que, sendo um mecanismo e um fenômeno, leva em conta o trabalho subjetivo de alguém que faz uso dessa língua. Empregar a língua, portanto, pressupõe mobilizá-la singularmente em um dado contexto e em um dado tempo. O emprego da língua é determinado pela relação do locutor com a língua visto ser a partir dessa relação que os caracteres linguísticos da enunciação se apresentam.

“Mecanismo total e constante” no nosso entendimento porque compreende a experiência humana com a linguagem manifestada a cada vez que o locutor se enuncia. Logo o que parece simples, não o é, pois configura a própria constituição humana que se dá *na e pela* linguagem. **O fenômeno é a experiência.** A experiência não cabe em modelos determinados pela previsibilidade. Na sequência a essa ideia, Benveniste apresenta em um parágrafo de duas linhas o seguinte: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Para nós, essa frase define o mecanismo total e constante descrito acima. Disso decorre que

O discurso dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação. (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 82) (grifos nossos)

A enunciação é o ato, ou seja, o inapreensível, já que o momento presente da enunciação só existe enquanto está sendo enunciado. Passa logo a ser passado. A condição específica da enunciação é o próprio ato, que envolve um *eu* e um *tu*, em um *aqui* e *agora*. Duas questões ficam da citação acima: como a Linguística pode trabalhar com o ato? De que natureza são as relações do locutor com a língua que determinam os caracteres da enunciação? Como se dá essa relação do locutor com a língua e que caracteres ela determina? Cremos que um estudo do discurso precisa levar em conta essas questões e pretendemos fazê-lo ao longo de nossas análises. O “grande processo”, que é o ato, pode ser estudado sob aspectos diferentes:

A realização vocal da língua, ou seja, a questão fonética envolvida no processo. Ao falar do aspecto fônico, a questão da realização vocal da língua, o autor chama a atenção para o fato de que ao enunciar fonicamente, seja em qualquer língua, o locutor o faz de uma forma particular, mesmo seguindo um padrão pré-determinado. E que mesmo os mesmos sons, em

enunciações diferentes, não são reproduzidos exatamente iguais pelo mesmo falante, o que retorna a questão das diferentes situações de enunciação.

A conversão individual da língua em discurso, ou seja, “ver como o “sentido” se forma em “palavras” “[...] É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significação.”(BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 83). Temos, em nota de rodapé, uma remissão ao texto de 69 no qual Benveniste se posiciona dizendo que a teoria do signo proposta por Saussure dá conta do domínio semiótico da língua e que para isso se servirá dessa proposta. No entanto, para a questão semântica, acredita ser necessário um outro aparato de conceitos e definições. Isso se dará de dois modos: a *análise intralinguística*, da significação do discurso (semântica discursiva); a *análise translinguística*, semântica da enunciação (metassemântica).

O quadro formal de sua realização, “É o objeto próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 83). São eles: o próprio *ato*, *as situações*, *os instrumentos*.

O *ato* coloca em cena o locutor que se atualiza a cada nova apropriação e que atualiza a própria língua pelo mesmo processo. Os caracteres formais da enunciação são alguns necessários, outros incidentais, ligando-se, portanto, à particularidade do idioma. Isso posto, afirma-se que a língua antes da enunciação não é mais do que possibilidade de língua, ou seja, só se torna língua quando tomada por um locutor, num ato individual de enunciação. A língua passa para a instância do discurso, que ao atingir o alocutário suscita uma enunciação de retorno. Vale ressaltar aqui que não importa o grau de presença desse alocutário, pois o locutor, ao se apropriar da língua, instaura a posição de um *tu* que assume esse lugar.

De um lado, a enunciação pode ser definida como a apropriação do locutor em relação à língua; de outro lado, percebe-se que nesse processo a língua é empregada para expressão de uma relação do locutor com o mundo. Assim, a instauração de um locutor pressupõe também a necessidade de referir pelo discurso e marcar a sua própria relação com o mundo. Nesse sentido, “A referência é parte integrante da enunciação.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 84). O locutor, ao assumir essa condição, o faz por uma necessidade de referir através do discurso. Através do emprego da língua, pois, o locutor marca a sua posição com relação ao mundo e ao outro.

A questão do tempo é citada de forma sintética neste texto, ocupando apenas um parágrafo, visto que ela é aprofundada em textos anteriores, especialmente no artigo *A linguagem e a experiência humana* (1965)¹². Destacamos a importância essencial do presente como possibilidade de marcação temporal. Para Benveniste “[...] Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 85) Nesse sentido, percebe-se que o presente é o centro da enunciação e que a partir desse presente, os indivíduos têm a noção do próprio tempo, localizando-se pela instância discursiva.

A enunciação fornece as condições para a instauração das “grandes funções sintáticas” que só são possíveis de serem preenchidas *na e pela* enunciação. Nas palavras de Benveniste (PLG-II, 1970-2006, p. 86): “Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções”. A *interrogação*, a *intimidação* e a *asserção* são exemplos usados pelo autor de funções sintáticas fornecidas pela enunciação. De forma mais ampla, citam-se as modalidades formais pertencentes aos verbos, como, por exemplo, os modos verbais, outros pertencentes à “fraseologia”, nas palavras do autor, “outros à fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”) e indicando incerteza, possibilidade, indecisão, etc., ou, deliberadamente, recusa de asserção.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 87). Referente à fraseologia apresenta-se algo um tanto vago e impreciso neste momento, configura-se aqui como marcação de certezas e incertezas do locutor.

Desse momento em diante, Benveniste abre uma nova discussão a partir do seguinte enunciado: “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 87). Disso decorre a reflexão acerca do *quadro figurativo* da enunciação a partir do qual se analisa a natureza das relações entre *eu* e *tu* (figuras da enunciação) na definição do que se compreende como estrutura do *diálogo*. “Poder-se-ia objetar que pode haver diálogo fora da enunciação ou enunciação sem diálogo. Os dois casos devem ser examinados.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 87). Discute-se, então, sobre as condições do diálogo e do monólogo.

Ao citar o *hain-teny* dos Merinas (jogo em que o vencedor é o que tem o maior número de provérbios e os usa de forma mais audaciosa), Benveniste assevera que por não ter nenhuma

¹² Dedicaremos uma seção para tratar especificamente deste texto no próximo capítulo devido a sua importância para o nosso trabalho que pretende pensar a experiência humana com a linguagem.

relação explícita com o objeto do debate, esse jogo teria apenas uma aparência de diálogo, mas não cumpriria com as condições de um diálogo. De outro lado, o “monólogo” deriva da enunciação. “É, assim, uma variedade do diálogo, por ser interiorizado, “formulado em “linguagem interior”, entre um eu locutor e um eu ouvinte.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 87). Evidencia-se que o quadro figurativo da enunciação é algo a ser explorado, algo que traz a tona diferentes discussões sobre as figuras que compõem o diálogo.

De forma subsequente, Benveniste faz uma longa menção ao famoso antropólogo Bronislaw Malinowski, referindo-se à *comunhão fática* como uma das variedades do diálogo, sendo uma das mais banais e contrariamente a menos conhecida de fato. Destaca-se uma longa citação de Malinowski dentro do texto de Benveniste, texto este em que se define o quadro formal da enunciação. Ressalta-se que dificilmente se encontram citações longas de outros autores no texto de Benveniste. Por que, então, Malinowski ganha um espaço tão grande em um texto tão importante do linguista? Eis uma questão para o entendimento do pensamento de Benveniste.

Destaca-se, na citação de Malinowski, a definição da *comunhão fática* como um uso linguístico que preenche uma função social. As frases trocadas entre os indivíduos servem apenas como elemento de comunhão social e não exprimem necessariamente nenhum pensamento ligado à própria situação discursiva. Ao término da citação, Benveniste conclui que “estamos aqui no limite do “diálogo”. Assevera ainda que a análise formal desse tipo de troca linguística está por se fazer. Parece-nos que Benveniste apresenta esse autor da antropologia para chamar a atenção para a complexidade das relações humanas e, portanto, dos empregos da língua. Fica-nos a impressão de que essa abertura para outra área do saber se apresenta como uma possibilidade de se observar diferentes maneiras de ser e estar *na e pela* língua e que a Linguística precisa pensar sobre isso.

Chegamos novamente ao final do texto. As dúvidas sobre as perspectivas lançadas por Benveniste no último parágrafo permanecem. No entanto, podemos inferir que: ao afirmar que “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 90), Benveniste propõe um novo início, um novo olhar sob o mesmo objeto. Permanece em nós a certeza de que o trabalho com o emprego da língua é muito mais complexo do que pode parecer, pois se trata da relação do homem com a língua e isso implica pensar nas relações do homem com os outros homens e com o mundo.

Intencionamos conseguir construir ao longo desta escrita algumas considerações sobre as perspectivas que se abrem a partir do texto de 70 de Benveniste. Acreditamos que há muito por se dizer com relação às formas complexas do discurso, e gostaríamos de poder construir algum tipo de contribuição nesse sentido. É desse ponto de partida que iniciamos as reflexões que seguem. O gesto interpretativo construído pelo ouvinte-locutor se dá sob a perspectiva da prospecção proposta por Benveniste em seu *Aparelho Formal da Enunciação*.

Diante do quadro formal da enunciação que possibilita a apropriação da língua por meio de um locutor que se torna sujeito ao narrar a sua própria história, abrimos a próxima seção para tratar da historicidade marcada no relato.

1.2 O FAZER NARRATIVO PRESENTE NO RELATO: HISTORICIDADE DEMARCADA NO TERRENO DA LÍNGUA

Sabemos que a historiografia contemporânea considera as diferentes fontes em sua construção historiográfica. Não intencionamos aqui construir considerações sobre a História, e não temos a ousadia de o fazê-lo. Buscamos pensar em uma relação interdisciplinar entre a Linguística e a História e nesse contexto, pensar em como a Linguística pode contribuir para as reflexões já existentes na área da historiografia. Para tanto, aprofundamos a reflexão sob a luz das ideias defendidas por Paul Thompson em sua obra *A voz do passado: história oral*.¹³ Na orelha do livro, encontramos a seguinte reflexão acerca da entrevista, considerada uma das maneiras de obtenção da fonte oral:

A realização de uma entrevista – recurso utilizado por profissionais de diversas áreas – é a única ferramenta capaz de instrumentalizar o que se denomina hoje história oral moderna. Porém, segundo Paul Thompson, a história oral é tão antiga quanto a própria história.
[...] Mais ainda, esta é também uma obra fundamental para sociólogos, antropólogos, psicólogos, pesquisadores, documentaristas, profissionais dos meios de comunicação e para todos aqueles que desejam ampliar sua cultura histórica ou desenvolver um projeto de memória de uma pessoa, acontecimento ou lugar. O método da história oral pode apresentar excelentes resultados quando usado numa pesquisa interdisciplinar. (THOMPSON, 1998)

¹³Sociólogo da Universidade de Essex. Um dos pioneiros da história oral na Grã-Bretanha, autoridade mundial na utilização deste método como registro histórico mundial. Dirige a *National Life Story Collection* da Biblioteca de Londres. Está entre os fundadores da *Oral History Society* e edita o *Oral History Journal*. “A história oral pode derrubar barreiras que existem entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (Paul Thompson, na contracapa do livro *A voz do passado: história oral*).

A história oral, portanto, é fonte de pesquisa para diferentes áreas do conhecimento, trazendo para o presente, através da memória, elementos do passado que construíram a sociedade atual. Os relatos selecionados para este trabalho apresentam a experiência humana da linguagem inscrita no ato de (re)contar memórias, o que torna possível a identificação de elementos culturais que marcam a relação do homem com o mundo. A relação interdisciplinar entre História, Filosofia, e Linguística se faz fundamental e cabe a nós situarmo-nos no terreno da língua, a partir do qual podemos pensar as demais áreas que convergem reflexões sobre o homem. Apresentamos um trecho de um relato feito em uma das entrevistas por nós selecionadas para o *corpus* deste estudo.

Entrevistador: *Então, eu gostaria que tu falasse o teu nome e ahhh, então um pouco assim como que os negros chegaram e Passo Fundo. Qual que é a importância dos negros pra história de Passo Fundo pra cidade. E, também, dando um destaque pra mulher né, e a mulher aonde que ela entra nisso. Qual que é o papel da mulher na história de Passo Fundo, da mulher negra né, ahhh e qual que é os enfrentamentos ainda que essa mulher negra tem em Passo Fundo*

Djanira: *[...]E eu falo muito então sobre essa chegada dos negros aqui, que supõem-se, que seja uma suposição, nunca tem um documento escrito certo de como é que eles chegaram aqui. Por exemplo assim ó, supõem-se que eles tenham vindo com as entradas de bandeiras, os bandeirantes quando vieram pra explorar o Rio Grande do Sul, e que eles se se fixaram mais na região das Charqueadas, ali que tinha as charqueadas eles trabalharam muito, muitos escravos trabalharam e também nas terras né, eram agricultores plantavam né nas fazendas com seus escravos. Eee nós temos uma história que pertence a família Izaías, que remonta ao tempo da escravidão: a guerra do Paraguai também em que os dois escravos Izaías, Bento e Izaías pertenciam a um sinhô, o dono da fazenda Castanha da Rocha que ainda tem reminiscências de Castanha da Rocha aqui em Passo Fundo, esses seus escravos eram Generoso então e o Izaías e eles então pertenciam a esse engenho. [...] (Bloco Entrevistas -Anexo B)*

Situando-nos, então, no terreno da língua, refletiremos sobre os planos enunciativos presentes no trecho destacado. Considerando o primeiro plano enunciativo no qual se encontram um *eu* (entrevistador) e um *tu* (entrevistado) falando de um *ele-* (memórias), percebemos que o entrevistador inicia com um questionamento que já direciona a fala da entrevista para uma questão muito específica: história dos negros na cidade de Passo Fundo. A entrevistada que se torna *eu* ao se enunciar, convoca para o seu relato a fala dos antepassados que comprovam a sua relação pessoal com a história de Passo Fundo, sendo ela membro de uma das famílias mais antigas da cidade. Isso gera um relato que traz presente a questão da escravidão não só em Passo Fundo, mas também em todo o Rio Grande do Sul.

Colocando-nos no segundo plano enunciativo, em seu segundo nível, no qual participam um *eu* (locutor-ouvinte) referindo-se a um *tu* (projeção do *eu*, leitor desta tese), falando de um *ele-*entrevista, emerge uma nova enunciação de retorno a partir da qual se tecem considerações sobre o relato. Nessa posição de locutor, o ouvinte produz sentidos a partir do que ouve.

Percebemos que através da experiência humana de Djanira ao recontar sua história, podemos apreender elementos da cultura do país e, mais especificamente, da cidade de Passo Fundo, mesmo fazendo referência mais às regiões das charqueadas, que demonstram não só a questão histórica, mas também e, principalmente, as percepções pessoais dos sujeitos que recontam suas histórias. Djanira reproduz um discurso que a ela foi contado por seus antepassados e reafirma a sua própria história no presente como pertencente à história que, embora não seja documentada, recebe credibilidade e confiabilidade na passagem de geração para geração.

Diante dessa breve exemplificação, podemos pensar o relato oral como fonte capaz de apresentar a complexidade das relações do homem com o mundo e com o próprio tempo. Ademais, consideramos essa manifestação linguística importante para a manutenção de histórias locais que carregam consigo elementos axiológicos da cultura local. Segundo Sônia Maria de Freitas, no prefácio à edição brasileira da obra de Thompson, “[...] no Brasil não há tradições de valorização do patrimônio histórico nacional; a consciência e as ações institucionais do setor público ou privado na preservação da memória nacional ainda se limitam, timidamente, à preservação de conjuntos arquitetônicos do país.” (FREITAS, 1998, p. 17). Diante desse contexto, consideramos que o relato oral, como manifestação da língua e emprego, deve ser preservado e observado sob a perspectiva de patrimônio histórico. Freitas completa sua reflexão dizendo que

Nesse contexto, a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização da pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (FREITAS, 1998, p. 17)

O relato oral apresenta-se como uma experiência do homem com a linguagem, que através da língua retoma e revive seu passado de modo a construir novas perspectivas no presente. Estratificações da cultura se apresentam, marcando a constituição de uma história social local através da qual se consolidam identidades sociais. Ademais, assevera Thompson “[...] Se as fontes orais podem de fato transmitir informação “fidedigna”, tratá-las simplesmente “como um documento a mais” é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado.” (THOMPSON, 1998, p. 138). A subjetividade marcada no relato é constituinte da própria relação do homem com a língua. Para Thompson, “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.” (THOMPSON, 1998, p. 197). Enquanto a preocupação da História

é com a “verdade”, do ponto de vista da Linguística preocupar-nos-emos com a experiência humana de linguagem presente na fonte oral.

Consideramos o relato oral como patrimônio histórico-cultural, visto que através da materialização linguística constrói-se uma possibilidade de reconstrução da história e perpetuação da cultura. Uma pesquisadora brasileira destaca-se nos estudos ligados ao universo histórico cultural: Sandra Jatahy Pesavento¹⁴ construiu reflexões que se entrecruzam com as perspectivas defendidas por Thompson.

Estudiosos da história, da cultura e da memória, ao tomar a cidade como seu objeto de análise e preocupação, tendem a se defrontar com o problema da centralidade. É preciso humanizar o centro, é a palavra de ordem. Revitalizar o coração do urbano, afirma-se nas academias. Intervir, preservar, revalorizar o patrimônio que ele encerra, concordam todos. Ou seja, menciona-se a palavra chave que anima os desejos e as intenções de muitos que trabalham com a cidade: patrimônio. Entendido como “coisa nossa”, como um bem herdado, portador de um valor identitário e erigido em padrão de reconhecimento para um povo, o patrimônio de uma cidade - material ou imaterial – tende a se concentrar nos centros urbanos. (PESAVENTO, 2008, p. 6)

A manifestação da língua por meio do relato é “coisa nossa”, ou seja, é algo que marca uma herança cultural. Os narradores identificam-se por meio de suas histórias comuns e reconhecem-se uns aos outros naquilo que o outro narra. Para Pesavento, “O resgate do passado de uma cidade contido nos centros urbanos implica lidar com vários tempos” (PESAVENTO, 2008, p. 6), tempo da cidade que se vê; o tempo passado; o tempo das utopias “cidade que se quer ver”; o tempo real “da cidade que se tem”. Assim, desenha-se uma imagem, descrita pela autora como “vitrine” do tempo. “Destas temporalidades, o tempo mais difícil é o do esquecimento. Tempo que finge não ter existido, soterrando as lembranças.” (PESAVENTO, 2008, p. 6). Através dos relatos, podemos descortinar diferentes tempos e contemplar as diferentes fotografias guardadas na memória dos homens que narram. Trazemos presente um trecho de um relato feito em uma das entrevistas por nós selecionada para o *corpus* deste estudo.

¹⁴Segundo fontes do site oficial <http://www.sandrapesavento.org.br>, Sandra Jatahy Pesavento (Porto Alegre, 1946 - 2009) foi uma professora, historiadora e escritora brasileira. Professora titular do Departamento de História da UFRGS. Destacou-se como importante pesquisadora, inicialmente, em História Econômica e, posteriormente, em História Cultural. Doutorou-se em História pela USP em 1987 e realizou quatro pós-doutoramentos em Paris: na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* de Paris (1990 e 1996-7), na *Université Paris Diderot Paris VII* (1992-3) e na *Université de Paris IV* (Paris-Sorbonne, 1995-6). As citações presentes nesta seção de nosso texto, dizem respeito ao artigo intitulado *História, memória e centralidade urbana*, publicado na revista *Rev. Mosaico*, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

Entrevistador: *parou! Só continuando a história da da, desculpa te atrapalhar ah, essa história (do chafariz da mãe preta) isso*

Djanira: *Então a Uruguai, como eu estava dizendo, a Uruguai ela era interrompida porque aqui não passava nada tinha então um matagal, um, uma, grandes árvores, até mais ou menos o quartel onde era o antigo quartel, e corria o riacho acho que ainda corre né, então, o chafariz da mãe preta, vinham as negras que eram escravas, vinham com as trouxas enormes de roupa, seus turbantes branco, as suas bacias pra lavar a roupa então aqui no chafariz então a nossa a prefeitura, não sei, fez, fizeram grandes barracos de madeira, aonde elas lavavam a roupa ali embaixo, tanques grandes também, onde a água foi canalizada pra dentro daqueles tanques e elas lavavam a roupa de quase toda a região de passo fundo né, então elas eram escravas ou ex escravas ainda não se tem bem certeza se ainda estava no regime escravagista. Mas elas, é uma lenda muito bonita, é dessa lenda que saiu, acho que você conhece né, da mãe Mariana que chorou, o filho fugiu e ela chorou tanto que das lágrimas, Jesus prometeu que nunca secaria e fez esse rio aí, essa fonte, que nunca secou que a minha mãe conta que a minha mãe já é falecida que quando, as maiores secas de Passo Fundo, ela tava sempre com água né e quem beberia dessa água voltaria a Passo Fundo. Então essa é uma parte muito forte da nossa história, do negro... (Bloco Entrevistas -Anexo B)*

No primeiro plano enunciativo, temos um *eu* (entrevistador) e um *tu* (entrevistado) falando de um *ele*-histórias de Passo Fundo. A partir desse primeiro plano enunciativo, vislumbra-se uma parte da história da cidade Passo Fundo e, especialmente uma lenda local que perdura até os dias atuais acerca do chafariz da Mãe Preta. No segundo plano enunciativo, temos um *eu* (locutor-ouvinte) que fala para um *tu* sobre um *ele* (relato). A partir dessa posição, podemos descrever por meio da fala do outro uma imagem da cidade como uma cidade com suas histórias e lendas, com sua herança cultural. A cidade, nessa perspectiva, é uma obra do homem que a coloniza imprimindo sua cultura e seu olhar. Assim, “a cidade é uma paisagem, uma paisagem social” (PESAVENTO, 2008, p. 7); um retrato da sociedade local em sua organização e cultura. Simbolizações representativas da organização social vigente naquele espaço. A cidade, pois, representa. Segundo Pesavento

[...] Nós “veremos” para além daquilo que é visto. Por uma operação mental, reconstituímos espaços, atores, práticas.

Uma cidade invisível? Nem tanto. Chegamos, pois, ao chamado patrimônio imaterial. O que ele seria, realmente? Canções, crenças, ritos, festas, tradições? Lendas, histórias contadas pelos mais antigos, “modos de ser” e “maneiras de pensar” cidadinas, “*ethos* urbanos” de um outro tempo? Quer parecer que a designação do patrimônio como “imaterial” originou-se da necessidade urgente de não reduzir as intervenções de salvaguarda às medidas levadas a efeito com relação ao patrimônio material, entendido como patrimônio edificado...

Mas é preciso atenção: todo elemento do dito “imaterial” só chega até nós através de rastros, traços, vestígios, dados objetivos a revelar a presença de algo que teve lugar um dia. Presença, esta, que nos chega de forma objetual, discursiva, imagética ou sonora. Ao interessado no resgate de tais rastros, a tarefa de recolher, pesquisar, analisar, salvar. (PESAVENTO, 2008, p.7)

Embora haja uma designação já concebida do que se considerar por patrimônio material e por patrimônio imaterial, percebe-se através da marcação das aspas em “imaterial” que a autora coloca em discussão a questão da imaterialidade, visto que esse patrimônio só é revelado

por algo concreto e tangível. Compreendemos que essa materialidade, no nosso caso materialidade que se dá pelo relato, comprova que o que se considera por imaterial na verdade não o é, visto que se materializa por meio da língua.

Uma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade. A história e a memória de uma cidade é também o boato, o ouvir dizer, o relato memorialístico que se apoiam não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome não mais se sabe. (PESAVENTO, 2008, p. 7)

Uma cidade é também aquilo que se diz dela; aquilo que se lembra dela. As histórias comuns, cidadinas compõem o imaginário da população local e marcam as identidades locais. A riqueza cultural carregada pelos moradores locais precisa ser preservada e repassada a outras gerações. A língua é elemento principal na manutenção dessas histórias e dessa memória cultural. Os relatos orais carregam camadas de tempo que se sobrepõem e compõem o próprio presente. Imagens de tempos passados cristalizadas na memória de quem (re)conta e construídas no imaginário de quem ouve. Quanto ao “consumo” desse passado, Pesavento assevera

Podemos mesmo dizer que o turismo cultural em centros urbanos se apoia em uma espécie de nostalgia do passado que se faz presente nos tempos atuais. Há uma sensibilidade despertada para o antigo, uma expectativa de reencontro das origens, de consumo do passado. Os centros das cidades podem corresponder a esta vontade de realizar não só percursos urbanos no espaço da cidade como viagens imaginárias no tempo. Pode-se mesmo dizer que há, hoje em dia, um público espectador, leitor e consumidor do passado. [...] (PESAVENTO, 2008, p. 10)

A emergência do passado se faz por uma busca cada vez maior do entendimento do próprio presente. A evocação do passado e a sua valorização é elemento importante para uma sociedade que busca a evolução e o crescimento. Nesse sentido, o tema da memória se faz atual e pertinente e exige um olhar que perpassa diferentes áreas do conhecimento. Para Pesavento, “Como território e lugar especial para as intervenções de salvaguarda da memória e do patrimônio, a postura transdisciplinar se impõe. Saberes se cruzam, experiências são trocadas, sensibilidades dialogam em torno de um mesmo tema e objeto.” Desse modo, “O resultado tende a ser um *plus*, em termos de intercâmbio de práticas e teorias, permitindo iniciativas mais ricas.” (PESAVENTO, 2008, p. 11). No entanto, nem sempre essa questão é tratada com a devida importância. Segundo Pesavento

[...] é preciso educar a população, para saber ver, consumir e apreciar a cultura; saber lembrar concorre, de forma desvantajosa, com o esquecer. É preciso um esforço, um empenho e o trabalho de uma memória voluntária. Lembrar o passado é uma habilitação que se conquista, progressivamente. A educação patrimonial é um imperativo, uma exigência, desde a escola à mídia. Sem dúvida que esta é uma questão em aberto [...]. (PESAVENTO, 2008, p. 11)

Diante desse contexto, “lembrar, evocar, preservar a memória de uma cidade, guardar ou mesmo conquistar a sua história, como identidade, patrimônio e monumento são, antes de tudo, uma questão de cidadania e de direito. Ainda a serem conquistados plenamente, sem sombra de dúvida.” (PESAVENTO, 2008, p.11). Acreditamos que com a valorização do relato oral como fonte histórica, pode-se garantir um lugar enunciativo a quem, muitas vezes, não é mais ouvido e cujas histórias carregam uma significativa importância cultural, o que se evidencia nas entrevistas de Diva Cavalheiro e de Djanira Ribeiro cujos relatos trazem elementos importantes da cultura local. Ao tratar dos novos rumos da historiografia, a história cultural estabelecerá uma nova tarefa ao historiador e, assim, a autora distingue aquilo que se chamaria do acontecimento real daquilo que é a história narrada.¹⁵

Segundo esta tendência, a tarefa do historiador seria captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significados que preside o que se chamaria a “representação do mundo”. Mais só que isto, tomamos por pressuposto que a história é, ela própria, representação de algo que teria ocorrido um dia. Distinguiríamos, portanto, o que se chamaria “passividade” (o real acontecido) da “história”, entendida como narrativa que “representa” através de texto e imagem. (PESAVENTO, 1995, p. 280)

Interessa-nos a narrativa que “representa”, pois ela configura a relação do homem com a sua própria história. O texto, no nosso caso oral, representa uma visão pessoal do mundo, uma vivência interior que representa a experiência do sujeito com o mundo, expressa por meio da linguagem. Frente a isso, debruçar-se sobre as narrativas que contam as “histórias” é debruçar-se sobre representações da cidade que nos chegam por meio daquilo que o sujeito relembra. Segundo a autora, “Empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou

¹⁵ Neste momento, citamos o texto *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*, da pesquisadora Sandra Jatahy Pesavento, presente na obra *Estudos Históricos 16 Cultura e história urbana -1995 julho-dezembro* Editora da Fundação Getúlio Vargas, editores Lúcia Lippi Oliveira, Marieta de Moraes Ferreira e Mario Grynszpan. A presente obra em sua integralidade torna-se bem interessante para quem se interessa pelo tema, no entanto, optamos por trabalhar somente com o capítulo assinado por Sandra Jatahy Pesavento por sua importância dentro da pesquisa histórica.

não à realidade sensível, sem que com isso percam sua força imaginária. [...]” (PESAVENTO, 1995, p. 282).

Dentre os “leitores” da cidade, a autora diferencia aqueles que são “privilegiados” (aqueles com um olhar mais aguçado, dentre eles estariam os escritores, fotógrafos, pintores, profissionais ligados às artes); daqueles que seriam os “homens comuns”, cujas representações são de difícil retomada. Segundo Pesavento “[...] Todavia, resgatá-las (as representações) é um caminho que segue outras vias que não a fotografia bem enquadrada e significativa, a obra de arte, o romance urbano ou a crônica bem escrita.” (PESAVENTO, 1995, p. 284). Diante disso, a autora questiona-se: “Mas resgatar sensibilidades passadas, tentar recuperar construções imaginárias dos homens de outrora, cuja vivência corre por fora da nossa experiência sensível, constitui sem dúvida um impasse. Tratando-se do passado, como restabelecer a relação entre sensações e lembranças, como vincular a vivência à memória?” (PESAVENTO, 1995, p. 284) Acreditamos que a Linguística proposta por Émile Benveniste nos dá amparo e espaço teórico para desenvolver uma reflexão que possa responder a essa questão.

Outrossim, acreditamos que, por meio da experiência humana com a linguagem, proposta por Émile Benveniste, podemos traçar considerações interessantes no que diz respeito à relação entre vivência e memória. Assim, possibilitando um diálogo interdisciplinar que busca trazer à luz a relação do homem com o mundo em seu entorno. Citando Willi Bolle (1994:98) a autora faz uma definição de uma técnica que pode ser usada pelos historiadores, no intuito de trabalhar com o “imaginário coletivo” por meio do “homem comum”. Sobre isso, Pesavento assevera

[...] Seria o processo metodológico através do qual o historiador iria justapondo personagens, imagens, discursos, eventos, *performances* “reais” ou “imaginárias” do espaço urbano.

Seria, então, a técnica que mais se aproximaria do que comumente se chamaria a contextualização, o referencial de circunstância ou ainda o quadro de contingências que demarca a situação a ser analisada. Assim é que, na cidade, compareceriam, como fragmentos da história ou atores a serem justapostos uns aos outros, a multidão, e o *flâneur*, o povo e o destacado personagem, negros, mulheres, marginais, políticos, becos e avenidas, festas, rituais, cotidianidade e eventos excepcionais. (PESAVENTO, 1995, p. 287)

Os relatos de nosso estudo podem ser um exemplo de referencial circunstancial que justapõe histórias na constituição de um imaginário da cidade. Portanto, o relato oral representa não só a fala individualizada de um falante, mas também e, principalmente, representa a relação entre o homem e os outros homens; entre o homem e o mundo. Tratamos aqui de narrativas

“reais”¹⁶ localizadas em um espaço-tempo determinados (Passo Fundo/RS, anos 40 e 50). Diante disso, consideramos que ao narrar, deixa-se transparecer um *outro discurso* sobre o próprio narrador e também sobre a sociedade. As realidades apresentadas pelo relato oral devem ser consideradas como elementos da história e não somente como elementos de vidas pessoais. Os costumes, os valores, as tradições são passados entre as gerações pela presença quase imperceptível da narração, considerada, assim, como uma fonte de memória.

Por considerarmos a narração como elemento organizador do relato, acreditamos importante apresentar algumas considerações acerca da narrativa que nos servem de constructo teórico para nossa reflexão. Dentre tantos autores que refletiram sobre a questão da narrativa, escolhemos o filósofo francês Dany-Robert Dufour em sua obra *Os mistérios da Trindade* (2000), especificamente no capítulo I da terceira parte (*A trindade e o saber narrativo: o triângulo pragmático*) para desenvolver uma reflexão sobre a narratividade presente no relato. Traremos presente essa obra de Dufour em diferentes momentos de nossa escrita, por considerarmos o autor um importante leitor de Benveniste, que desenvolve considerações relevantes a partir do que Benveniste categoriza por pessoas do discurso. Neste momento, ficaremos com as ideias contidas no capítulo selecionado, mas compreendemos a importância da leitura e compreensão da obra como um todo.

Dufour desenvolve, na obra supracitada, sua reflexão sobre a questão trinitária baseado na concepção de pessoas do discurso desenvolvida por Benveniste, especialmente no *quadro formal da enunciação* que coloca em jogo um *eu* falando para um *tu* sobre um *ele*. Consoante com a ideia de que a partir do quadro formal é necessário voltar em conceitos anteriormente desenvolvidos, Dufour retoma, no segmento abaixo, uma reflexão presente no artigo *Da subjetividade na linguagem* (PLG I, 1958), a partir da qual desenvolve os dois paradoxos provenientes do relato. Segundo Dufour

[...] Tal me parece ser o desenvolvimento a ser dado às observações de Benveniste e Lévi-Strauss sobre seus respectivos objetos (O “*eu* sendo quem diz *eu*” e o relato, aquilo que “se constitui a si mesmo como contexto”): estas observações diretas, primeiras, fenomenológicas do objeto parecem-me ser pelo menos tão importante quanto aquelas que foram desenvolvidas em seguida, referentes à estrutura. (DUFOUR, 2000, p. 139-140)

¹⁶Optamos por colocar o termo “reais” entre aspas, pois acreditamos que a realidade é reinventada a cada vez que a enunciamos, pois o fazemos sempre de um lugar de subjetividade a partir do qual simbolizamos, ou seja, construímos sentidos.

Dessas duas concepções de Benveniste e de Lévi-Strauss, Dufour conclui que o relato apresenta uma quantidade de paradoxos, dos quais selecionamos os seguintes: “O relato sempre é superior a si mesmo; a recursividade do relato, seu próprio desenrolar conduzem a inversões tão bruscas quanto aquelas que caracterizam o “eu”. (DUFOUR, 2000, p. 139-140). Acrescenta-se a isso a seguinte ideia “O relato é como um cesto furado: mal realiza sua última versão, o todo, em virtude do movimento sem fim que o anima, se torna um todo incompleto, à espera, apelando para uma nova versão que viria completá-lo” (DUFOUR, 2000, p. 140). O relato, então, volta-se a si próprio por possibilitar a completude por meio do olhar do Outro. Assim,

[...] O narratário estava em posição de tornar-se o novo narrador, proferindo a “última” versão. Mas faltava-me organizar essa pragmática num dispositivo de transmissão do relato, isto é, de interpelação dos sujeitos respondendo à *intimação* [*sommation*] do Outro: o relato é a soma [*somme*] de suas versões e, como totalidade “descompletada”, ele intima [*somme*] o sujeito interpelado a produzir a última versão. (DUFOUR, 2000, p. 140)

O gesto interpretativo feito a partir dos relatos selecionados para esta pesquisa podem representar essa última versão. Nesta tese, nós somos interpelados a produzir; a completar o relato. O relato sob este ponto de vista é um produto produzido por mais de um indivíduo, visto que ele não se encerra no narrador. A incompletude constitutiva dá ao Outro a possibilidade de construir a sua própria versão. Quanto ao saber narrativo, Dufour recorre, especialmente às ideias de J. Fr. Lyotard, e citando o autor, afirma

[...] Com efeito, deve-se distinguir este saber narrativo, recolhido na “literatura oral”, das formas posteriores que prevaleceram nos “grandes” relatos monoteístas e impuseram à narração as formas fixas da escrita. Esse saber, pois, refere-se especialmente às sociedades politeístas que se caracterizaram por sua capacidade infindável de gerar novas versões do relato, mas nem por isso ele deve ser relegado às sociedades arcaicas, pagãs e politeístas; decerto, esse saber reinava então sem partilhas, mas a capacidade oral de gerar relatos perdura até hoje, apesar da legitimidade adquirida pelo saber e pelo conhecimento científicos recolhidos nos enunciados denotativos, não-narrativos por natureza. (DUFOUR, 2000, p. 142)

O saber narrativo constitui-se de fundamental importância na sociedade por configurar um saber relativo às práticas sociais, inerentes ao convívio social, passadas de geração a geração por meio do relato dos antepassados. Os relatos, nessa perspectiva, trazem consigo histórias particulares que carregam mais do que elementos pessoais, carregam também crenças, tradições, mitos e comportamentos sociais de outros tempos. Embora não mais tão reconhecido

como em tempos passados, o relato oral guarda a sua importância social na transmissão de saberes que demarcam realidades vivenciadas no passado. Segundo Dufour,

Questão essencial: qual é a relação entre o triângulo pragmático e o conjunto constituído de “eu”, “tu” e “ele”? [...] Lyotard nota que esse “triângulo pragmático” tem por função a repetição de nomes próprios: recebi de X, sou Y e você, Z, é agora o seu depositário. Esta notação, decerto, é pertinente, mas como não observar que o dispositivo de transmissão do nome que satisfaz essa função é, *ele próprio estruturado pelo conjunto trinitário dos pronomes*? E, de fato, a definição da instrução pragmática torna-se luminosa se a ela integrarmos a dos pronomes: “eu” conta a “tu” a história que “eu” sabe d’“ele””, podendo “eu”, “tu” e “ele” assumir certos valores marcados no nome. [...] Benveniste não havia percebido que o dispositivo das três pessoas verbais regia *também* as modalidades de transmissão do relato. (DUFOUR, 2000, p. 144- 145)

As pessoas do discurso configuram-se como centro da constituição do relato, pois elas possibilitam a tomada de voz e a constituição narrativa da história. Dufour reitera a importância das pessoas do discurso, conforme Benveniste havia proposto, para a observação da manifestação da língua por meio do relato. Frente a isso, o autor discute a diacronia e a sincronia vinculadas ao triângulo pragmático e ao conjunto trinitário.

[...] O triângulo diacrônico se apresenta como uma seqüência *diacrônica* tal que um sujeito passa do “tu” ao “eu”, depois do “eu” ao “ele”; a noção implica, com efeito, uma circulação de sujeitos por trás da fixidez das pessoas verbais, enquanto o conjunto dos três pronomes pessoais se apresenta como uma estrutura *sincrônica*. O triângulo pragmático é uma *série ternária* que implica uma referência à consecução de uma instância de discurso com relação a outra e o sistema constituído por “eu”, “tu” e “ele” e um *conjunto trinitário* que não se pode apreender sem uma referência a um espaço onde consistem, no tempo “eterno” do “eu” que fala, os dois outros. A seqüência ternária refere ao *tempo* e o conjunto trinitário ao *espaço*. (DUFOUR, 2000, p. 145)

O autor faz uma diferença entre triângulo ternário e conjunto trinitário: o primeiro está relacionado à questão diacrônica e diz respeito a questões pragmáticas; já o segundo está relacionado às pessoas “eu”, “tu”, “ele”. Acrescenta ainda que o triângulo ternário está para a questão do tempo e que o conjunto trinitário está para a questão do espaço. Segundo Dufour, “Essa equivalência é a ferramenta que vai permitir estabelecer a unidade dos diferentes sistemas de simbolização: graças a ela, poderemos viajar nesses sistemas e passar de um para outro sem hiato.” (DUFOUR, 2000, p. 146). Assim, Dufour compreende uma possibilidade de relação entre o conjunto das três pessoas do discurso e o triângulo pragmático na observação da língua manifestada no relato. Tal relação possibilitaria compreender o relato em sua seqüência cronológica de alocações.

A alocação atual supõe sempre uma alocação anterior, já que o “eu” que fala só obteve sua posição de alocutor atual por ter sido um alocutário precedente. Seja, pois, uma seqüência cronológica de alocações A1, A2 e A3. Vamos chamar de *atual* a alocação A2, de *anterior* a alocação A1 e de *posterior* a alocação A3 e vamos seguir a circulação dos pronomes pessoais nessas três alocações: o ex-“tu” de A1, o narratário, torna-se atual “eu”, o narrador de A2, antes de tornar-se o “ele” de A3, o narrado. Simultaneamente, o “eu” da primeira alocação, aquele que, para mim, está na origem da história, tornou-se o “ele” de quem “eu” fala em A2. (DUFOR, 2000, p. 146)

Percebe-se que o relato *atual* relaciona-se com duas outras alocações, uma *anterior* e outra *posterior*. Assim, “A *unidade* de medida, na pragmática narrativa, é, pois, constituída de uma seqüência de *três* alocações. Também aqui, *Um* é igual a *Três*.” (DUFOR, 2000, p 147). Uma história é sempre três; é contada sempre a partir da seqüência de três alocações que se completam no tempo e narram juntas a história, dando-lhe versões subjetivas sempre singulares.

Segundo Dufour

[...] Falar de uma seqüência de três alocações inscreve minha análise no quadro da pragmática narrativa, utilizar a noção de seqüência de três gerações situa minha afirmação no campo da análise de sistemas simbólicos. As duas são homólogas: eis-nos melhor equipados para detectar, sob a aparição de uma, a metáfora da outra e, por trás das duas, a presença da figura trina. (DUFOR, 2000, p. 147)

Em nosso estudo, a existência de três alocações constitui a própria concepção de nossa escrita. Partimos de um relato primeiro, anterior ao *presente*, a partir do qual configura-se o relato *atual*, marcado pela presença de um “eu” antes “tu”, que fala de um “ele” antes “eu” de sua própria história, para um *tu* que constituirá sua própria narração a partir do que lê. Assim, o gesto interpretativo presente em nosso texto, revela a seqüência trinitária de alocações presentes no relato.

A obra de Dufour torna-se fundamental na compreensão do relato enquanto produto trinitário. Continuaremos essa discussão em outro momento do texto, quando convocaremos o autor novamente para tratar da questão da simbolização. Ficamos, neste momento, com a questão da relação trinitária que coloca em evidência a incompletude do relato e a sua existência enquanto seqüência de alocações. Colocamo-nos na posição daquele que passa de *tu* para *eu* na seqüência discursiva, mobilizando a língua em prol da construção de um gesto interpretativo, assumindo, assim, a posição de ouvinte-locutor.

1.3 O LUGAR DO OUVINTE-LOCUTOR

Na sequência, dedicamo-nos a pensar sobre o que se revela sobre o narrador a partir daquilo que ele diz de si mesmo por meio da evocação de memórias. Colocamo-nos na posição de observador desse discurso e, apresentamos uma reflexão acerca da posição do “observador” desenvolvida no artigo *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, publicado por Benveniste em 1956¹⁷. Desse modo, propomo-nos a pensar sobre o discurso que emana do relato.

Com o objetivo de colocar em uma posição de similaridade o analista e o ouvinte-locutor, pois ambos partem da língua para promover suas interpretações, partimos da premissa saussuriana de que “*é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem*”. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.” (CLG, 2006, p. 16-17). Desse modo, chega a nós, assim como ao analista, somente aquilo que o sujeito diz de si mesmo e do mundo.

Conforme assevera Benveniste “[...] o analista opera sobre o que o sujeito lhe diz. Considerando-o nos discursos que este lhe dirige, examina-o no seu comportamento locutório, “fabulador”, e através desses discursos se configura lentamente para ele outro discurso que ele terá o encargo de explicitar, o do complexo sepultado no inconsciente.” (BENVENISTE, PLG-I, 1956/2005, p. 82). Chama-nos atenção o uso do termo “fabular”, atribuído ao comportamento do locutor quando se apropria da língua para enunciar. Segundo dicionário de Língua Portuguesa (FTD), “fabulador” apresenta a seguinte acepção: “adj. e s. m. Autor de fábulas; inventor” (BUENO, 2007, p. 344); percebe-se no sentido proposto pelo dicionário a característica do ato da criação atribuída a quem cria fábulas, portanto, fabulador. Na literatura, as fábulas são consideradas textos que apresentam realidades para além da vivenciada na vida cotidiana, explicitadas na possibilidade de personificação de elementos inanimados. Tendo sempre um caráter moralizador, a fábula cria representações da realidade por meio de elementos verossímeis somente no contexto do texto; e que não coincidem de forma literal com a realidade.

¹⁷É preciso considerar que o texto *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* tinha como público específico especialistas da área da Psicanálise e isso deve perpassar a leitura a ser feita. No entanto, parece-nos possível promover um deslocamento da posição de analista para a posição de ouvinte-locutor, observador da língua.

Pensando na reflexão feita por Benveniste, poderíamos considerar que a escolha desse termo soaria estranha ao contexto em que aparece. No entanto, é justamente neste “deslocamento” que o sentido se estabelece. Pode-se dizer que o locutor assume um comportamento “fabulador” ao falar de si, visto que é sempre diante de seu ponto de vista que fala da realidade que vivencia. Desse modo, é sempre uma experiência expressa pela língua, comprovando que “a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem.”, visto que “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 26)¹⁸. Do ponto de vista de quem se depara com o discurso do outro, evidencia-se que o próprio discurso deixa transparecer *outro discurso* que precisa ser explicitado pelo ouvinte-locutor que pretende falar dele. Sendo assim, o gesto de análise é um gesto interpretativo e, portanto, subjetivo. Temos uma segunda enunciação que provém das marcas de um sujeito que se coloca na posição de alguém que fala sobre o discurso do outro. Observemos um trecho de um relato feito em uma das entrevistas por nós selecionadas para o *corpus* deste estudo.

Eu sou a Djanira Ribeiro, professora Djanira Ribeiro. Tô aposentada agora, eu era professora de Espanhol, formada pela federal de Santa Maria e pertencço a família Izaías. Eu sou Djanira Izaías Ribeiro né, uma família que tem tradição aqui em Passo Fundo e que a gente tem muitas histórias pra contar, muitas coisas pra contar porque é uma família, uma das mais antigas daqui de Passo Fundo né, então a gente ouvindo dos nossos antepassados dos meus avós, dos meus bisavós, algumas coisas a gente guardou e a gente tem pode passar e está passando sempre através do grupo, eu tenho um grupo “Alforria” que é um grupo também de, sobre o negro de pra divulgar as manifestações do negro aqui em Passo Fundo. (Bloco Entrevistas - Anexo B)

Considerando diretamente o segundo plano enunciado no qual encontram-se um *eu* (locutor-ouvinte) falando para um *tu* (projeção do *eu*; leitor desta tese), sobre um *ele* (relato), é possível produzir um *outro discurso* que parte de um gesto interpretativo. Frente a esse posicionamento, percebe-se, no relato acima, que há uma tentativa de colocar-se na posição de alguém que merece a tomada de voz e a representação de um grupo. Ao reiterar seu nome, por meio da inserção de sua profissão e de seu nome de família, Djanira Ribeiro descreve-se como alguém importante socialmente e, portanto, portadora de uma voz que se diferencia das demais. Além disso, ao comentar sobre a fundação do grupo chamado “Alforria” e descrevê-lo como divulgador de manifestações do negro na cidade de Passo Fundo, manifesta uma posição social dentro de uma temática a qual exige ainda manifestações, o que significa que representa um

¹⁸Citando texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* 1963. Respeitamos os diferentes momentos da escrita de Benveniste e, por isso, tomamos os textos em sua integralidade. No entanto, compreendemos que a citação acima justifica a questão tratada neste momento. Destaca-se que a reflexão sobre esse texto aparecerá no quarto capítulo.

problema não só do passado, mas também do presente. O ouvinte-locutor constrói uma imagem do acontecimento passado tendo somente como elemento aquilo que o outro diz de si mesmo. Benveniste ao falar da tarefa do analista, que busca compreender as motivações que levam os indivíduos a ter determinadas atitudes, apresenta a seguinte ideia sobre o papel da linguagem nesse processo

De fato, se ele precisa de que o paciente lhe conte tudo- mesmo que se expresse ao acaso e sem propósito definido – não é para reconhecer um fato empírico que não haja sido registrado em parte nenhuma a não ser na memória do paciente: é porque os acontecimentos empíricos não têm realidade para o analista a não ser no - e pelo - “discurso”, que lhes confere a autenticidade da experiência, sem consideração da sua realidade histórica, e mesmo (é preciso dizer: sobretudo) que o discurso evite, transponha ou invente a biografia que o sujeito se atribui. Precisamente porque o analista quer desvendar as motivações mais que reconhecer os acontecimentos. A dimensão constitutiva dessa biografia consiste no fato de ser verbalizada e, assim, assumida por aquele que fala de si mesmo; a sua expressão é a da linguagem; a relação do analista ao sujeito, a do diálogo. (BENVENISTE, PLG-I, 1956/2005, p.83)

Enquanto o analista quer “desvendar as motivações mais que reconhecer os acontecimentos”, o ouvinte-locutor ficará no terreno da língua, portanto, pensará no que pode ser “desvendado” a partir do discurso do outro. Pensa-se, neste instante, no que podemos dizer do homem a partir do que ele diz de si mesmo. O gesto interpretativo gera uma nova enunciação que pretende pensar sobre a significação proveniente da enunciação. Benveniste, então, questiona-se “qual é essa “linguagem” que age tanto quanto exprime? É idêntica à que se emprega fora da análise? É a mesma apenas para os dois parceiros? [...] Pode-se, a partir dessas definições justas e, em primeiro lugar, da distinção introduzida entre os meios e o domínio, tentar delimitar as modalidades da “linguagem” que estão em jogo.” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 83). O *corpus* escolhido para nossas análises apresenta falantes que se enunciam para serem ouvidos por diversas pessoas em uma emissora de rádio. Escolhidos dentre um grupo para falar de si e de sua história, tomam um lugar de autoridade; de poder de fala. O que se comprova no trecho acima citado, o falante começa sua fala colocando-se nessa posição de autoridade por ter sido escolhido dentre tantos que não ocuparam esse lugar enunciativo de reconhecimento. Para Benveniste, “Em primeira instância encontramos o universo da palavra, que é o da subjetividade. Ao longo das análises freudianas, percebe-se que o indivíduo se serve da palavra e do discurso para “representar-se” a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o “outro” a comprovar.” (BENVENISTE, PLG-I, 1956/2005, p. 84). Interessamos pensar, então, no que se evoca quando ao ouvir o outro falar de si e de sua história.

Diante disso, temos de um lado a língua socializada, como possibilidade de enunciação, compartilhada por todos; de outro lado, temos a palavra (discurso) individual e irrepitível.

Segundo Benveniste “A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior - e por intermédio - da linguagem. Há, pois, antinomia no sujeito entre o discurso e a língua.” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p.84). Os sentidos construídos no discurso se singularizam pelos próprios índices específicos da enunciação. Muda-se o tempo e a relação altera-se. Portanto, nunca é possível dizer a mesma coisa, apesar de se utilizar da mesma língua. O momento enunciativo condiciona a irrepetibilidade do discurso. Na posição de analista, Benveniste assevera que

[...] Além do simbolismo inerente à linguagem, perceberá um simbolismo específico que se constituirá, sem o conhecimento do sujeito, tanto a partir do que omite como a partir do que enuncia. Na história em que o sujeito se coloca, o analista provocará a emergência de outra história, que explicará a motivação. Assim, tomará o discurso como intermediário de outra “linguagem”, que tem as suas regras, os seus símbolos e a sua “sintaxe” próprios, e que remete às estruturas profundas do psiquismo. (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 84-85)

Fazendo a transposição do analista para o ouvinte-locutor, a “outra história” imanente do discurso do outro, das escolhas feitas pelo outro, dá lugar a uma enunciação de retorno, uma enunciação sobre a enunciação. Enquanto o analista debruçar-se-á sobre “o complexo sepultado no inconsciente”, buscando revelar questões guardadas no inconsciente do paciente, o ouvinte-locutor preocupar-se-á com o discurso que ecoa do discurso do outro. “Por ser a língua um instrumento de organização do mundo e da sociedade, aplica-se a um mundo considerado como “real” e reflete um mundo “real”. Aqui, porém, cada língua é específica e configura à sua própria maneira.” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 88-89). Desse modo, consideramos de antemão que o discurso que emana do discurso do outro, quando se propõe a enunciar narrativamente sua história, carrega elementos da cultura local compartilhada pelos falantes em um espaço-tempo determinados.

O conceito de ouvinte-locutor construído a partir das reflexões de Émile Benveniste constitui o centro de nossa escrita, pois demarca um lugar enunciativo a partir do qual se delineia a presente tese. Neste momento, buscamos apresentar o conceito e situá-lo no plano teórico de Benveniste. O gesto interpretativo do ouvinte-locutor, perpassa o olhar da pesquisa desde a escuta dos relatos até a escrita da enunciação de retorno que é a própria tese. Diante da importância desse posicionamento, retomaremos, na última parte deste texto intitulada *Palavras ouvidas*, o desenvolvimento desse conceito juntamente com a retomada das

considerações parciais apresentadas ao longo dos capítulos teóricos. Por enquanto, ficamos com a certeza de que ouvir é anterior a falar-escrever.

1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – CAPÍTULO 1

Ao fim deste capítulo retomamos o percurso feito e traçamos algumas considerações parciais sobre as reflexões até o momento apresentadas. O primeiro capítulo seguiu um percurso de escrita que teve por objetivo apresentar algumas considerações gerais acerca do relato. Para tanto, utilizamo-nos de diferentes autores para delinear um pensamento que partiu do porquê da escolha do relato oral e como a linguística pode tomá-lo como objeto e findou na construção de uma posição enunciativa para aquele que ouve: a posição do ouvinte-locutor.

Teoricamente, sob a perspectiva linguística, Émile Benveniste ancora nosso pensamento. Definimos *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, 1970-2006) como texto basilar de nossa tese e utilizamos algumas ideias contidas no texto de 1956, a partir do qual colocamos em relação o analista e o ouvinte. Pensadores da História e da Filosofia (Roland Barthes, Paul Thompson, Sandra Jatahy Pesavento, Dany-Robert Dufour) complementaram nossa reflexão e nos serviram de amparo para pensar uma análise que não se detém à linguística *strict sensu*. A relação entre língua, homem e cultura nos é fundamental e perpassa nossas escolhas teóricas ao longo de toda a escrita.

O ineditismo não compõe elemento central deste estudo. Temos plena certeza de que outros olhares já foram lançados sobre o relato oral e que muitas contribuições já foram construídas. No entanto, acreditamos que a linguística pouco se ocupou do relato oral enquanto patrimônio histórico, capaz de carregar memórias da ordem da sociedade¹⁹. Nesse sentido, pensamos que, partindo das prospecções feitas por Benveniste em seu texto de 70, podemos construir algo de novo em nosso texto.

Alguns questionamentos foram lançados ao longo da análise que fizemos partindo da (re)leitura do *Aparelho*. Retomamos dois deles aqui: o quadro formal é a abertura para novas perspectivas?; Qual é a relação entre “oralidade” e *fraseologia*? Sabemos que as respostas a

¹⁹ Segundo Benveniste: “[...] a língua que é assim a emanção irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com relação à sociedade. [...]” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p.101). Cita-se aqui o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* o qual será abordado no quarto capítulo. Sendo assim, não aprofundaremos a discussão neste momento, apenas buscamos antecipar um raciocínio que será desenvolvido posteriormente.

essas perguntas talvez pudessem gerar uma outra tese, haja vista a complexidade do pensamento envolvido nessas questões. Não intencionamos aprofundar o pensamento neste momento. No entanto, um comentário geral nos pareceu necessário.

Começamos pelo segundo questionamento. Essa é uma questão complexa a qual merece um estudo particular na busca de uma resposta satisfatória. Assim, o que segue é apenas uma ponderação a partir da leitura feita até o momento. Benveniste pouco fala da questão da fraseologia em outros textos dos PLG I e II e no *Aparelho* apenas cita uma única vez. Assim, resta-nos a inferência na tentativa de compreender o que se intencionou dizer quando se apresentou essa questão ligada à “oralidade”. Além disso, precisamos decifrar as aspas que nos parecem denunciar que há uma oralidade diferente marcada neste momento do texto, que não aquele que se convencionou pensar. Retomando a frase usada por Benveniste “Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”” (BENVENISTE, PLG II, 1970-2006, p. 90), podemos de antemão pensar que fraseologia e oralidade estão interligadas. Decidimos pensar que “alterações lexicais” e “fraseologia” compõem um processo de referenciação no texto e que são elementos de uma mesma semântica. Sendo assim, a fraseologia apresentaria as alterações lexicais presentes na “oralidade”. Resta-nos saber de que *oralidade* se está falando e que tipo de alterações seriam essas, já que, ao que nos parece, Benveniste ainda estaria em dúvida se elas seriam apenas recorrentes ou constitutivas da oralidade.²⁰

Quanto ao primeiro questionamento, consideramos que a partir da leitura proposta do *Aparelho* podemos hipostasiar que esse texto abre uma possibilidade de análise que vai além dos limites “postos” tradicionalmente à linguística, por considerar a possibilidade de dois tipos de análise: uma *intra*linguística e outra *trans*linguística (uma semântica da enunciação). Frente a isso, o quadro formal da enunciação coloca-nos diante de muitas questões que envolvem

²⁰ A questão da fraseologia ligada à “oralidade”, conforme se apresenta no texto de 70 de Benveniste é algo a ser explorado com maior intensidade na busca de uma resolução para a prospecção apresentada pelo autor. Cientes de que para dar conta dessa questão precisaríamos ir em busca de outras escritas do autor para além dos PLG I e II e também das mais recentes *Últimas Aulas no Collège de France*, deixaremos essa questão para estudos futuros nos quais teremos mais condições técnicas de promover algum tipo de hipótese. Achamos importante trazer essa questão de qualquer forma, no intuito de chamar a atenção do leitor para as prospecções deixadas por Benveniste que infelizmente não teve tempo de dar continuidade a suas escritas, já que cedo a doença o acometeu, tirando a sua possibilidade de produção. Fazemos nossas as seguintes palavras de Kristeva no prefácio às *Últimas Aulas no Collège de France*: “Às vezes se diz que Benveniste deixa uma “obra inacabada”, empregando uma fórmula que corre o risco de subestimar o alcance dos textos. Inacabada, decerto, pois o acidente vascular cerebral colocou o homem numa situação insustentável: a de um grande linguista privado do uso da fala e paralisado. Mas “inacabada” também num sentido absolutamente necessário, porque tal é a *experiência da linguagem* que ele fez e teorizou em um século em que a diversidade de correntes de pensamento, multiplicando as pistas e as interrogações tanto epistemológicas quanto estéticas, impunha ao homem ancorado em seu tempo que ele foi a recusa *heraclitiana* de “dizer”, de construir uma “mensagem” fechada, encerrada, dada definitivamente em um sistema acabado.” (KRISTEVA, 2014, p.33-34).

diferentes maneiras de ver a língua em seu emprego. Pensamos que essa abertura nos dá espaço para refletir sobre uma experiência do homem com a linguagem, neste caso, uma experiência marcada no relato, dando suporte para uma análise da relação entre o homem e a sociedade.

Sob o aspecto da experiência, os narradores que contam suas histórias e também a história da cidade são, assim como assevera Pesavento, “leitores comuns” que observam a cidade sob o seu ponto de vista subjetivo. As histórias contadas são mais do que histórias vividas, são perspectivas subjetivas a partir daquilo que se vive, conforme assevera Benveniste: “[...] Aquele fala faz renascer pelo seu discurso, o acontecimento e a sua experiência do acontecimento.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 26)²¹. Através desses relatos revela-se uma imagem não só dos acontecimentos, já registrados historicamente e guardados nos manuais técnicos, mas também uma imagem da cidade que se cria a partir daquilo que se deseja e que se relembra de forma muito particular e subjetiva. Entre o espaço que todos compartilhamos e a maneira como percebemos o espaço, existe uma diferença que só é perceptível através da linguagem, pois só pode ser descrita pela língua.

Voltamos, assim, ao quadro formal da enunciação de Benveniste e, a partir do olhar de Dufour, podemos perceber que o relato apresenta uma estrutura trinitária assim como as pessoas do discurso que compõem a *linguagem natural*. A trindade aqui se dá pela relação entre três alocações: a partir da alocação *atual* há sempre uma anterior e uma posterior. Diante disso, percebe-se que um relato nunca é um só, mas sim três. É nessa relação que pressupõe a passagem de um “tu” a “eu” e a novamente “tu” que percebemos a possibilidade da inscrição de um locutor-ouvinte, comprovando que ouvir é anterior a falar-escrever.

Arriscamo-nos a hipostasiar, voltando às prospecções de Benveniste (1970), que o relato pode ser um exemplo da língua em emprego em uma forma complexa do discurso. Assumindo esse ponto de vista, o relato oral sairia da banalidade do cotidiano e passaria a ser observado como elemento que justamente por sua especificidade cotidiana torna-se discurso a ser preservado e observado sob um outro olhar. Diante disso, torna-se perceptível um paradoxo presente na forma do relato oral: ao mesmo tempo em que configura uma banalidade constitutiva da própria circunstância enunciativa em que ocorre; ele apresenta a singularidade e, portanto, a insólita relação do homem com o mundo. Essa pode ser, em nosso entendimento, uma das razões para a compreensão do relato oral como uma forma complexa do discurso. Compreendemos a complexidade também na questão temporal envolvida na relação entre as diferentes alocações presentes no relato oral. Se confirmamos o que Dufour argumenta acerca

²¹ Trabalharemos com o texto *Vista d'olhos sob o desenvolvimento da linguística* no quarto capítulo.

da trindade constitutiva do relato, podemos pensar que há uma complexidade inerente à própria incompletude do relato em si que exige uma forma trinitária em sua existência.

Pensando desse modo, parece-nos mais clara a necessidade de um olhar mais amplo sobre o objeto aqui escolhido para a sua compreensão enquanto fenômeno linguístico. A relação entre diferentes pensadores que construíram reflexões sobre a questão do relato proporciona uma análise sob diferentes pontos de vista e um olhar menos unilateral do objeto estudado. Nesse diálogo, construímos o nosso discurso que visa à construção de um gesto interpretativo com relação aos relatos orais selecionados para a pesquisa.

Émile Benveniste nos apresenta uma possibilidade de pensar a língua em emprego e nos possibilita, através do quadro formal da enunciação, tecer considerações sobre um aparato de conceitos que devem ser mobilizados ao se observar a língua em emprego. A relação entre *eu*, *tu* e *ele* nos abre para a presença do elemento externo materializado pela existência do *ele* representando aquilo que não configura uma pessoa do discurso, mas sem o qual o discurso não se estabelece. A referência marcada no *ele* carrega a relação do homem com o mundo, uma relação que só é possível por meio da língua.

A partir das referências construídas nos relatos podemos construir uma enunciação sobre a enunciação do relato. Frente a isso, chegaremos na sequência de nossa escrita na questão da simbolização. Segundo Dufour, a tríade eu-tu/ele se estabelece no ato da enunciação, visto que sempre o Outro está presente marcado naquilo de que se fala. “Para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três.” (DUFOUR, 2000, p. 92). Nesse sentido, toda a presença evoca uma ausência e é justamente por essa ausência que se constitui. Segundo Dufour, é essa ausência que demarca a possibilidade do espaço simbólico da linguagem. A simbolização encontra lugar no ausente para que o sujeito presente na enunciação possa construir sentidos. Essa é uma questão que será melhor explorada no capítulo destinado à constituição simbólica da linguagem e, portanto, fazemos agora apenas alusão ao que posteriormente iremos desenvolver.

O *ele* presente em nossos relatos é apresentado por meio da evocação de memórias, algumas vivenciadas pelos próprios narradores dos relatos, outras rememoradas através da memória socializada pelos antepassados. Frente a isso, destinamos o próximo capítulo para refletir sobre a memória sob a luz da enunciação, com a complementação de um olhar filosófico. Mas antes de abrir o próximo capítulo, traremos novamente alguns elementos sobre os relatos que se apresentam por meio de um “entre-texto” que demarca a constituição do *corpus*.

UM CORPUS A SE RECONSTRUIR A CADA VEZ QUE SE OUVES.

CONSTITUIÇÃO DO CORPUS - PARTE II

Iniciamos pela autora Sandra Jatahy Pesavento (1995 e 2005) com uma reflexão acerca do deslocamento temporal que a observância do relato exige e também sobre a memória e o patrimônio urbano. Em conversa com essa temática, encontra-se o texto de autoria da professora Dr. Marlise Regina Meyrer, coordenadora do projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*, intitulado *Quinze de Novembro – fronteiras da (in)tolerância: Passo Fundo (1940-1950)*. Para finalizar, apresentamos algumas personagens dos relatos que contam suas histórias e alguns elementos acerca da importância da temática da memória a partir da visada filosófica de Paolo Rossi em sua obra *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias* (2010). A partir dessa organização, construímos esta escrita.

Iniciamos retomando a historiadora Sandra Jatahy Pesavento em seu texto *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano* (1995), com as seguintes palavras

Se o passado é um “lugar” distante, se ele nos chega como um “tempo não vivido”, onde ocorreram fatos “não observáveis”, as vozes deste passado podem nos soar estranhas, e suas imagens podem figurar como incompreensíveis para a nossa contemporaneidade. Por vezes, há como que um elo perdido que perpetua os enigmas de um outro tempo.

Resgatar representações coletivas antigas não é julgá-las com a aparelhagem mental do nosso século, mas sim tentar captar as sensibilidades passadas, cruzando aquelas representações entre si e com as práticas sociais correntes. [...] (PESAVENTO, 1995, p. 287)

Diante disso, percebemos a necessidade de observar o passado não somente com o olhar do presente, mas também a partir de um deslocamento temporal na busca do entendimento do passado. Sob essa perspectiva, apresentaremos no capítulo dois considerações sobre a memória e o testemunho considerando-os elementos que compõem a experiência humana do sujeito com a linguagem observada no relato oral. Assim, refletimos acerca de uma experiência capaz de trazer para o presente uma memória que é, não só da ordem do pessoal, mas também da ordem da sociedade. Para exemplificar questões teóricas, traremos alguns relatos especialmente aqueles pertencentes ao Bloco Rua Quinze de Novembro.

Um dos cadernos do LAMOI, intitulado *Quinze de Novembro: fronteiras da intolerância*, organizado pela professora Dr. Marlise Regina Meyrer, oferece-nos uma coletânea de diferentes artigos que versam sobre as histórias contadas sobre a Rua Quinze de

Novembro, em especial sobre o Cassino da Maroca ou Cassino Palácio. Esses artigos apresentam diferentes olhares de diversas áreas do conhecimento através dos quais é construída uma imagem da cidade e de sua relação com a zona de meretrício. Destaca-se a importância desse material produzido pelo LAMOI e pelo NEMEC (Núcleo de Estudos de Memória e Cultura) para a academia, haja vista a sua contribuição para a construção de diferentes fontes de pesquisa não só para a área da história, como também para todas aquelas preocupadas com a presença do homem em sociedade e sua relação com a cidade.

Segundo Meyrer, a obra faz parte de uma série a qual leva o seguinte título: *Cadernos do LAMOI: história, memória e imagens de Passo Fundo*. Encontramos no caderno referente à rua Quinze de Novembro vários textos que apresentam a cidade no período de 1940 a 1955, auxiliando na transposição do presente para o passado, fazendo-nos compreender os elementos que marcam a história local e regional. Destacamos um deles: “*Quinze de Novembro - fronteiras da (in)tolerância*”: *Passo Fundo (1940-1955)*, assinado por Marlise Regina Meyrer.

O texto de Meyrer fundamenta-se em uma metodologia da História Oral e apresenta ao longo de sua escrita alguns relatos transcritos de moradores de Passo Fundo. A autora centraliza a sua discussão em torno de um estabelecimento localizado na rua Quinze de Novembro muito famoso entre os anos 40 e 50: o Cassino da Maroca ou Cassino Palácio. Além de relatos de frequentadores e moradores da cidade, Meyrer apresenta trechos de textos do *Jornal O Nacional* (entre os anos de 1953 a 1955) que discutem a permanência da zona de meretrício na área central da cidade. Além de conceitos históricos que fundamentam sua reflexão, a autora busca amparo na Filosofia, especialmente nas ideias de Paul Ricoeur²², para trabalhar a questão da memória. As categorias de análise escolhidas pela autora (*estabelecidos* e *outsiders*) vinculam-se à Sociologia, especialmente à obra de Norbert Elias e John L. Scotson²³ (2000).

Meyrer apresenta, em seu texto, o imaginário construído em relação ao Cassino, visto por muitos como lugar de diversão e prazer sendo, portanto, *lugar de memórias*²⁴; e visto por outros como lugar de meretrício e de vergonha, logo, *lugar de esquecimento*. A autora

²² Segundo biografia presente na obra *Tempo e Narrativa* (2010) “Paul Ricoeur foi um dos principais pensadores do pós-guerra, herdeiro da fenomenologia de Husserl e do existencialismo cristão. Entre suas obras, que marcaram toda a geração de filósofos franceses, estão *A metáfora viva, História e verdade; A memória, a história, o esquecimento e o Justo e O si-mesmo como outro*.”

²³ Meyrer cita os autores através da seguinte obra: *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (2000).

²⁴ Destaca-se que os conceitos de *lugar de memória* e *lugar de esquecimento* não são antagônicos, a memória está presente no esquecimento. Além disso, destaca-se que esses lugares são compreendidos não somente como lugares físicos, visto o caráter subjetivo da memória.

demonstra como a sociedade reage às memórias provenientes da experiência que tiveram com o Cassino e de que modo isso apresenta elementos da própria sociedade.

Esse texto nos interessa de forma especial, pois apresenta uma análise de alguns dos relatos que também fazem parte de nosso estudo. Acreditamos que os diferentes olhares acerca do mesmo objeto de pesquisa são importantes para a construção de uma perspectiva mais ampla e menos unilateral. Ademais, acreditamos na premissa saussuriana de que “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.” (CLG, 2006, p. 15). Assim, nosso ponto de vista (re)criará um objeto já visto pelos olhos da História.

Com vistas à construção desse olhar, voltamos à pesquisadora Pesavento que apresenta ao longo de seu trabalho uma contribuição importante não só para as questões de valorização do patrimônio material, como também de valorização daquilo que é considerado o imaterial. Apropriamo-nos de sua reflexão no texto *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano* (2005)²⁵ para apresentar algumas questões que serão desenvolvidas no capítulo destinado a pensar sobre a questão do relato da memória. Nesse texto, a autora ampara-se nas ideias de Paul Ricoeur, além de retomar outros autores como Barthes e Walter Benjamin para fundamentar a sua argumentação. Ao longo da escrita, desenvolve conceitos e ideias que são importantes a nossa pesquisa, devido à proximidade temática com a proposta de tese. Um desses conceitos merece destaque: a história cultural do urbano. Para a autora,

Esta seria, portanto, uma tarefa a ser levada em conta por uma história cultural do urbano: partindo do entendimento antropológico da cultura como um conjunto de sentidos partilhados, o historiador buscaria resgatar a alteridade do passado de uma cidade através das representações de tempo e espaço que ela oferece. Ou, em outras palavras, trataria de abordar a cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos. A partir desta unidade espaço-temporal que marca a concepção de cidade, gostaríamos de nos deter nas apropriações do urbano realizadas por duas formas específicas de representação do passado: a memória e a história. (PESAVENTO, 2005, p. 10)

Inscrevemo-nos neste tema no instante em que buscamos pensar a experiência humana do sujeito com a linguagem que se manifesta na narrativa de moradores da cidade de Passo Fundo. Essas personagens (retomando Dufour em reflexão sobre o saber narrativo) narram suas histórias e as de seus antepassados, trazendo as representações do tempo vivido por eles bem como as percepções desse passado que vão além da história demarcada pela narração oficial. A

²⁵ O texto *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano* foi publicado em *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

autora apresenta uma perspectiva de que a própria História, embora marcada pela questão da objetividade do relato oficial, também abre espaço para o relato particular. Em suas palavras

A história faz da memória uma de suas marcas de historicidade, mesmo que a evocação se baseie em um relato muito particular apoiado em um vago “eu creio que me lembro” ou em um ainda mais expressivo “ouvi dizer que”. (PESAVENTO, 2005, p. 10)

A narrativa oral se apresenta a nós como uma possibilidade de compreensão do falante em sua relação com a sociedade, pois possibilita um falar de si e do outro que acontece em meio à banalidade dos discursos do cotidiano. Segundo a autora, “E é neste intento que a memória, como marca de historicidade, traz para o campo da história um importante elemento: o testemunho. Aquele que rememora carrega consigo o pequeno milagre e a alegria do reconhecimento” (PESAVENTO, 2005, p. 11). As personagens do Bloco Rua Quinze de Novembro são testemunhas de suas histórias e da história daqueles que vivenciaram o mesmo tempo. Jaime Freita (radialista), Carmem Ribeiro (dançarina e garçonete), Antônio Augusto Meireles Duarte (jornalista), Paulo Giongo (advogado) e Vilson Novelo (comerciante) narram a história de Passo Fundo em sua relação com o Cassino da Maroca, testemunhando sob as suas perspectivas os fatos ocorridos entre as décadas de 1940 e 1950, criando uma imagem do passado construída por suas vozes. Esses relatos são carregados de sentidos que demarcam elementos culturais e identitários de uma cidade que se faz ver novamente através do olhar de algumas de suas personagens. Pesavento assevera

Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo. Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história. (PESAVENTO, 2005, p. 11)

Antônio Augusto Meireles Duarte e Paulo Giongo em seus relatos (relatos 3, 4 e 5 do Bloco Quinze de Novembro, em anexo) descrevem o Cassino de tal modo a construir uma imagem de luxo, prestígio e modernidade. As mulheres, segundo suas descrições, destacam-se por suas roupas luxuosas, por seu nível cultural elevado e por seu comportamento ousado. Retomando o texto de Meyrer, diante dessa imagem, temos no Cassino um *lugar de memórias*. Para essas personagens da história, o Cassino não denigre a imagem da cidade, pelo contrário, constrói uma imagem de Passo Fundo como um lugar à frente de seu tempo, capaz de

proporcionar aos moradores e aos viajantes entretenimento; e de se tornar referência não só para o estado, como também para todo o país. O Cassino, como a representação do luxo e do prazer, ficou no imaginário de muitos que viveram esse tempo ou que dele ouviram falar. Tenha sido ele um *lugar de memórias* ou um *lugar de esquecimento*, o fato é que dele ainda se fala e que ele compõe a história da cidade através dos testemunhos de muitos moradores da cidade.

Segundo Pesavento

Este é um processo de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados a ver, tangíveis, à disposição do passante, como também aqueles advindos da esfera do imaterial, depositados na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas. Ou seja, para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo. (PESAVENTO, 2005, p. 11)

Diferentes tempos se fazem ver quando a narração toma a cena enunciativa e coloca os sujeitos a falarem e a falarem de si. O presente da enunciação demarca o lugar de onde se fala e constrói a referência para se observar o passado daqueles que narram. O relato oral apresenta a complexidade da coexistência de diferentes tempos no fio do discurso daquele que narra e revive sua própria história através da narração. Pesavento assevera

Em se tratando da cidade, a subordinação da memória à história implica no resgate de uma série de temporalidades. O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo do presente, onde se realizam as opções políticas e se decidem as intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro. (PESAVENTO, 2005, p. 14)

O relato é o nosso *corpus*, a sua constituição se dá pela evocação de uma memória; a constituição do texto do relato se dá pela narratividade. Assim, os elementos da narração se fazem presentes nesse texto que pretende recontar a história dos fatos. A questão da memória já foi tema de inúmeros estudos em diferentes períodos da história devido à sua importância para a constituição do homem e da sociedade. Apropriamo-nos de uma reflexão do filósofo italiano Paolo Rossi²⁶: "Estudar a arte da memória traz à tona formas de pensar aquilo que se chama realidade [...] A memória e o esquecimento são o ponto de convergência de um procedimento de reflexão que vem ganhando cada vez mais espaço na história das ideias." (citando orelha do livro). A experiência humana de linguagem que se dá por meio do relato do

²⁶ Na obra *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias* (2010).

passado, manifesta a memória de indivíduos que revivem suas histórias a partir do presente, pois os fatos guardados na memória são experienciados novamente quando (re)contados.

Essas memórias constroem imagens do passado as quais promovem a manutenção de elementos da cultura de uma sociedade²⁷ que se fortalece e se solidifica, ao trazer para o presente memórias que se marcam em imagens. Essas imagens têm o poder de modalizar o comportamento daqueles para os quais elas compõem parte de suas próprias histórias. Assim, “a memória sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro.” (ROSSI, 2010, p. 24). Perceber essas imagens como elementos que trazem presente a história da sociedade, garante a compreensão do todo e de si mesmo como pertencente a um contexto maior de relações e de interação social em diferentes períodos da história, os quais constituem a sociedade atual.

Para Rossi “Nas situações histórico-culturais em que predominam a cólera e o espírito de rebelião, a exigência de um passado é frequentemente tão forte quanto a que diz respeito ao futuro.” (ROSSI, 2010, p. 25). O entendimento do passado dá ao homem a compreensão do seu lugar no mundo. Para o autor, o interesse atual pelo tema da memória está relacionado a uma grande “demanda de passado” que coloca em questão novamente temas, aparentemente, desatualizados ou já superados, como, por exemplo, “o localismo, o nacional, o regional, o urbano, o bairro, as minorias, os grupos, suas culturas, etc” (ROSSI, 2010, p.25).

Considerando que a memória pressupõe a expressão da experiência individual do sujeito que ao (re)contar sua história a (re)conta sob seu ponto de vista, percebe-se que entre a memória coletiva e a história não se apresenta uma relação necessariamente simétrica, mas sim, muitas vezes, antinômica. Nas palavras do autor “A história e a memória coletiva podem ser pensadas como as duas pontas de uma antinomia: em que os avanços da historiografia fazem continuamente retroceder o passado imaginário que foi construído pela memória coletiva.” (ROSSI, 2010, p. 28). Embora a memória coletiva deixe de lado elementos “científicos” e fique no campo do empirismo, ainda assim ela se faz fundamental para a compreensão da experiência do homem com os fatos que se dá através da linguagem. Questionamo-nos, assim como o faz o autor “[...] O que poderia ser mais agradável (e mais “progressista”) do que fazer-se intérprete de todos aqueles dos quais a “história” é incapaz de se lembrar porque não quis se lembrar? O que existe de mais “alternativo” do que confiar, uma vez mais, como no período que precede a

²⁷ Essa questão será trabalhada no quarto capítulo, especialmente com a leitura do texto de 1968 de Benveniste *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, no qual se destaca que a língua é “uma identidade em meio às diversidades individuais. E daí procede a dupla natureza profundamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Esta dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 97).

grande historiografia moderna, na memória dos indivíduos e na das pequenas e negligenciadas coletividades locais? (ROSSI, 2010, p. 29).

Como estudiosos da língua, situamo-nos no terreno da individualidade e da irrepetibilidade da enunciação que coloca o homem sempre como narrador de sua história, ao se apropriar da língua e se propõe como sujeito da enunciação. Tratamos de relatos de falantes que assumem a posição de portadores da voz que representa um grupo social em um determinado período da história, ou seja, um lugar enunciativo conquistado pela própria história a ser (re)contada.

Reitera-se, assim, que o relato do passado possibilita a preservação de uma memória que se faz presente a cada nova enunciação, ganhando novos sentidos e novos contornos. O uso que se faz da língua pelo locutor que se propõe como sujeito, traz enunciações a cada vez novas, únicas, singulares. Irrepetíveis. A mobilização de elementos do passado acontecerá de acordo com o grau de envolvimento do homem com o seu próprio passado. “O tempo recordado será concebido como expandido ou contraído, dependendo da vivacidade das imagens evocadas. A memória, como foi dito, “coloniza” o passado e o reordena tendo por base as concepções e as emoções do presente.” (ROSSI, 2010, p. 97). Ao narrar oralmente suas histórias, o falante tem a oportunidade de verbalizar fatos e de silenciar outros conforme sua possibilidade de interação com o seu próprio passado.

Os relatos pertencentes ao Bloco Rua Quinze de Novembro serão apresentados ao longo dos próximos capítulos com o intuito de exemplificar questões teóricas desenvolvidas ao longo da escrita. Retomamos aqui a metodologia já apresentada no “entre-texto” que precede o capítulo um. Diante do Bloco Rua Quinze de Novembro, consideramos dois planos enunciativos: primeiro plano composto por *eu* (locutor-narrador) em relação a um *tu* (ouvinte), falando de um *ele*-memórias; segundo plano composto por dois níveis: 1º contendo *eu* (ouvinte-locutor-pesquisador) em relação a um *tu* (relato oral), falando de um *ele* (memórias); 2º nível contendo um *eu* (ouvinte-locutor-escritor) em relação a um *tu* (projeção do *eu*; leitor desta tese), falando de um *ele* (relato oral).

Diante disso, reitera-se que é a posição do ouvinte-locutor que ganha ênfase em nosso estudo por representar o gesto interpretativo da pesquisadora que se insere como ouvinte do relato e com ele interage na construção de uma enunciação de retorno, ou seja, de uma enunciação sobre a enunciação dos relatos da memória, enquanto uma experiência humana da linguagem inscrita nos atos de lembrar, contar e reconstruir memórias.

CAPÍTULO 2

O RELATO DA MEMÓRIA

“O entrelaçamento de memória-esquecimento é muito profundo. Mesmo quando se teorizam rupturas totais e histórico-culturais em que predominam a cólera e o espírito de rebelião, a exigência de um passado é frequentemente tão forte quanto a que diz respeito ao futuro.” (ROSSI, 2010)

PALAVRAS INICIAIS

O capítulo dois destina-se à reflexão acerca da experiência humana com a linguagem proveniente do relato oral, desenvolvendo, assim, a segunda temática da tese (o relato da memória) conforme anunciado na introdução. Da relação entre homem e linguagem constitui-se a experiência cada vez única que se dá por meio da enunciação. Teoricamente, iniciamos o capítulo por Benveniste em seu artigo *A linguagem e a experiência humana* (1965) a partir do qual refletimos sobre o fato da língua apresentar a manifestação da experiência humana do tempo. Com base nessa reflexão sobre o tempo, chegamos ao conceito de memória.

Para tanto, buscamos uma visada filosófica sob o olhar de Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa: o tempo narrado* (2010) e *A memória, a história e o esquecimento* (2007); e de Giorgio Agamben em *O que resta de Auschwitz* (2008). Do primeiro, exploramos questões sobre o tempo e a memória; do segundo, ficamos com a noção de testemunho.

Assim, delineamos o percurso de escrita do capítulo dois.

2.1 A EXPERIÊNCIA HUMANA NA E PELA LINGUAGEM DEMARCADA NO RELATO ORAL

O relato oral é nosso objeto de estudo; e a memória se apresenta como elemento central para a narratividade que demarca histórias vivenciadas em outros tempos. Para tanto, iniciaremos por Émile Benveniste, por considerarmos a experiência subjetiva com a linguagem uma das questões centrais desta pesquisa. Para tanto, utilizamos neste momento, as reflexões presentes no artigo *A linguagem e a experiência humana*, publicado originalmente em Paris, *Diogenes*, U.N.E.S.C.O, nº 51, 1965, presente no tomo *Problemas de Linguística Geral II* (2006).

A experiência sempre subjetiva dos sujeitos com a linguagem é o foco da reflexão de Benveniste nesse texto. Destaca-se que todas as línguas têm “certas categorias de expressão” cujas funções aparecem no instante em que se observa o exercício da linguagem e a produção do discurso, centralizando a discussão acerca das categorias de pessoa e de tempo. Para Benveniste, “As formas que revestem estas categorias são registradas e inventoriadas nas descrições” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 68). A ideia de “revestimento” é importante, pois configura uma maneira de pensar sobre o funcionamento do discurso. As descrições feitas sempre e a cada vez de uma maneira única dão forma e revestem essas categorias de expressão já existentes na língua.

As categorias de expressão, segundo Benveniste, são “elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 68). O falante ao se apropriar da língua o faz por meio de categorias de expressão e marca a sua posição de sujeito, a sua posição enunciativa, promovendo descrições diferenciadas a cada enunciação.

Segundo Benveniste, “Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento lingüístico que a funda.” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 69). A condição de diálogo constitui a pessoa, remetendo-nos à noção de reciprocidade. Cada locutor ao se propor como sujeito remete-se a si próprio como *eu* no seu discurso. Dessa forma, esse *eu* remete a outra pessoa, que é, nesse diálogo, seu alocutário, uma espécie de eco do próprio *eu*. Sendo assim, a categoria de pessoa apresenta uma polaridade, inerente a ela própria, e que se realiza no discurso. Ademais, para o locutor (*eu*) o ato de discurso é sempre novo, pois a cada *ato* há a inserção novamente do locutor em um tempo novo em “texturas” circunstanciais diferentes.

O diálogo, portanto, acontece por oposição, visto que o *eu* se opõe ao *tu* e a *ele*, imprimindo nessa condição a sua subjetividade. Nesse sentido, conclui-se que a distância entre o “dado” e sua “função” se dá na passagem do “*eu*”, pronome presente no paradigma, para “*eu*”, locutor, designação única; atualizando, assim, a experiência do homem com a linguagem. O discurso só é possível devido a essa atualização. Os elementos do paradigma estão disponíveis, mas somente se tornam passíveis de descrição quando são tomados por alguém e enunciados em um dado tempo e em um dado espaço.

Ademais, a cada nova enunciação, um novo sujeito se constitui. Isso significa que estamos em constante mudança, garantida pela passagem do tempo. A experiência humana do sujeito com a linguagem é sempre diferente a cada novo instante enunciativo. A passagem de locutor para sujeito da enunciação coloca em cena uma língua enquanto virtualidade, prevista no repertório dos falantes, e a realização dessa língua em discurso. A singularidade do *ato* enunciativo está no fato único de a cada instante podermos usar a mesma língua para vivenciar sempre experiências diferentes. Desse modo, o tempo faz do homem um ser em constante subjetivação.

É sabido que para Benveniste todas as escolhas do locutor no *ato* enunciativo são escolhas subjetivas. Nesse texto, em particular, o linguista trata especificamente das categorias

de pessoa e de tempo. Quanto às formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, Benveniste apresenta a seguinte ideia

Das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*, nenhuma é tão difícil de explorar, a tal ponto estão arraigadas as idéias preestabelecidas, as ilusões do “bom senso”, as armadilhas do psicologismo. Queremos mostrar que este termo *tempo* recobre representações muito diferentes, que são as muitas maneiras de colocar o encadeamento das coisas, e queremos mostrar sobretudo que a língua conceptualiza o tempo de modo totalmente diferente da reflexão. (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 70)

Se o discurso é sempre diferente para o “eu” em virtude da mudança de tempo, o tempo aqui altera todo o encadeamento e, desse modo, é perceptível em todas as escolhas, não estando somente ligado a determinadas classes de palavras. O que se evidencia na seguinte constatação: “[...] a categoria do verbo pode ser reconhecida mesmo nas línguas não flexionais, e a expressão do tempo é compatível com todos os tipos de estruturas linguísticas.” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p.70). O tempo está atrelado diretamente à condição de subjetividade da linguagem. Ao enunciar-se, o sujeito marca o tempo da enunciação (*tempo linguístico*) e ao mesmo tempo constrói um paralelo entre passado e futuro. Somente podemos pensar no tempo a partir da marcação do presente que se dá pela enunciação. Interessa-nos aqui, portanto, o tempo que revela a experiência de um sujeito que relata. Um passado que se torna novamente presente ao ser relatado e que se reconstrói novamente, passando por uma nova experiência de linguagem. Observemos um trecho de um relato selecionado para este estudo

Relato 4 com Paulo Giongo

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: O Cassino da Maroca era o principal e maior estabelecimento da Rua XV nos anos 40 e início dos anos 50. Recebia a elite local e visitantes de fora da cidade. Mulheres bem vestidas, vindas dos países vizinhos, como Uruguai e Argentina, orquestras e mesas regadas a champagne compõem o imaginário sobre o Cassino.

Morador: então essas mulheres ficavam nas mesas, ou chegavam na mesa onde tinha um ou dois rapazes sentados, pedia licença e sentava eeee ela já perguntava whiskizinho e sim e tal, porque o lucro dela na realidade era das moças bonitas, vistosas, boa aparência e boa conversa, tinha um grau de cultura do médio pra cima, quer dizer, não era, simplesmente uma prostituta, era respeitada, porque o cara ficava aguçado e pagava a ida né e chegava lá e pagava o quarto e então virou um negócio realmente. (Bloco Rua XV de Novembro – Anexo D)

Percebemos no relato que a partir do tempo linguístico a personagem fala de um tempo passado, marcado em sua memória. Considerando o primeiro plano enunciativo que prevê um *eu* (narrador), falando para um *tu* (ouvinte) sobre um *ele*-memórias. Temos o narrador Paulo Giongo contando, a partir do tempo presente, sua experiência do passado com o Cassino. Fala-se de um *ele* representado pelas mulheres que trabalhavam no Cassino. A partir do presente, o narrador reconstrói a experiência do passado que vira uma nova experiência no próprio presente. Observando o segundo plano enunciativo composto por um *eu* (ouvinte-locutor), falando para um *tu* (projeção do *eu*; leitor desta tese), sobre um *ele*-relato oral, constrói-se um gesto interpretativo. Através da descrição das mulheres que compunham o cenário do Cassino, percebe-se a diferenciação feita entre aquelas mulheres e outras que dedicam a vida à prostituição. Essa valorização fica evidente na fala “*moças bonitas, vistosas, boa aparência e boa conversa, tinha um grau de cultura do médio pra cima, quer dizer, não era, simplesmente uma prostituta, era respeitada*”. Através da experiência humana do narrador com a língua, que o possibilita a representação de suas memórias, constrói-se um imaginário do Cassino como um lugar diferenciado daquele comumente associado à prática da prostituição.

A língua apresenta a manifestação da experiência humana do tempo. Dessa forma, o presente instituído na instância discursiva não pode apresentar divisão particular com relação ao tempo *crônico*, pois é atualizável a cada nova apropriação. Desse modo, o tempo da língua não reproduz o tempo *crônico* como decalque da realidade. O tempo linguístico é instituído a partir da apropriação da língua pelo sujeito, momento no qual sempre se instaura um presente único e irrepitível. A enunciação pressupõe, portanto, a apropriação da língua por um locutor em um dado espaço e tempo que faz com que a própria experiência de língua seja sempre única e irrepitível. A experiência comum entre os homens é a experiência do tempo *crônico*, pois a vida corre sem fim e sem retorno e isso é compartilhado por todos, independente da maneira como isso seja percebido pelos indivíduos. O tempo *crônico*, nessa perspectiva, engloba nossa vida como sequência de acontecimentos.

No entanto, esse mesmo tempo apresenta uma dupla versão: uma versão objetiva e uma versão subjetiva. A parte subjetiva representada pelo tempo *físico*, ou seja, pela percepção que cada falante tem da passagem do tempo; e a parte objetiva representada pela marcação dada pelo calendário que é compartilhada com todos da mesma forma. Assim, assevera Benveniste, “Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo.” (PLG-II, 1965-2006, p. 71), os acontecimentos vivenciados não são o tempo, eles estão no tempo. Para o linguista

O observador, que é cada um de nós, pode lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrê-los em duas direções, do passado ao presente ou do presente ao passado. Nossa própria vida faz parte destes acontecimentos, que nossa visão percorre numa direção ou em outra. Neste sentido, o tempo crônico, congelado na história, admite uma consideração bidirecional, enquanto que nossa vida vivida corre (é a imagem recebida) num único sentido. A noção de acontecimento aqui é essencial. (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 71)

Cada um de nós é observador da própria vida, pois em nossa memória estão registrados os acontecimentos passados como em um filme que a qualquer momento pode ser revisto. No entanto, cabe uma reflexão do que se entende, aqui, por “acontecimento”. Nem todos os momentos vivenciados são lembrados do mesmo modo. Alguns são simplesmente esquecidos ou lembrados de forma fragmentada; outros, no entanto, são lembrados como se tivessem sido vividos no exato instante da evocação da memória. Consideramos que os fatos que ficam marcados na memória e podem ser acessados a qualquer tempo são aqueles ligados às emoções, desde fatos banais do cotidiano até fatos tradicionalmente marcantes. Todos os fatos ligados às emoções têm potencial de virar “acontecimentos” da vida a serem lembrados em detalhes.

Benveniste assevera que é graças à imutabilidade do tempo, em sua versão objetiva, que os discursos fazem sentido a todos, se não fosse assim, seria impossível para o ser humano localizar-se e se comunicar de forma sensata. A possibilidade de retomar memórias se dá pela capacidade de se localizar dada a objetividade do tempo do calendário. Considerando o relato acima apresentado, podemos afirmar que o indivíduo ao evocar uma memória, evoca a imagem do Cassino congelada no passado e relata o acontecimento a partir do presente. Tudo está lá, congelado na história de nossa memória, é preciso passar novamente pela linguagem para se tornar relato do presente e, portanto, novo acontecimento. Relatar é viver novamente, ou melhor, é tornar novamente único o acontecimento passado. Acerca do tempo *crônico*, Benveniste também assevera que “Em todas as formas de cultura humana e em todas as épocas, constatamos de uma maneira ou de outra, um esforço para objetivar o tempo crônico. É esta uma condição necessária da vida das sociedades, e da vida dos indivíduos em sociedade. Este tempo socializado é o do calendário.” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 72). Precisamos do tempo *crônico* para situarmo-nos no tempo comum a todos. Sem ele, não conseguiríamos viver em sociedade, compartilhar a vida comum a todos.

Benveniste torna a questão ainda mais complexa ao dizer que “[...] a organização social do tempo crônico é, na realidade, *intemporal*. E isto não é nenhum paradoxo.” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 73). É *intemporal* justamente porque sozinho não significa, pois depende

da marcação de presente para se estabelecer e essa marcação somente se dá quando enunciado por alguém.

A apropriação da língua faz com que o locutor consiga declarar-se/propor-se como sujeito aos outros e a si próprio. A experiência humana de que se trata aqui é, portanto, aquela que se constitui na e pela linguagem. A cada nova apropriação um novo sujeito se instaura, mesmo que seja o mesmo locutor a se apropriar, pois a experiência é constituinte do homem e não o homem da experiência. Considera-se, assim, que o caráter único dá ao falante a possibilidade de estar em constante subjetivação. Portanto

O presente lingüístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção. (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 75)

Para Benveniste, ao narrar um acontecimento (um fato vivido), o faço em relação ao presente de meu ato de fala e isso seria de certo modo intransferível a outro, já que representa a minha experiência; no entanto, nas palavras do autor, “a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 77). O tempo passa a ser compartilhado e marcado pela relação intersubjetiva do discurso. Desse modo

[...] O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fato de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação lingüística. (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 78)

Ao narrar um acontecimento passado vislumbra-se a transferência de um tempo lingüístico (presente) para um tempo *crônico*, guardado na memória. Para concluir, constata-se que é apenas uma linha que localiza as nossas ações no tempo e que dá a sequência da vida. Segundo o autor, “A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. [...] Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem.” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 80). O tempo do sujeito não é o tempo *crônico*, mas sim o tempo da enunciação (o tempo lingüístico) que possibilita o preenchimento do locutor como sujeito da enunciação. É nesse processo

dialógico entre sujeitos (*eu e tu*) que se instaura a subjetividade e a intersubjetividade. Falar da experiência humana é falar da linguagem e do tempo. Falar de linguagem é falar de subjetividade-intersubjetividade.

É nessa relação que a própria sociedade se concebe e se organiza. Falaremos da experiência de sujeitos que se apropriam da língua para evocar memórias e (re)contá-las por meio de um relato através do qual marcam a sua relação com o mundo. O passado serve para compreender o presente e, quem sabe, projetar o futuro.

Para dialogar com as ideias de Benveniste acerca da questão do tempo e da experiência humana, recorreremos a um de seus leitores Paul Ricoeur, que em sua obra *Tempo e Narrativa: o tempo narrado*²⁸ (2010) desenvolve a seguinte tese:

Minha tese aqui é que a maneira única como a história responde às aporias da fenomenologia do tempo consiste na elaboração de um terceiro-tempo - o tempo propriamente histórico-, que faz mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. (RICOEUR, 2010, p. 169-170)

Em *Tempo e narrativa*, obra em três volumes, o autor propõe as bases teóricas de seu estudo, apresenta as questões ligadas à ficção literária e finaliza a reflexão falando do tempo e de suas configurações sobre a vida humana. Utilizamos-nos, para esta pesquisa, o último volume por considerarmos que ele nos apresenta uma reflexão acerca do tempo narrado que pode ser interessante no que tange à construção narrativa do relato oral. Ricoeur cita Benveniste²⁹ (*A linguagem e a experiência humana-1965*) para construir a sua linha de pensamento sobre o tempo que desemboca na concepção do *terceiro-tempo: o tempo narrado*. Nas palavras do autor: “Essa constituição universal é o que faz do tempo do calendário um *terceiro-tempo* entre o tempo psíquico e o tempo cósmico” (RICOEUR, 2010, p. 180). Destacamos o seguinte trecho da parte inicial da segunda seção, destinada a pensar sobre a *Poética da narrativa: história, ficção, tempo*.

²⁸ Paul Ricoeur escreve a obra *Tempo e narrativa* em três volumes. O *Volume 1 – A intriga e a narrativa histórica* discute a narrativa como elemento que possibilita a experiência humana do tempo. O *Volume 2 – A configuração do tempo na narrativa de ficção* no qual discute sobre a questão filosófica que o trabalho de composição narrativa coloca é a das relações e das tensões entre o tempo da narrativa e o da vida e da ação efetiva. O *Volume 3 – O tempo narrado* apresenta a concepção de terceiro tempo ou tempo narrado como elemento entre o tempo psíquico e o tempo cósmico.

²⁹ Destaca-se que Ricoeur cita diferentes autores ao longo de suas reflexões. Benveniste é um deles, do qual o autor se apropria dos conceitos de *tempo crônico* e *tempo linguístico*.

O problema passará a ser então o de mostrar como a refiguração do tempo pela história e pela ficção se concretiza por meio dos empréstimos que cada modo narrativo toma do outro. Esses empréstimos consistirão no fato de que a intencionalidade histórica só se dá incorporando à sua perspectiva os recursos de *ficcionalização* que remetem ao imaginário narrativo, ao passo que a intencionalidade da narrativa de ficção só produz seus efeitos de detecção e de transformação do agir e do padecer assumindo simetricamente os recursos de *historicização* que lhe oferecem as tentativas de reconstrução do passado efetivo. Dessas trocas íntimas entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica, nasce o chamado tempo humano, que nada mais é que o tempo narrado. (RICOEUR, 2010, p. 173)

Embora saibamos que Ricoeur trata da narrativa escrita, especialmente da narrativa literária ficcional, acreditamos ser possível promover um deslocamento para a narrativa oral e utilizarmos ideias desenvolvidas pelo autor acerca do tempo narrado. Ricoeur retoma o conceito de *tempo crônico* desenvolvido por Benveniste, apresentando um resumo das ideias contidas no texto de 1965. O autor promove um entrecruzamento entre Benveniste e outros autores como Aristóteles e Kant para tratar das propriedades do tempo físico em comparação ao tempo do calendário. Ricoeur argumenta que a visada sobre o tempo promovida por Benveniste não é da ordem da astronomia ou da física, mas sim é fenomenológica. Para o filósofo

[...] Benveniste tem razão quando diz que os aspectos comuns a todos os calendários “procedem” da determinação do ponto zero de contagem. Aqui, a noção emprestada é a noção fenomenológica de presente, como distinto do instante qualquer, ele mesmo derivado do caráter segmentável à mercê do contínuo uniforme, infinito, linear. Se não tivéssemos a noção fenomenológica do presente, como o hoje em função do qual há um amanhã e um ontem, não poderíamos dar o menor sentido à ideia de um acontecimento novo que rompe com uma era anterior e inaugura um curso diferente de tudo o que precedeu. [...] (RICOEUR, 2010, p. 182)

Vê-se que Ricoeur concorda com Benveniste quanto ao caráter fundamental do presente na constituição do tempo. Somente a partir da noção de presente que, segundo Benveniste se dá pela enunciação, o ser humano consegue localizar-se no tempo. “Ora, não existe presente, e, portanto, nem passado nem futuro no tempo físico enquanto um instante não for determinado como “agora”, como hoje, portanto, como presente.” (RICOEUR, 2010, p. 183). Voltamo-nos, então, ao quadro formal da enunciação (trabalhado no capítulo um) através do qual se instauram os caracteres da enunciação demarcada por um *eu* que fala a *tu* em um *aqui* e *agora*.

[...] Por um lado, todos os instantes são candidatos legítimos ao papel de momento axial. Por outro, não há nada que diga que determinado dia do calendário tomado em si mesmo é passado, presente ou futuro; a mesma data pode designar um acontecimento futuro, como numa crônica. Para ter um presente, como também aprendemos com Benveniste, é preciso que alguém fale; o presente é então assinalado pela coincidência entre um acontecimento e o discurso que o enuncia; para chegar ao tempo vivido a partir do tempo crônico é portanto preciso passar pelo tempo linguístico, referido ao discurso [...]. (RICOEUR, 2010, p. 184).

A partir dessas reflexões acerca do tempo crônico, Ricoeur constrói a seguinte tese

A exterioridade atribuída ao calendário com relação às ocorrências físicas e com relação aos acontecimentos vividos exprime no plano lexical a especificidade do tempo crônico e seu papel de mediador entre as duas perspectivas sobre o tempo: ele cosmologiza o tempo vivido, humaniza o tempo cósmico. É assim que contribui para reinscrever o tempo da narrativa no tempo do mundo. (RICOEUR, 2010, p. 184).

Ricoeur trabalha com diferentes autores para falar do tempo, no entanto, são os conceitos de *tempo crônico* e *tempo linguístico* de Benveniste (1965) que fundamentam a definição do *terceiro-tempo* (*o tempo narrado*). A partir disso, fala-se de uma experiência humana com a língua que, ao se materializar por meio da narração, permite aos falantes localizarem-se no tempo e construírem um conhecimento de si proveniente de suas relações com o outro e com o mundo. Observemos um trecho de um dos relatos selecionado para este estudo

Entrevistador: Ótimo! Deu pra ver que essa cultura, essas histórias elas não têm escrita mas elas vem perpetuadas pela família né? (perfeito, perfeito) Pela memória oral...

Djanira: Perfeito! Memória Oral! Eu assim ó, eu ouvia muitas histórias, por exemplo, a minha tataravó era uma escrava que era de um fazendeiro muito grande daqui da região e ela era pequena, quando ela era pequena, criança ainda, o trabalho dela era cuidar das crianças da, do Sinhô – como elas falavam né-, então ela tinha que embalar essa criança na rede, ela passava o dia inteiro embalando a criança na rede, e quando ela parava de embalar essa criança, a criança gritava, já era grandinha, e dizia “Mãe, a nega parou!” aí ela vinha lá, batia na negra pra ela continuar a embalar a rede... Conta também outro pedaço que eu ouvia a minha bisavó contar que ela tinha uma das, a mãe dela, ela tava, ela tinha a mão queimada e não mexia, foi comprometido os nervos, os nervos da mão, por quê?

Porque a Sinhá tava fazendo doce, tava fazendo marmelada no tacho, no fogo e ela sentia aquele cheirinho, tinha uma vontade de comer, ela era pequena, uma vontade de comer aquele doce e ela nunca dava, ela nunca deu pra elas comerem. E um dia então ela experimentou, pegou um pauzinho e tirou e ela viu, daí então ela pegou uma colher de pau e disse “abra a mão negra! Abra a mão!” daí ela abriu a mão e ela colocou, aquilo fervendo na mão dela então isso foi passagens que elas me contaram que eu sabe me arrepio né, de saber que realmente isso tudo aconteceu.. também a memória oral né, foram contando que a gente foi sabendo. (sim, ahham) Essas são algumas coisas que eu me lembro, a gente aos poucos vai lembrando o que nos contaram né, mas quando mais pra cá, a fundação do Visconde do Rio Branco né, que foi uma festa muito grande que foi a minha família que fundou o Visconde do Rio Branco, os Izaias né, e eles, então, sempre passavam de irmão pra irmão, eram três ou quatro irmãos, Antenor, Eduardo e...Antenor, Eduardo e Augusto! Eram três irmãos, então o Antenor era presidente e passava pro Augusto e assim ia né... Grandes, memoráveis bailes que eles faziam no Visconde, eles contavam os carnavais maravilhosos né, e que era assim, uma coisa muito muito bacana eles faziam inclusive o Bumba meu Boi, que não era uma um costume por aqui, não é um folclore aqui do Rio Grande do Sul, é um folclore de lá de cima, daonde eles vieram, realmente eles vieram né, aí demonstra que realmente alguns deles vieram lá de cima, porque eles praticavam Bumba meu boi né, o terno de reis né, que eram muito bonito, vestiam de rei, de rainha, tinha a rainha do maracatu... e a mãe sempre contava quando chegava na festa de rei, que é em janeiro, que é depois do natal, eles saiam cantando nas ruas, nas casas, com a bandeira né, e cantando, cantando as músicas referentes ao terno de reis, e aí então eles recebiam dinheiro, faziam festas tudo, era muito bonito as coisas, eu gostava muito de ouvir a minha mãe cantar...(Bloco Entrevistas; Anexo B)

Um conhecimento de si se constrói a partir da narração de histórias vividas pelos antepassados de Djanira. A narração garante não só a sobrevivência da história vivida pelos antepassados, como também constitui a própria narradora como pertencente a um determinado grupo que compartilha de histórias, lutas e conquistas. Na sequência de seu relato (Anexo B, Bloco Entrevistas), a entrevistada conta que hoje faz parte de um grupo chamado “Alforria” que tem como objetivo lutar contra o preconceito racial. Observando a importância dada por ela ao relato oral, pode-se concluir que ela vê os relatos contados por seus antepassados como justificativa para a luta por ela empenhada ainda no presente contra o preconceito. Ao recontar, a personagem vivencia novamente, por meio da linguagem, a experiência de preconceito sofrida no passado por sua família e, assim, justifica sua luta no presente. Narrar, portanto, constitui-se como função primordial para a constituição identitária do indivíduo.

Ricoeur organiza o volume três da obra *Tempo e narrativa (O tempo narrado)* da seguinte forma: três capítulos iniciais, nos quais se define a aporética da temporalidade e sete capítulos que versam sobre a poética da narrativa. A partir disso, o filósofo desenvolve uma longa conclusão ensaística na qual ele retoma os elementos da obra como um todo, não só do presente volume. Traremos algumas ideias presentes na conclusão que dialogam com a nossa proposta de tese. Iniciamos pela retomada da hipótese

Aquilo de que quero testar o teor e os limites é a hipótese que desde o começo orientou nosso trabalho, qual seja, de que a temporalidade não se deixa dizer no discurso direto de uma fenomenologia, mas requer a mediação do discurso indireto da narração. [...] De forma esquemática, nossa hipótese de trabalho consiste, portanto, em tomar a narrativa por guardiã do tempo, na medida em que não haveria tempo pensado que não fosse narrado. Daí o título geral de nosso terceiro volume: “O tempo narrado”. (RICOEUR, 2010, p. 411).

Essa hipótese orienta todo o estudo das bases epistemológicas do tempo. Ao tratar das aporias do tempo, o autor traz presente teses consagradas sobre o tempo e com elas dialoga, por vezes concordando, por vezes discordando, promovendo um longo diálogo que busca sanar as dúvidas ligadas à observação do tempo. O autor promove um apanhado de diferentes autores que trabalharam com a questão do tempo, Aristóteles, Agostinho, Hegel, dentre outros, para demonstrar o quanto a *irrepresentabilidade* do tempo é algo presente em diferentes áreas do conhecimento. Sobre isso, Ricoeur argumenta

Será que a aporia da totalização continua sendo a última palavra da aporética do tempo? Na minha releitura, acho que não. Uma aporia ainda mais intratável dissimula-se por trás das duas anteriores. Ela concerne à *irrepresentabilidade* última do tempo, que faz com que a própria fenomenologia não cesse de recorrer a metáforas e devolver a palavra mito, para expressar quer o surgimento do presente, quer o escoamento do fluxo unitário do tempo. [...] A questão paralela consiste então em saber se a narratividade é suscetível de dar uma réplica adequada, tirada apenas de seus recursos discursivos, a esse fracasso da representação do tempo. (RICOEUR, 2010, p. 414)

Embora não citando diretamente Benveniste neste trecho de sua conclusão, arriscamos dizer que há um entrecruzamento com as ideias do linguista, no que tange ao entendimento da posição das coisas e de nós mesmos com relação ao tempo. Observemos o modo como Ricoeur formula o problema que prossegue a conclusão:

Por ora, contentemo-nos em formular o problema da forma mais breve possível: ainda é possível dar um equivalente narrativo à estranha situação temporal que faz dizer que todas as coisas - incluindo nós mesmos - existem no tempo, não no sentido que daria a esse “em” alguma acepção “vulgar”, como diria Heidegger de *Ser e tempo*, mas no sentido que os mitos dizem que o tempo nos envolve em sua vastidão? (RICOEUR, 2010, p. 414).

Benveniste (1965), afirma o seguinte: “No tempo crônico, o que denominamos “tempo” é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo.” (BENVENISTE, PLG II, 1965-2006, p. 71). Parece-nos que Benveniste

apresenta a Ricoeur uma luz com relação ao “fracasso” da representação do tempo³⁰ a partir de suas reflexões em *A linguagem e a experiência humana*, texto no qual, o linguista focaliza a sua atenção em torno da experiência humana da linguagem como reveladora do tempo. Voltamos, então, para o tempo narrado, definido por Ricoeur

A atividade mimética da narrativa pode ser esquematicamente caracterizada pela invenção de um terceiro-tempo constituído sobre a própria linha de fratura cujo traçado a aporética identificou. Essa expressão - *terceiro-tempo* - apareceu na nossa análise para caracterizar a construção pelo pensamento histórico de conectores tão determinados quanto o tempo do calendário. (RICOEUR, 2010, p. 417).

O *terceiro-tempo* só se faz possível graças à apropriação da língua feita por um sujeito que o faz em um determinado tempo e espaço, marcando assim, por meio do presente linguístico, o passado e o futuro. O *terceiro-tempo*, o tempo narrado, provém da tese de que somente a narrativa dá ao homem a localização temporal necessária à construção de um conhecimento sobre si mesmo. Para definir esse último conceito, Ricoeur recorre à *Apologia* socrática.

Essa conexão entre ipseidade e identidade narrativa confirma uma de minhas mais antigas convicções, qual seja, a de que o *si* do conhecimento de si não é o eu egoísta e narcísico do qual as hermenêuticas da suspeita denunciaram tanto a hipocrisia como a ingenuidade, tanto o caráter de superestrutura ideológica como o arcaísmo infantil neurótico. O *si* do conhecimento de si é fruto de uma vida examinada, segundo as palavras de Sócrates na *Apologia*. Ora, uma vida examinada é, em grande medida, uma vida depurada, clarificada pelos efeitos catárticos das narrativas tanto históricas como fictícias veiculadas por nossa cultura. A ipseidade é portanto a de um *si* instruído pelas obras da cultura que ele aplicou a si mesmo. (RICOEUR, 2010, p. 419)

O conhecimento de si, segundo Ricoeur, é um conhecimento construído pela narrativa; por todas as narrativas que compõem a história de um indivíduo e de sua comunidade. O *terceiro-tempo* articula a história oficial e a história pessoal bem como entrecruza o tempo cósmico e o tempo vivido. Narrar, sob essa perspectiva, é parte constituinte do ser humano que se reconhece e reconhece o próprio tempo por meio daquilo que narra. Frente a isso, consideramos essencial à nossa tese, as ideias desenvolvidas por Ricoeur, haja vista a constituição narrativa do relato oral, através do qual memórias são lembradas, contadas, ouvidas e (re)construídas.

³⁰ Para utilizar a própria expressão do autor com relação à irrepresentabilidade do tempo.

Para tratar dessas memórias como testemunhos de falantes que por vezes vivenciaram histórias a serem recontadas e por vezes recontam histórias a eles contadas por seus antepassados, abrimos a próxima seção do texto.

2.2 O TESTEMUNHO DA MEMÓRIA: O “CONHECIMENTO DE SI” CONSTRUÍDO PELA NARRATIVA

Neste momento, apresentamos dois leitores de Benveniste que promovem reflexões acerca da questão da memória e do testemunho: Paul Ricoeur e Giorgio Agamben³¹. Começaremos por Ricoeur para tratar de conceitos como *memória*, *lembrança*, *lugar de memória e lugar de esquecimento*. Na sequência, apresentaremos reflexões de Giorgio Agamben em sua obra *O que resta de Auschwitz* (2008).

Iniciamos nossa reflexão trazendo presente a obra *A Memória, a história, o esquecimento* (2007) de Paul Ricoeur. O texto divide-se em três partes: a primeira está voltada para o objeto da memória, tratando fenomenologicamente dos aspectos mnemônicos; a segunda apresenta uma questão epistemológica acerca da história; e a terceira trata do esquecimento enquadrando-se em uma hermenêutica. O todo da obra é fundamental para a compreensão das ideias propostas pelo autor; no entanto, um recorte é necessário devido aos objetivos de nossa pesquisa. Assim, ficaremos centrados em trechos específicos, nos quais Ricoeur utiliza-se das ideias de Émile Benveniste para o desenvolvimento de seu pensamento.

Na seção anterior do presente capítulo, utilizamos a obra *Tempo e Narrativa: o tempo narrado*, obra na qual Ricoeur parte da concepção do *tempo crônico* e do *tempo linguístico* (Benveniste 1965) para desenvolver a noção de *terceiro-tempo*, ou *tempo narrado*. Neste momento, utilizaremos Ricoeur para pensar sobre as noções de memória, acontecimento e testemunho. Iniciamos com a diferenciação entre memória e lembrança.

³¹ Segundo informações contidas em sua obra *O que resta de Auschwitz* (2008), Giorgio Agamben é um dos principais intelectuais de sua geração. “Sua obra, influenciada por Michel Foucault e Hannah Arendt, centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política.”

A fenomenologia da memória aqui proposta estrutura-se em torno de duas perguntas: *De que* há lembrança? *De quem* é a memória?

[...] A primazia concedida por muito tempo a questão “quem?” teve o efeito negativo de conduzir a análise dos fenômenos mnemônicos a um impasse, uma vez que foi necessário levar em conta a noção de memória coletiva. Se nos apressarmos a dizer que o sujeito da memória é o eu, na primeira pessoa do singular, a noção de memória coletiva poderá desempenhar o papel de conceito analógico, ou até mesmo de corpo estranho na fenomenologia da memória. Se não quisermos nos deixar confinar numa aporia inútil, será preciso manter em suspenso a questão da atribuição a alguém - e, portanto, a todas as pessoas gramaticais - do ato de lembrar-se, e começar pela pergunta “o quê?”. Numa boa doutrina fenomenológica, a questão egológica - independentemente do que ego possa significar - deve vir depois da questão intencional, que é imperativamente a da correlação entre ato (“noese”) e o correlato visado (“noema”). (RICOEUR, 2007, p. 23)

Partindo de uma visada fenomenológica, Ricoeur assume uma posição que coloca o objeto no centro da análise e não mais o indivíduo que relembra. A passagem do “o quê?” para o “quem?” dar-se-á, nesta obra do autor, mais tarde quando da análise da questão temporal presente na questão epistemológica do tema. Embora nossa perspectiva leve em conta o sujeito que fala e, portanto, volte-se para a questão subjetiva, apropriamo-nos do pensamento de Ricoeur para diferenciar *memória* e *lembrança*, já que é através do objeto (relato oral) que construímos uma imagem do falante. O filósofo apresenta uma reflexão que circula entre as ideias de Platão e Aristóteles e, especialmente, com relação ao último desenvolve algumas considerações que gostaríamos de destacar.

A primeira questão que se apresenta é a “coisa” lembrada; é nessa ocasião que é pronunciada a frase chave que acompanha toda minha pesquisa: “A memória é do passado” (499b15). É o contraste com o futuro da conjectura e da espera e com o presente da sensação (ou percepção) que impõe esta caracterização primordial. E é sob a autoridade da linguagem comum (“ninguém diria...mas dir-se-ia que...”) que é feita a distinção. (RICOEUR, 2007, p. 35)

Reforça-se a ideia de que é do passado que se fala, no presente, quando se pensa em memória. A questão da anterioridade e da posterioridade (tomando o ato de fala, o presente) são colocadas em cena ao se afirmar isso. Assim, o tempo e a memória são temas que se sobrepõem. A possibilidade de deslocamento do tempo presente para o tempo passado e futuro é uma capacidade humana. A memória é dependente da concepção de tempo na medida em que a partir da localização do sujeito no momento presente, ele consegue situar-se com relação ao passado vivido. Quanto à problemática da lembrança, Ricoeur retoma Aristóteles:

O contraste entre os dois capítulos do tratado de Aristóteles - *mneme* e *anamnesis* - é mais evidente do que o fato de pertencerem a uma só e mesma problemática. A distinção entre *mneme* e *anamnesis* apóia-se em duas características: de um lado a simples lembrança sobrevém à maneira de uma afecção, enquanto a recordação consiste numa busca ativa. Por outro lado, a simples lembrança está sob o império do agente da impressão, enquanto os movimentos e toda a seqüência de mudanças que vamos relatar têm seu princípio em nós. Mas o elo entre os dois capítulos é assegurado pelo papel desempenhado pela distância temporal: o ato de se lembrar (*mnemoneuein*) produz-se quando transcorreu um tempo (*prin khronisthenai*) (451 a 30). E é esse intervalo de tempo, entre a impressão original e seu retorno, que a recordação percorre. (RICOEUR, 2007, p. 37)

Percebemos novamente a importância da noção de tempo na diferenciação entre *mnéme* e *anémnesis*³². Recordar é possível a partir da passagem do tempo e de sua percepção por uma memória transtemporal e transcircunstancial. Somente o ser humano é capaz de percorrer o tempo do passado para o presente e do presente para o passado. Portanto, os tempos e as circunstâncias se sobrepõem quando do ato de relembrar; diferentes tempos e diferentes circunstâncias ocupam um só tempo (presente da fala) quando, em nosso caso, recontados novamente por meio do relato oral. Sob a questão da recordação, Ricoeur continua citando Aristóteles, apresentando a seguinte conclusão

A contribuição maior consiste na distinção entre *mneme* e *anamnesis*. Nós a encontramos mais adiante com outro vocabulário, o da evocação simples e do esforço de recordação. Ao traçar, então, uma linha entre a simples presença da lembrança e o da recordação, Aristóteles preservou para sempre um espaço de discussão digno da aporia fundamental trazida à luz pelo *Teeteto*, a da presença do ausente. (RICOEUR, 2007, p. 38)

Após um retorno às ideias de Platão e Aristóteles acerca da questão da memória, Ricoeur apresenta aquilo que chama de *esboço fenomenológico da memória*. O autor diferencia, então, a *memória da lembrança*, criando categorias que nos ajudam a compreender a lógica dessa fenomenologia. Ricoeur define esses conceitos a partir do próprio caráter objetual da memória. Nas palavras do autor

³² Um esclarecimento sobre o significado desses dois termos aristotélicos encontra-se na nota de rodapé número 14, presente na página 35 da obra de Ricoeur (2007). Trazemos também uma acepção presente na obra *Curso de Filosofia Aristotélica* de autoria do Dr. Eduardo B. C. Bittar (2003). Bittar define os termos da seguinte forma: “Acerca da memória (Mnème) e reminiscência (Anámnesis) existem muitas considerações a serem feitas. Uma das primeiras que talvez se possa fazer é de que a primeira consiste em faculdade mais rudimentar e comum a todos os animais, enquanto a outra consiste em faculdade de exclusiva potência intelectual, realizando-se, portanto, nos seres noéticos ou racionais, exclusivamente.” (BITTAR, 2003, p. 598).

A primeira expressão do caráter fragmentado dessa fenomenologia deve-se ao próprio caráter objetual da memória: lembremo-nos de alguma coisa. Neste sentido, seria preciso distinguir, na linguagem, a memória como visada e a lembrança como coisa visada. Dizemos a memória e as lembranças. Falando de maneira radical, estamos tratando aqui de uma fenomenologia das lembranças. (RICOEUR, 2007, p. 41)

Voltando-nos para o nosso objeto de estudo (relatos orais), podemos inferir que o relato parte da memória para trazer para o presente as diferentes lembranças de um passado. Abre-se, assim, para um novo conceito que coloca em jogo a *memória*, enquanto capacidade de recordar, e as *lembranças* como a própria materialização da memória. Observemos um relato selecionado para este estudo

Relato 5 com Antônio Augusto Meireles Duarte

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: As primeiras histórias que serão contadas são sobre a rua XV de Novembro. A principal referência eram as mulheres, sobre as quais se dirigiam os olhares masculinos e femininos da cidade a observar suas roupas, seus modos, sua dança.

Morador: Elas vinham para o centro LUXUOSAMENTE vestidas, que as próprias mulheres e moças de Passo Fundo paravam para analisar, para vê-las, o que está se usando em Buenos Aires e elas se faziam de difíceis pra tomar grana com facilidade e entravam no café que era muito raro, mulher não entrava em café moça muito menos, e elas entravam em café e os homens ficavam bem loucos diziam OH CASTELHANA na praça, temos novidade, é lá na XV, é lá no Cassino da Maroca e elas se revezavam, elas não iam ficar a vida inteira aqui. Eram três, quatro ou cinco, ficavam um mês, um pouco mais e voltavam cheia do dinheiro e vinham outras e havia essa sucessão de belas bailarinas que dançavam um tango que era uma coisa de louco de perfeito.

Narrador: Antônio Augusto Meireles Duarte, jornalista mais antigo da cidade. Foi adolescente na época áurea do Cassino, o que não o impediu de frequentar a rua como curioso.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF. (Bloco Rua XV de Novembro- Anexo E)

Antônio Augusto Meireles Duarte traz para o presente lembranças de um tempo em que o Cassino da Maroca era um ponto de referência na cidade de Passo Fundo. Suas lembranças de adolescente nos apresentam uma imagem de um lugar de luxo e entretenimento que chamava a atenção dos viajantes que, em virtude do Cassino, preferiam hospedar-se na cidade de Passo Fundo. Considerando o primeiro plano enunciativo que prevê um *eu* (narrador), falando para um *tu* (ouvinte) sobre um *ele*-memórias, temos o narrador Antônio Meireles Duarte narrando suas lembranças sobre o Cassino da Maroca, descrevendo-o como um lugar de destaque na cidade não só para os frequentadores do Cassino como também para todos aqueles que acompanhavam a movimentação promovida pela presença das mulheres estrangeiras na cidade.

Sendo assim, fala-se de um *ele* representado pelas mulheres que trabalhavam no Cassino. Observando o segundo plano enunciativo composto por um *eu* (ouvinte-locutor), falando para um *tu* (projeção do *eu*; leitor desta tese), sobre um *ele*-relato oral, constrói-se um gesto interpretativo que revela uma lembrança do Cassino como um lugar de mistérios e novidades, um lugar além de seu tempo em que as convenções sociais podiam ser deixadas de lado. Cria-se uma imagem de um lugar para o qual voltam-se os olhares de toda a sociedade que se divide entre admiração e repúdio. Cria-se, assim, um lugar de onde emergem enunciações que ora apresentam uma valoração positiva, ora apresentam uma valoração negativa para o Cassino. Tornando-se, assim, o Cassino, um lugar tanto de memórias quanto de esquecimento.

Segundo Ricoeur, dois traços caracterizam a lembrança: a) “[...] a multiplicidade e os graus variáveis de distinção das lembranças.”; b) “[...] ele (o traço) diz respeito ao privilégio concedido espontaneamente aos acontecimentos, dentre todas as “coisas” de que nos lembramos.” (RICOEUR, 2007, p. 41). A questão do “acontecimento” no plano da memória-lembrança é fundamental para o autor, haja vista a questão fenomenológica desenvolvida na parte I de sua obra. Quanto a isso, Ricoeur assevera

No plano fenomenológico, no qual nos situamos aqui, dizemos que nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular. Mas abre-se um leque de casos típicos entre os dois extremos das singularidades dos acontecimentos e das generalidades, as quais podemos denominar “estados de coisas”. São também próximas do acontecimento único as aparições discretas (dado pôr-do-sol numa tarde especial de verão), os semblantes singulares de nossos parentes e amigos, as palavras ouvidas segundo seu modo de enunciação a cada vez nova, os encontros mais ou menos memoráveis [...]. (RICOEUR, 2007, p. 42)

Na seção anterior, na qual trabalhamos com a questão da experiência humana com a linguagem, já havíamos abordado a questão do “acontecimento” com base naquilo que Benveniste nos apresenta em seu texto de 1965. Podemos inferir que há uma certa semelhança entre as palavras do linguista e as do filósofo, especialmente no que se refere à questão das “palavras ouvidas”, enunciadas. Disso podemos concluir que a noção de “acontecimento” é de fato primordial para o trabalho com a memória.

Para Ricoeur os “estados de coisas” admitem duas possibilidades: uma primeira ligada às generalidades abstratas; e outra vinculada aos fatos históricos. Quanto ao estatuto dos fatos, o autor assevera que: “[...] os acontecimentos de que trata a história documentária assumem a forma proposicional que lhes confere o estatuto de fato.” (RICOEUR, 2007, p. 42). Conforme já anunciado nas considerações parciais do primeiro capítulo, interessa-nos, de forma especial,

não os acontecimentos registrados historicamente; mas sim, as perspectivas dos indivíduos que fazem parte da história e relatam as suas lembranças.

Dando sequência a seu raciocínio, o filósofo apresenta os pares opositivos que guiam o percurso de sua escrita no que diz respeito ao campo semântico da lembrança. Destaca-se que neste momento o autor preocupa-se em apresentar questões fenomenológicas acerca do tema, mas considera que somente a hermenêutica, apresentada na parte final de sua obra, dará conta da interpretação que o trabalho com a linguagem exige, já que envolve o sujeito que fala.

O primeiro par de oposições apresentado é a dupla *hábito/memória*. O autor traz presente as ideias de Henri Bergson apresentando as noções de uma fenomenologia que circula em torno do “homem ser capaz de”, nas palavras de Ricoeur: “poder falar, poder intervir no curso das coisas, poder narrar, poder deixar atribuir-se uma ação reconhecendo ser seu verdadeiro autor. Cabe acrescentar os costumes sociais, os costumes morais, todos os *habitus* da vida em comum [...]”. (RICOEUR, 2007. p. 44-45). O segundo par de oposições é o par *evocação/busca*. Para tratar dessa dupla, Ricoeur retoma os estudos aristotélicos acerca da questão da *mnème*.

[...] o que deve ser alcançado ao primeiro plano, na esteira de Aristóteles, é a menção da anterioridade da “coisa” lembrada em relação à sua evocação presente. Nessa menção consiste a dimensão cognitiva da memória, seu caráter de saber. [...]. (RICOEUR, 2007, p. 45)

Ricoeur (2007) traz presente diferentes pensadores para construir reflexões acerca da memória. A respeito da relação entre lembrança e memória, apresentam-se reflexões de Husserl, especialmente apresentadas na obra *Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps*; Henri Bergson, do qual cita diferentes obras; Santo Agostinho especificamente com o *Livro XI das Confissões*; e Martin Heidegger, em *Ser e tempo*. Ricoeur promove uma discussão acerca do tempo presente, utilizando-se de ideias dos diferentes autores acima citados. O filósofo assevera que a lembrança diferencia-se da imaginação na medida em que ela é situada temporal e espacialmente com relação ao agora. Chegando, assim, a mais uma polaridade que se dá entre *reflexividade* e *mundanidade*.

Não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vimos, experimentamos, aprendemos. Tais situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o espaço onde se viveu, enfim, o horizonte do mundo e dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu. [...] (RICOEUR, 2007, p. 53)

Os diferentes lugares fazem parte da constituição da memória humana. Os horizontes de si e do outro compõem memórias experimentadas individualmente e em conjunto, criando noções de identidade e pertencimento importantes à condição do ser humano em sociedade. Dessas memórias construídas dos lugares vividos emergem enunciações que criam e recriam a experiência do sujeito com o mundo. Para Ricoeur

A transição da memória corporal para a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se e, acima de tudo, habitar. É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis. Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar. É de fato nesse nível primordial que se constitui o fenômeno dos “lugares de memória”, antes que eles se tornem uma referência para o conhecimento histórico. [...]. (RICOEUR, 2007, p. 57)

A cidade torna-se um *lugar de memória* na medida em que compõe parte importante da identidade do homem que habita no espaço urbano. As lembranças apresentam-se por meio de narrativas que carregam suas personagens e seus cenários, fundamentais para o sujeito que relembra. Segundo Ricoeur, “Os lugares habitáveis são, por excelência, memoráveis. Por estar a lembrança tão ligada a eles, a memória declarativa se compraz em evocá-los e descrevê-los. (RICOEUR, 2007, p. 59). Os relatos orais estudados nesta tese trazem exemplos de *lugares de memórias* constituintes da história local. Por meio dos relatos, percebe-se a importância da cidade para os indivíduos que narram.

De saída, temos a espacialidade corporal e ambiental inerente à evocação da lembrança. Para explicá-la, opusemos a mundaneidade da memória a seu pólo de reflexividade. As lembranças de ter morado em tal casa de tal cidade ou de ter viajado a tal parte do mundo são particularmente eloqüentes e preciosas; elas tecem ao mesmo tempo uma memória íntima e uma memória compartilhada entre pessoas próximas: nessas lembranças tipos, o espaço corporal é de imediato vinculado ao espaço do ambiente, fragmentado da terra habitável, com suas trilhas mais ou menos praticáveis, seus obstáculos variadamente transponíveis; [...]. (RICOEUR, 2007, p. 157)

Os relatos do Bloco Rua Quinze de Novembro criam no imaginário de quem ouve uma imagem da rua como um lugar de memórias e também, para alguns, de esquecimento. Ao passo que os frequentadores do Cassino e as pessoas que dele viviam o viam como um lugar importante e memorável; os demais moradores para os quais a zona de meretrício era proibida, o viam como um lugar de vergonha e, portanto, de esquecimento. Compartilhar de um mesmo lugar em uma mesma época é compartilhar também fragmentos culturais determinados pelas condições sociais do período histórico. Quanto ao espaço vivido, Ricoeur argumenta

[...] Entre o espaço vivido do corpo próprio e do ambiente e o espaço público intercala-se o espaço geométrico. Com relação a este, não há mais lugares privilegiados, mas locais quaisquer. É nos confins do espaço vivido e do espaço geométrico que se situa o ato de habitar. Ora, o ato de habitar não se estabelece senão pelo ato de construir. [...] A correlação entre habitar e construir produz-se assim num terceiro espaço - se quisermos adotar um conceito paralelo ao de terceiro tempo que proponho para o tempo da história, em que as localizações espaciais corresponderiam às datas do calendário. Esse terceiro espaço pode ser interpretado tanto como um quadriculado geométrico do espaço vivido, aquele dos “locais”, quanto como uma superposição de “locais” sobre a grade das localidades quaisquer. (RICOEUR, 2007, p. 158)

Enquanto na obra *Tempo e narrativa: o tempo narrado*, Ricoeur constrói a tese de que o *terceiro tempo* apresenta a união entre o tempo fenomenológico e o tempo cósmico, através da experiência única do sujeito que narra o tempo; na obra *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur constrói, de forma análoga, a noção de *terceiro espaço*, aquele construído a partir do entrecruzamento do espaço vivido com o espaço geométrico, novamente através da experiência singular do sujeito no espaço. O *terceiro tempo* bem como o *terceiro espaço* são operadores do tempo e do espaço, operados pelo homem que os utiliza para entrecruzar tempo cósmico e tempo fenomenológico; espaço geométrico e espaço vivido. O terceiro elemento, portanto, é resultado da experiência do sujeito com o mundo.

[...] Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material. [...] É na escala do urbanismo que melhor percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estritamente associados do que no edifício isolado. (RICOEUR, 2007, p. 159)

Tempo e espaço se interligam na construção da memória. O espaço deixa ver não só o tempo presente como também carrega em si marcas de outros tempos que se cruzam na construção do imaginário do próprio espaço. O espaço carrega os sentimentos e emoções experimentados por aqueles que ali habitaram. Relembrar, portanto, suscita experiências do tempo no espaço, descritas *na e pela* língua.

A partir das noções de *tempo e espaço* articuladas pelo terceiro elemento assegurado pela presença do homem, Ricoeur avança em sua discussão para a questão do testemunho. Benveniste é citado novamente quando o autor apresenta os componentes essenciais da atividade de testemunhar, trazendo presente uma distinção feita por Benveniste entre narrativa e discurso. Para Ricoeur, é impossível dissociar a descrição da realidade do sujeito que a

descreve, pelo caráter de autodesignação do testemunho. A testemunha se declara como tal ao dizer que testemunhou algo que deve ser relatado. Quanto a isso, Ricoeur acrescenta “A autodesignação se inscreve numa troca que instaura uma situação dialogal.” (RICOEUR, 2007, p. 173). Benveniste poderia ser retomado aqui a partir do quadro figurativo da enunciação proposto em seu texto de 1970. Embora Ricoeur não cite esse texto de Benveniste, arriscamos hipostasiar que há uma relação entre as ideias dele com as do linguista em seu texto de 70 no qual se define o aparelho formal da enunciação e a estrutura do diálogo.

Embora Ricoeur apresente uma longa discussão acerca da questão do testemunho, ficaremos com os conceitos de *terceiro tempo* e *terceiro espaço*, que são importantes especialmente pela ligação com o pensamento de Benveniste sobre a experiência humana com a linguagem desenvolvido no texto de 1965. No intuito de um aprofundamento para a questão do testemunho, buscamos amparo teórico em reflexões do filósofo Giorgio Agamben apresentadas na obra *O que resta de Auschwitz* (2008). A obra faz uma análise da produção literária dos sobreviventes dos campos de concentração de Auschwitz. Conforme consta na apresentação da obra feita na orelha do livro, “O livro investiga as dificuldades do testemunho num espaço onde não há referências básicas de humanidade e impera uma ordem disfuncional que não preserva a vida.”. Essa obra nos interessa de modo particular pela reflexão que promove no capítulo *Arquivo e o Testemunho*, no qual se intensifica a questão do testemunho.

Ao longo da obra, um raciocínio complexo é traçado pelo autor para chegar ao conceito de testemunho. Esse caminho percorre o seguinte percurso: parte-se da noção do que é a testemunha; volta-se o olhar para os conceitos de homem e de não-homem para poder pensar na questão do muçulmano; na sequência, reflete-se acerca da vergonha relacionada com a subjetividade; que nos faz chegar nas noções de subjetivação e dessubjetivação como elementos da subjetividade. O autor percorre essa linha de raciocínio para, então, definir o testemunho. Frente a isso, faremos uma reflexão acerca desses elementos no intuito de compreender o pensamento do autor. Partimos de um trecho que se encontra próximo ao final da obra que resume aquilo de que o texto trata:

O paradoxo reside, neste caso, no fato de que se realmente der testemunho do humano só aquele cuja humanidade foi destruída, isso significa que a identidade entre homem e não-homem nunca é perfeita, e que não é possível destruir integralmente o humano, que algo sempre resta. A testemunha é esse resto. (AGAMBEN, 2008. p. 136)

A partir desse pressuposto, que demonstra a tese defendida ao longo da obra, voltamos ao início do texto quando o autor define a testemunha. Segundo o autor, há uma complexidade

inerente ao próprio testemunho ao definir a qualidade da testemunha. Assim sendo, é preciso observar de modo especial a singularidade da posição do sujeito com relação ao acontecimento e o seu envolvimento com os fatos.

1.3. Em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele se põe como terceiro (**terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto dar testemunho disso. É evidente que Levi não é um terceiro; ele é, em todos os sentidos, um supérstite. Mas isso também significa que o seu testemunho não tem a ver com o estabelecimento dos fatos tendo em vista um processo (ele não é suficientemente neutro para tal, não é um *testis*). (AGAMBEN, 2008, p. 27)

Alguns depoimentos são trazidos em meio às reflexões de Agamben. Em um deles, Levi relata que nas pausas do “trabalho” (trabalho esse que era encaminhar as vítimas para as câmaras de gás, retirar os cadáveres, limpar os corpos, arrancar dentes de ouro e cortar os cabelos e, por fim, levar os corpos para os fornos crematórios)³³ havia partidas de futebol para passar o tempo. Agamben reflete sobre essa aparente banalidade presente no jogo de futebol como o verdadeiro retrato da “zona cinzenta” que retrataria o horror vivido nos campos. É perceptível o tom de revolta e indignação que permeia a reflexão desenvolvida pelo autor e que merece ser repetida na íntegra:

Essa partida poderá parecer a alguém como se fosse uma breve pausa da humanidade em meio a um horror infinito. Aos meus olhos, porém, como aos das testemunhas, tal partida, tal momento de normalidade, é o verdadeiro horror do campo. [...] aquela partida nunca terminou, é como se continuasse ainda, ininterrupta. Ela é o emblema perfeito e eterno da “zona cinzenta” que não conhece tempo e está em todos os lugares. [...] dela provém a nossa vergonha, de nós que não conhecemos os campos e que, mesmo assim, assistimos, não se sabe como, àquela partida que se repete em cada partida dos nossos estádios, em cada transmissão televisiva, em cada normalidade cotidiana. Se não conseguirmos entender aquela partida, acabar com ela, nunca mais haverá esperança. (AGAMBEN, 2008, p. 35)

³³ Quanto ao termo holocausto, vale fazer uma nota. Segundo o autor: “[...] no caso do termo “holocausto”, estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o *Olah* bíblico, e entre a morte nas câmaras de gás e a “entrega total a causas sagradas e superiores” não pode deixar de soar como uma zombaria. O termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso deste termo.” (AGAMBEN, 2008, p. 40). O termo “Holocausto” é negado pelo autor que se recusa a utilizá-lo como sinônimo do que ocorreu nos campos de concentração. Apresenta a etimologia da palavra e justifica a argumentação contrária a seu uso. Assevera que o termo foi tomado pela doutrina cristã que o compreende como sacrifício supremo ligado a causas sagradas e que dessa forma não corresponde ao que ocorreu nos campos de concentração. Apresenta algumas passagens bíblicas como o livro do *Levítico* e os *Números* do *Antigo Testamento* nas quais o termo é utilizado com essa acepção.

Segundo Agamben, neste estudo, o testemunho traz uma lacuna, pois aqueles que testemunham sobrevivem a algo, ou seja, não vivenciam tudo como os que não sobrevivem para contar. Ser testemunha significa ver até o fim o que o outro viveu. Partindo desse princípio, o testemunho é composto justamente por aquilo que a ele falta, pois é em virtude dessa falta que ele encontra sua condição de realização. Nas palavras do autor, “[...] o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes. As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo.” (AGAMBEN, 2008, p. 43). O testemunho existe pela impossibilidade de outros testemunharem. Os sobreviventes carregam a história daqueles que não sobrevivem para contar.

Dentre as muitas inserções do texto de Levi, chama-nos muita atenção uma em especial que fala do menino Hurbinek, que aos três anos de idade, sem falar e com problemas nos membros inferiores, aparece no campo de concentração. Todos buscavam tentar compreender o que o menino, vez ou outra, tentava balbuciar; no entanto, a compreensão se fazia quase impossível. Agamben relaciona esse trecho da fala de Levi com outro texto no qual Levi fala da poesia de Celan e a caracteriza como algo obscuro e mutilado, difícil de compreender, por se perder naquilo que ele chama de “ruído de fundo”. Compara-se, a poesia de Celan e o balbucio da criança, pois ambos apresentam o “ruído de fundo”. Nas palavras de Agamben

[...] Contudo, em Auschwitz, ele procurou de toda forma escutar o não testemunhado, captar a sua palavra secreta: *mass-klo*, *matisklo*. Talvez cada palavra, cada escritura nasce, nesse sentido, como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo de que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não-testemunhado. Isso é o som que provém da lacuna, a não-língua que se fala sozinho, de que a língua responde, em que nasce a língua. E é sobre a natureza deste não-testemunhado, sobre a não-língua que é preciso interrogar-se. (AGAMBEN, 2008, p. 47)

A partir dessa reflexão sobre o caráter não testemunhável do testemunho, Agamben apresenta uma conclusão que demonstra o paradoxo inerente ao testemunho. Para testemunhar, é preciso dar espaço ao não testemunhável. Uma língua que dá espaço a uma não língua. Nas palavras do autor, temos a seguinte conclusão:

[...] o testemunho é o encontro entre duas impossibilidades de testemunhar, que a língua, para testemunhar, deve ceder o lugar a uma não-língua, mostrar a impossibilidade de testemunhar. A língua do testemunho é uma língua que não significa mais, mas que, nesse seu ato de não-significar, avança no sem-língua até recolher outra insignificância, a da testemunha integral, de quem, por definição, não pode testemunhar. Portanto, para testemunhar, não basta levar a língua até o próprio não-sentido, até à pura indecidibilidade das letras (*m-a-s-s-k-l-o*, *m-a-t-i-k-l-o*); importa que o som sem sentido seja, por sua vez, voz de algo ou alguém que, por razões bem distintas, não pode testemunhar. Assim, a impossibilidade de testemunhar, a “lacuna” que constitui a língua humana, desaba sobre si mesma para dar lugar a uma outra impossibilidade de testemunhar – a daquilo que não tem língua. (AGAMBEN, 2008, p. 48)

Aquilo que não era testemunhável, ganha um nome nos campos de Auschwitz: o muçulmano. O Muçulmano era a “testemunha integral”, aquele que, devido às condições extremas externas, não conseguiu se adaptar ao campo de concentração e passou a uma condição de desnutrição tamanha que o colocou em uma realidade paralela na qual ele não mais se importava com o que estava acontecendo em seu entorno. A morte já não lhe era mais temida, passava a não ter mais expressão e reação sobre os acontecimentos. Segundo Agamben, é nessa condição que se discute a distinção entre o homem e o não-homem. Ao muçulmano resta-lhe muito pouco daquilo que o constitui como humano. Os demais o ignoram, pois tanto para os demais prisioneiros quanto para os comandantes da SS, ele passa a ser um problema ainda maior, um incômodo a ser eliminado.

Destitui-se, assim, a sua condição humana primeira: a linguagem; o muçulmano era destituído de fala, era um morto-vivo que permanecia ali como uma paisagem cruel do que representava uma das maiores provas da maldade humana: os campos de concentração nazistas. Para Agamben, aliás, “[...] toda a população do campo é senão um imenso turbilhão que gira obsessivamente em torno de um centro sem rosto.” (AGAMBEN, 2008, p. 59). Todos correm o risco de virar muçulmanos e terem como destino fatal não só a morte real, mas também a morte em vida. “[...] Antes de ser o campo da morte, Auschwitz é o lugar de um experimento ainda impensado, no qual, para além da vida e da morte, o judeu se transforma em muçulmano, e o homem em não-homem.” (AGAMBEN, 2008, p. 60). Um ser humano que não é visto, que não mais fala, que não se reconhece como tal, acaba por não ser mais humano; esse é o produto do campo de concentração.

Com relação à condição de humanidade, Agamben pergunta-se: “Qual é o sentimento último de pertença à espécie humana?” (AGAMBEN, 2008, p. 66). Abre-se, em busca de resposta ao questionamento, uma complexa reflexão, referente à qual destacamos alguns trechos abaixo:

Levi começa a testemunhar só depois que a desumanização se consumou, só quando falar de dignidade já não teria sentido. Ele é o único que se propõe conscientemente a testemunhar em nome dos muçulmanos, dos submersos, dos que foram destruídos e chegaram ao fundo. [...] As “testemunhas integrais”, aquelas em cujo lugar vale a pena testemunhar, são os que “já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar”, aquelas para quem falar de dignidade e de decência não seria decente. [...] Essa é precisamente a aporia ética específica de Auschwitz: é o lugar onde não é decente continuar sendo decente, onde os que ainda acreditam que conservam dignidade e respeito de si sentem vergonha dos que de imediato a haviam perdido. (AGAMBEN, 2008, p. 60-61).

A dignidade perdida nos campos, a qual desumaniza o humano, ultrapassa o campo de concentração e habita a vida daqueles que sobreviveram. A perda da dignidade e, portanto, do respeito próprio é uma condição difícil de ser revertida.

Não é, pois por uma casualidade que as SS se mostraram, quase sem exceção, incapazes de testemunhar. Enquanto as vítimas testemunhavam a respeito do fato de se terem tornado inumanos, por terem suportado tudo aquilo que *podiam* suportar, os carrascos, enquanto torturavam e matavam, continuavam sendo “homens honestos”, não suportavam aquilo que, apesar de tudo, podiam suportar. E se a figura extrema da extrema potência de sofrer é o muçulmano, então se entende porque as SS não tenham podido ver o muçulmano, e menos ainda dar testemunho por ele [...] (AGAMBEN, 2008, p. 84).

Para tratar da questão da “vergonha” dos sobreviventes do Nazismo, Agamben traz para a discussão primeiramente alguns testemunhos, dentre eles destacam-se os testemunhos de: P. Levi em *A trégua e Os afogados e os sobreviventes*; B. Bettelheim em *Sobrevivência e outros estudos* e *Sopravvivere*; H. Langbein em *Uomini ad Auschwitz*; T. des Pres em *The survivors: an anatomy of life in the death camps*. A partir disso, o autor aprofunda a reflexão trazendo presente autores da filosofia e da linguística, dentre eles: M. Heidegger; I. Kant; E. Benveniste; J. Derrida. Nesse cenário bibliográfico convocado pelo autor, constrói-se a reflexão acerca da questão da “vergonha” do sobrevivente-testemunha.

Segundo Agamben, trazendo presente o testemunho de Bettelheim, um sentimento de culpa e vergonha toma conta daqueles que sobreviveram enquanto os verdadeiros culpados não se apiedaram. Passar por uma situação limite como foi a vivenciada nos campos de concentração e sobreviver, deixa marcas para a vida toda naqueles que testemunham por aqueles que não podem mais falar. De uma certa maneira, o sobrevivente que testemunha pelo outro sente-se culpado por sua morte, por estar vivo em seu lugar. O sentimento de pertença a um grupo que foi destruído faz com que o sobrevivente não se sinta digno da própria

sobrevivência. A partir disso, Agamben apresenta uma reflexão acerca da culpa e da vergonha que encontra amparo nas ideias de Levinas e de Heidegger. Disso decorre uma primeira consideração acerca da vergonha.

Podemos assim antecipar uma primeira e provisória definição da vergonha. Ela é nada menos que o sentimento fundamental do ser sujeito, nos dois sentidos –pelo menos na aparência –opostos do termo: ser sujeito e ser soberano. Ela é o que se produz na absoluta concomitância entre uma subjetivação e uma dessubjetivação entre um perder-se e um possuir-se, entre uma servidão e uma soberania. (AGAMBEN, 2008, p. 112).

Dessa conclusão primeira, desdobra-se a seguinte ideia “ Não causa surpresa que um perfeito equivalente da vergonha se encontre exatamente na estrutura originária da subjetividade, que, na filosofia moderna, é chamada de *autoafeição*, e que, a partir de Kant, se costuma identificar com o tempo.” (AGAMBEN, 2008, p. 113). Uma longa digressão com diferentes exemplos explica essa equivalência. Convém explicitar que, segundo Agamben, a subjetividade constitui-se dos processos de subjetivação e de dessubjetivação e justamente por esse paradoxo que se pode relacioná-la à vergonha.

O autor retoma Saussure para trazer presente o conceito de signo linguístico em seus princípios de arbitrariedade e linearidade. Nessa discussão, traz presente Benveniste como leitor de Saussure e instaurador de outro domínio de análise: o domínio do discurso. Agamben apresenta os indicadores da enunciação, marcados pelos pronomes “eu, tu, isso” e pelos advérbios “aqui, agora” (AGAMBEN, 2008, 120). Esses indicadores permitem que o indivíduo se aproprie da língua. Vê-se aqui que o filósofo italiano está citando especialmente dois textos de Benveniste *A natureza dos pronomes* (1956) e *O aparelho formal da enunciação* (1970), nos quais Benveniste desenvolve, respectivamente, a noção de categoria de pessoa e não pessoa e o quadro formal da enunciação.

Agamben promove uma reflexão acerca do ato da enunciação, concluindo que o próprio ato traz em si um elemento paradoxal: ao mesmo tempo em que há a subjetivação, é necessário que a dessubjetivação aconteça para dar lugar a um sujeito da enunciação sempre referencial à instância do discurso. Deixa-se de ser locutor para assumir a posição de sujeito assumindo um “eu” que se renova a cada enunciação. Assim, dessubjetiva-se para subjetivar-se como sujeito da enunciação na instância do discurso. Para Agamben, então, o ato de enunciação torna-se um exemplo de dessubjetivação que carrega em si o paradoxo inerente ao fato do indivíduo usar a língua para expressar a sua subjetividade e para isso precisar se dessubjetivar. Disso decorre o seguinte raciocínio:

[...] No presente absoluto da instância de discurso, subjetivação e dessubjetivação coincidem em todos os pontos, e tanto o indivíduo em carne e osso quanto o sujeito da enunciação calam totalmente. Isso também pode ser expresso dizendo que quem fala não é o indivíduo, mas a língua; isso, porém, nada mais significa senão que –não se sabe como –a palavra atingiu uma impossibilidade de falar. (AGAMBEN, 2008, p. 121)

No campo da poesia, Agamben assinala a carta de Pessoa endereçada a Adolfo Casais Monteiro, acerca dos heterônimos, como um exemplo de dessubjetivação. Argumenta-se que ao dessubjetivar-se para abrir espaço para o heterônimo Alberto Caeiro, Pessoa deixa de ser Fernando Pessoa para subjetivar-se como outro ser poético que escreve uma longa sequência de poemas. No entanto, na ânsia de resposta ao próprio processo de dessubjetivação, Pessoa assume novamente a voz e escreve uma sequência de poemas através dos quais se subjetiva novamente como Fernando Pessoa. Nesses processos de subjetivação e dessubjetivação a poesia de constitui.

A partir de todos os exemplos citados, o autor chega novamente ao ponto no qual se inicia a discussão entre o homem e o não-homem. Volta-se novamente para a figura do muçulmano a partir de toda a reflexão sobre os processos de subjetivação e dessubjetivação, em busca de uma reflexão mais profunda sobre a noção de testemunho. Questiona-se da seguinte forma:

O testemunho apresenta-se no caso como um processo que envolve pelo menos dois sujeitos: o primeiro é o sobrevivente, que pode falar, mas que não tem nada de interessante a dizer; e o segundo é quem “viu a Górgona”, quem “tocou o fundo” e tem, por isso, muito a dizer, mas não pode falar. Qual dos dois dá testemunho? Quem é o sujeito do testemunho? (AGAMBEN, 2008, p.124)

O questionamento gera uma complexa reflexão que se resume na seguinte ideia: aquele que testemunha dá voz a quem não pode falar; ou seja, o não-homem fala através do homem que tem o poder de falar³⁴. “Tudo isso também pode ser expresso dizendo que o sujeito do testemunho é quem dá testemunho de uma dessubjetivação” (AGAMBEN, 2008, p.124). Outrossim, o testemunho carrega não só a voz do homem que fala, mas de todos aqueles que, não tendo o poder de fala, aparecem por meio da fala do outro.

Volta-se novamente a Benveniste em seu artigo *Da subjetividade na linguagem* (1958) para pensar na questão da subjetividade. Agamben aponta que os linguistas refletiram sobre a

³⁴ Falaremos dos tipos de testemunha (*testis, superstes e autor*) que designam o testemunho mais adiante no texto, quando tratarmos do capítulo no qual o autor fala da questão do arquivo.

questão da subjetividade na estrutura das línguas, mas que ainda falta refletir sobre as consequências da subjetivação sobre o próprio indivíduo. Agamben retoma Benveniste no que concerne ao tempo linguístico como *sui-refencial*. A subjetividade instala-se e configura um tempo que retoma o próprio ato enunciativo, não havendo outra realidade senão aquela expressa no e pelo discurso.

Percebe-se que a questão da subjetividade, especialmente nos termos em que Benveniste a percebe, é um elemento central para a discussão que Agamben promove neste trecho da obra. Benveniste é considerado como um linguista que dentre os demais apresenta um princípio de observação das consequências da inserção da subjetividade como elemento a ser estudado pela linguística.

Após a longa sequência de exemplos, o filósofo encerra o capítulo com algumas considerações acerca do testemunho. Retoma todos os elementos trabalhados até o momento e apresenta o paradoxo inerente ao testemunho, a saber: “O paradoxo reside, neste caso (no caso do muçulmano), no fato de que se realmente der testemunho do humano só aquele cuja humanidade foi destruída.” (AGAMBEN, 2008, p. 136). Disso decorre ainda o estabelecimento do “lugar do testemunho”, considerando que ele está justamente na sutil divisória entre o humano e o inumano, entre a subjetivação e a dessubjetivação.

O autor inicia o capítulo sobre *arquivo e testemunho* citando novamente Benveniste, especialmente o texto *Semiologia da língua* em que, segundo Agamben, Benveniste argumenta sobre as duas vias que excederão o pensamento saussuriano: a via da semântica do discurso e via da análise translinguística, por meio da elaboração de uma metassemântica ou semântica da enunciação. Com relação a isso, Agamben reflete acerca do próprio ato enunciativo, nas seguintes palavras

Se a enunciação não se refere, conforme sabemos, ao texto do enunciado, mas ao fato de ele ter lugar, se ela não é senão o puro autorreferir-se da linguagem à instância de discurso em ato, em que sentido se poderá falar de uma “semântica” da enunciação? Certamente, o isolamento da esfera da enunciação permite distinguir pela primeira vez, em um enunciado, o que é dito do fato de ele ter lugar; mas não é, precisamente por isso, que a enunciação representará a identificação, na linguagem, de uma dimensão não semântica? Sem dúvida é possível definir algo similar a um significado dos indicadores *eu, tu, agora, aqui* (por exemplo, “eu significa aquele que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”); contudo, isso é algo completamente diferente do significado lexical que compete aos outros signos da linguagem. *Eu* não é nem uma noção, nem uma substância, e, no discurso, a enunciação colhe não o que se diz, mas o puro fato de que se está dizendo isso, o acontecimento – evanescente, por definição – da linguagem como tal. Assim como o ser dos filósofos, a enunciação é o que há de mais único e de mais concreto, por se referir à instância de discursos em ato, absolutamente singular e irrepetível e, ao mesmo tempo, é o que há de mais vazio e genérico, por se repetir toda vez sem que jamais seja possível fixar a sua realidade lexical. (AGAMBEN, 2008, p. 139-140)

Com essa retomada das ideias de Benveniste, Agamben pergunta-se o que significa, então, uma metassemântica fundada na semântica da enunciação e o que teria Benveniste pensado e “antevisto” em seus momentos finais antes da afasia que o acometeu após o seu mal-estar súbito. Na sequência, Agamben delinea um ponto de vista que coloca em relação às ideias de Michel Foucault (referindo-se à obra *A arqueologia do saber* 1969) e Émile Benveniste. Destaca o fato de Foucault não citar Benveniste, mas percebe uma relação de proximidade entre suas ideias, especialmente no que diz respeito ao “fato de ter tomado explicitamente como objeto não as frases nem as proposições, e sim, precisamente, os enunciados, não o texto do discurso, e sim, o fato de ele ter lugar, que constitui a novidade incomparável da *Arqueologia*.” (AGAMBEN, 2008, p. 140). Para Agamben, fica evidente que ambos os autores colocam em questão o ato próprio da enunciação, aquilo que é inapreensível como parte fundamental em suas reflexões. Ademais, Agamben afirma

Dessa forma, a arqueologia realizava pontualmente o programa benvenistiano de uma “metassemântica construída a partir de uma semântica da enunciação”: após ter isolado - graças a uma semântica da enunciação - a esfera dos enunciados em relação à das proposições, Foucault recorre a ela para alcançar um novo ponto de vista, a partir do qual pode indagar os saberes e as disciplinas, um fora que torna possível reinventar, por meio de uma “metassemântica” – a arqueologia – o campo dos discursos disciplinares. (AGAMBEN, 2008, p. 141)

É possível perceber, a partir da análise do filósofo italiano, que Benveniste se apresentava como um linguista para além de seu tempo, capaz de tecer relações com diferentes áreas do conhecimento. Sua obra deixa espaço para inúmeras reflexões que muitas vezes ultrapassam os limites da própria linguística. A afasia de Benveniste em pleno período de criação em que as ideias sobre a semiologia da língua e o aparelho formal da enunciação se apresentavam em suas escritas, deixa um questionamento acerca de onde chegaria o pensamento desse linguista caso tivesse tido tempo para desenvolvê-lo. Benveniste cita, em sua obra, pensadores de diferentes áreas, como por exemplo, Freud, Humboldt, Aristóteles, Saussure, Malinowski, demonstrando uma preocupação especialmente pelo modo como as questões referentes à linguagem foram tomadas por diferentes áreas e construindo um pensamento que excede o limite da linguística *stricto sensu* para adentrar o campo da antropologia da linguagem. Para Agamben, Benveniste diferencia-se dos demais linguistas pela genialidade com que elabora o quadro formal da enunciação, a partir do qual se abre espaço para pensar o ato enunciativo, dando lugar assim a uma possibilidade de ver a língua em emprego por meio de um aparato diferente de saberes.

As questões referentes ao sujeito sempre foram tema de diferentes posicionamentos: a Linguística o via como sujeito psicossomático, enquanto que a Filosofia o considerava sem levar em consideração questões antropológicas, assim, era visto apenas como sujeito que fala. Agamben assevera que a partir da enunciação proposta por Benveniste, pode-se pensar de modo mais complexo sobre a questão e propor uma abertura interdisciplinar antes não observada, nas palavras de Agamben: “a enunciação assinala, na linguagem, o limiar entre um dentro e um fora, o fato de ter lugar como exterioridade pura; e a partir do momento em que os enunciados se tornam referência principal da investigação, o sujeito fica dissolvido de qualquer implicação substancial e se torna pura função ou pura posição.” (AGAMBEN, 2008, p. 142). Marca-se, assim, a posição de um sujeito que se constitui pela linguagem, criando um lugar de existência sempre único, irrepetível e inapreensível que é o lugar do próprio ato enunciativo.

Reitera-se, ao longo do texto, a posição de Agamben acerca do fato de a enunciação referir-se ao próprio ato enunciativo e não ao enunciado produzido. Assim, conclui-se que a enunciação seria um acontecimento de linguagem que faz nascer um sujeito que se enuncia e que ele próprio não consegue tomar-se como objeto. Disso decorre, na visão do filósofo, a não possibilidade de “haver arqueologia do sujeito da mesma forma como há arqueologia dos saberes” (AGAMBEN, 2008, p. 144) nesse contexto insere-se Foucault em sua *Arqueologia do saber*, dando uma possibilidade de leitura, mesmo que não explicitamente, daquilo que Benveniste propunha no âmbito da enunciação.

Agamben define o conceito de *arquivo* em Foucault, opondo-o ao conceito de *testemunho*. O arquivo situa-se entre a *langue*, entendida como possibilidade, e a *parole*, sendo, então, o não-semântico em cada discurso; ou ainda, nas palavras de Agamben “a margem obscura que circunda e limita toda concreta tomada de palavra.” (AGAMBEN, 2008, p. 145). O *testemunho*, opostamente denomina-se como “o sistema das – relações entre o dentro e o fora da *langue*, entre o dizível e o não-dizível em toda língua – ou seja, entre uma potência de dizer e a sua existência, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer.” (AGAMBEN, 2008, p. 146). Diante disso, a *langue*, no plano enunciativo, divide-se em possibilidade e impossibilidade de dizer, diante dessa dualidade, encontra-se o lugar do sujeito, o que é inerente à própria conceituação do *testemunho*, visto que “ter lugar” está diretamente ligado à impossibilidade de dizer. Surge, assim, a ideia de *contingência*, ou seja, “poder não ser”.

[...] O sujeito é, pois, a possibilidade de que a língua não exista, não tenha lugar - ou melhor, de que esta só tenha lugar pela sua possibilidade de não existir, da sua contingência. [...] A contingência não é uma modalidade entre tantas, ao lado do possível, do impossível e do necessário: é dar-se efetivo de uma possibilidade, o modo no qual uma potência existe como tal. Ela é acontecimento (*contingit*), considerado do ponto de vista da potência, o dar-se de uma cisão entre um poder ser e um poder não ser. Este dar-se encontra, na língua, a forma de uma subjetividade. A contingência é possível posto à prova em um sujeito. (AGAMBEN, 2008, p. 147)

Frente à ideia da contingência, coloca-se em questão novamente o testemunho. Seguindo a linha de raciocínio do autor, o *testemunho* encontra na subjetividade sua expressão e se configura pela impossibilidade de falar, ou seja, pela dessubjetivação. “Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incomunicáveis. Esta indivisível intimidade é o testemunho.” (AGAMBEN, 2008, p. 147). A impossibilidade de falar é condição para a possibilidade. Logo, o sujeito que assume a posição de *testemunha* fala “por quem não pode falar”. Chega-se, então, às categorias modais que configuram o testemunho, a saber: possibilidade, impossibilidade, contingência e necessidade. Operando em prol da subjetividade, estão a possibilidade (pode ser) e a contingência (pode não ser); por outro lado, a impossibilidade [não (pode ser)] e a necessidade [não (pode não ser)] são operadores da dessubjetivação. Destaca-se que esses operadores são categorias do ser, mas nunca dependem unicamente do sujeito para se efetivar, não estão à disposição do sujeito como algo que se possa escolher ou recusar, mas sim são condições circunstanciais.

O autor amplia o significado do termo “testemunha”, trazendo presente os três termos em latim que designam o testemunho: *testis*, *superstes* e *auctor*. Nessa perspectiva, *testis* seria uma testemunha que intervém na disputa entre dois sujeitos, agindo como terceiro nessa situação; *superstes* aquele que testemunha da posição de alguém que vivenciou a fundo uma experiência e pode transferi-la aos outros; *auctor* testemunho que pressupõe falar de algo que preexiste ao próprio sujeito, necessitando certificar as informações.

Embora se definam três acepções para o termo “testemunha”, Agamben afirma que é inerente ao testemunho o ato do “autor”. Frente a essa afirmação, retoma-se a questão tratada no capítulo anterior sobre a subjetivação e a dessubjetivação pertencentes ao testemunho. Retoma-se o paradoxo de Levi o qual apresenta o muçulmano como a “testemunha integral”, para concluir que: “O sujeito do testemunho é constitutivamente cindido, só tendo consistência na desconexão e na separação – não sendo, contudo, redutível às mesmas” (AGAMBEN, 2008, p. 151). Assim, aquele que fala traz consigo a impossibilidade de falar. Nas palavras do autor

A autoridade da testemunha reside no fato de poder falar unicamente em nome de um não poder dizer, ou seja, no seu ser sujeito. O testemunho não garante a verdade fatural do enunciado conservado no arquivo, mas a sua não-arquivabilidade, a sua exterioridade com respeito ao arquivo; ou melhor, da sua necessária subtração - enquanto existência de uma língua - tanto perante a memória quanto perante o esquecimento. (AGANBEM, 2008, p. 157)

O testemunho garante a exteriorização, mas não necessariamente garante a veracidade em termos factuais, visto o caráter subjetivo que perpassa o uso da língua e faz com que, entre o fato e sua exteriorização, exista a experiência subjetiva do sujeito que (re)conta sua história por meio do modo como ele a percebeu e a vivenciou no passado. Testemunhar é sempre um ato subjetivo de “recriação” de histórias cristalizadas na memória. Observemos o trecho de um relato selecionado para este estudo, a fim de compreender de que modo o sujeito (re)constitui sua experiência humana por meio da linguagem ao evocar memórias e (re)contá-las por meio de um relato.

Diva: *mas foi em 1958, ano que não tinha carnaval de rua em Passo Fundo. O pessoal dooo dos músicos do seu Ramil que tocavam no nos clube da cidade se reuniram e resolveram a fazer um carnaval na praça Marechal Floriano. Aí nós fomos, eu fui a primeira puxadora de samba, que naquela época não era um samba era uma marchinha, aí fizemo o carnaval que era pra fazer uma noite saiu nas quatro noites e no sábado de aleluia, foi muito bom, muita gente na praça, em roda da praça, ali em volta da praça que nós fazia o desfile, mas foi o primeiro ano que eu desfilei no carnaval, bem menina (risos)*

[...]

Diva: *masssss... as mulheres do carnaval que eu posso te dizer que fizeram história no carnaval família Isaias, a d..Dejanira, e a família Cavalheiro, eu acho lá o pessoal da Belonice o Quico, aquele pessoal todo que sempre foram do carnaval também e a Belocine como Mis Passo Fundo né que foi, fez muito sucesso no carnaval de Passo Fundo e o pessoal da família deles lá também que tem o Quico que é o coreógrafo que é t.....estilista não é coreógrafo né...[...]*

Entrevistador: *mas a...antes então de você te puxado a escola de samba nenhuma mulher nunca tinha*

Diva: *Não, não, não tinha nem mulher nem homem...ainda não tinha puxador de samba a na... aqui em passo Fundo pelo menos não tinha eu fui a primeira a..a fazer essa (risos) sair cantando pelaaa...naquela época não tinha aquele microfone, não tinha som nenhum. Era no gogó mesmo (risos) (Bloco Entrevistas - Anexo A)*

Ao longo da fala da entrevistada, percebe-se que Diva apresenta as personagens de sua história de vida como se fossem conhecidas do interlocutor, como, por exemplo, nos trechos “mas foi em 1958, ano que não tinha carnaval de rua em Passo Fundo. O pessoal dooo dos músicos do seu Ramil que tocavam no nos clube da cidade se reuniram e resolveram a fazer um carnaval na praça Marechal Floriano.”; “masssss... as mulheres do carnaval que eu posso te dizer que fizeram história no carnaval família Isaias, a d..Dejanira, e a família Cavalheiro, eu acho lá o pessoal da Belonice o Quico”. Percebe-se que ao apresentar as pessoas que participaram de sua história como pessoas que deveriam ser conhecidas por todos, a entrevistada reitera a sua

própria importância dentro da história que está narrando. Diva dá testemunho de uma história importante para a cultura da cidade sendo uma das protagonistas dessa história. O seu testemunho é o de alguém que construiu uma parte da história da cidade na qual reside até os dias atuais. Manter a importância no presente que as pessoas tinham no passado, coloca a entrevistada em uma posição de autoridade dentro desse contexto. O valor histórico do grupo a que pertence precisa ser marcado novamente no presente para que seu próprio valor se reconfigure. Desse modo, a entrevistada marca o seu reconhecimento no presente por algo que já foi no passado e, assim, coloca-se como *testemunha* de uma história que não foi só sua.

Convidada a falar pelo grupo, Diva Cavalheiro coloca-se em uma posição de reconhecimento que a daria, então, o direito de falar por si e pelo outro acerca do período histórico que vivenciou em sua juventude. Nesse sentido, a entrevistada se singulariza dentre os demais que fizeram parte da história do carnaval como alguém diferenciado que tem autoridade e deve merecer o título de portador da voz que reconta a história. Reafirmando essa ideia, podemos destacar os seguintes trechos do relato de Diva “Aí nós fomos, eu fui a primeira puxadora de samba, que naquela época não era um samba era uma marchinha, aí fizemos o carnaval que era pra fazer uma noite saiu nas quatro noites e no sábado de aleluia, foi muito bom, muita gente na praça, em roda da praça, ali em volta da praça que nós fazia o desfile, mas foi o primeiro ano que eu desfilei no carnaval, bem menina (risos)”; “Não, não, não tinha nem mulher nem homem...ainda não tinha puxador de samba a na... aqui em passo Fundo pelo menos não tinha eu fui a primeira a..a fazer essa (risos) sair cantando pelaaa...naquela época não tinha aquele microfone , não tinha som nenhum. Era no gogó mesmo (risos)”.

Na possibilidade de (re)contar a história em um programa que atingirá inúmeros ouvintes não só da cidade de Passo Fundo como também da região norte do Rio Grande do Sul, a personagem toma para si a responsabilidade de falar pelos que estarão silenciados por esta escolha. Ela testemunha, portanto, por aqueles que não foram convidados a fazê-lo. É dela o lugar de testemunha da história a ser contada. Estar nesta posição enunciativa evoca em si a necessidade de trazer presente, por meio de sua fala, outras personagens que também fizeram parte dessa história e que comprovariam a sua existência e veracidade. Considerando que “Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio da cultura.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 23), percebemos que o sujeito fala sempre de um lugar de fala, marcado pelo mundo dos homens que o constituem.

Testemunhar, portanto, é assumir a posição de quem pode falar em virtude do silenciamento de outros. Quem testemunha carrega consigo a responsabilidade de recontar não

só a sua história, mas também a história de outros que vivenciaram os mesmos acontecimentos. Essa possibilidade é dada pela constitutiva condição humana *na e pela* linguagem. Considerando que a tese aqui defendida diz respeito à experiência humana, inscrita no ato (re)contar memórias, que se dá na passagem de locutor a sujeito da enunciação, tornando possível a identificação de elementos culturais que marcam a relação do homem com o mundo, dedicamos o próximo capítulo a pensar sobre a constituição humana *na e pela* linguagem, considerando que o sujeito tem o poder de usar a língua para atribuir sentido à vida.

Para finalizar a reflexão acerca do testemunho, retomamos o início do texto, a apresentação da obra feita por Jeanne Marie Gagnebin

Dentro da vasta obra de Giorgio Agamben, este livro ocupa lugar intermediário e singular. Publicado em 1998, retoma a problemática de *Homo sacer* (1995) e de *Mezzi senza fine* (1996), em particular a distinção entre *vida nua* (*zoè*) e *forma de vida*, propriamente humana (*bios*), desde a elaboração dessa distinção por Aristóteles até a transformação, na época moderna, da política em biopolítica (na esteira das reflexões de Michel Foucault). [...] (GAGNEBIN, 2008, p. 9)

Observando o que se apresenta, fica a nós um questionamento: de que modo as reflexões de Benveniste se apresentam nesta obra em meio ao que se apresenta nesta introdução? Observa-se que suas ponderações sobre língua, linguagem e homem aparecem primeiramente no capítulo *A vergonha, ou do sujeito* e, posteriormente, no capítulo final *O arquivo e o Testemunho*. Embora seja perceptível que a obra de Benveniste é muito cara a Agamben e que, por essa razão, certamente muitos textos de Benveniste foram lidos pelo filósofo italiano, um recorte teórico se faz presente na presente obra. Agamben percorre um percurso de leitura de Benveniste que parte do texto *Os níveis de análise linguística* 1964, traz presente *A natureza dos pronomes* 1956, passa pelo texto *Da subjetividade na linguagem* 1958, chega no texto final de Benveniste *O aparelho formal da enunciação* 1970 para tratar da questão da subjetividade inerente ao processo enunciativo e se encerra no texto *Semiologia da língua* 1969. A questão do testemunho é desenvolvida a partir do olhar do filósofo para diferentes autores, dentre eles Benveniste especialmente no que concerne à semântica da enunciação.

Para finalizar esse raciocínio acerca da questão do testemunho, trazemos novamente um trecho de um relato utilizado em momento anterior deste capítulo.

Entrevistador: Ótimo! Deu pra ver que essa cultura, essas histórias elas não têm escrita mas elas vem perpetuadas pela família né? (perfeito, perfeito) Pela memória oral...

Djanira: Perfeito! Memória Oral! Eu assim ó, eu ouvia muitas histórias, por exemplo, a minha tataravó era uma escrava que era de um fazendeiro muito grande daqui da região e ela era pequena, quando ela era pequena, criança ainda, o trabalho dela era cuidar das crianças da, do Sinhô – como elas falavam né-, então ela tinha que embalar essa criança na rede, ela passava o dia inteiro embalando a criança na rede, e quando ela parava de embalar essa criança, a criança gritava, já era grandinha, e dizia “Mãe, a nega parou!” aí ela vinha lá, batia na negra pra ela continuar a embalar a rede... Conta também outro pedaço que eu ouvia a minha bisavó contar que ela tinha uma das, a mãe dela, ela tava, ela tinha a mão queimada e não mexia, foi comprometido os nervos, os nervos da mão, por quê? Porque a Sinhá tava fazendo doce, tava fazendo marmelada no tacho, no fogo e ela sentia aquele cheirinho, tinha uma vontade de comer, ela era pequena, uma vontade de comer aquele doce e ela nunca dava, ela nunca deu pra elas comerem. E um dia então ela experimentou, pegou um pauzinho e tirou e ela viu, daí então ela pegou uma colher de pau e disse “abra a mão negra! Abra a mão!” daí ela abriu a mão e ela colocou, aquilo fervendo na mão dela então isso foi passagens que elas me contaram que eu sabe me arrepio né, de saber que realmente isso tudo aconteceu.. também a memória oral né, foram contando que a gente foi sabendo. (sim, ahham) Essas são algumas coisas que eu me lembro, a gente aos poucos vai lembrando o que nos contaram né, mas quando mais pra cá, a fundação do Visconde do Rio Branco né, que foi uma festa muito grande que foi a minha família que fundou o Visconde do Rio Branco, os Izaías né, e eles, então, sempre passavam de irmão pra irmão, eram três ou quatro irmãos, Antenor, Eduardo e...Antenor, Eduardo e Augusto! Eram três irmãos, então o Antenor era presidente e passava pro Augusto e assim ia né... Grandes, memoráveis bailes que eles faziam no Visconde, eles contavam os carnavais maravilhosos né, e que era assim, uma coisa muito muito bacana eles faziam inclusive o Bumba meu Boi, que não era uma um costume por aqui, não é um folclore aqui do Rio Grande do Sul, é um folclore de lá de cima, daonde eles vieram, realmente eles vieram né, aí demonstra que realmente alguns deles vieram lá de cima, porque eles praticavam Bumba meu boi né, o terno de reis né, que eram muito bonito, vestiam de rei, de rainha, tinha a rainha do maracatu... e a mãe sempre contava quando chegava na festa de rei, que é em janeiro, que é depois do natal, eles saiam cantando nas ruas, nas casas, com a bandeira né, e cantando, cantando as músicas referentes ao terno de reis, e aí então eles recebiam dinheiro, faziam festas tudo, era muito bonito as coisas, eu gostava muito de ouvir a minha mãe cantar...(Bloco Entrevistas; Anexo B)

Retomando os termos que designam o testemunho conforme propõe Agamben temos a figura do *testis*, o qual intervém na disputa entre dois sujeitos; o *superstes*, como aquele que testemunha da posição de quem vivenciou a fundo uma experiência; e o *auctor*, que pressupõe falar de algo que preexiste ao próprio sujeito. Percebemos na fala de Djanira que ela é uma testemunha da história dos negros em Passo Fundo carregando duas designações em seu testemunho. Por vezes, ela vivencia a fundo a experiência de preconceito e racismo e a relata (o que aparece explicitamente na sequência de sua entrevista), sendo, portanto, *superstes*; por vezes, ela conta a história de seus antepassados que a ela foi contada por sua família, sendo, assim, *auctor*.

Em uma perspectiva linguística, ao se enunciar, por meio de um relato, Djanira dá testemunho de si e do outro através das histórias que conta, demonstrando a sua experiência única que se dá na e pela linguagem. Para finalizar, retomamos Benveniste (1965) “[...] Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, contaste, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo

de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem.” (BENVENISTE – PLG II, 1965-2006, p. 80). É uma experiência humana com a linguagem que observamos na fala de Djanira que ao se propor como sujeito e contar suas histórias, deixa marcas da cultura na qual está inserida e que faz dela uma testemunha da história da cidade de Passo Fundo.

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – CAPÍTULO 2

Ao finalizar este capítulo, retomamos o percurso traçado até o momento e traçamos algumas considerações parciais. O segundo capítulo teve por objetivo apresentar considerações acerca da experiência humana do homem com a linguagem demarcada em relatos orais. Para tanto, seguimos um percurso de escrita que partiu do texto de Émile Benveniste *A linguagem e a experiência humana* (1965), passou por Paul Ricoeur com reflexões sobre o *terceiro tempo* e o *terceiro espaço*, para chegar ao conceito de *testemunho* desenvolvido por Giorgio Agamben.

Émile Benveniste é o teórico a partir do qual nos inserimos na perspectiva linguística que pressupõe a presente tese. No primeiro capítulo, ressaltamos que o texto basilar desta tese é *O aparelho formal da enunciação* (1970). Como última publicação de Benveniste, buscamos um olhar retrospectivo a partir das conclusões apresentadas em 1970. No presente capítulo, trabalhamos com o texto de 1965, pois acreditamos que a experiência humana do sujeito com a linguagem é definidora da relação do homem consigo mesmo e com o outro no que diz respeito ao tempo e ao espaço. Frente a isso, vislumbramos um Benveniste que propõe questões antropológicas, colocando em cena a experiência humana com a linguagem capaz representar a relação do homem com o tempo.

Partindo do pressuposto de que o tempo crônico engloba a nossa vida como sequência de acontecimentos, chama-nos atenção a noção de “acontecimento”. Apresentamos um ponto de vista de que os fatos, para ganharem “estatuto de acontecimento”, precisam passar de alguma forma pelo campo das emoções. Embora Benveniste não tenha desenvolvido uma reflexão muito longa sobre essa questão nos dois tomos dos *Problemas de Linguística Geral*, parece-nos de fundamental importância, especialmente a considerar a questão da memória e do testemunho. O acontecimento é o foco central da memória suscitada, em nosso estudo, através do relato, haja vista o fato de ser impossível dissociar a descrição da realidade do sujeito que a descreve pelo caráter de autodesignação do testemunho.

Paul Ricoeur também trata da questão do acontecimento quando explicita sua tese sobre o *terceiro-tempo* (*o tempo narrado*) a qual parte na noção de tempo crônico de Benveniste. Para

o autor, o terceiro tempo é dado pela narrativa que permite ao sujeito localizar-se no tempo e construir um conhecimento sobre si mesmo. Desse modo, narrar é parte integrante do ser humano que reconhece a si mesmo e ao outro através da localização temporal que somente a enunciação permite. Frente a isso, vemos, em nossos relatos, falantes construindo um conhecimento de si que nos permite produzir um gesto interpretativo sobre o relato. Esse conhecimento denota elementos não só da ordem do pessoal como também da ordem da sociedade, visto que é através do quadro formal da enunciação que se marca a posição de um sujeito que se constitui pela linguagem, criando um lugar de existência sempre único que é o lugar enunciativo.

O conhecimento de si é construído através das narrações que compõem a vida do homem em sociedade. É um conhecimento que se dá de forma social, por meio das histórias compartilhadas; por meio da exposição do homem a diferentes narrativas. A cultura torna-se elemento essencial no conhecimento de si próprio e de seu lugar no mundo. Frente a esse posicionamento, a narrativa é fundamental para a manutenção da cultura de um povo e da identidade dos sujeitos. Ademais, para Ricoeur (2007) o *terceiro-tempo* e o *terceiro-espço* são operadores que ligam o homem ao mundo, demonstrando a experiência do sujeito com o mundo. A partir dessas definições, chega-se a concepção de *lugar de memória* importante aspecto para a manutenção da cultura de um povo.

Outro leitor de Benveniste apresentado neste capítulo foi o filósofo italiano Giorgio Agamben para o qual Benveniste apresenta um diferencial com relação aos demais linguistas que reside na proposição do quadro formal da enunciação. O ato enunciativo dá lugar a uma possibilidade de ver a língua em emprego a partir de diferentes saberes. Testemunhar, sob a perspectiva de Agamben, torna-se importante na medida em que é a partir do testemunho que muitas vozes são ouvidas, especialmente aquelas silenciadas pela história. Partindo do pressuposto de que o testemunho carrega o silêncio de quem não pode testemunhar, reforça-se a importância dessa ação para a história de um povo. Considerando os relatos orais selecionados para este estudo, percebemos que eles deixam transparecer uma imagem dos sujeitos que falam capaz de construir um retrato revelador da cultura.

Para concluir, voltamos ao quadro formal da enunciação que possibilita a língua se realizar em forma de discurso, saindo do campo da possibilidade e passando para o domínio do sentido construído pelo sujeito sempre de forma singular. Ao se apropriar da língua e se enunciar por meio de um relato, o sujeito revive a sua experiência com os acontecimentos já que eles passam novamente pela língua para serem explicitados. Uma nova experiência

acontece, dando ao sujeito a possibilidade de reviver o passado por meio da sua explicitação no presente através do relato oral da memória.

O próximo capítulo será destinado à abordagem da subjetividade inerente ao uso da língua que coloca em cena um locutor que se torna sujeito ao se apropriar da língua para falar a um *tu* sobre um *ele*. Dessa forma, refletiremos acerca das pessoas do discurso visando a compreensão do fundamento da subjetividade inerente ao exercício da linguagem.

UM CORPUS A SE RECONSTRUIR A CADA VEZ QUE SE OUVI.
A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS- PARTE III

Neste momento, apresentamos uma entrevista feita com a estudante Bruna Telassim Baggio a qual relata como se deu a organização do material e a experiência de participar do projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*. Através da subjetividade daquele que interagiu com as personagens dos relatos, buscamos aprofundar a reflexão acerca da questão da subjetividade e das identidades culturais por meio do texto *História, memória e centralidade urbana* escrito pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2008).

Bruna foi orientada da professora Dr. Marlise Regina Meyrer e trabalhou como bolsista no LAMOI. A estudante auxiliou na execução do projeto fazendo as entrevistas que compõem o acervo do LAMOI³⁵. O relato da bolsista apresenta elementos da constituição do *corpus* importantes para a compreensão dos relatos, haja vista os objetivos envolvidos na produção desse material. Para tanto, fizemos os seguintes questionamentos à bolsista³⁶: 1) Qual foi o objetivo do projeto?; 2) Como foi feita a seleção das pessoas que participaram?; 3) Como foi feita a edição das entrevistas para o programa de rádio?; 4) Como foram feitas as gravações?; 5) Como foi a recepção do trabalho?; e 6) Você acredita que os objetivos foram atingidos?.

Quanto à questão 1 (Qual foi o objetivo do projeto?), obtivemos a seguinte resposta:

Esse projeto estava inserido dentro de um projeto maior que é do “LAMOI - Laboratório de memória oral e imagem”. Dentro do projeto do LAMOI, entre os objetivos, os que a rádio atendia era: o incentivo a reconstrução de elementos constitutivos da memória de grupos sociais na região a partir dos registros orais de memórias, a valorização da cultura popular, a integração entre comunidade acadêmica e comunidade local no processo de construção da história e memória local e a construção de narrativas a partir da visão dos sujeitos históricos para a composição de histórias locais. *(Resposta obtida por e-mail. Mantivemos a mesma escrita da bolsista)*

Destaca-se a importância dada à constituição da história local por meio do projeto que foi veiculado pela emissora de rádio da UPF. A Universidade, por meio de projetos como esse, consegue o estreitamento dos laços entre academia e comunidade local. Ademais, destaca-se a

³⁵ Optamos por apresentar essa entrevista com a bolsista neste momento da escrita, pois o próximo capítulo tratará da questão da subjetividade e, por isso, compreendemos que é importante pensar na subjetividade do sujeito que produziu o material por nós analisado.

³⁶ A estudante atualmente reside em São Paulo. Conseguimos entrar em contato por ela por telefone e trocamos alguns e-mails.

importância do projeto no âmbito da construção de um registro da história local através da memória dos moradores da cidade.

Com relação à segunda pergunta (Como foi feita a seleção das pessoas que participaram?), temos o seguinte:

A seleção não teve uma metodologia específica. Já tínhamos uma rede de contatos de entrevistados no tema do cassino da Maroca. Só fomos ampliando nossos contatos às pessoas que se encaixavam na temática do mês. (resposta obtida por e-mail, mantivemos a mesma escrita da bolsista)

Percebe-se que a escolha dos participantes do projeto se deu de forma aleatória, tendo como critério a questão do envolvimento com a temática proposta no trabalho. Cada mês, o programa veiculava uma temática diferente na rádio UPF, compondo, assim, o todo do projeto. Destaca-se ainda que a questão da temática levava em conta a construção de um registro histórico capaz de servir de fonte de pesquisa, já que viraria acerca do LAMOI.

Quanto à terceira pergunta (Como foi feita a edição das entrevistas para o programa de rádio?), Bruna responde que

A primeira parte da edição que diz respeito aos cortes das entrevistas foram feitas por mim, de forma bem simples, em um aplicativo gratuito. A segunda parte era introduzir as falas do radialista e a música de fundo e foram feitas pela equipe da rádio. (Resposta obtida por e-mail. Mantivemos a mesma escrita da bolsista)

Nota-se a participação de mais de um sujeito na edição do material: temos de um lado a bolsista que edita a entrevista, escolhendo, de acordo com a sua perspectiva, partes dos relatos que no seu entendimento são mais relevantes; temos de outro lado a inserção da fala do locutor o qual faz uma apresentação sobre a temática a ser tratada no relato e finaliza com a identificação do morador da cidade de Passo Fundo que foi personagem do projeto. Os relatos presentes no Bloco Rua Quinze de Novembro apresentam uma relação intersubjetiva entre o narrador da história, o entrevistado e o veículo de comunicação, pessoalizado na figura do locutor. Diante disso, temos um fragmento da fala do narrador do relato oral em meio a um contexto construído para falar da história de Passo Fundo.

Buscando a compreensão do processo de entrevista, fizemos a pergunta 4 (Como foram feitas as gravações?), para a qual obtivemos a seguinte resposta:

As gravações eram sempre nos locais e horários que os entrevistados desejavam. Nós abordávamos o assunto com perguntas amplas e deixávamos os entrevistados falarem. *(Resposta obtida por e-mail. Mantivemos a mesma escrita da bolsista)*

No Bloco Rua Quinze de Novembro as entrevistas já se apresentam editadas e, portanto, não conseguimos saber quais as perguntas de forma precisa que levam os narradores a discorrer sobre os assuntos. No entanto, no Bloco Entrevistas, podemos perceber a interferência do entrevistador que busca por meio de perguntas amplas inicialmente trazer presente a temática abordada e ao longo da entrevista faz inserções de modo a retornar ao assunto desejado ou mesmo de modo a priorizar algum elemento apresentado pelo narrador.

Quando perguntada sobre a recepção do trabalho (pergunta 5), a bolsista nos diz que

Foi muito boa. Pessoas fora da área de História me abordavam pra falar sobre o programa, e os participantes sempre me ligavam pra dizer que tinham escutado as falas. *(Resposta obtida por e-mail. Mantivemos a mesma escrita da bolsista)*

Percebe-se que a recepção da comunidade foi positiva, especialmente das pessoas que foram personagens-narradores das histórias. A identificação com a construção da história e o lugar de autoridade atingido ao ser porta-voz de um passado, faz do indivíduo alguém de importância em meio à comunidade local. Histórias “comuns” foram valorizadas e trazidas para o presente por meio da voz de moradores que fizeram parte da história local. Enunciar-se para ser ouvido é algo que dá ao homem um lugar de importância e de reconhecimento.

Quanto à pergunta 6 que versa sobre o cumprimento dos objetivos do projeto, a bolsista se posiciona dizendo que

Sim. Em especial a integração entre comunidade acadêmica e comunidade local no processo de construção da história e memória local. *(Resposta obtida por e-mail. Mantivemos a mesma escrita da bolsista)*

O projeto destaca-se, portanto, no cenário local como um elo entre o meio acadêmico e a sociedade, especialmente por meio de histórias, muitas vezes, negligenciadas pela historiografia oficial. Tem-se, por meio disso, um espaço de fala destinado a pessoas “comuns” que ocupam a cena enunciativa e se configuram como sujeitos de suas próprias histórias; histórias essas que merecem ser ouvidas.

Percebemos, por meio dos relatos que o que se apresenta é mais do que a história local, é também a versão subjetiva, simbólica, da história dada por cada sujeito que a descreve. No

intuito de explorar um pouco mais essa temática, recorremos às reflexões da historiadora Sandra Jatayh Pesavento em artigo intitulado *História, memória e centralidade urbana*³⁷, no qual se destacam as diferentes possibilidades de leitura da cidade advindas do olhar de seus habitantes.

Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, **espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado.** Estes espaços dotados de significado fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social. (PESAVENTO, 2008, p. 3. Grifos nossos.)

A cidade é vista como lugar de simbolizações, território de identidades. Uma definição importante se faz aqui: a diferenciação entre espaço e território. Espaço considerado como elemento objetivo, na acepção “fria” do termo; território considerado a partir da apropriação do espaço pelo social, ou seja, a partir da interferência humana. O trecho grifado interessa-nos particularmente, pois se relaciona diretamente com os objetivos do projeto que deu origem aos relatos tomados em nosso estudo. A narração, como nos ensina Paul Ricoeur, intermedeia o tempo cósmico com o tempo vivido e faz do homem sujeito central desse processo que se dá por meio da língua.

A rigor, se poderia dizer que cada cidadão escolhe seus pontos de atenção e referência para se situar no tempo e no espaço urbano. *Eu conheço um lugar*, costumamos dizer, implicando com isto que nos referimos a um recanto da cidade especial para nós, que nos toca de maneira particular. (PESAVENTO, 2008, p. 4)

Assim o é para Jaime Freitas, morador da rua XV de Novembro entre os anos de 1948 a 1955; seu pai tinha um comércio naquela rua e parte de sua vida está relacionada ao Cassino Palácio. Carmem Ribeiro também escolheu a rua XV de Novembro como ponto de referência na cidade de Passo Fundo, pois era dançarina do Cassino e lá residiu durante um tempo. Durante o dia, trabalhava como garçom e à noite fazia parte do grupo de meninas que trabalhavam no Cassino. Vilson Novelo residiu na rua XV de Novembro e se lembra do lugar como um lugar de respeito apesar da existência da zona de meretrício. Jaime Freitas, Carmem Ribeiro e Vilson Novelo são personagens dos relatos que compõem o *corpus*. A relação das personagens com o

³⁷ Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

espaço descrito constrói elementos identitários importantes para a identificação do indivíduo com o ambiente em que vive. Sobre isso, Pesavento argumenta

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos. Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de idéias imagens que explica e convence. (PESAVENTO, 2008, p. 4)

Frente a isso, destacamos que a “identidade”, assim descrita, relaciona-se diretamente com o conceito de subjetividade, já que se constrói a partir de um olhar singular e único do sujeito com relação ao seu entorno. A partir da língua, descrevemo-nos em nossa relação com o mundo e o fazemos sempre sob o nosso ponto de vista. “Inventamos” a realidade ao nosso redor a partir do modo como a descrevemos. A constituição simbólica da linguagem relaciona-se com a questão da subjetividade. Mas, para compreender essa questão, é necessário entender conceitos que lhe são anteriores. Assim, no capítulo 3, trabalharemos com conceitos que nos levam a compreender as relações entre as pessoas do discurso, levando-nos à questão da subjetividade.

CAPÍTULO 3

“EU-TU/ELE”: A *TRINDADE* NECESSÁRIA À CONSTITUIÇÃO SIMBÓLICA DA LINGUAGEM

“A trindade é uma re-presentação da ausência - até sua morte extrema, a morte - na presença. Sem trindade, não há simbolização, não há grupamento social.”

Dany-Robert Dufour

PALAVRAS INICIAIS

O terceiro capítulo destina-se à reflexão acerca da constituição da subjetividade. Para tanto, trabalhamos com os conceitos de pessoa e não pessoa como princípio basilar do quadro formal da enunciação. Frente a isso, iniciamos o presente capítulo pelas pessoas do discurso conforme Benveniste propôs. Fazemos um recorte teórico dentro da obra de Benveniste, escolhendo três textos: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946); *A natureza dos pronomes* (1956); e *Da subjetividade na linguagem* (1958), que compõem a quinta parte dos *Problemas de Linguística Geral I*, intitulada *O homem na língua*.

A segunda parte do capítulo, apresenta a trindade necessária à constituição simbólica da linguagem a partir da visada filosófica promovida por Dany-Robert Dufour, em sua obra *Os mistérios da trindade*. Dufour parte das reflexões de Émile Benveniste para configurar a relação entre as pessoas do discurso e, então, propor a trindade constituinte e necessária à simbolização.

A partir dessa organização teórica, delineamos o percurso de escrita do terceiro capítulo.

3.1. “EU-TU/ELE”: A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Neste momento, a nossa reflexão levará em conta a questão cronológica dos textos de Benveniste, mesmo sabendo que cada artigo deve ser lido em sua individualidade e que os diferentes momentos da teoria devem ser respeitados em seu contexto de produção. Selecionamos os seguintes textos de Benveniste: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958). Observamos a evolução da categorização das pessoas do discurso ao longo dos três textos, escritos com uma diferença temporal de dez anos do primeiro para o segundo e dois anos do segundo para o terceiro. Desse modo, iniciamos pelo texto de 46, publicado originalmente no *Bulletin de la Société Linguistique*, XLIII, fasc, 1, nº126, ano no qual Benveniste assumiu a função de secretário adjunto, conforme consta na ata datada de 15 de dezembro de 1945 presente na publicação original do *Bulletin*.

A reflexão central desse artigo, conforme já anunciado no título, circunda sobre *a estrutura das relações de pessoa no verbo*. Frente a isso, o autor inicia seu texto com a seguinte afirmação: “O verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa.” (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 247). A partir dessa ideia inicial de que tanto verbo quanto pronome são palavras submetidas à pessoa, o autor opta por, neste momento,

trabalhar com a relação do verbo com as pessoas do discurso; deixando de forma explícita a questão dos pronomes para outro momento. “O pronome, entretanto, tem tantos outros caracteres que lhe pertencem particularmente e comporta relações tão diferentes que exigiria um estudo independente.” (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 247). A partir desse posicionamento, o autor abre a reflexão mostrando, por meio de exemplos de outras línguas, que independente da língua, há uma relação entre as pessoas e o verbo que se dá por meio de três posições enunciativas: a posição da primeira pessoa (*eu*), a posição da segunda pessoa (*tu*); e a posição da terceira pessoa (*ele*).

[...] Há sempre três pessoas e não há senão três. Entretanto, o caráter sumário e não-lingüístico de uma categoria assim proposta deve ser denunciado. A alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sucessão e relacionadas com esses seres que são “eu”, “tu” e “ele”, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudolingüística diferenças de natureza *lexical*. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade de categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia. (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 248)

Em busca de uma resposta para o questionamento sobre a existência ou não de um verbo que não apresente marcação de pessoa, Benveniste traz presente G. J. Ramstedt em seu texto *A Korean Grammar*. Identifica que haveria na língua coreana alguma possibilidade de verbo sem marcação de pessoa a depender da situação comunicativa, mas que isso não é uma regra absoluta da língua visto que há no coreano uma série de pronomes que podem manter relação com o verbo e marcar a relação da pessoa. Exemplifica também por meio das línguas paleo-siberianas, trazendo a reflexão de Roman Jakobson (*American Anthropologist*, XLIV 1972) mostrando que algumas línguas (*gilyak*) não distinguem as pessoas do discurso, mas sim, as colocam em relação de oposição; mesmo assim todas elas possuem pessoas verbais. Diante dos exemplos apresentados, Benveniste conclui

Em suma, não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais. Podemos concluir, pois, que a categoria da pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo. Essa é uma comprovação que nos é suficiente, mas é incontestável que a originalidade de cada sistema verbal sob esse aspecto deve ser estudada em particular.

Uma teoria lingüística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições. [...] (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 249-250) (grifos nossos).

Percebe-se, no trecho destacado na citação acima, uma tomada de posição que nos faz retornar ao título do texto (*Estrutura das relações de pessoa no verbo*) e perceber que são as oposições a base da estrutura que fundamenta a relação das pessoas no verbo. Compreendido desse modo, nota-se que o que se segue é uma explicação do que de fato consiste essa oposição. Para tanto, Benveniste utiliza-se de definições dos gramáticos árabes, para diferenciar as pessoas do discurso. Para o autor, a primeira pessoa pode ser definida por ser “aquele que fala”, a segunda como “aquele a quem nos dirigimos” e a terceira “aquele que está ausente”. Nas palavras de Benveniste

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 250)

Pode-se perceber que o centro do discurso é o “eu”, “aquele que fala”. Ele tem o poder de instaurar um “tu” para o qual irá se dirigir e um “ele” do qual irá falar. O “tu” compõe elemento do discurso por sua possibilidade de tornar-se “eu”, assumindo sua própria enunciação e fazendo do outro “tu” em seu discurso. Já o “ele” jamais integra efetivamente a arena do discurso, o que o coloca em uma posição de não pertencimento à instância discursiva. Diante dessa categorização das pessoas do discurso, percebe-se que cada uma delas distingue-se não por sua semelhança, mas sim por suas diferenças; suas oposições.

Benveniste passa novamente para uma série de exemplos utilizando diferentes línguas (turco, ugro-fínico, georgiano, davídico) para comprovar que a relação entre as pessoas do discurso não é homogênea e que a terceira pessoa apresenta características que a marcam como “não-pessoa”. Nas palavras do autor: “[...] Segue-se que, muito geralmente, a pessoa só é própria às posições “eu” e “tu”. A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura a forma não pessoal da flexão verbal.” (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 252)

De fato, uma característica das pessoas “eu” e “tu” é a sua *unicidade* específica: o “eu” que enuncia, o “tu” ao qual “eu” se dirige são cada vez únicos. “Ele”, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos - ou nenhum. É por isso que o *je est un autre* [= “eu sou um outro”] de Rimbaud fornece a expressão típica do que é propriamente a “alienação” mental, em que o eu é destituído da sua identidade constitutiva. (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 253).³⁸

Diante dessa citação, fica o questionamento: por que Benveniste cita o poeta Rimbaud para tratar da questão da terceira pessoa? Tal questionamento surge em virtude de estarmos tratando de um texto em que Benveniste fundamenta suas reflexões na comparação entre diferentes línguas, retomando um método mais comparatista de análise linguística, para trabalhar com a categorização de pessoa. Parece-nos que Benveniste talvez pudesse ter ido além nessa reflexão acerca da questão poética e até mesmo filosófica imbricada na constituição literária, mas se limita a apenas uma alusão ao poeta sem maiores explicações. O que podemos inferir é que as relações pensadas por Benveniste com relação às pessoas do discurso vão além do que é explicitado neste texto e sugerem um olhar amplo e não limitado à questão estritamente linguística.

Guardadas as hipóteses, seguimos refletindo sobre o texto, asseverando que a primeira característica, designada como a *unicidade* entre “eu” e “tu”, relaciona-se à irrepetibilidade da enunciação e, portanto, a configuração sempre única das pessoas a cada nova enunciação. A

³⁸ Benveniste cita carta de Arthur Rimbaud (poeta simbolista francês) a Paul Demeny datada de 1871. Segue carta do poeta: “Rimbaud à Paul Demeny (*Lettre du Voyant*, 15 mai 1871) « Car Je est un autre. Si le cuivre s’éveille clairon, il n’y a rien de sa faute. Cela m’est évident : j’assiste à l’éclosion de ma pensée : je la regarde, je l’écoute : je lance un coup d’archet : la symphonie fait son remuement dans les profondeurs, ou vient d’un bond sur la scène. Si les vieux imbéciles n’avaient pas trouvé du Moi que la signification fausse, nous n’aurions pas à balayer ces millions de squelettes qui, depuis un temps infini, ! ont accumulé les produits de leur intelligence borgnesse, en s’en clamant les auteurs ! (...) La première étude de l’homme qui veut être poète est sa propre connaissance, entière ; il cherche son âme, il l’inspecte, il la tente, l’apprend. Dès qu’il la sait, il doit la cultiver ; cela semble simple : en tout cerveau s’accomplit un développement naturel ; tant d’égoïstes se proclament auteurs ; il en est bien d’autres qui s’attribuent leur progrès intellectuel ! — Mais il s’agit de faire l’âme monstrueuse : à l’instar des comprachicos, quoi ! Imaginez un homme s’implantant et se cultivant des verrues sur le visage. Je dis qu’il faut être voyant, se faire voyant. Le Poète se fait voyant par un long, immense et raisonné dérèglement de tous les sens. Toutes les formes d’amour, de souffrance, de folie ; il cherche lui-même, il épuise en lui tous les poisons, pour n’en garder que les quintessences. Ineffable torture où il a besoin de toute la foi, de toute la force surhumaine, où il devient entre tous le grand malade, le grand criminel, le grand maudit, — et le suprême Savant — Car il arrive à l’inconnu ! Puisqu’il a cultivé son âme, déjà riche, plus qu’aucun ! Il arrive à l’inconnu, et quand, affolé, il finirait par perdre l’intelligence de ses visions, il les a vues ! Qu’il crève dans son bondissement par les choses inouïes et innombrables : viendront d’autres horribles travailleurs ; ils commenceront par les horizons où l’autre s’est affaissé ! ». Disponível em: <http://www.macval.fr/emoietmoi/spip.php?article57>. Acesso em 27 de julho de 2019.

segunda característica apresentada por Benveniste é a questão da *inversibilidade* das pessoas do discurso “eu” e “tu”, opostamente a não possibilidade de inversão do “ele” em “eu” ou “tu”. Isso se deve ao fato de que, segundo o linguista, “[...] a “terceira pessoa” é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente.” (BENVENISTE - PLG I, 1946-2005, p. 253). Assim, “tu” vira “eu” no momento em que toma a palavra para si e institui a inversão necessária à condição do diálogo. Refletindo acerca das oposições constitutivas das pessoas do discurso, Benveniste afirma

É oportuno comprovar uma oposição entre a “pessoa-eu” e a “pessoa não-eu”. Sobre que base se estabelece? Ao par *eu/tu* pertence particularmente uma correlação especial, a que chamaremos, na falta de expressão melhor, a *correlação de subjetividade*. O que diferencia “eu” de “tu” é, em primeiro lugar, o fato de ser no caso de “eu”, *interior* ao enunciado e *exterior* a “tu”, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo; [...]. Quando saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é, fora de mim, a única “pessoa imaginável”. Essas qualidades de interior e de transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se opõem juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”). (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 255)

A relação de subjetividade somente se expressa na pessoa “eu”, visto que somente “eu” tem o poder de fala. A pessoa “tu” configura-se como não subjetiva, pois em sua posição enunciativa não carrega possibilidade de fala. É na inversibilidade de “tu” em “eu”, que se configura a possibilidade subjetiva. Frente à impossibilidade de inserção no diálogo da pessoa “ele”, e, portanto, da possibilidade subjetiva, conclui-se que “eu” e “tu” se opõem a “ele”, por não haver relação de semelhança entre “eu/tu” e “ele”, mas sim de oposição.

A partir disso, levanta-se uma outra questão que diz respeito à pluralização das formas pessoais. Para Benveniste, ao pluralizar cria-se um problema que se traduz em duas possibilidades, uma de *inclusão* e outra de *exclusão* da pessoa do singular em sua forma pluralizada. Diante desse impasse, cria-se a imprecisão da pluralização. Benveniste afirma

[...] Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir do “eu” e esse “eu” sujeito o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva de “nós”. (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 256)

Disso decorre que “De maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas.” (BENVENISTE - PLG I, 1946-2005, p. 258). O autor apresenta uma reflexão acerca da questão da pluralização que novamente segue a metodologia da comparação entre diferentes línguas, no intuito de comprovar que ao utilizarmos a pessoa pluralizada, um problema se estabelece, pois contradiz a própria concepção da subjetividade inerente aquele que fala.

Para finalizar, Benveniste resume a reflexão promovida ao longo do texto em duas correlações das pessoas verbais: “1- *Correlação de personalidade*³⁹, que opõe as pessoas *eu/tu* à não-pessoa *ele*; 2- *Correlação de subjetividade*, interior à precedente e opondo *eu* a *tu*.” (BENVENISTE- PLG I, 1946-2005, p. 259). Retoma-se, assim, a seguinte ideia: “Uma teoria lingüística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições” (BENVENISTE- PLG I, 1946-2005, p. 250). A estrutura dessas oposições está, portanto, ligada de um lado à questão da oposição entre *eu/tu* a *ele*, que se dá pela própria concepção de pessoa; e de outro lado à questão da oposição entre *eu* e *tu*, configurada pela subjetividade presente em *eu* e ausente em *tu*.

Dez anos após a escrita do texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste publica o texto *A natureza dos pronomes* (1956), tratando da questão dos pronomes como um problema ao mesmo tempo de linguagem e de línguas, pois considera que todas as línguas apresentam pronomes e que, em todas, essa categoria apresenta diferenças com relação a sua natureza. No início do texto de 46, Benveniste mencionava a necessidade de uma reflexão que dissesse respeito unicamente à questão dos pronomes devido a sua particularidade e peculiaridade. Parece-nos que é no texto de 56 que o autor se dedica a explicitar essa reflexão. Reiteramos a necessidade da leitura dos textos em sua individualidade. No entanto, percebemos que há princípios que permanecem ao longo da construção teórica do autor e que podemos compreender como fios condutores de um pensamento que se amplia e se renova ao longo do tempo. No texto de 56, identificamos as *oposições constitutivas* das pessoas do discurso propostas no texto de 46 como elemento necessário à compreensão do pensamento do autor.

Logo no início do texto, Benveniste define que “o problema dos pronomes” só é um problema de língua por ser, antes disso, um problema de linguagem. Além disso, assevera que os pronomes não configuram uma classe homogênea, configurando-se em universos distintos.

³⁹ Em disciplina especial ministrada para o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Valdir do Nascimento Flores esclareceu que houve um erro de tradução e que a tradução correta desse termo seria “pessoalidade”. Desse modo, manteremos a versão apresentada na tradução oficial, mas compreenderemos como *pessoalidade* e não *personalidade*.

Nas palavras do autor, “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 277). Disso podemos concluir que de um lado há a “sintaxe da língua” como algo mais estático e previsível (repetível); enquanto que, por outro lado, há as “instâncias do discurso” que são a cada vez únicas e, portanto, imprevisíveis (irrepetível). Dois universos diferentes se abrem e colocam a questão da natureza dos pronomes como uma questão complexa.

A sequência do texto propõe a observação, em primeira instância, para a categoria dos pronomes pessoais. Benveniste, então, argumenta: “É preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu*, *tu*, *ele*, abole justamente a noção de “pessoa”.” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 277). Retoma, assim, nesse texto, uma reflexão feita dez anos antes (*Estrutura das relações de pessoa no verbo PLG I, 1946-2005*) sobre a questão do *ele* como não pessoa (*correlação de personalidade*). A reflexão que elucida o porquê do não pertencimento do *ele* a mesma instância do *eu* e do *tu* é feita após uma análise do *eu*.

Para tanto, Benveniste inicia argumentando que o *eu* apresenta uma relação que não se limita a sua relação com um “nome referente”, mas sim que coloca em cena o “*processus*” enunciativo. O linguista traz à discussão ideias do filósofo americano Charles Morris, concordando com o autor no que diz respeito à questão pragmática envolvida no *eu*. Segundo Benveniste, “O enunciado que contém *eu* pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático, e que inclui, com os signos aqueles que os empregam.” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 278). Coloca-se em jogo aqui as diferenças próprias das instâncias de discurso, que exigem diferentes “*processus*” devido à sua condição de interlocução. Benveniste apresenta, por exemplo, como diferentes as enunciações de *eu* em um tratado científico e em um texto falado de curta extensão.

Questionando-se acerca da “realidade” de *eu* e *tu*, Benveniste conclui que só há uma realidade que é a do discurso, a qual designa *eu* somente como elemento que referencia sempre aquele que fala de forma cada vez única e irrepetível. Para o autor, “[...] *eu* é o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística *eu*”. (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 279). Nessa relação discursiva, o *tu* estabelece-se por simetria; nas palavras do autor, “Conseqüentemente, introduzindo-se a situação de “alocução”, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*”. (BENVENISTE, 1956-2005, p. 279). Portanto,

a categoria de pessoa é auto-referencial por configurar-se como elemento que se refere a si próprio na instância do discurso, renovando-se a cada nova enunciação, haja vista não haver objeto concreto anterior a sua realização no discurso. Após essa definição, Benveniste parte para os indicadores de ostensão, definindo-os da seguinte forma:

[...] Há aqui um traço novo e distintivo dessa série: é a identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante com a presente instância de discurso, a referência implícita na forma (por exemplo, *hic* oposto a *iste*) associando-o a *eu*, a *tu*. Fora dessa classe, mas no mesmo plano e associados à mesma referência, encontramos os advérbios *aqui* e *agora*. Poremos em evidência a sua relação com *eu* definido-os: *aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*. (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 279)

Desse modo, Benveniste configura os elementos que, juntos com as pessoas do discurso, compõem a cena enunciativa, a qual constitui a realidade dos pronomes *eu* e *tu*. Esses “indicadores” referenciam o tempo e o espaço enunciativos, abrindo para a observância daquilo que está para além da própria instância discursiva; referenciando elementos que compõem objetos “reais”. Nas palavras do linguista

[...] De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos”. Daí as correlações como *eu : ele - aqui : lá - agora : então - hoje : no mesmo dia ontem : na véspera - amanhã : no dia seguinte - na próxima semana : na semana seguinte - há três dias : três dias antes*, etc. A própria língua revela a diferença profunda entre esses dois planos. (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p.280)

Frente a isso, podemos inferir que os indicadores temporais e espaciais abrem um novo plano que configura a cena enunciativa para além da língua. Os objetos “reais” configuram-se no mundo e trazem à cena enunciativa elementos fundamentais à vida do discurso. O discurso materializa a figura do *eu* que passa de locutor a sujeito de sua enunciação; vê-se, então, que diferentemente de outros pronomes, as formas pronominais *eu* e *tu* ganham vida e existência somente no discurso. Benveniste, chama-os de signos vazios que ganham plenitude na instância discursiva.

[...] A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. (BENVENISTE, PLGI, 1956-2005, p. 281)

Percebe-se que há uma importante definição no trecho destacado acima no que diz respeito ao *exercício* da linguagem que faz com que o sujeito seja capaz de “assumir a linguagem inteira”. De um lado, temos a linguagem como possibilidade virtual de uso; de outro, temos o exercício da linguagem que é a apropriação da língua pelo locutor que ao manejar os signos a seu modo, tona-se sujeito de sua enunciação. Assim, “assumir a linguagem inteira” significa associar dois planos diferentes da linguagem ao mesmo tempo e de forma única. Benveniste, continua o raciocínio asseverando

[...] O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. [...] (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 281)

Assume, desse modo, a “linguagem inteira”, pois no discurso constrói o seu próprio sistema de referência que transforma o que antes era virtualidade em realidade subjetiva e particular às condições sempre únicas do discurso. As personagens de nosso estudo, assumem a linguagem inteira e se enunciam através de relatos os quais são marcados pela realidade subjetiva de cada um com relação aos fatos vividos. Observemos um relato selecionado para este estudo:

Relato 1 com Jaime Freita

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: As primeiras histórias que serão contadas são sobre a rua XV de Novembro, lugar maldito para alguns, de prazer para outros. A rua ficou no imaginário da cidade como um lugar de memória. A rua concentrou nos anos 1940 e 50 uma série de estabelecimentos, dancings, cassinos, bares e pensões que alugam quartos para a prática da prostituição.

Morador de Passo Fundo: Eu na verdade eu nasci na zona, na zona da XV de Novembro. Meu pai eraaa imigrante, veio da Polônia, cidadizinha pequena de Minski eeeeeee em 1937 ele se estabeleceu com um comércio aqui na XV. Essa casa existe até hoje e nesse comércioooo, posteriormente, com o surgimento do cassino, as mulheres frequentavam o estabelecimento do meu pai. Compravam sedas, chita...

Narrador: Jaime Freita, radialista, foi morador na rua XV entre 1948 e 1955.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF (Bloco Rua XV de Novembro – Anexo A)

Considerando o plano enunciativo configurado por *eu* (Jaime Freita); que fala a um *tu* (ouvinte) sobre um *ele*, percebemos que há uma construção referencial que coloca em cena o próprio *eu* como centro de referência do discurso. O narrador fala de si próprio, de sua relação com uma rua específica na cidade, falando também de suas origens. Desse modo, temos um *eu* falando de um *ele* que é a imagem de si próprio. É nesse exercício da linguagem que o locutor passa a sujeito da enunciação, configurando-se sempre e cada vez de uma forma singular, subjetivando-se novamente a cada novo discurso.

Assim como as formas pronominais *eu* e *tu* não existem enquanto virtualidade, Benveniste demonstra que os verbos também apresentam a mesma característica. As formas verbais estão relacionadas diretamente às pessoas do discurso e somente se tornam plenas quando atualizadas em instâncias discursivas. Segundo o linguista, “[...] Todas as variações do paradigma verbal, aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância de discurso, principalmente o “tempo” do verbo, que é sempre relativo à instância na qual figura a forma verbal. [...]” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 282). A categoria do verbo encontra-se estritamente ligada à categoria da pessoa, como já havia dito Benveniste no texto de 1946, destinado especialmente a pensar sobre a estrutura das relações de pessoa no verbo.

A questão do tempo é muito trabalhada por Benveniste⁴⁰ em outros textos como, por exemplo, *A linguagem e a experiência humana* (1965), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *O aparelho formal da enunciação* (1970), devido a sua função essencial na constituição da cena enunciativa. Assim, percebe-se que a noção de tempo percorre os textos de Benveniste atualizando-se a cada novo artigo a depender das condições enunciativas de cada texto. Diante da correlação entre verbo e pessoa, Benveniste retoma a discussão acerca da terceira pessoa como elemento fora do discurso. Para o linguista

A “terceira pessoa” representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truismo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 282)

Assim, a referência construída no discurso auto-referencial é sempre subjetiva. A terceira pessoa, justamente por não apresentar a subjetividade em sua constituição, constrói-se

⁴⁰ Conforme já observado no capítulo 2 quando tratamos da questão do tempo no artigo de 1965.

de forma objetiva, podendo referir-se a qualquer um e a qualquer coisa. Nas palavras de Benveniste

[...] O que é preciso considerar como distintiva da “terceira pessoa” é a propriedade 1.º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2.º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3.º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4.º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui, agora*, etc. (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 283)

Configurando a natureza dos pronomes, Benveniste foca sua atenção na pessoa do *eu* desenvolvendo as noções de *pessoa* e de *não-pessoa*. A partir disso, o autor constrói a noção de referência externa ao discurso carregada pela forma pronominal *ele*. Temos, assim, um centro de referência interno configurado pelas pessoas do discurso *eu* e *tu*; e uma referência externa construída pelo termo pronominal *ele*. Os dois primeiros pronomes não configuram possibilidade de referenciação a não ser no e pelo discurso, enquanto que o terceiro traz para o discurso aquilo que nele não estava presente, mas que a ele é necessário para a construção do sentido.

O linguista conclui o artigo de 1956, retomando as noções apresentadas no primeiro parágrafo do texto acerca da natureza dos pronomes. O texto inicia-se pela afirmação de que a definição da natureza dos pronomes é um problema de línguas por ser antes um problema de linguagem. Esse problema consiste na natureza distinta da categoria dos pronomes, visto que “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamaremos as “instâncias de discurso”” (BENVENISTE, PLG I, 1956-2005, p. 277). O texto busca elucidar essa afirmação, por meio da diferenciação das noções de *pessoa* e *não-pessoa*.

Dois anos mais tarde, Benveniste apresenta outro artigo que se relaciona com as noções desenvolvidas nos textos de 1946 e 1956. Publicado no *Journal de psychologie* (jul.-set. 1958, P.U.F), *Da subjetividade na linguagem* é o texto no qual o linguista se debruça, especificamente, sobre o desenvolvimento dos conceitos de *subjetividade* e *intersubjetividade*. Esses conceitos apareceram anteriormente no texto de 1946 no qual se desenvolveu as correlações que definiam a estrutura das relações da pessoa no verbo (*correlação de personalidade; correlação de subjetividade*). A questão relativa à subjetividade vincula-se à relação entre as pessoas do discurso *eu* e *tu*.

Anterior à questão das pessoas do discurso, está o conceito de linguagem. O presente artigo de Benveniste inicia-se por uma reflexão acerca do que se compreende por linguagem.

Por meio de uma análise mais antropológica sobre o assunto, Benveniste busca desmistificar uma conclusão simplista de que a linguagem serviria como instrumento de comunicação. Para tanto, o autor compara a linguagem com um instrumento qualquer construído pelo homem (flecha, picareta), demonstrando que é impossível simplificar a questão, visto que, diferentemente do instrumento que é uma construção humana, a linguagem é inerente ao ser humano. Conclui, então, que

A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou. Inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 285)

Frente a tal posicionamento, podemos concluir que somente atingimos o homem por meio da linguagem, compreendendo-o por meio daquilo que ele diz de si mesmo. Atingimos a linguagem antes do próprio homem e atingimos dele aquilo que ele fala de si mesmo. Ademais, a linguagem, manifestada na língua, é a primeira manifestação do homem perceptível em seu processo de interação social. Por meio daquilo que o sujeito diz de si, aos poucos, se atinge o próprio homem, naquilo que ele mesmo deixa transparecer. Benveniste, assevera ainda a respeito dos caracteres da linguagem que

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 285)

Algumas questões apresentam-se ao observar a citação acima acerca da linguagem que acabam não sendo tão exploradas neste texto de Benveniste, como, por exemplo, o funcionamento simbólico da linguagem. Podemos perceber ao longo da leitura dos textos do autor que, embora os textos tenham uma independência com relação a seu período de publicação e a seu público específico, há uma teoria que se desenha por trás dos textos e que conduz a um pensamento articulado e em constante renovação. A questão da simbolização, por exemplo, volta a ser explorada no texto de 1963 *Vista d'olhos sob o desenvolvimento da lingüística*, mas já havia sido anunciada neste artigo de 1958. Os caracteres, apresentados de

forma enumerativa neste trecho, servem como argumento para diferenciar a linguagem de um instrumento. O linguista segue o raciocínio trazendo a função da palavra neste processo

[...] Para que a palavra assegure a “comunicação”, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão. (BENVENISTE, PLG I, a 1958-2005, p. 285)

Desse modo, a linguagem intermedeia a relação entre os homens e, portanto, entre o homem e o mundo. Além disso, percebemos que ele próprio (o homem) somente se compreende e pode falar de si por meio da linguagem que o ensina a ser homem. Assim, nas palavras do autor, “[...] É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”.” (BENVENISTE, PGL I, 1958-2005, p. 286). A realidade do próprio sujeito é concebida por meio da linguagem manifestada pela língua. Observemos um trecho de um relato selecionado para este estudo

Diva: *Diva Cavalheiro, meu nome. Minha família tradicional do carnaval. Eu comecei no carnaval comm....menina ainda [risos não precisa dizer a idade]*

Entrevistadora: *[ahham]*

Diva: *mas foi em 1958, ano que não tinha carnaval de rua em Passo Fundo. O pessoal dooo dos músicos do seu Ramil que tocavam no nos clube da cidade se reuniram e resolveram a fazer um carnaval na praça Marechal Floriano. Aí nós fomos, eu fui a primeira puxadora de samba, que naquela época não era um samba era uma marchinha, aí fizemo o carnaval que era pra fazer uma noite saiu nas quatro noites e no sábado de aleluia, foi muito bom, muita gente na praça, em roda da praça, ali em volta da praça que nós fazia o desfile, mas foi o primeiro ano que eu desfilei no carnaval, bem menina [risos]*

Entrevistadora: *E depois tu.....seguiu desfilando?*

Diva: *[Aí continuei]...nós fomos no Visconde, desfilamo...desfilamo no Visconde, no Bom sucesso, na União da Vila, não União da Vila...como é o nome...Mocidade Independente, naaa hummm Imperadores do Samba. Acho que foi nessas escola aqui em Passo Fundo que a gente desfilou. (Bloco Entrevistas - Anexo A)*

É na passagem de locutor a sujeito da enunciação que se constitui a realidade do sujeito falante. Sendo assim, a linguagem, por meio de sua atualização pela língua, cria a realidade de si e do outro. Diva Cavalheiro cria a sua própria realidade ao enunciar como “*a primeira puxadora de samba*” através da qual se coloca como uma figura importante dentro do cenário do carnaval daquela época em Passo Fundo. A linguagem, portanto, serve para interpretar o mundo, por meio de simbolizações que representam a posição subjetiva do sujeito. Compreende-se que no momento em que Diva se enuncia para produzir um relato, que

posteriormente será veiculado por uma emissora de rádio, ela imagina um *tu* que a ouvirá e, nesse nível de projeção, cria-se a relação intersubjetiva. Quanto à subjetividade, o linguista argumenta

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. **Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência.** Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* lingüístico da “pessoa”. (BENVENISTE, PGL-I, 1958-2005, p. 286) (Grifos nossos).

Novamente remetemo-nos ao texto de 1948 (*Estrutura das relações de pessoa no verbo*) quando observamos especialmente o trecho final do parágrafo: “Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* lingüístico da “pessoa””. A compreensão de que *eu* carrega a possibilidade subjetiva e que está no centro do discurso, possibilita perceber que a noção de subjetividade está vinculada às pessoas *eu* e *tu* em sua relação de oposição, haja vista o fato de que somente *eu* contém o poder da fala e, portanto, a constituição subjetiva. Reforça-se a ideia de que a propriedade fundamental da linguagem é a capacidade do ser humano de ocupar o lugar de fala assegurado pelo *eu* e atualizado a cada novo discurso.

Retomando o relato acima apresentado, percebemos que os índices específicos da enunciação (tempo e espaço) dão uma ressignificação às memórias do homem. Para falar do passado, é preciso falar a partir do presente e a experiência do presente altera a percepção do fato passado. “É “ego” que diz *ego*” – ao evocar suas memórias, a entrevistada revive suas histórias e se recoloca em um lugar de importância. As memórias viram novamente presente e passam a construir novas memórias a serem contadas no futuro. A enunciação subverte a lógica temporal ao tornar sempre única e irrepitível a experiência do sujeito com a linguagem. Quanto à polaridade entre as pessoas do discurso *eu* e *tu*, Benveniste assevera que

Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior”, e ao mesmo tempo são reversíveis. Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem. (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 286-287)

De uma forma mais complexa e antropológica, Benveniste retoma o conceito de correlação de subjetividade desenvolvido em 1946, por meio das oposições constitutivas das

peças do discurso. Assim sendo, *tu* está sempre em oposição ao *eu* e nunca apresentará a mesma condição. Somente *eu* possibilita ao homem enunciar-se e tornar-se sujeito. A reversibilidade é o que garante o processo intersubjetivo que faz de ambos sujeitos de suas enunciações. “Caem assim as velhas antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. [...] É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade.” (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 287). Frente a isso, percebe-se que não existe sociedade sem indivíduo e a condição primeira para que a sociedade se estabeleça é a condição intersubjetiva de relação entre os indivíduos. Desse modo, a linguagem é a condição para a existência da sociedade. Questionando-se sobre a realidade do eu, o linguista apresenta o seguinte raciocínio

A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. **Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo.**

A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*. (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 288) (Grifos nossos)

É na experiência humana da linguagem que o homem reconhece a si mesmo e aos outros, buscando viver e interagir em sociedade. Desse modo, atingimos do homem aquilo que ele diz sobre si mesmo e o vemos reconstruindo-se a cada instante em que se enuncia novamente. O processo subjetivo/intersubjetivo faz do homem um ser em constante movimento e mudança. A questão da temporalidade aparece ao longo dos três textos selecionados para este momento de nosso estudo. Embora ela não seja explorada longamente nesses textos, ela é fundamental para o raciocínio desenvolvido pelo autor na categorização das peças do discurso. Acerca disso, destacamos a seguinte conclusão

É fácil ver que o domínio da subjetividade se amplia ainda e deve chamar a si a expressão da temporalidade. [...] O tempo lingüístico é *sui-referencial*. Em última análise revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem. (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 289)

Reitera-se aqui que o tempo marcado na instância discursiva é referencial ao próprio discurso e a partir dele se desenvolvem as noções de anterioridade e de posterioridade construídas no discurso. Benveniste finaliza com a noção de intersubjetividade nas seguintes palavras

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação lingüística. (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 293)

Como na maioria de seus textos, Benveniste não apresenta somente um fechamento, mas sim, também, uma abertura para outros possíveis desdobramentos. Ficamos com duas questões fundamentais desse texto: primeira, a linguagem não se assemelha a um instrumento, pelo contrário, é condição da existência humana e, portanto, inerente ao ser humano; segunda, a condição de subjetividade atrela-se à pessoa do *eu*, que é centro do discurso e fundamento da relação de intersubjetividade. Com essas duas questões, abriremos a próxima seção do capítulo trazendo presente um leitor de Benveniste que se ocupa das pessoas do discurso para construir elementos de sua obra.

3.2 “EU”, “TU”, “ELE”: UM DISPOSITIVO NO INTERIOR DA LÍNGUA

Na primeira parte do capítulo, traçamos um percurso de leitura em Benveniste que nos proporcionasse um melhor entendimento da categorização das pessoas do discurso. Optamos por selecionar três textos nos quais, em nosso entendimento, Benveniste desenvolve as noções de pessoa e não pessoa, essenciais para o entendimento da questão da subjetividade.

Neste momento, utilizaremos as reflexões promovidas por Dany-Robert Dufour em sua obra *Os mistérios da trindade*, especialmente as contidas na segunda parte, intitulada *A trindade e a língua*, por considerarmos o autor um importante leitor de Benveniste e por encontrarmos em suas reflexões um espaço de discussão para a questão do simbólico atrelado à construção das pessoas do discurso. Dufour apresenta uma perspectiva de análise da língua a partir da relação entre as três pessoas “eu”, “tu” e “ele”, atribuindo a Benveniste o crédito de ter sido o primeiro linguista a propor uma categorização desses pronomes. Dufour inicia a discussão a partir da observação da relação entre as pessoas “eu-tu”, para então refletir sobre o “ele” como uma “não pessoa” e juntar esses elementos naquilo que ele denomina por “trindade natural”.

Dufour parte da seguinte premissa “[...] *Quando um sujeito fala, ele diz “eu” a um “tu”, a propósito d’“ele”*”. Falem e porão em jogo este sistema e, a partir de então, um fantástico ordenamento do discurso será *instantaneamente* efetuado. (DUFOUR, 2000, p. 69). Para o autor, os pronomes “eu”, “tu” e “ele” apresentam-se como um dispositivo da língua à disposição dos sujeitos que o utilizam para viver em sociedade. Dessa forma, Dufour conclui que

O prisma formado pelo conjunto “eu”, “tu”, e “ele” funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. Surge, assim, como uma espécie de língua prévia, uma língua de acesso à língua, *uma língua na língua*. (DUFOUR, 2000, p. 69)

Seguindo esse raciocínio, há lugares determinados na língua que são ocupados por aquele que toma a língua para si e resolve interagir com o outro. Nesse momento, esses lugares são preenchidos de forma espontânea e natural já que são anteriores à própria utilização da língua. Dufour retoma Benveniste em seu estudo sobre os pronomes e dá a ele um lugar de destaque dentre os demais linguistas, afirmando que

Benveniste foi um dos raros a terem empreendido uma descrição sistemática desse singular dispositivo intralingüístico. [...] Benveniste se mantém firmemente entre as exigências filosóficas e lingüísticas: o texto não cede nada às banalidades filosóficas, como também não se perde nas derivações lingüísticas hipertecnistas, tão cômodas para recalcar o lado ao mesmo tempo trivial e pungente da tomada dos corpos na língua. (DUFOUR, 2000, p. 70)

Para o autor, Benveniste encontra-se em meio a duas discussões (filosófica e lingüística) sobre a questão e consegue apresentar um raciocínio que se diferencia. Para tanto, Dufour afirma que a *Vª parte dos Problemas de Linguística geral I* se organiza em torno de duas relações: ““*eu* é quem diz *eu*” e “*eu*” não é nem “*tu*” nem “*ele*”. (DUFOUR, 2000, P. 71). Percebemos a partir da conclusão de Dufour as relações opositivas apontadas anteriormente em nosso texto quando da comparação entre os textos de 1946, 1956 e 1958 de Benveniste. Há um desenvolvimento teórico das noções de *pessoa* e de *não pessoa* que se dá a partir da estrutura de oposições entre as pessoas do discurso, o qual Dufour se utiliza para designar, mais adiante, a “trindade natural”. Dufour afirma que ao longo desses textos de Benveniste, não haveria um desenvolvimento mais específico das duas relações por ele destacadas; não haveria uma observação sistemática da relação entre as pessoas do discurso em sua forma trinitária. Nas palavras de Dufour

[...] embora formem o esqueleto de sua análise, Benveniste não disserta sobre a forma particular desses axiomas uma ou duas ocorrências isoladas do termo “auto-referencial”, a propósito do “eu” e dos dêiticos; nenhuma notação a propósito da forma trinitária da segunda relação - como se essas definições fossem tão evidentes que não tivessem necessidade alguma de ser desenvolvidas ou mesmo nomeadas. (DUFOUR, 2000, p. 72)

Frente a essa constatação, Dufour questiona-se:

Ora: precisamente, todas as questões estão aí: em que lógica, em que axiomática - até mesmo, em que axiologia - essas definições vão nos instalar, de imediato? Em que essas duas definições são suficientes para descrever *completamente* nosso espaço simbólico? (DUFOUR, 2000, p. 71)

Os questionamentos alicerçam o desenvolvimento teórico proposto por Dufour a partir da leitura dos textos de Benveniste. As respostas a essas questões apresentam um raciocínio que se desenvolve a partir das oposições propostas por Benveniste e abre um novo olhar sobre as pessoas do discurso, vendo-as em sua relação trinitária.

[...] o que fez Benveniste, depois de haver formulado o conjunto trinitário dos pronomes pessoais? Ele cliva sua definição em dois subconjuntos binários: por um lado, ele analisa a *diade* formada pelo par “eu” e “tu”; por outro, em seguida, coloca “eu” e “tu” juntos de um lado e “ele” de outro. (DUFOUR, 2000, p. 72-73)

Formam-se assim duas díades provenientes da tríade “eu”, “tu” e “ele”. Em termos fenomenológicos, “eu” e “tu” é o que mais se apresenta. Sempre que falamos, dirigimo-nos a um “tu” e na relação inversa, tornamo-nos “tu” na relação de diálogo com o outro. Segundo Dufour, há duas características que definem essa relação: a primeira diz respeito ao fato da alienabilidade do “eu”, ao mesmo tempo em que o “eu” designa unicamente você quando toma a palavra, designa o outro quando toma para si a fala; a segunda característica diz respeito à inversibilidade dos pronomes “eu” e “tu” no ato do discurso; a troca de papéis é essencial para a manutenção do discurso. Nessa troca o que se inverte é a própria “qualidade” do “eu”, ou seja, aquele que preenche essa pessoa do discurso que tem o poder da fala.

“Eu” e “tu”, estes dois signos vazios, não referenciais com relação à realidade, resolvem de maneira extremamente simples um problema muito complexo, o da comunicação intersubjetiva: eles estão à disposição de todo o mundo e basta que alguém fale para que essas conchas se tornem cheias. Do mesmo modo, a concha vazia dos índices é uma espécie de autentificação e de atualização de nossa capacidade de simbolização. (DOFOUR, 2000, p. 74)

Diante desse preenchimento, abre-se um mundo de referências comuns aos interlocutores que possibilita a relação intersubjetiva entre os sujeitos. Dufour questiona-se sobre o que estaria em jogo na comunicação intersubjetiva. A partir desse questionamento, o autor abre uma reflexão trazendo presente diferentes posicionamentos sobre o assunto. Para Dufour, alguns acreditam que a troca entre os partícipes da comunicação seria uma troca informacional, sustentada na ideia de que a comunicação existe para que informações úteis sejam trocadas. No entanto, Dufour refuta essa ideia asseverando que “[...] a conversação consiste, antes de tudo, numa troca, lógica e cronologicamente anterior a todas as outras: a simples troca do uso do operador discreto “eu”. Falar consiste, inicialmente, em trocar, antes de mais nada, a capacidade de utilizar o “eu”.” (DUFOUR, 2000, p. 76). O *gozo* próprio do falante se encontra aí, na possibilidade de ocupar o lugar do “eu”, o poder de fala, independente do que se tenha a dizer.

O *gozo* é o princípio da ocupação do lugar de fala. Falamos porque queremos ocupar este lugar. Segundo Dufour “Falamos sem ser autorizados a isso” (DUFOUR, 2000, p. 80). O autor apresenta uma reflexão do sociólogo Pierre Bourdieu, na qual se discute a questão dos performativos. Dufour refuta a visão sociológica apresentada por Bourdieu justificando seu posicionamento distinguindo o ato de fala do ato socialmente sancionado. Para o autor, a revisão da ordem dos acontecimentos é necessária para que o social não seja compreendido como causa dos mecanismos do pensamento. Para o filósofo “A língua é indiferente ao social, mas o social não é, em absoluto, indiferente à língua.” (DUFOUR, 2000, p. 82). Evidencia-se aqui também a primazia do *gozo* do *eu* que ao se apropriar da língua o faz a seu modo. Quanto a essa questão, Dufour retoma novamente Benveniste asseverando que

Os dois termos da díade “eu-tu” não estão no mesmo plano, “eu” e “tu” são desiguais: “‘eu’ é sempre transcendente com relação a ‘tu’”, “‘tu’ é necessariamente designado por ‘eu’ e não pode ser pensado fora de uma situação exposta a partir do ‘eu’”, escreve Benveniste. “Eu” e “tu”, portanto, não são de modo algum assimiláveis a dois centros independentes de emissão e de recepção. A dominância do “eu” constitui um dos caracteres fundamentais de nosso espaço simbólico. É ele que imprime sua determinação a nossa formação (ou nossa assunção) como sujeitos falantes. (DUFOUR, 2000, p. 83)

Dufour vai além, dizendo que semelhante pensamento apresentado por Benveniste havia sido também proferido por Lacan em seminário datado de 1956 (ano da publicação do texto *A natureza dos pronomes* de Benveniste) no qual o psicanalista menciona a dominância do *eu* que ao assumir a língua projeta o *tu* para o qual se dirige, fazendo alusão à tradição judaico-cristã. Nas palavras de Dufour referindo-se à fala de Lacan: ““É realmente uma das mais profundas características do fundamento mental da tradição judaico-cristã o fato de que a palavra falada nela projete seus contornos nitidamente, como seu fundo último, o ser do eu.”” (DUFOUR, 2000, p. 86). Dufour não se aprofunda na comparação entre as ideias de Benveniste e de Lacan, mas é perceptível que o filósofo vê um Benveniste que dialoga com outras áreas que compõem as ciências humanas.⁴¹

Segue-se o raciocínio de Dufour trazendo presente os “índices de ostensão” categorizados por Benveniste (*aqui* e *agora*) que compõem a cena discursiva. Dufour refere-se ao discurso como a possibilidade da *presença* e *copresença* em determinado tempo e espaço.

Falando, pois, trocamos entre nós, essencialmente, o direito de usar o índice: agitamos, cada um de nós, sob o nariz do outro, o chocalho da concha vazia. Todo o nosso tempo é passado nisso. E é isso, certamente, o que há de melhor a se fazer: nessa troca, asseguramo-nos como podemos da nossa própria *presença*, da nossa presença alternada no presente. Como nada, no esquema unário, vem em absoluto garantir nossa presença e as provas se invertem em seu contrário, resta-nos então que nos contentemos em experimentarmos-nos mutuamente como *copresentes*: a díade “eu-tu” é o órgão dessa troca. Trocando, sem parar, “eu” e “tu”, garantimos por contraste nosso arrimo comum no presente, definido por um “aqui” e por um “agora”. Ora, o espaço e o tempo atuais do discurso têm uma só e única definição: o presente nada mais é que o tempo em que “eu” fala a “tu”. Desde que falamos, estamos no presente, de onde se segue uma definição reflexiva do presente: o presente é uma evidência que sofre da fraqueza constitutiva das expressões reflexivas. (DUFOUR, 2000, p. 86-87)

Ressalta-se a questão do contraste das pessoas “eu” e “tu” numa troca necessária ao discurso. Além disso, Dufour afirma o já dito por Benveniste acerca da questão do tempo presente constituinte do discurso a partir do qual lançam-se olhares para o passado e para o futuro. Outrossim, reafirma-se a soberania do “eu” sobre o “tu” já que o discurso apresenta a subjetividade daquele que assume o papel do “eu” para, então, instaurar um “tu” como seu interlocutor. É nesse jogo discursivo que Dufour circunscreve a possibilidade de “eternidade”, haja vista o caráter efêmero e ao mesmo tempo único da enunciação. Nas palavras do autor: “Em suma, o outro que se anuncia como “eu” talvez tenha uma natureza fugaz, mas, ao falar

⁴¹ Talvez seria interessante lembrarmos de que Benveniste era judeu para compreendermos em que medida Dufour propõe essa comparação e porque ancora a reflexão que segue sobre o *gozo* na tradição judaico-cristã que apresenta a fórmula *Eu sou aquele que sou*. No entanto, como estamos aí no nível apenas inferencial, achamos mais prudente não inserirmos essa reflexão no corpo do texto.

com ele, não arrisco nada menos que ganhar a eternidade. Em outras palavras, a eternidade está suposta na relação interlocutória.” (DUFOUR, 2000, p. 87). Dito isso, Dufour encaminha-se para a finalização desta etapa de seu texto tecendo algumas conclusões acerca das duas díades pensadas a partir das pessoas do discurso.

[...]A primeira díade poderia se inscrever assim: “eu-tu”. Dois operadores ordenam as articulações dessa fórmula: “←” nota o valor unário atribuído ao “eu” e o operador “-” representa a relação de inversibilidade dos dois termos não-disjuntivos, inclusivos, “eu” e “tu”. (DUFOUR, 2000, p. 88)

Considera-se que a primeira díade apresenta a complexidade da relação entre duas pessoas que de forma reversível se alternam na ocupação do lugar enunciativo do “eu”, enquanto única possibilidade de ocupação da fala. Reitera-se a busca pelo gozo da fala alcançado somente pela ocupação da posição do “eu”.

A partir disso, o autor propõe a observância da relação entre pessoa e não pessoa, inserindo o terceiro elemento: “ele”. Frente a isso, cria-se a segunda díade: “eu-tu/ele” a qual coloca em questão algo diferente, visto que não necessariamente traz presente mais uma pessoa física, o “ele” pode representar qualquer outro elemento; entrando em cena outras questões igualmente importantes. Segundo Dufour: “ “Ele”, esta simples palavra, realiza, pois, um imenso prodígio: ele faz ver aquilo que não está presente. “Ele” *re-presenta* o que está ausente. Em outros termos, “ele” torna possível a cena da representação.” (DUFOUR, 2000, p. 90). Dessa reflexão decorre a ideia de que a relação do “ele” na presente díade é uma *relação disjuntiva* opostamente à relação entre “eu” e “tu” na primeira díade que era uma *relação de aposição*. Eis, portanto, algo de exterior ao discurso que possibilita a relação interior que se dá entre “eu” e “tu” em um “aqui” e “agora”. Assim, conforme Dufour

O presente do sujeito só pode ser construído por referência à ausência. Pode-se então dizer que a comunicação – se entendermos por ela o fato de que “eu” diga alguma coisa a “tu” – se institui por uma *ex-comunicação* marcada, demarcada, construída no valor “ele”. “Eu” (e “tu” adquire (adquirem) a certeza da sua presença quando ele (eles) expulsou (expulsaram) a ausência do lugar onde está (estão). O terceiro pronome – aquele que significa o ausente da instância de discurso – é, pois, igualmente, o da presença dos outros. É por isso que, com essa relação, entramos num novo mundo: não lidamos mais com uma díade – (eu-tu)/ele – sucedendo a uma outra díade – eu-tu –, mas com uma nova relação, impossível de decompor em relações diádicas: a tríade eu-tu/ele. (DUFOUR, 2000, p. 91)

Adentra-se em um novo universo em que as relações entre os sujeitos se dão de maneiras diferentes, a questão do *tempo* ganha uma posição de maior relevância e a relação entre as pessoas do discurso passa a somente ser possível se observada em uma relação trinitária. Percebe-se, assim, que primeiramente foi necessário observar as relações diáticas, no intuito de compreender as oposições constitutivas, para, então, perceber a relação trinitária como necessária ao discurso. Frente a essa conclusão, Dufour assevera que

O ato de nascimento do sujeito compreende, portanto, três tempos: o tempo reflexivo do *eu*, o tempo dual da díade *eu-tu* e o tempo trinitário da tríade *eu-tu/ele*. De um tempo a outro, constrói-se uma ordem, que requer três exigências: desde o tempo unário do *eu*, é necessário ao sujeito um *outro* para que juntos eles se troquem, de modo intermitente, o direito ao uso do operador unário e é necessário ao sujeito e a este outro um outro, um *Outro* ainda, figurando e marcando a ausência fora do campo deles, para que esta não contamine o interior mesmo de sua copresença. (DUFOUR, 2000, p. 91)

Ao se constituir como sujeito, três diferentes tempos evidenciam-se: *reflexivo* (do “*eu*”), *dual* (“*eu-tu*”) e *trinitário* (“*eu-tu/ele*”). Diante disso, a tríade *eu-tu/ele* se estabelece no ato da enunciação, visto que sempre o *Outro* está presente marcado naquilo de que se fala. “Para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três.” (DUFOUR, 2000, p. 92). Nesse sentido, toda a presença evoca uma ausência e é justamente por essa ausência que se constitui. Segundo Dufour, é essa ausência que demarca a possibilidade do espaço simbólico da linguagem. A simbolização encontra lugar no ausente para que o sujeito presente na enunciação possa construir sentidos. Para exemplificar a questão da ausência como elemento necessário na relação trinitária, o autor apresenta uma reflexão sobre a definição do ato de amar; o faz da seguinte forma:

Amar é o estágio superior da manifestação da copresença – até a efusão. Mas esta copresença é verificada se, e apenas se, a ausência é certificada com exatidão como estando fora de seu campo. Não há outra definição do amor além dessa relação e é por isso que o amor é sempre uma relação a três. Nessa relação a três, dois dos protagonistas são internos um ao outro – “eu” e “tu” – e o terceiro – “ele” lhes é externo. Em consequência, o objeto de amor é sempre um objeto de dupla face: por um lado, ele permite a reunião de “eu” e de “tu”; por outro, ele deve atestar uma exterioridade. [...] Em todos os casos, é a estrutura trinitária que irá gozar: ela gozará de sua completude, dispondo de cada um. (DUFOUR, 2000, p. 93)

Volta-se, a partir disso, na questão do *gozo*. O que significa *gozar*? Segundo o autor, ao *gozar* se está mais próximo da ausência do que da presença. Para atingir o *gozo* é necessário

ausentar-se de si mesmo. Para tornar-se sujeito, é preciso antes disso, deixar de ser sujeito⁴². A questão apresenta uma complexidade inerente ao próprio ser humano como ser de individualidades. Recusar a identidade para dar lugar a um indivíduo da espécie, é algo difícil de conceber, mas estritamente necessário. Segundo Dufour, “[...] se *eu* me recuso a fazer a experiência da minha desapiração como “*eu*”, por medo de perder minha identidade, então *eu* não poderei me experimentar como indivíduo na espécie e *eu* não serei mais que um “*eu*” de empréstimo[...].” (DUFOUR, 2000, p. 95). Portanto, é preciso deixar de ser “*eu*” para poder experimentar-se como sujeito.

Na sequência de seu raciocínio, o autor questiona-se se é possível comparar de forma direta a relação da ausência com a própria condição de estar morto. “O que é que me fundamenta, realmente, para afirmar a equivalência entre o “*ele*” e a morte? (DUFOUR, 2000, p.96). Percebe-se logo na sequência que para o autor a relação entre a ausência e a morte não pode se dar de forma direta e simples assim. Dufour traz presente correntes de pensadores que apresentaram reflexões sobre o tema, no intuito de construir uma argumentação contrária. No entanto, não as refuta inteiramente, compreende que algo pode ser aproveitado desse pensamento e promove, então, sua própria reflexão sobre a questão. Duas metáforas são criadas: a *metáfora primeira*, a qual não envolve questões teóricas; e a *metáfora segunda*, essencialmente teórica. A *metáfora primeira* traz presente elementos “naturais” que não seriam simbólicos, por exemplo, a questão da vida e da morte. A *metáfora teórica* leva em conta a relação *presente-copresente/ausente*. No entanto, percebe-se que os elementos teóricos são simbolizados por meio da evocação de elementos “naturais”. Diante disso, a segunda metáfora pressuporia a existência da primeira. Segundo o autor

[...] É introjetando a relação vida/morte que o sistema simbólico se constitui como tal. Esta *metáfora* não é contingente ou teórica; ela não está ali “a mais” e “só-depois”: ela é necessária ao homem para tornar-se sujeito falante. Se a morte não estivesse representada no sistema simbólico, o homem não poderia nem falar, nem estar presente. *A língua só se constitui como tal (como vetor de um sistema simbólico permitindo a gênese social e individual dos sujeitos) integrando alguma coisa que está radicalmente fora da língua.* A partir do momento em que é admitida a necessidade dessa relação, pode-se dizer que o “*ele*”, o ausente das relações de copresença, representa a morte. Disso se pode fazer um teorema: o “*ele*” do sistema *eu-tu/ele* é um significante que tem por significado a morte. (DUFOUR, 2000, p. 98)

⁴² Nota-se, de certo modo, uma similaridade entre o conceito do *gozo* em Dufour e o conceito de *subjetivação* em Agamben (autor trabalhado em outro momento do texto, quando pensamos na questão do testemunho). Para o primeiro, é necessária a ausência para compor a presença do sujeito; para o segundo é preciso a dessubjetivação para que a subjetivação aconteça. Ambos os autores partem de conceitos de Émile Benveniste para propor reflexões, que embora sejam diferentes, a nosso ver, apresentam algum tipo de similaridade.

Considerando a relação *presente-copresente/ausente*, e compreendendo aí a relação trinitária “eu-tu/ele”, podemos dizer que o “ele” representa a *morte* visto que nunca está presente no discurso, portanto, não vive no centro do discurso como pessoa que possa assumir o *gozo* da fala. No entanto, sem ele, a própria “vida” do discurso não pode ser experimentada. Assim, o elemento ausente (a morte) é necessário para a própria condição de vida do discurso.

O amor e o ódio, a morte e o gozo são acontecimentos inscritos na e pela trindade. Se não houvesse morte, não haveria ordem trinitária. E se não houvesse pensamento trinitário, não haveria nem gozo, nem amor, nem ódio. Se o homem vencesse um dia a morte, se adquirisse a mestria sobre seus programas biológicos binários, ele não teria mais que integrar a morte ao fundamento de seu sistema simbólico. Então o homem não mais narraria, não mais amaria, não mais gozaria, não mais odiaria. (DUFOUR, 2000, p. 99)

Os dois exemplos trazidos pelo autor (amor e morte) nos servem para compreender a relação necessária do terceiro elemento (aquele que está ausente) e, a partir disso, compreender a importância da relação trinitária na constituição discursiva. Para o autor, há sempre uma busca pelo elemento ausente na composição das relações binárias; concluindo que as relações binárias não se sustentam por si mesmas, buscam sempre completar-se no elemento trino.

Para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três. Em suma, isso dá: *Um é igual a Três.* Em outros tempos, essa curiosidade matemática havia sido denominada “mistério da Santíssima Trindade”. De fato, trata-se de uma maneira bastante particular de fazer matemática, uma maneira decorrente da organização trinitária das pessoas verbais. Significa simplesmente que é preciso três pessoas para estancar o erro do Um, o erro unário: o pecado original.

[...] trocamos a certeza de nossa presença sobre a base *paranóica*; somos lançados na língua como bólidos *obsessivos* em busca do termo que nos falta desde o início e, desde que queremos realmente gozar de nosso direito à fala, estamos na posição do *perverso* procurando encurrular o Outro. (DUFOUR, 2000, p.100-101)

Dufour passa a tratar do conjunto de relações existentes na trindade “eu-tu/ele”. Segundo o autor, há três tipos de relação: unária, referente ao “eu” reflexivo; trinitária, que diz respeito à relação entre os três termos; e relações diádicas, entre “eu” e “tu”; “eu e tu” e “ele”; “tu” e “ele”. A partir disso, o autor designa o “tu” por *outro* e o “ele” por *Outro*, pessoas as quais na relação com o “eu”, designam duas *alteridades*. A relação entre “eu” e “tu” é compreendida como uma alteridade fraca, nas palavras do autor, “transitiva”; enquanto que a relação entre “eu-tu” e “ele” constitui uma alteridade forte, “intransitiva”. Há, na composição dessas alteridades, dois operadores, um deles que promove a conjunção (“-”), e outro que promove a disjunção (“/”). Esses elementos que operam as relações de alteridade determinam

aquilo que o autor chama de “*condições do discurso*”, sem as quais o discurso ficaria entregue às formas unárias, gerando discursos incompletos, segundo Dufour “onde a linguagem falaria sozinha” (DUFOUR, 2000, p. 103). Ademais, ao apresentar o discurso filosófico como inscrito em relações binárias, o autor reforça a ideia de que as relações trinitárias compõem o campo da simbolização. A relação trinitária garante maior inteligibilidade ao discurso, estruturando-se em dispositivos que apresentam uma dupla relação: eixos *sintagmáticos* e *paradigmáticos*. Segundo Dufour

[...] Os dois eixos, *sintagmático* e *paradigmático*, que a lingüística mostra na língua natural, os dois tropos, *metonímia* por um lado e *metáfora* por outro, transformados pelo estruturalismo em operadores que ordenam toda a linguagem, estão articulados segundo duas relações: uma de conjunção e outra de disjunção. O eixo “sintagmático” organiza a consecução da frase ali onde o paradigma introduz a substituição; a “metonímia” é esta figura construída por *conexão*, enquanto a metáfora procede da *substituição*. Surgem, pois, dois grandes eixos: por um lado, o sintagma, a metonímia, a continuidade, a aposição, o “e” - em suma, a *transitividade*-; por outro lado, o paradigma, a metáfora, a disjunção, a oposição, o “ou”: em suma, a *intransitividade*. (DUFOUR, 2000, p. 104)

Portanto, para Dufour, ao se utilizar da língua para enunciar o sujeito instaura ao mesmo tempo outras duas posições (“tu” e “ele”). A partir da trindade necessária à constituição do discurso ele se enuncia, organizando sua fala em dois eixos *sintagmático* e *paradigmático* que colocam em jogo simultaneamente a *metonímia* e a *metáfora*, sendo a primeira ligada ao sintagma e a segunda ligada ao paradigma. Nas palavras do autor

Em outras palavras, todo sujeito, em seu uso mais incontrolado da linguagem, dispõe *imediatamente* de operadores – *metonímia* e *metáfora* – da retórica científica. Nessa medida, portanto, não é de todo suficiente dizer que o dispositivo trinitário se apresenta como uma língua de acesso à língua, uma língua primeira ou primária comum aos sujeitos. Dado que ele exprime, da maneira mais concisa – e, e, suma, da maneira mais *significante* – possível, a forma dos operadores que estruturam as ciências da língua, ela dá igualmente as chaves da ciência das ciências que tomam a língua como objeto. O estatuto do esquema trinitário é, pois, absolutamente singular: ele é uma espécie de *infralinguagem*, imediatamente disponível sob a língua natural, e é uma espécie de *supermetalinguagem* que contém as regras necessárias para o funcionamento das metalinguagens. (DUFOUR, 2000, p. 106)

Dufour parte da categorização das pessoas do discurso propostas por Benveniste para propor a trindade e estabelecer as relações diádicas entre as pessoas do discurso. A partir disso, desenvolve questões teóricas complexas e muito relevantes para diferentes disciplinas das ciências humanas. As personagens de nosso estudo tomam esse dispositivo natural da língua

para estabelecer a trindade necessária ao discurso. Observemos um relato selecionado para este estudo:

Relato 8 com Vilson Novelo

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: o Cassino da Maroca atingiu fama estadual e segundo alguns até nacional nos anos 40 e 50. Conta-se que até Ari Barroso andou por ali. Além de outros atrativos, era uma casa de espetáculos onde se apresentavam orquestras e musicais estrangeiros e músicos renomados.

Morador: Célio Barbosa era um famoso trompetista, tocador de sax eee naquela época, tu veja, que havia muita cultura, o Célio Barbosa tocava Jazz, não era músicas vulgar que tocavam ali, era música muito sofisticada pra época. Também tinha o maestro Jaques que era um holandês que tinha um conjunto também. Só que o maestro Jaques tocava muito bem enquanto não se perdia no trago né (risos), senão depois ele começava a brincar com o piano e tudo. Ele era um pianista. Esses músico, muitos deles, também tocavam no restaurante Maracanã, que era um restaurante na época muito fino que tinha aqui em Passo Fundo.

Narrador: Vilson Novelo, comerciante, sempre morou na Rua XV de Novembro onde seu pai tinha um bar. Mora na rua há 64 anos no prédio vizinho ao antigo Cassino.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF. (Bloco Rua XV de Novembro – Anexo F)

Tomando o relato acima a partir da trindade proposta por Dufour, apresentam-se duas instâncias discursivas: uma apresentada pelo narrador do programa; e outra pelo narrador (morador da cidade de Passo Fundo). Considerando a primeira instância, percebe-se que o “ele”, enquanto elemento externo ao discurso, é representado pelo Cassino que é apresentado pelo “eu” como um lugar de importância devido aos grandes shows que recebia. Com a inserção desse elemento ao discurso, o narrador dá a temática a ser desenvolvida na segunda instância discursiva pelo “eu” (morador de Passo Fundo). Vilson Novelo assume o gozo da fala para evocar um *Outro* novamente representado pelo Cassino. O ouvinte do programa de rádio é um “tu” (outro) imagina pelo “eu” e interno ao seu discurso.

A condição trinitária do discurso dá ao homem a possibilidade de representar o mundo a partir da língua. Somente através dos três elementos “eu”, “tu”, “ele” é possível a apropriação do gozo da fala e a construção de um universo de representações necessário à condição subjetiva do homem no mundo.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – CAPÍTULO 3

Ao término do presente capítulo, buscaremos retomar o percurso de nossa escrita, traçando considerações sobre questões teóricas desenvolvidas até o momento. Émile

Benveniste é a base teórica da presente tese e em torno dele buscamos outros autores que nos auxiliam na compreensão de temas relacionados ao universo da linguagem. Dany-Robert Dufour, como leitor de Benveniste, nos serviu de inspiração novamente neste capítulo, por considerarmos as suas reflexões sobre a trindade natural essenciais ao entendimento das ideias propostas por Benveniste, especialmente aquelas relativas às relações entre as pessoas do discurso.

O percurso escolhido por nós para a leitura de Benveniste, neste capítulo, relaciona três textos produzidos para públicos distintos. Acreditamos que os recortes teóricos são necessários e a partir deles podemos perceber a inscrição do pesquisador na leitura teórica. Optamos pelos textos: de 1946 (*Estrutura das relações de pessoa no verbo*); de 1956 (*A natureza dos pronomes*); e de 1958 (*Da subjetividade na linguagem*), por percebermos uma continuidade teórica nessas escritas que busca desenvolver a questão da subjetividade inerente ao processo discursivo do exercício da linguagem.

A reflexão que fundamenta o primeiro texto de Benveniste diz respeito às oposições entre as pessoas do discurso. Assim, concluímos que as relações das pessoas no verbo são relações de oposição que colocam duas correlações no centro da análise: a primeira que relaciona *eu* e *tu* a não pessoa *ele* (*correlação de personalidade*); e a segunda que relaciona *eu* e *tu* (*correlação de subjetividade*). Essas oposições fundamentam aquilo que é interior ao discurso e aquilo que lhe é exterior. Além de iniciarem a reflexão sobre a natureza da subjetividade, no instante em que o *eu* é colocado como centro do discurso, detentor do poder de fala; poder de subjetivação.

Benveniste apresenta, ao final do texto de 46, um trecho no qual discute a questão da pluralização. O linguista problematiza a questão do “nós” a partir da reflexão sobre a subjetividade. O texto até então discutia a *correlação de subjetividade* e dava à pessoa do “eu” a condição de subjetivação. Então, surge a questão: quando pluralizado, esse “eu” ainda mantém a mesma correlação? Para o autor, o plural contradiz a subjetividade própria do “eu” e, portanto, é um problema que merece atenção. Nas palavras de Benveniste “[...] Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é a multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. (BENVENISTE, PLG I, 1946-2005, p. 256). Chama-nos atenção em especial: o itálico em “junção” e o uso do termo “não-eu”.

Podemos inferir que o itálico denuncia o uso de um termo que não traduz exatamente o sentido pretendido, visto que aquele que fala, mesmo que de forma pluralizada, representa,

primeiramente, a sua própria voz. Parece-nos que a condição de subjetividade inerente ao “eu”, impossibilita uma real existência do “nós”. Em nosso entendimento, a descrição do “nós” como uma pessoa amplificada e difusa justifica-se pela própria definição da correlação de subjetividade que se dá entre “eu” e “tu”, na qual se estabelece uma presença de subjetividade em “eu” e uma ausência em “tu”. Observamos, em segunda instância, que o autor opta pelo termo “não-eu” ao se referir aos ausentes na pluralização. Acreditamos que a escolha do termo reitera a questão da subjetividade como possibilidade apenas presente na instância discursiva daquele que fala. Ficamos com a certeza de que essa é uma questão complexa e que exigiria um maior aprofundamento para uma real definição. Neste momento, contentamo-nos com a hipótese de que a discussão promovida por Benveniste intenciona mais a reiteração da importância do “eu” na instância discursiva do que propriamente a discussão sobre a natureza do “nós”.

Na sequência de nossa escrita, passamos para o texto de 56, o qual é destinado especificamente à categoria dos pronomes. O artigo escrito para Roman Jakobson apresenta dois universos distintos aos quais os pronomes pertencem e pelos quais se diferenciam: o universo da língua e as “instâncias do discurso”. Frente a essa diferenciação, Benveniste aprofunda a discussão acerca dos pronomes ligados ao universo discursivo e fundamenta as oposições das pessoas do discurso já anunciadas em 46. A partir disso, apresenta os “indicadores ostensivos” que compõem a cena enunciativa, localizando o “aqui” e “agora” do discurso.

O fundamento da natureza dos pronomes aparece nas entrelinhas do artigo de 58 publicado no *Journal de Psychologie*. Considerando um público não específico da Linguística, Benveniste apresenta uma reflexão mais antropológica sobre a questão da subjetividade inerente ao exercício da linguagem. A partir da desmistificação da ideia de que a linguagem serve como instrumento de comunicação, o linguista introduz a questão da subjetividade dando à palavra a função de atualização da linguagem. Assim sendo, é sobre a linguagem que se predica nesse texto; uma linguagem entendida como capacidade humana de constituir-se como sujeito. A célebre citação “É “ego” que diz *ego*.” (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 286) fundamenta a subjetividade ancorada na categoria de pessoa do discurso.

Para Benveniste “[...] A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.” (BENVENISTE, PLG I, 1958-2005, p. 289). Vemos um Benveniste focado na posição do sujeito no exercício da linguagem que demonstra uma análise não restrita somente

ao campo da linguística; um pesquisador preocupado com a presença do homem na linguagem coloca em evidência as possibilidades interdisciplinares a partir da leitura de seus escritos.

Dufour aparece em nosso texto para problematizar, a partir de uma visada filosófica, a questão das pessoas do discurso a partir daquilo que define como a trindade natural. Para o autor, “Para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três.” (DUFOUR, 2000, p. 92). Nesse sentido, toda a presença evoca uma ausência e é justamente por essa ausência que se constitui. Segundo Dufour, é essa ausência que demarca a possibilidade do espaço simbólico da linguagem. A simbolização encontra lugar no ausente para que o sujeito presente na enunciação possa construir sentidos. Frente a isso, Dufour ancora sua trindade necessária ao discurso e constituinte da simbolização.

Dufour apresenta uma leitura filiada à Benveniste, considerando as pessoas do discurso como fundamento de suas análises. O filósofo dá à Benveniste o crédito de estabelecer as categorias de “pessoa” e “não-pessoa” fundamentais para a defesa do pensamento trinitário em detrimento do unário e do binário. A partir das três pessoas que compõem o discurso, “eu”, “tu” e “ele”, o autor designa as díades que revelam as oposições já anunciadas por Benveniste. A partir das relações entre as pessoas do discurso, o autor designa a necessidade da existência do elemento trino para a composição do discurso e para a existência da possibilidade simbólica. Aprofundaremos a questão da simbolização no próximo capítulo a partir da questão voltado ao laço social.

Cientes da incompletude das considerações parciais que aqui se apresentam, daremos sequência à escrita desta tese, destinando o próximo capítulo à reflexão acerca da constituição simbólica da linguagem que coloca em cena um sujeito que ao falar de si, fala também do outro e da sociedade, num tempo que é o da enunciação – o presente, em função do passado “contado” nos relatos, constitutivos de memórias.

UM CORPUS A SE RECONSTRUIR A CADA VEZ QUE SE OUVE.

A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS - PARTE IV

A questão do simbólico foi o centro da parte IV da constituição do *corpus*, por consideramos que os relatos deste estudo são exemplos da língua em uso apresentando elementos da cultura e do universo simbólico dos moradores da cidade de Passo Fundo na década de 40 e 50. Para tanto, trazemos algumas reflexões de Ernst Cassirer (*Ensaio sobre o homem*, 2014). Diante da ideia de que a língua potencializa o acesso ao universo interior do outro e fundamenta a interação humana e a construção da sociedade, consideramos que as personagens de nosso estudo, através da narração, deixam emergir elementos culturais de um outro tempo que se faz ver no presente por meio do relato. Assim sendo, trazemos alguns fatos das décadas de 40 e 50, momento histórico apresentado pelas personagens dos relatos. Iniciamos pelo texto *Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX: alguns apontamentos*, escrito pelo professor Dr. do Programa de Pós-graduação em História da UPF, João Carlos Tedesco. Na sequência, apresentamos o texto *A zona de meretrício na imprensa: jornal O Nacional (1949-1955)* assinado por Bruna Telassim Baggio.

Os relatos deste estudo serviram-nos ao longo da tese como exemplificação para as questões teóricas desenvolvidas. Seguindo o percurso temático definido para esta escrita, chegamos à questão da constituição simbólica da linguagem. No que tange à questão do simbólico, não poderíamos deixar de citar Ernst Cassirer, devido à sua importância dentro do campo da antropologia. Embora Benveniste não se aproprie do conceito de simbolização definido por Cassirer, compreendemos importante algumas palavras sobre esse autor que se destacou no cenário intelectual, especialmente entre as décadas de 20 e 30.

Ernst Cassirer atingiu o auge de sua carreira com as obras *Die Philosophie des symbolischen Formen* (1923-1929) e *Die Philosophie der Aufklärung* (1932). *Ensaio sobre o homem* (1ª edição 1994) surgiu a pedido de amigos do autor para que a obra *Filosofia das Formas Simbólicas* fosse traduzida para o inglês. Devido à impraticabilidade de traduzir toda a obra que consistia em três volumes no original e devido ao fato de seus estudos terem progredido bastante desde a primeira publicação, o autor optou por construir uma obra inteiramente nova. No prefácio à obra *Ensaio sobre o homem*, Cassirer resume-a dizendo “Um de meus objetivos mais importantes foi convencê-lo de que todos os temas tratados neste livro são apenas, afinal, *um único* tema. São caminhos diferentes que levam ao mesmo centro – e, a

meu modo de ver, cabe a uma filosofia da cultura descobrir e determinar esse centro.” (CASSIRER, 2012, p. 2).

Neste momento, tomaremos algumas reflexões feitas por Cassirer sobre o universo simbólico do homem e a sua relação com a linguagem. Diríamos que a linguagem não só faz parte dele como é responsável pela construção desse universo simbólico. Diante disso, percebe-se que as experiências humanas se modificam e se constituem pelo modo como o sujeito as percebe, as simboliza. Assim, vivencia-se não só a experiência propriamente dita, mas a sensação que temos dela. Essa capacidade de simbolizar faz com que entre o estímulo externo e a resposta dada pelo homem, haja o processo de pensamento, o que dá ao homem a capacidade de perceber e de responder de maneiras diferentes aos mesmos estímulos. Quanto a isso, Cassirer assevera

[...] Entre o sistema receptor e o efetuator, que são encontrados em todas as espécies animais, observamos no homem um terceiro elo que podemos descrever como o sistema simbólico. Essa nova aquisição transforma o conjunto da vida humana. Comparado aos outros animais, o homem não vive apenas em uma realidade mais ampla; vive, pode-se dizer, em uma nova *dimensão* de realidade.

[...] Não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são parte desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. (CASSIRER, 2012, p. 48)

Importa-nos pensar na linguagem enquanto fio que tece essa rede simbólica. As construções simbólicas do homem são como tecidos que se constroem nas relações entre a “realidade” e o sentido imanente dela. Compreendendo a linguagem manifestada pela língua como potencial simbolizante, percebe-se que a experiência do homem com o mundo é mediada pela língua. As experiências contadas pelas personagens de nosso estudo são mediadas pela representação feita através da língua. Assim, o ouvinte-locutor ouve não só os fatos, mas a experiência dos fatos através da mediação da língua. Diante disso

[...] Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede e a fortalece. O homem não pode mais confrontar-se com a realidade imediatamente; não pode vê-la, por assim dizer, frente a frente. A realidade física parece recuar em proporção ao avanço da atividade simbólica do homem. Em vez de lidar com as próprias coisas o homem está, de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo. (CASSIRER, 2012, p. 48)

É nessa constante “conversa consigo mesmo” que o homem constrói a sua relação com o outro e com o mundo. O avanço do pensamento está ligado diretamente à capacidade de simbolização do homem; por outro lado, a simbolização afeta o avanço do pensamento. Quanto

mais refinada a experiência com o progresso do mundo das ideias, maior a relação simbólica que se estabelece. Portanto, a capacidade simbolizante da linguagem cria elos cada vez mais complexos entre o homem e o mundo e afasta cada vez mais o homem da irracionalidade.

Se, por um lado, essa “constante conversa interior” coloca o homem em relação com o mundo das ideias e dos avanços do pensamento humano, por outro lado, cria um complexo mundo interior que se organiza e se exterioriza pela língua. Diante disso, vê-se que a língua potencializa esse acesso ao mundo interior do outro e viabiliza a interação humana e a construção da sociedade. Outrossim, é através da língua que a sociedade pode ser descrita pelo homem. As personagens de nosso estudo, através da narração, deixam emergir elementos culturais de um outro tempo que se faz ver no presente por meio do relato.

Cassirer reflete sobre o fato da manifestação da linguagem em sociedade. Antes mesmo de falar, a criança já aprende que determinados sons e expressões a fazem interagir com as pessoas com as quais convive. Ao falar sobre o homem primitivo, afirma-se que essa experiência social promovida pela linguagem era transferida para a natureza. O homem primitivo acreditava que a “palavra mágica” tinha o poder de transformar a natureza e mudar a sua realidade. Nas palavras do autor

O homem primitivo transfere essa primeira experiência social elementar para a totalidade da natureza. Para ele, natureza e sociedade não estão apenas interligadas pelos mais fortes vínculos; formam um todo coerente e indistinguível. (...) A partir desse ponto de vista, podemos entender facilmente o uso e a função específica da palavra mágica. A crença na magia está baseada em uma profunda convicção, torna-se uma força natural, e até sobrenatural. O homem primitivo sente-se rodeado por todo tipo de perigos visíveis e invisíveis. Para ele, o mundo não é uma coisa morta ou muda; ele pode ouvir e entender. Logo, se os poderes da natureza forem convocados da maneira correta, não poderão negar-se a ajudar. Nada resiste à palavra mágica, *carninavelcoelopossuntdeducere lunam*. (CASSIRER, 2012, p. 183-184)

No entanto, com o tempo, o homem compreende que a linguagem humana não é entendida pela natureza e que sua interação com a natureza se dá de outra forma. Nesse instante, é provável a sensação de vazio enfrentada pelo homem que o faz repensar a ordem natural das coisas e sua própria relação com a linguagem e, portanto, consigo mesmo. A “palavra mágica” perde sua função e é preciso redefinir o valor da palavra.

Quando o homem começou a perceber que essa confiança era vã - que a natureza era inexorável não porque relutasse em atender às exigências dele, mas porque não entendia a linguagem que ele falava - a descoberta deve ter sido um choque. Nessa altura ele teve de enfrentar um novo problema que marcou uma virada e uma crise em sua vida intelectual e moral. A partir desse momento, o homem deve ter descoberto em si mesmo uma profunda solidão, ficando sujeito a uma sensação de total abandono e de absoluta desesperança. (CASSIRER, 2012, p. 184)

Diante dessa nova realidade, a função mágica da palavra é substituída por sua função semântica. O homem percebe que a palavra não tem uma influência física ou sobrenatural, não tem poder de mudar a natureza. No entanto, não perde seu valor em virtude disso; pelo contrário, passa a ter um poder semântico que coloca o homem em outra posição com relação à natureza e todas as coisas. A palavra passa de “mágica” à “simbólica”; o que insere o homem em outro universo de relações. Cassirer assevera

Portanto, precisamos entender o que a fala significa para entendermos o “significado” do universo. Se deixarmos de encontrar essa abordagem – a abordagem pelo meio da linguagem em vez de pelos fenômenos físicos – não enxergaremos a porta para a filosofia. Até no pensamento de Heráclito a palavra, o Logos, não é um fenômeno meramente antropológico. Ela não está confinada aos estreitos limites de nosso mundo humano, pois possui a verdade cósmica universal. Mas em vez de ser um poder mágico a palavra é entendida em sua função semântica e simbólica. “Não dê ouvidos a mim”, escreve Heráclito, “mas à Palavra, e confessa que todas as coisas são uma.” (CASSIRER, 2012, p. 185)

O estatuto simbólico da palavra garante ao homem o poder de significar e ressignificar o mundo. A questão da simbolização é elemento importante na obra de Cassirer, que busca pensar a cultura humana em meio a esse universo simbólico da linguagem. Os relatos deste estudo são exemplos da língua em uso, apresentando elementos da cultura e do universo simbólico dos moradores da cidade de Passo Fundo nas décadas de 40 e 50.

Em função disso, achamos importante trazer alguns elementos acerca do período histórico no qual as histórias se passaram. Retomamos o material produzido pelo *LAMOI intitulado Quinze de Novembro: fronteiras da (in)tolerância – Passo Fundo (1940-1950)*. Trazemos à discussão, primeiramente, o texto *Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX: alguns apontamentos*, escrito pelo professor do Programa de Pós-graduação em História da UPF, João Carlos Tedesco. O autor, nesse texto, aborda questões econômicas da cidade na primeira metade do século XX e demonstra a importância da cidade em meio ao contexto econômico regional. Traremos alguns fatos apresentados pelo autor, que marcam a história da cidade. Quanto aos imigrantes, Tedesco apresenta a seguinte ideia:

Os que se destacavam nesse período foram descendentes de imigrantes alemães provindos de espaço de colonização desse grupo étnico, juntamente com os luso-brasileiros. A partir das primeiras décadas do século XX, italianos, sírios, libaneses e palestinos ampliaram esse contingente a ponto de que Passo Fundo, em 1930, tornou-se o município de maior número de comerciantes do centro-norte do estado. [...] (TEDESCO, 2016, p. 38)

Evidencia-se que no município de Passo Fundo há imigrantes de diferentes etnias compondo a sua organização inicial, o que dá ao município uma mescla de diferentes culturas e crenças. O comércio da cidade se fortaleceu na primeira metade do século XX, sendo conhecido regionalmente em virtude disso. A linha férrea e a estação de trem são também diferenciais da cidade nesse período para o escoamento da produção local e regional. Quanto a isso, Tedesco assevera

O trem foi fato marcante na vida econômica, social e cultural de Passo Fundo até metade do século XX. Ele mudou a paisagem urbana e dinamizou as culturas rurais; exerceu uma grande função na lógica mercantil na medida em que auxiliava na mobilidade de mercadorias, intermediou seu circuito necessário em correspondência com os mercados consumidores; deixou traços na paisagem física e geográfica urbana, no ambiente construído e nas sinergias comerciais e serviços. (TEDESCO, 2016, p. 42)

O trem trouxe o progresso e fez com que outros setores como o hoteleiro crescessem na cidade. Passo Fundo passou a ser um ponto de referência no interior do estado do Rio Grande do Sul. O município contava com uma população rural em grande número e se destacava na produção de grãos e na criação de suínos. Grandes frigoríficos e muitos Moinhos de instalaram em Passo Fundo, como por exemplo, o complexo comercial e moageiro da família Busato. Além disso, destacava-se também na produção de madeira, como por exemplo a Madeireira das famílias Franciosi e Fossati. A cidade sobressaia-se no âmbito regional, conforme apresenta Tedesco

Em termos regionais, Passo Fundo, pelo fato de ser um grande cenário de produção de trigo e do contingente de granjeiros, não ficava de fora dos encontros e dos congressos que discutiam as questões em torno do mesmo. A cidade foi palco, por ocasião de seu centenário (1957), da 7ª Festa Nacional do Trigo e do 7º Congresso Nacional da Trigocultura.

A indústria frigorífica no município instalou-se em meados da década de 1950 e teve um papel fundamental na reconfiguração urbana com novos espaços habitacionais, novas vias e interligações, bem como intensa vinculação com o meio rural. (TEDESCO, 2016, p. 46 - 49)

O autor finaliza seu artigo, reiterando a importância da cidade em termos econômicos para o estado do Rio Grande do Sul, nas seguintes palavras

Sem dúvida, a ferrovia, a produção agrícola, os vários ramos industriais ligados à agricultura, os comerciantes rurais e urbanos de várias matizes e atividades, os agentes e administradores públicos que tiveram visão do bem comum e das dinâmicas da história e da sociedade brasileira, as interligações regionais, nacionais e internacionais que o trem propiciou, as redes de comércio urbano e a migração de pessoas, dentre outros aspectos, tornaram Passo Fundo uma grande referência no período. (TEDESCO, 2016, p. 51)

Após essa breve contextualização sobre as questões econômicas da cidade de Passo Fundo na primeira metade do século XX, passamos para questões referentes à zona de meretrício, abordada em nossos relatos pelo Bloco Rua XV de Novembro. Para tanto, trazemos presente o texto *A zona de meretrício na imprensa: jornal O Nacional (1949-1955)* assinado por Bruna Telassim Baggio (estudante responsável pelas entrevistas de nosso estudo), o qual aborda o impacto da imprensa local na retirada da zona de meretrício do centro da cidade. A autora observa como a zona era apresentada no jornal e de que modo isso construiu um imaginário sobre o espaço da rua XV de Novembro. A zona de meretrício começou a sua expansão no final dos anos 30 e teve um grande crescimento até os anos 50. A partir de então, a cidade cresceu em volta da Rua XV de Novembro e o centro comercial se estabeleceu em torno dessa rua. Em meados dos anos 50, iniciaram-se as campanhas para o afastamento da zona de meretrício e a imprensa teve forte influência nesse processo. Segundo Baggio,

De fato, Passo Fundo vivenciava na década de 1950 uma crescente urbanização, que pode ser evidenciada nas notícias do jornal *O Nacional* da época, como: a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), a instalação dos Correios, a vinda do primeiro caminhão de bombeiros e a obra que ligaria a ferrovia de Passo Fundo a Porto Alegre, entre outras. Nesse contexto de transformações, a zona de meretrício no centro da cidade representava um problema que evidentemente o jornal *O Nacional* divulgava em sua coluna “o que o povo reclama”. (BAGGIO, 2016, p. 78)

Destaca-se que a discussão em torno da zona de meretrício não era sobre a prática da prostituição, mas sim sobre o lugar que ela ocupava no centro da cidade. Estando ela fora da cidade, o problema estaria resolvido, já que não se olharia mais para ela. Percebe-se a reiteração de questões abordadas anteriormente nesta tese sobre os *lugares de memória* e os *lugares de esquecimento*. Para a “boa sociedade” da época o lugar era visto como vergonha e, portanto, como algo a ser apagado, esquecido; tirado do centro da cidade. Já para os frequentadores da rua e as pessoas que dela viviam era um lugar de memória. Baggio acrescenta que

No decorrer do ano de 1955, a campanha no jornal foi obtendo apoio das demais instituições interessadas no afastamento da zona do meretrício, que publicava entrevistas de médicos, vereadores, advogados e do vigário, entre outros, que confirmavam e argumentavam a saída das casas de prostituição da rua Quinze de Novembro. O jornal passou a publicar artigos solicitando aos passo-fundenses a venda de terrenos afastados do centro para a fixação das meretrizes, bem como exigindo que as proprietárias vendessem suas casas e se mudassem o quanto antes para as áreas afastadas.

A zona de meretrício, apesar de ter sido um espaço à margem, era também frequentada pela alta sociedade, porém à medida que representava um obstáculo aos interesses dessa mesma sociedade e ao progresso urbanístico, as meretrizes tiveram que se retirar. Esses interesses foram representados pelo *O Nacional* na campanha de retirada. (BAGGIO, 2016, p. 87-89)

Esses são alguns elementos da história da cidade de Passo Fundo que nos ajudam a compreender como era a sociedade da época em que as histórias relatadas em nosso estudo aconteceram. Os relatos demarcam a experiência dos sujeitos com um passado que para alguns deveria ser esquecido e para outros sempre lembrado. Marcas da cultura de uma época demarcadas *na e pela* língua.

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO SIMBÓLICA DA LINGUAGEM: FALAR DE SI É TAMBÉM FALAR DA SOCIEDADE

“A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir desse momento, a sociedade é dada com a linguagem.” (BENVENISTE, 1968)

PALAVRAS INICIAIS

Abrimos o quarto capítulo destinado a refletir sobre a temática da constituição simbólica da linguagem que leva em conta a relação entre língua e sociedade. Por tratarmos de um falante que ao testemunhar fala sempre de um lugar marcado pelo mundo dos homens que o constituem, buscamos amparo nas reflexões benvenistianas apresentadas nos textos *Vista d'olhos sob o desenvolvimento da linguística* (1963); *Tendências recentes em linguística geral* (1954); *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968); e *Estruturalismo e linguística* (1968).

Iniciamos a reflexão pelo texto de 1963, a partir do qual buscamos uma relação interdisciplinar novamente com Dufour (2000), agora para tratar da questão do laço social e da simbolização. A partir disso, abrimos a segunda parte do texto a qual reflete sobre as ideias de Benveniste presente nos textos de 1954 e 1968 publicados nos *Problemas de Linguística Geral*.

A partir desse percurso, delineamos a escrita do presente capítulo.

4.1 A CONSTITUIÇÃO SIMBÓLICA DA LINGUAGEM

Partiremos do pressuposto de que a linguagem humana se caracteriza pela capacidade de dar ao homem o poder de simbolizar e, assim, diferenciar-se dos demais animais irracionais. Outrossim, acreditamos que a linguagem pode reproduzir a realidade que é reinventada a todo momento pelo ato enunciativo. Ao ser humano é inato o poder de simbolizar por meio da língua, sempre de uma forma única.

Iniciaremos nossa reflexão sobre o tema da simbolização a partir de pressupostos de Émile Benveniste. Em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística (Académie des inscriptions et belles-lettres (1963))* Benveniste apresenta reflexões sobre a palavra e o poder simbolizante da linguagem. Partimos das palavras do autor

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 26)

Compreendendo essa dupla função do discurso, percebe-se a relação intersubjetiva entre o par *eu* e *tu*. A realidade é o resultado de uma dupla interpretação, daquele que a representa e daquele que a recria, cada um usando-se de sua capacidade simbólica. O acontecimento passa a ser algo inatingível senão pela linguagem carregada de subjetividade. A questão da “realidade” passa a ser uma construção simbólica permeada por um sistema de valores existentes no mundo dos homens que a enunciam. Ao linguista interessa pensar na realidade marcada na enunciação. Observemos um trecho de um relato selecionado para este estudo

Relato 2 com Carmem Ribeiro

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: As primeiras histórias que serão contadas são sobre a rua XV de Novembro. A principal referência eram as mulheres, sobre as quais se dirigiam os olhares masculinos e femininos da cidade a observar suas roupas, seus modos, sua dança.

Morador: Eu morava, naquela época, no Hotel Miqueleto né, trabalhava lá, ajudava lá de garçom lá com seu Albino Miqueleto e a dona Marina. Ali de noite tinha o Cassino né. Então era fim de semana, sábado e domingo nós ia no Cassino pra dançar. Mas tinha que ir lá na Dona Jurema lá que era a costureira fazia os vestido bem comprido, degotado. Tinha 19 anos naquela época, pra poder entrar no cassino, porque era coisa muito fina. Era Marieta a dona naquela época. Ela era de Carazinho. ela tinha ela....Naquela época a Maroca já tinha morrido e a Marieta arrendo, mas era coisa fina, não era....então nós chegava lá e as orquestra vinha da Argentina, eles paravam no hotel lá com os bandoneon pra dançar tango e tinha os doutor, adeogado era tudo gente da alta sociedade que vinha no Cassino.

Narrador: Dona Carmem Ribeiro, trabalhava como garçom no antigo Hotel Miqueleto e foi dançarina no Cassino do Palácio.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF. (Bloco Rua XV de Novembro – Anexo B)

A realidade que se constrói no relato acima apresenta o Cassino da Maroca como um lugar de muito luxo e, portanto, importante e merecedor de destaque. Percebe-se que ao dar destaque ao fato de não ser um lugar comum, mas sim um lugar frequentado pela “alta sociedade”, o indivíduo deixa de lado questões como, por exemplo, a prostituição. Criando-se, assim, uma realidade marcada pela experiência de alguém que fez parte desse lugar e constitui a sua própria história. O valor positivo é criado pela construção simbólica presente nas escolhas da narradora. Ao não terminar a frase “mas era coisa fina, não era...” a personagem opta por omitir a palavra que traria o valor negativo, ressaltando novamente que o seu propósito é falar positivamente sobre o lugar e diferenciá-lo de outros existentes com o mesmo propósito. E ela estava lá. Lugar fino. De luxo.

Embora seja perceptível, nesse trecho em particular, pelas escolhas lexicais e pelas combinações propostas a presença de um repertório de uso de língua mais informal e limitado,

vislumbra-se um manejo da língua que faz com que a personagem faça escolhas que levem a construção lógica de um valor positivo para o Cassino, segundo a sua representação. Percebe-se uma organização do pensamento proposta nos quadros da língua reconhecidos pela personagem. Quanto à relação entre pensamento e linguagem, Benveniste assevera

[...] O linguista por seu lado estima que não poderia existir pensamento sem linguagem e que por conseguinte o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe. A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização. [...] O conteúdo que deve ser transmitido (ou se se quiser, o “pensamento”) é decomposto, assim, segundo um esquema linguístico. A “forma” do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora. Cada locutor pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função linguística, e em virtude da polaridade eu: tu, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares. (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 26-27)

Diante disso, a língua dá os caracteres responsáveis por modalizar, organizar o pensamento e transmiti-lo em algo inteligível para o outro. A função mediadora da língua consiste em sua capacidade de traduzir o pensamento humano em palavras. Capacidade sem a qual o homem não viveria em sociedade. Dada a função mediadora da língua, Benveniste questiona-se sobre o poder que reside na língua: “Qual é então a fonte desse poder misterioso que reside na língua? Por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?” (BENVENISTE, PLG I, 1963, p. 27). Em resposta, temos o seguinte

Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*. Entendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de *representar* o real por um “signo” e a de compreender o “signo” como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de “significação” entre algo e algo diferente. Consideremo-la em primeiro lugar sob a mais geral das suas formas, e fora da linguagem. Empregar um símbolo é essa capacidade de reter de um objeto a sua estrutura característica e de identificá-la em conjuntos diferentes. Isso é que é próprio do homem e que faz do homem um ser racional.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 27)

Observemos que tanto *simbolizar* quanto *representar* estão em itálico por se inscreverem em um mesmo campo de significação, marca-se uma relação de referência entre um e outro. *Simbolizar*, portanto, significa *representar*, atribuir significação. Para Benveniste, “Essa capacidade simbólica está na base das funções conceptuais. O pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações. É, por essência, simbólica.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 29). Portanto, o poder de significar

é dado pela capacidade simbolizante da linguagem, o que torna possível a comunicação intersubjetiva do homem em sociedade. Em nota, Benveniste, citando H. Delacroix, explica a essência simbólica do pensamento, dizendo que “o pensamento simbólico é o pensamento, nada mais”. Acrescenta que é o julgamento o criador dos símbolos e que isso significa dizer que todo pensamento é simbólico, pois o julgamento é parte constitutiva da essência subjetiva.

Mas a linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em dois planos. De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação”. Assim é a linguagem, uma entidade de dupla face. É por isso que o símbolo linguístico é *mediatizante*. Organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa, e não por meio de um sinal como um grito modulado; realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular, não numa emissão vocal comum à espécie inteira. (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 30)

Sendo assim, a língua exerce o poder de tornar possível a interação humana; ela é o elo que liga pensamento e expressão, que traz à luz o pensamento humano. O pensamento organiza-se segundo os caracteres de uma língua, ou seja, obedecendo à sua capacidade de expressão. Outrossim, *simbolizar* é construir *representações*, o que implica dizer que sempre que falamos, estamos simbolizando, ou seja, construindo sentidos. Diante disso, falamos de um lugar de representações, um lugar de construções simbólicas, sempre único e irrepetível, tecido por nossas relações com o mundo e com a própria língua. Assim, “O fato de existir semelhante sistema de símbolos revela-nos um dos dados essenciais, talvez o mais profundo, da condição humana: o de que não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 31). Portanto, sabe-se do homem aquilo que ele enuncia a partir de uma perspectiva sempre subjetiva-representativa.

Ao apropriar-se da língua, o homem também se apropria da cultura que a permeia; do mundo dos homens que falam essa língua. Por meio da língua, o homem apreende a cultura; e por meio de sua capacidade simbolizante pode transformá-la. Segundo Benveniste, “(...) A diversidade das línguas, a diversidade das culturas, as suas mudanças mostram a natureza convencional do simbolismo que as articula. É definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 32). Interessamos pensar nessa relação entre homem, língua e cultura, observando as representações construídas por meio da língua por sujeitos que se enunciam para reconstruir memórias.

No intuito de complementar a discussão acerca dessa questão, recorreremos a uma reflexão feita pelo filósofo Dany-Robert Dufour acerca da identidade do falante que parte do raciocínio desenvolvido por Benveniste na categorização das pessoas do discurso. No capítulo intitulado *Dois “ELE”?*, Dufour aprofunda uma análise acerca da figura do “ele”. Essa reflexão fundamenta-se no capítulo XVIII dos *Problemas de Linguística Geral I*, para discutir a representação da ausência demarcada na figura do “ele”. Dufour argumenta que Benveniste não discute diretamente essa ideia da ausência, no entanto, ele promove uma categorização do “ele” que permite pensar sobre essa questão. Benveniste apresenta ocorrências do emprego do “ele” que abrem a discussão para a função desse elemento na arena discursiva. Para Dufour, Benveniste apresenta possibilidades de representação da ausência: uma que carrega um valor positivo, aquela usada quando na presença de alguém o chamamos em terceira pessoa em sinal de respeito e reverência; outra carregada de valor negativo, aquela usada quando na presença de alguém utilizamos propositalmente a forma “ele” para desmerecer o outro. Ademais, há o emprego do “ele” enquanto forma não pessoal, nessa posição, pode não haver indexação de pessoa. Nesse caso, o “ele” pode ser muitos sujeitos ou nenhum. Para Dufour, “a coisa indexada ao “ele” pode ser estirada em direção a dois valores opostos: uma ausência positivamente representada no campo da presença e, por trás dela, uma outra forma da ausência, *irrepresentável* no campo da presença [...]” (DUFOUR, 2000, p. 109). Disso decorre uma nova díade a partir da estrutura trinitária:

O “ele” da estrutura trinitária é o lugar onde se articula, por desdobramento interno, uma nova díade “ele/ele”, correspondente aos dois valores inversos de promoção e de minoração da coisa indexada, ou ainda aos dois valores: “ele, todos os sujeitos” e “ele, nenhum sujeito”, ou ainda aos dois valores da ausência, a ausência re-presentada e a ausência radical. (DUFOUR, 2000, p. 110)

Diante disso, definem-se as condições de presença marcadas no “ele”, a possibilidade da “re-representação” e a “ausência radical”. Dois empregos diferentes que colocam em cena valores definidos pelo falante em sua relação com o outro. A partir da categorização das formas de ausência, Dufour abre um novo capítulo no qual coloca Pierce e Saussure em relação à trindade natural. Interessa-nos trazer alguns elementos acerca do raciocínio desenvolvido nesse capítulo, pois é através dele que Dufour chega novamente em Benveniste e configura o valor da referência possibilitada pelo “ele”. O autor inicia capítulo V da parte II de sua obra, refletindo acerca da trindade “natural”. Para tanto, parte do princípio de que todos os discursos sobre a língua se constituem, de uma forma ou outra, através da questão trinitária, mesmo que isso não

apareça de forma explícita. Benveniste novamente é citado como um autor que estabelece seu raciocínio através do pensamento trinitário. Nas palavras de Dufour

[...] O trabalho de Benveniste é, nesse sentido, exemplar e insubstituível, na medida em que permite ver se perfilar, por trás das díades construídas, uma pressuposição trinitária. O homem, porque fala, é o objeto de um fato “trivial e infinitamente importante”: as relações diádicas situadas nos operadores – “eu-tu”, “(eu-tu)/ele”, “ele/ele” – terminaram por demarcar uma *realidade anterior*; o homem se exprime em e por uma forma trinitária que lhe é “natural”. (DUFOUR, 2000, p. 115)

Neste momento, Dufour retoma Saussure e Pierce, para pensar o modo como ambos os autores se apropriam do elemento trinitário. Saussure aparece em primeiro plano não só através do *Curso de Linguística Geral*, mas, também, por meio do texto de Émile Benveniste acerca do cinquentenário de sua morte intitulado *Saussure após meio século* (PLG I, 1963-2005). Dufour inicia seu pensamento reiterando que Saussure apresenta no centro de seus estudos as dualidades que marcam um sistema binário (som-sentido; indivíduo-sociedade; língua-fala). Diante da complexidade do pensamento do mestre genebrino, Dufour destaca parecer não ter espaço para a trindade em suas construções binárias. No entanto, a leitura do texto de Benveniste se faz presente e traz para a reflexão uma questão interessante.

Dufour traz presente a crítica feita por Benveniste a Saussure acerca da questão da arbitrariedade do signo linguístico, e a apresenta como uma possibilidade de inserção do elemento trinitário à discussão. Segundo Benveniste, a relação entre significante e significado não está no nível da arbitrariedade, mas sim da necessidade. Benveniste não refuta Saussure, ele apenas afirma haver um falseamento no pensamento do linguista ao nomear o princípio da arbitrariedade. Para Benveniste, a necessidade está relacionada ao sentido que se constrói somente no uso da língua. Assim, ao introduzir a noção do sentido, o linguista introduz um outro conceito, o conceito de referência, pois cada enunciação se realiza através de um locutor que, ao se apropriar da língua, determina os caracteres linguísticos de sua enunciação. Eis, então, para Dufour o terceiro elemento: a referência. A trindade do signo se constituiria pela seguinte tríade: “significante-significado-referência.”

[...] – sou demasiado grato a Benveniste por haver destacado essa “anomalia” –; quero apenas mostrar como a trindade se apresenta a Saussure no momento em que ele estabelece uma das principais dualidades opositivas. Ela se apresenta como resto, sob a forma de uma “anomalia” que prejudica o raciocínio binário.

Poderíamos objetar aqui que este terceiro termo, o referente, também está fora da língua e que, para definir o sistema da língua, as relações opositivas binárias são não somente necessárias, mas suficientes. E, para concluir, poderíamos observar que, mesmo que Saussure introduza uma série de três termos, “significante-significado-referente”, esta é sem relação com a suposta trindade “natural” própria ao homem na língua. (DUFOR, 2000, p. 118)

Para Dufour, a “anomalia” detectada por Benveniste carrega desdobramentos mais complexos do que parece. Para o filósofo, uma das razões do silêncio de Saussure (sua maior publicação, CLG, foi uma obra póstuma) ao buscar desenvolver um lugar de reconhecimento para a Linguística dentre as demais ciências, está justamente na “anomalia”. Dufour desenvolve um raciocínio que defende a ideia de que a “anomalia” detectada por Benveniste não era desconhecida de Saussure, mas que era preciso fazer uma escolha pela binariedade pelos objetivos propostos em seus estudos. Ter consciência disso e ainda assim fazer uma escolha, é, segundo Dufour, uma justificativa para a extrema exigência que Saussure se impunha.

Frente a isso, pode-se pensar que Benveniste, ao detectar o falseamento no pensamento do mestre genebrino, dá-se conta do terceiro elemento que, embora “ocultado”, fazia-se presente mesmo através de uma escolha binária. Dufour destaca a importância da observação feita por Benveniste sobre o falseamento ou “anomalia”, na medida em que coloca em discussão a questão da referência. Para Dufour

Poderíamos objetar aqui que este terceiro termo, o referente, também está fora da língua e que, para definir o sistema da língua, as relações opositivas binárias são não somente necessárias, mas suficientes. E, para concluir, poderíamos observar que, mesmo que Saussure introduza uma série de três termos, “significante-significado-referente”, esta é sem relação com a suposta trindade “natural” própria ao homem na língua. (DUFOR, 2000, p. 118)

A partir disso, Dufour conclui que o referente se situa na atividade pragmática dos interlocutores, podendo ser considerado um “co-referente”. Para justificar seu raciocínio, o filósofo cita o artigo *O Aparelho formal da enunciação*, última publicação de Benveniste de 1970, para embasar seu argumento acerca da questão da referência como integrante da cena enunciativa. Para Dufour, a trindade se faz presente e se atualiza configurando-se como um elemento central da linguística do século XX.

Diante da constatação de que o referente se vincula à atividade pragmática, Dufour avança em suas análises, desenvolvendo a reflexão sobre o desenvolvimento do laço social no e pelo saber narrativo. Nas palavras do filósofo “ “Eu”, “tu” e “ele” representam o *laço social*

mínimo, uma *arqui-sociedade*: para que dois estejam juntos, *aqui*, é preciso que um outro esteja *ali*, ausente.” (DUFOUR, 2000, p. 155). Ao representar a ausência, a trindade constitui-se como condição para a simbolização; para o grupamento social. Frente a isso, Dufour apresenta o fundamento da simbolicidade e do laço social, nas seguintes palavras

Fundamento da simbolicidade e do laço social: para que dois estejam juntos, é preciso que um terceiro tenha tomado a morte para si. *Por bem ou por mal, realmente, imaginariamente ou simbolicamente*. O sacrifício é a origem de todo laço social e de toda representação.

O “ele” mais simples, o “ele” quotidianamente utilizado, é o traço, o traço sublimado sacrifício, o significante da morte na vida. (DUFOUR, 2000, p. 156)

A trindade demarcada pela língua através das pessoas do discurso assegura o lugar do homem na língua como ser de representação simbolizante. O elemento ausente permite a simbolização através do referir pelo discurso. Ao se enunciar, o sujeito fala de um lugar de simbolizações que é marcado por sua relação com o outro e com o ausente. Os sujeitos de nosso estudo, personagens de suas histórias, criam representações, por meio de relatos orais que apresentam elementos da história do lugar onde residem, misturando histórias por eles vividas com histórias por eles ouvidas de seus antepassados. Dufour apresenta uma reflexão acerca do relato da sociedade que nos parece interessante ao pensarmos nos relatos explorados nesta tese. Trazemos a reflexão

Segundo Baudrillard, a América é a grande sociedade primitiva dos tempos modernos: a América seria a versão original da modernidade, da qual, como não americanos, seríamos uma versão dublada ou legendada. Esta tese valoriza de maneira brilhante a importância atual do relato na constituição de nossas sociedades contemporâneas. Conhecemos o relato dessa sociedade primitiva moderna: *a conquista do Oeste* (o avanço significativo de um punhado de homens sem fé nem lei, através de um espaço hostil, o deserto, os índios...). Conhecemos também o gênero - o *western* - e o meio dominante deste relato: o *cinema*. Mas qual é a *cena* - a *seqüência*? - *primitiva* indefinidamente reproduzida em todas as versões do relato americano e projetada em todas as telas do mundo? É, certamente, o *duelo*. O *duelo* é a cena primitiva do relato americano. (DUFOUR, 2000, p. 162)

Fazendo uma transposição do exemplo utilizado pelo autor para os relatos analisados nesta tese, poderíamos perguntar-nos: que *relato* da sociedade da cidade de Passo Fundo das décadas de 40 e 50 se faz presente nas histórias contadas? Quais são as *cenar*? Poderíamos destacar duas cenas que se marcam nos blocos Entrevistas e Rua Quinze de Novembro: uma delas é o carnaval e a outra é o Cassino Palácio. Tanto um como o outro fazem parte do relato da cidade de Passo Fundo, configurando-se como elemento da história da cidade e da vida de

seus moradores. Os relatos dos moradores trazem presente um relato “maior” que representa os sujeitos em sua relação com a cidade.

O samba e o Cassino representam a história da cidade, trazendo presente, através da voz dos moradores, marcas da cultura de uma época. A forma trinitária, que apresenta em sua configuração o elemento externo, torna possível a construção de representações e das cenas que marcam a história.

Voltamos assim a Benveniste (1963) citando as suas palavras: “De fato é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente.” (BENVENISTE - PLG I, 1963-2005, p. 27). Os relatos possibilitam a observância de uma sociedade que se revela através da língua. Frente a isso, tratamos de um sujeito que, ao testemunhar, fala sempre de um lugar marcado pelo mundo dos homens que o constituem. Na busca de um aprofundamento teórico sobre a relação entre homem, língua e sociedade, voltamo-nos exclusivamente a Benveniste na próxima seção, através dos textos: *Tendências recentes em lingüística geral* (1954), *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), e *Estruturalismo e lingüística* (1968).

4.2 A “PRÁTICA SOCIAL” REVELADA NO E PELO RELATO

No tomo *Problemas de Lingüística Geral I*, na parte sobre as transformações da lingüística, encontramos o texto *Tendências recentes em lingüística geral* (1954), no qual Benveniste apresenta, dentre outras questões, o lugar da lingüística no campo das ciências do homem. Há uma discussão presente sobre a questão do método na lingüística, discussão essa que poderia englobar todas as ciências do homem. Reflete-se inicialmente sobre o aumento considerável dos estudos lingüísticos na época, que se deram, muitas vezes, por métodos muito distintos, não constituindo algo comum acerca de um mesmo objeto. Assim, a retomada da questão do “objeto” é algo de fundamental importância para o autor neste momento. Diante disso, volta-se a Saussure

[...] A novidade do enfoque saussuriano, que foi um dos que agiram mais profundamente, consistiu em tomar consciência de que a linguagem em si mesma não comporta nenhuma outra dimensão histórica, de que é sincronia e estrutura, e de que só funciona em virtude da sua natureza simbólica. (...) Restabelece-se então a diacronia na sua legitimidade, enquanto sucessão de sincronias. Isso ressalta, já, a importância primordial da noção de sistema e da solidariedade restaurada entre todos os elementos de uma língua.” (PLG I, 1954-2005, p. 5)

Benveniste considera que as ideias apresentadas por Saussure marcam a lingüística como um campo científico e esse é o seu maior valor. “Se se quisesse, a partir daí, caracterizar

com uma só palavra o sentido em que a linguística parece prolongá-las hoje, poder-se-ia dizer que marcam o início de uma linguística concebida como *ciência*, pela sua coerência, sua autonomia e os objetivos que se lhe atribuem.” (BENVENISTE, PLG I, 1954-2005, p.5). A constituição de seu objeto é o princípio de uma ciência.

É de temer-se que, se esse método deve generalizar-se, a linguística não possa jamais reunir-se a nenhuma das outras ciências do homem nem da cultura. [...] Podem-se, pois, conceber muitos tipos de descrição e muitos tipos de formalização, mas todos devem necessariamente supor que o seu objeto, a língua, é dotado de significação, que em vista disso é que é estruturado, e que essa condição é essencial ao funcionamento da língua entre os outros sistemas de signos. É difícil imaginar o que resultaria de uma segmentação da cultura em elementos discretos. Numa cultura, como numa língua, há um conjunto de símbolos cuja relação é necessário definir. Até aqui, a ciência das culturas permanece forte e deliberadamente “substancial”. Será possível destacar, no aparato da cultura, estruturas formais do tipo das que Lévi-Strauss introduziu nos sistemas de parentesco? É o problema do futuro. (BENVENISTE, PLG I, 1954-2005, p. 13-14)

Percebemos, neste texto, uma reflexão que é retomada no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) acerca das relações entre língua e sociedade, demonstrando que Benveniste parte da noção saussuriana de semiologia, para pensar nas relações semiológicas entre diferentes sistemas. Para Benveniste “[...] O problema consistiria antes de descobrir a base comum à língua e à sociedade, os princípios que regem essas duas estruturas, definindo-se primeiro as unidades que, numa e noutra, se prestariam à comparação, ressaltando-se-lhes a interdependência.” (BENVENISTE, PLG I, 1954-2005, p. 16). Muitos são os desdobramentos dessa questão e as implicações para a linguística a partir da definição da relação entre língua e sociedade. O autor fecha o texto com a seguinte prospecção

[...] Os estudos linguísticos tornam-se hoje cada vez mais difíceis, exatamente por causa dessas exigências e porque os linguistas descobrem que a língua é um complexo de propriedades específicas que devem ser descritas por métodos que é preciso forjar. (...) a linguagem tem, antes de tudo, algo de eminentemente distintivo: estabelece-se sempre em dois planos, significante e significado. O simples estudo dessa propriedade constitutiva da linguagem e das relações de regularidade ou de desarmonia que acarreta, das tensões e das transformações que daí resultam em toda língua particular poderia servir de fundamento a uma linguística. Entretanto, a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação. Uma outra linguística poderia estabelecer-se sobre os termos deste trinômio: língua, cultura, personalidade. [...] Vê-se ainda como possível um estudo da linguagem enquanto ramo de uma semiótica geral que cobriria ao mesmo tempo a vida mental e a vida social. O linguista terá então que definir a natureza própria dos símbolos linguísticos com a ajuda de uma formalização rigorosa e de uma metalíngua diferente. (PLG I, 1954-2005, p.17-18)

Para dar sequência a essa reflexão, encontramos espaço teórico em dois textos de Benveniste de 1968, *Estruturalismo e lingüística* e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, ambos publicados no tomo *Problemas de Lingüística II*, o primeiro datado de julho de 1968 e o segundo de outubro do mesmo ano. Acreditamos que em ambos os textos podemos vislumbrar uma reflexão acerca das relações entre homem, língua e sociedade, anunciadas no texto de 1954. Começaremos por *Estruturalismo e lingüística*, presente na primeira parte destinada a pensar sobre as transformações da linguística, texto no qual Benveniste concede uma entrevista a Pierre Daix. Os questionamentos feitos por Daix levam Benveniste a falar sobre o que o teria levado à linguística. Em resposta, Benveniste ressalta a importância de seu mestre Antoine Meillet como referência para a linguística da época, propagando também os ensinamentos de Ferdinand de Saussure. Nessa digressão, o linguista traz presente alguns nomes importantes para a área como Bloomfield, Sapir e Chomsky para refletir acerca da evolução da linguística ao longo do tempo. Em meio a uma resposta acerca do trabalho desenvolvido por Chomsky, Benveniste apresenta uma perspectiva pessoal a respeito da relação do homem com a língua asseverando que

[...] todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. Com muito mais razão, quando se trata de frases, não são mais os elementos constitutivos que contam, é a organização do conjunto completo, o arranjo original, cujo modelo não pode ter sido dado diretamente, que o indivíduo fabrica. Cada locutor fabrica sua língua. Como ele a fabrica? Esta é uma pergunta essencial, já que ela domina o problema da aquisição da linguagem. (PLG II, 1968-2006, p. 18-19)

Disso decorre a conclusão de que a todo instante estamos inventando e reinventando nossa própria língua. Os arranjos feitos pelos locutores ao se apropriarem da língua são sempre novos, pois contam com um tempo/espço inéditos. Arranjar os signos da língua é constituir a sua própria identidade linguística, a sua própria marca pessoal que diferencia os homens. As experiências de língua vivenciadas ao longo da vida constroem uma memória linguística que nos possibilita saber o que podemos ou não usar em determinadas circunstâncias e, especialmente, saber como reinventar o que já foi usado, ou seja, atribuir novos sentidos à língua. O processo de subjetivação implica uma relação com o outro e com a língua, resultando em uma (re)construção do próprio sujeito a cada novo momento enunciativo. Compreendendo a língua como um sistema de signos, passível de classificação, percebemos o seu caráter repetível. Assim, a língua é o repetível, mas a enunciação sempre é carregada de novos arranjos

e, portanto, novos sentidos. A *semantização* da língua é função do locutor que se torna sujeito ao “(re)criar” a sua própria língua.

Sendo assim, percebemos que o sujeito tem o poder de usar a língua para atribuir sentido à vida, “criando” sua própria realidade. Entre os acontecimentos e a sua descrição⁴³ por meio da língua, há o homem que o faz sempre de seu ponto de vista único e particular. Desse modo, o que se apreende da vida não são os acontecimentos, mas sim a imagem dos acontecimentos proveniente do arranjo feito pelos sujeitos, ou seja, a sua interpretação da vida. Viver, nessa perspectiva, é construir sentidos por meio da língua. Esses sentidos estão atrelados aos valores construídos no mundo no qual os falantes se inserem.

Segundo Benveniste: “A criança nasce em uma comunidade linguística, ela aprende sua língua, processo que parece instintivo, tão natural quanto o crescimento físico dos seres ou dos vegetais, mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o mundo do homem.” (PLG II, 1968-2006, p. 20-21). “Aprender o mundo do homem” vai muito além de aprender signos linguísticos; significa aprender a usá-los dentro de circunstâncias de comunicação que convencionam determinados comportamentos sociais; é aprender a construir sentidos para interagir em sociedade; é aprender a ser sujeito dentro da comunidade linguística que se está inserido. Sendo assim, “o mundo do homem” é tudo o que está para o homem e que ele interpreta a seu modo, nas palavras do autor “[...] a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite, é algo de fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos, e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. Muito bem! Tudo isso é o domínio do “sentido”.” (PLG II, 1968-2006, p. 20-21). Dominar o sentido, pois, é apropriar-se da língua para instaurar-se como sujeito.

Ao tratar dessa questão do sentido, Benveniste retoma uma reflexão feita no texto de 1964 (*Os níveis de análise linguística*) acerca do semiótico e do semântico.

⁴³ Cumpre esclarecer que o termo “descrição” designa, nesta tese, a maneira individual de representar um fato através da subjetividade daquele que passa de locutor a sujeito de sua enunciação. Desse modo, “descrição” não representa o decalque da realidade, mas sim o modo subjetivo com que cada indivíduo descreve (representa) os fatos por meio da língua.

Coloco de fato que há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico. O signo saussureano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido. É reconhecido o que tem sentido; (...) Mas importa pouco que se saiba qual é este sentido e não se está preocupado com isso. O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não.

P.D. - Enquanto que a semântica...

E.B. - A semântica é o “sentido” resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo. (PLG II, 1968-2006, p. 21)

Podemos pensar que o locutor passa a sujeito no instante em que consegue transpor o nível semiótico e construir a sua própria semântica; os seus sentidos sempre únicos e irrepetíveis. Importa-nos observar o modo como esses sentidos se constroem e o que eles deixam transparecer acerca do sujeito que maneja a língua. Ao sair da observação semiótica e chegar na observação semântica, atingimos o mundo do homem que se marca em sua língua. Ao refletir sobre a diferenciação entre semiótico e semântico, ultrapassa-se o nível da língua para atingir o mundo do homem, ou seja, a cultura.

Temos que elaborar pouco a pouco todo um corpo de definições neste imenso domínio, que não compreende somente a língua. E isto me leva à cultura. A cultura é também um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem. (...) Tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Esses valores são os que se imprimem na língua. (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 22).

A língua, portanto, carrega intrinsecamente a cultura do mundo dos homens que a utilizam. Sendo assim, por meio da língua atinge-se fragmentos culturais marcados *na e pela* enunciação. “É, no entanto, um trabalho difícil trazê-los à luz, porque a língua carrega consigo toda uma série de dados herdados; a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma. E é justamente isso que faz frequentemente o leque semântico.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 22). Os sentidos construídos sempre de forma única e irrepetível estão atrelados ao sistema de valores que se constroem em sociedade. Sendo os valores impressos na língua, importamo-nos com a imagem cultural impressa nos relatos dos locutores ao se tornarem sujeitos-personagens de suas narrações.

Considere a palavra homem (tomo o primeiro exemplo que me veio à cabeça). Você terá de um lado o emprego do termo como designação; de outro lado as ligações de que esta palavra homem é suscetível, que são muito numerosas. Por exemplo, “o homem honesto”, concepção que data, que remonta a uma certa fase do vocabulário, a um aspecto da cultura francesa clássica. Ao mesmo tempo, uma locução como “eu sou seu homem” refere-se à época feudal. **Você vê aí uma estratificação da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis. (...) Vemos aqui uma contraposição de uma definição cumulativa das culturas. Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. É nisto que a língua pode ser reveladora da cultura.** (PLG II, 1968-2006, p. 22-23) (grifos nossos)

Por meio do exemplo, que considera especificamente a questão vocabular, fica claro que a concepção de tempo é fundamental para a observação dos elementos culturais marcados na língua. É preciso se reportar para um determinado período da história em que se convencionou utilizar uma determinada expressão para compreender os sentidos diferentes empregados para a mesma expressão em tempos outros. Marcas de tempo no discurso importam para pensar questões semânticas fundamentais à compreensão. Isso evidencia que ao mesmo tempo em que a enunciação carrega um tempo/espaço de realização no presente enunciativo, ela também evidencia outros tempos/espaços enunciativos.

Tomando o exemplo de um relato que busca rememorar histórias do passado, as marcas de tempo perceptíveis nos arranjos feitos pelos locutores, podem dar um vislumbre de questões culturais de determinadas épocas da história e reconstruir alguns valores empregados no presente. Observemos um trecho de um relato selecionado para este estudo.

Relato 2 com Carmem Ribeiro

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: As primeiras histórias que serão contadas são sobre a rua XV de Novembro. A principal referência eram as mulheres, sobre as quais se dirigiam os olhares masculinos e femininos da cidade a observar suas roupas, seus modos, sua dança.

Morador: Eu morava, naquela época, no Hotel Miqueleto né, trabalhava lá, ajudava lá de garçom lá com seu Albino Miqueleto e a dona Marina. Ali de noite tinha o Cassino né. Então era fim de semana, sábado e domingo nós ia no Cassino pra dançar. Mas tinha que ir lá na Dona Jurema lá que era a costureira faz o vestido bem comprido, degotado. Tinha 19 anos naquela época, pra poder entrar no cassino, porque era coisa muito fina. Era Marieta a dona naquela época. Ela era de Carazinho. ela tinha ela....Naquela época a Maroca já tinha morrido e a Marieta arrendo, mas era coisa fina, não era.....então nós chegava lá e as orquestra vinha da Argentina, eles paravam no hotel lá com os bandoneon pra dançar tango e tinha os doutor, adeogado era tudo gente da alta sociedade que vinha no Cassino.

Narrador: Dona Carmem Ribeiro, trabalhava como garçom no antigo Hotel Miqueleto e foi dançarina no Cassino do Palácio.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF. (Bloco Rua XV de Novembro – Anexo B)

Ao observar o relato, muitas questões culturais se evidenciam. Traremos apenas uma neste momento a título de exemplo. Evidencia-se na fala da personagem uma marca da cultura de sua época com relação à valorização da profissão de advogado como alguém que pertence à alta sociedade. Visualiza-se que esse profissional é apresentado como “doutor”, logo, como alguém que merece respeito e que pertence a uma classe diferenciada. Considerando que ao recontar a história, uma nova experiência se estabelece por meio da língua, nota-se que o prestígio social da profissão do profissional do Direito, para essa personagem, ainda se mantém no presente. “Nenhuma língua é separável de uma função cultural.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 23-24), assevera Benveniste. Ver a língua no seio de uma sociedade, de uma cultura, implica compreender a língua como condição primeira para a interação social. Homens interagindo em sociedade, construindo-se a si próprios por meio da relação que estabelecem com a língua e, portanto, com eles mesmos.

Cultura aqui é compreendida como “o mundo do homem”; todos os elementos que marcam a relação do homem com o outro; realidades que condicionam e mobilizam a língua em diferentes enquadramentos circunstâncias. “O que a criança adquire, aprendendo, como se diz, a falar, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre a qual ela aprende a agir.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 24). A língua dá ao homem o poder de agir em sociedade, o poder de se adaptar e de transformar realidades. O acervo linguístico do homem é construído ao longo da vida, pelas experiências de língua vivenciadas em sociedade. Segundo Benveniste, “Aprendendo o nome de uma coisa, ela adquire o meio de obter esta coisa. Empregando a palavra, ela age, pois, sobre o mundo e se dá conta obscuramente muito cedo. É o poder de ação, de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 24). Quanto mais vasto for o acervo de procedimentos acessórios que o homem tiver para manejar os signos da língua, maior será sua capacidade de consolidar uma posição enunciativa, por meio do manejo do mecanismo da significação.

Quanto à questão da significação, o linguista afirma que “É neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência piloto esclarecendo-nos sobre a organizar mental que resulta da experiência do mundo ou à qual experiência do mundo se adapta, não sei muito bem qual dos dois. Há, em particular, uma maneira de organizar relações lógicas que aparecem muito cedo na criança.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 24-25). Percebemos um campo profícuo de análise no que diz respeito à experiência humana dada *na* e *pela* língua, a qual ganha amparo teórico nas reflexões de Benveniste tanto em seu axioma geral “o homem na

linguagem” quanto em seu axioma específico “o homem na língua”, visto que ambos estão vinculados à natureza antropológica da teoria. A questão da *significação* é um operador desses axiomas, colocando o sujeito em posição central. Quanto a questão da ciência piloto, Daix questiona Benveniste

Quer dizer que agora, de algum modo, não somente a lingüística se encontra colocada nesta situação central da qual falávamos no início, com este caráter de ciência piloto, mas ainda se torna indissociável do conjunto das ciências humanas. (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 26)

Ao que Benveniste responde

Ela se lhes torna indissociável, com efeito, pelo fato sobretudo de que outras ciências a ela se reúnem na pesquisa de modelos paralelos aos seus. Ela pode fornecer a ciências cuja matéria é mais difícil se objetivar, como a culturologia, se este termo é admitido, modelos que não deverão ser necessariamente imitados mecanicamente, mas que fornecem uma certa representação de um sistema combinatório, de maneira que estas ciências da cultura possam de sua parte se organizar, se formalizar na esteira da lingüística. Dentre o que já foi tentado no domínio social, a primazia da lingüística é claramente reconhecida. Isto não se dá absolutamente em virtude de uma superioridade intrínseca, mas simplesmente porque temos a língua como fundamento de toda vida de relação. (PLG II, 1968-2006, p. 26)

A primazia da lingüística evidencia-se no momento em que percebemos que o “mundo do homem” é descrito por meio da língua. A língua é capaz de dar ao homem o potencial de interpretar o mundo no qual está inserido, construindo sentidos vinculados ao universo valorativo estabelecido no convívio social.

A partir da reflexão de que a língua contém a sociedade, Benveniste abre o artigo intitulado *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (PLG-II, 1968-2006). Partindo da premissa da existência de duas grandes entidades: a língua e a sociedade e asseverando que “cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 93).”, Benveniste mostra-nos que a possibilita de interação entre os homens é dada pela linguagem; desse modo, a própria sociedade é dada pela linguagem.

No entanto, o linguista constata que língua e sociedade evoluem separadamente. Advertindo para o sentimento que nasceu dessa observação entre os linguistas e entre os antropólogos de que sociedade e cultura seriam independentes da língua. Na sequência, percebe-se uma preocupação em demonstrar como língua e sociedade foram tratados por correntes de pensamentos que, para Benveniste, não dão conta de mostrar a complexidade da questão.

Após uma reflexão inicial sobre as bases da estrutura linguística e da estrutura da sociedade, Benveniste considera ser importante aprofundar a reflexão, definindo estrutura e sociedade em dois níveis diferentes: um histórico e um fundamental. Para o linguista, existe uma parte da sociedade que é empírica, histórica; assim como existe a língua entendida como idioma empírico, histórico. Por outro lado, considerando o nível fundamental, sociedade é tida como coletividade humana, condição da existência dos homens; e língua é tida como sistema de formas significantes. Diante dessa definição de dois níveis diferentes, Benveniste conclui que é descabida a relação entre a estrutura da língua e da sociedade históricas, mas que é perfeitamente possível a relação entre língua e sociedade em seu nível fundamental. Disso decorre o seguinte raciocínio

[...] Língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisas que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Uma e outra são sempre herdadas, e não se imagina no exercício da língua e na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em uma quanto em outra. Nem uma nem a outra podem ser mudadas pela vontade dos homens. O que os homens vêem mudar, o que eles podem mudar, o que eles efetivamente mudam através da história, são as instituições, às vezes a forma inteira de uma sociedade particular, mas nunca o princípio da sociedade que é o suporte e a condição da vida coletiva e individual. Da mesma maneira, o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua. (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 96)

A força que faz equilíbrio às mudanças constantes da sociedade é a língua, pois ela é um sistema de signos que se atualizam nos discursos, existindo na virtualidade para todos os falantes de uma língua como algo permanente. Nas palavras de Benveniste, “Ela (a língua) é uma identidade em meio às diversidades individuais. E daí procede a dupla natureza profundamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Essa dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 97). Portanto, essa transcendência à sociedade é o que assegura o estatuto virtual da língua como possibilidade de uso e como sistema classificável. A partir disso, o autor apresenta um questionamento sobre como seria possível pensar a relação entre língua e sociedade. Descartando a possibilidade das relações: estrutural, tipológica, histórica ou genética; Benveniste, posiciona-se dizendo que a relação por ele defendida será semiológica, representada pela relação do interpretante com o interpretado. “Em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo, a língua contém a sociedade.”(BENVENISTE, PLG-II, 1968-2006, p. 97), justificando-se do seguinte modo

A justificativa da primeira proposição: a língua como interpretante da sociedade, é dada pela segunda: a língua contém a sociedade. Isto se verifica de duas maneiras: de início empiricamente, pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões lingüísticas. Nesse sentido a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta. (BENVENISTE, PLG-II, 1968-2006, p. 97-98)

Conclui-se disso que a língua é passível de estudo por ela mesma; no entanto, a sociedade não o é. A língua contém a sociedade por ser um sistema capaz de interpretar os demais sistemas. Assim sendo, são os signos da língua que permitem a compreensão e a expressão da sociedade e da cultura. Outrossim, existe a *semantização* feita pelo homem ao se apropriar da língua para falar da sociedade sempre a seu modo e do seu lugar no mundo. Isso fica evidenciado nos relatos apresentados ao longo da tese, nos quais as personagens, ao (re)contarem suas histórias, apresentam marcas da sociedade de sua época que permanecem em seu discurso até hoje. Por conseguinte, entre a língua e sociedade existe o homem operando os signos da língua em prol de suas próprias construções de sentido acerca do mundo no qual se insere.

Nessa relação de interpretante (a língua) e de interpretado (a sociedade), percebe-se uma diferenciação fundamental para a própria existência da relação de interpretância que é o fato de não poder haver homologia entre os dois sistemas semiológicos. Ao passo que a sociedade apresenta mudanças ao longo do tempo, às vezes de forma lenta, às vezes rapidamente; a língua permanece constante como sistema virtual de possibilidades de uso, mantendo sua capacidade de “registrar, de designar e mesmo de orientar as mudanças que sobrevêm do interpretado.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 98). Segundo Benveniste, esse é um princípio semiológico: a não coexistência de dois sistemas semiológicos em relação de homologia.

O que dá à língua a posição de sistema interpretante dos demais sistemas é a sua funcionalidade como instrumento de comunicação dotado de propriedades semânticas, funcionando como “uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 99). Essa estrutura de escolhas e combinações possíveis dá ao sujeito a possibilidade de *sintagmatizar* e *semantizar* a língua a seu modo, construindo a todo o momento novos sentidos. Embora o número de signos seja finito, são infinitas as possibilidades de combinações e de sentidos que se criam na interação humana. Duas propriedades da língua se definem então: “ser formada de unidades significantes, e poder arranjar estes signos de maneira significativa.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 99). O

elo que liga essas duas propriedades é a propriedade *sintagmática*, a qual dá ao sujeito possibilidades de combinações segundo regras impostas pela própria língua. Conseqüentemente,

[...] a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceituar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. Há uma metalinguagem, não há metassociedade. (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 99-100)

É a experiência humana com o outro e com o mundo que pode ser descrita e que configura aquilo que compreendemos acerca da sociedade. Apreendemos aquilo que é descrito e do modo como é descrito *na e pela* língua. A língua, por meio dos sentidos construídos em seu uso, contém a sociedade e a configura, instituindo o que Benveniste chama de “semantismo social”. Esse semantismo está atrelado muito particularmente ao estatuto vocabular que carrega consigo estratificações culturais muito estudadas por historiadores e demais pesquisadores preocupados com a sociedade e sua cultura. Nesse sentido, Benveniste exemplifica

Os testemunhos que a língua dá deste ponto de vista só adquirem todo o seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência. Existe aí um mecanismo complexo cujos ensinamentos é preciso interpretar prudentemente. O estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram. (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 100)

Nesse sentido, a instância de discurso traz presente marcas do ato enunciativo. A categoria temporal se faz muito importante quando se pretende observar a língua sob o aspecto do *semantismo social*⁴⁴, visto que sentidos construídos atrelam-se à condição referencial do discurso. Esse fato de linguagem de um mesmo termo designar sentidos diferentes em épocas diferentes poderia ser largamente exemplificável, utilizaremos o exemplo trazido por Benveniste: “os melhores exemplos são precisamente o termo “língua” e o termo “sociedade” que estamos utilizando agora a cada instante. A diversidade das referências que se pode dar a um e a outro destes dois termos é o testemunho e a condição do emprego que devemos fazer da

⁴⁴ Gostaríamos de destacar a importância da leitura que Gérard Dessons em sua obra *Émile Benveniste l'invention du discours* (1993) faz da questão do semantismo social proposto por Benveniste. Dessons apresenta uma perspectiva que defende a ideia de que Benveniste demonstra em seus estudos uma visão antropológica que vai além da linguística *strictu sensu*. Destacamos essa obra como uma leitura complementar, mas não utilizaremos as ideias de Dessons para compor o raciocínio desta tese. Quanto à questão do semantismo social, ficaremos unicamente com o que Benveniste propõe em seu texto de 1968 *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*.

formas.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 100). Portanto, a referência estabiliza a significação do discurso situando-o no tempo/espaço e determinando o sentido construído pelo falante. Observemos um trecho de um relato selecionado para este estudo

Diva: *Diva Cavalheiro, meu nome. Minha família tradicional do carnaval. Eu comecei no carnaval comm....menina ainda (risos) não precisa dizer a idade*

[...]

Diva: *masssss... as mulheres do carnaval que eu posso te dizer que fizeram história no carnaval família Isaias, a d..Dejanira, e a família Cavalheiro, eu acho lá o pessoal da Belonice o Quico, aquele pessoal todo que sempre foram do carnaval também e a Belocine como Mis Passo Fundo né que foi, fez muito sucesso no carnaval de Passo Fundo e o pessoal da família deles lá também que tem o Quico que é o coreógrafo que é t.....estilista não é coreógrafo né...*

Entrevistador: *e a tradição foi passando de... de mãe pra filha?*

Diva: *De mãe pra filha e agora pros netos né (risos) que tem a Naiade que é a rainha do carnaval e a Magda, a Mara e Naiara foram rainhas e agora a Naiade e o carnaval tá no sangue e as pequenininhas já tão se preparando (risos) (Bloco Entrevistas - Anexo A)*

Ao longo do relato, percebemos marcas culturais impressas na subjetividade presente no arranjo da língua feito pela entrevistada que demonstram algumas questões importantes acerca dos costumes da época em que os fatos aconteceram. A questão do carnaval como algo valorizado pela comunidade representada pela entrevistada evidencia-se nos seguintes trechos: “Minha família tradicional do carnaval”; “De mãe pra filha e agora pros netos né (risos) que tem a Naiade que é a rainha do carnaval e a Magda, a Mara e Naiara foram rainhas e agora a Naiade e o carnaval tá no sangue e as pequenininhas já tão se preparando (risos)” Evidencia-se, nesses trechos, o orgulho por fazer parte do carnaval e de marcar a história do carnaval de Passo Fundo.

Na perspectiva de que a língua contém a sociedade, percebe-se que a sociedade se faz compreender por aquilo que os sujeitos enunciam de si e dos outros. Através da língua, pode-se interpretar os demais sistemas semiológicos e, portanto, pode-se conceber uma concepção cultural através das marcas impressas na língua. Diante disso, evidencia-se a possibilidade de interpretar questões da cultura da sociedade em que Diva Cavalheiro se encontra, por meio daquilo que ela diz de si e dos outros.

Segundo Benveniste “ A língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual, mas ao mesmo tempo, em virtude de um poder distinto, ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o semantismo social” (PLG-II,1968-2006, p. 100). Ao longo da fala de Diva, percebe-se que a sociedade por ela relatada era marcada por uma intensa valorização do evento carnaval como sendo algo constituinte de sua própria cultura geral. As mulheres do carnaval colocadas como figuras fortes e pioneiras demonstram

uma construção social de identidade feminina importante para a história da cidade. Os sentidos provenientes da fala da personagem nos fazem pensar em como se configuravam os papéis sociais das personagens presentes em seu relato.

Considerando a linguagem como possibilitadora da constituição social do homem que passa de locutor a sujeito da enunciação, percebe-se que é a partir do ponto de vista subjetivo que a própria sociedade se constitui. Diante disso, compreende-se a linguagem como constituinte do homem. Conclui-se que sujeito, língua e sociedade estão de tal modo imbricados que não podem ser concebidos isoladamente, mas somente na sua coexistência.

Acerca do falante, Benveniste abre uma nova consideração, partindo da premissa de que “[...] cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 101). Disso decorre o caráter *sui-referencial* do discurso, sendo, então, a língua imanente ao indivíduo e pertencente à toda a coletividade. A língua dá ao falante a estrutura formal que dá condições para o exercício da fala. Assim, o discurso assume um funcionamento duplo: subjetivo e referencial. Benveniste determina, então, duas oposições diferentes envolvendo as categorias do discurso “eu, tu e ele”: a oposição do “eu” ao “tu”; e a oposição do sistema “eu-tu” a “ele”. Parafraseando o autor, dizemos que quanto à primeira, “eu-tu” diz ser uma estrutura de alocação pessoal, inter-humana; já a segunda “eu-tu/ele” opõe a pessoa a não pessoa, possibilita a alocação sobre alguma coisa, trazendo presente “o duplo sistema relacional da língua” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 101). Diante desse sistema duplo relacional, o autor apresenta uma nova configuração que inclui o falante em seu próprio discurso, colocando a pessoa enquanto partícipe de uma sociedade, o que determina os modos de enunciação.

Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior de uma língua comum. (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 101-102)

A língua considerada como “prática” é algo que nos interessa de modo particular devido aos objetivos do nosso trabalho. Refletir acerca da experiência humana do sujeito com a linguagem pressupõe compreender que a língua pode ser considerada como prática social reveladora de usos particulares da língua. Desse modo, a língua torna-se “o interpretante das funções e das estruturas sociais.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 102). Considerando que o falante fala a partir de si e para o outro, muito se pode dizer sobre ele a partir da prática

social revelada em seu discurso. Portanto, apropriamo-nos das palavras de Benveniste “É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 104). Consideramos, a partir disso, que muito ainda há por ser dito sobre as implicações que decorrem da língua como prática social, capaz de construir conhecimento sobre o homem que usa a língua como elemento para a vida.

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – CAPÍTULO 4

Frente às implicações decorrentes da língua enquanto prática social reveladora de elementos culturais capazes de construir um conhecimento sobre o homem, traçamos algumas considerações parciais. O presente capítulo discorreu sobre a constituição simbólica da linguagem e, para isso, buscamos amparo teórico em Émile Benveniste nos textos *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), *Tendências recentes em linguística geral* (1954), *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), e *Estruturalismo e linguística* (1968). Os dois primeiros compõem a primeira parte do PLG I, na qual se discutem as transformações da linguística; já os dois últimos são do tomo II dos PLG, sendo o primeiro integrante da terceira parte (*Estruturas e análises*) e o segundo componente da parte destinada a discutir as transformações da linguística. No intuito de complementar a discussão acerca da simbolização, retomamos a obra *Os mistérios da trindade* de autoria de Dany-Robert Dufour (2000), tratando da questão da ausência e da construção do laço social.

O percurso de escrita adotado ao longo da tese organiza-se em torno de questões temáticas, a partir das quais a teoria é mobilizada para a construção da argumentação do texto. O presente capítulo circula em torno do tema da constituição simbólica da linguagem e, para tanto, perpassa por temas subjacentes como língua, linguagem, subjetividade, cultura e sociedade. Iniciamos o raciocínio pela compreensão epistemológica de termos utilizados por Benveniste no texto de 63 os quais elucidam a questão da simbolização. Alguns termos e algumas expressões cunhados por Benveniste neste texto, destacam-se à nossa pesquisa, são eles: “experiência do acontecimento”; “comunicação intersubjetiva”; “Palavra”; “faculdade de simbolizar”; “sociedade dos homens”. Os termos destacados nos levam a pensar nas relações entre homem, língua e sociedade.

Percebemos uma relação de interdependência entre os termos, haja vista o fato e de que os homens usam a língua para viver. Ao tomar para si a “Palavra”, o homem estabelece uma relação intersubjetiva com o outro, através da qual sentidos são construídos por meio da faculdade simbólica da linguagem ligada aos valores construídos no mundo dos homens. Uma experiência humana se instaura, revelando a percepção sempre única e singular do sujeito com relação ao mundo.

O texto de 1963 divide-se em duas partes; voltamos nossa atenção para a parte II e, a partir disso, traçamos algumas considerações. A partir da premissa de que “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 26), Benveniste coloca em cena a linguagem como possibilitadora da comunicação intersubjetiva, sendo a língua a mediadora desse processo. A realidade é descrita pelo locutor a partir de seu ponto de vista e é recriada pelo ouvinte a partir daquilo que é dito. Benveniste posiciona o lugar do linguista frente a essa questão, já que a discussão sobre a “realidade” é da ordem da filosofia. À linguística cabe a reflexão acerca da linguagem como condição para o pensamento que se molda nos termos da língua.

A “Palavra”, então, é o poder maior do ser humano. Ela o capacita a viver em sociedade, dando-lhe a consciência de si e do outro. Através da “Palavra” o ser humano adquire o poder de simbolizar que o difere dos demais animais. Retomamos as palavras de Benveniste: “Entendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de *representar* o real por um “signo” e de compreender o “signo” como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de “significação” entre algo e algo diferente.” (BENVENISTE, PLG I, 1963-2005, p. 27). Podemos dizer, então, que a “significação” é um operador entre a “realidade” e o homem, que traduz o mundo por meio dos sentidos construídos.

De forma a complementar a reflexão acerca da simbolização, trazemos novamente a obra de Dufour (2000) a qual fundamenta a reflexão sobre a simbolização no elo social assegurado pelo elemento ausente no discurso. A trindade, baseada nas pessoas do discurso, possibilita a criação do elo social e, portanto, da simbolização. Dufour é um importante aparato teórico, visto o caráter interdisciplinar desta tese. Além disso, torna-se relevante a leitura de teóricos cujas reflexões apresentam alguma filiação às ideias de Benveniste. A partir da visada filosófica sobre as pessoas do discurso na composição da trindade, voltamos a Benveniste, pois é à linguística que pertence o pensamento que aqui se delinea.

No que tange à prática social revelada no discurso, partimos da premissa de que “a linguagem é dada com a sociedade” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 93), pensamento

que abre o artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968)*. Esta tese reflete sobre o que se revela do sujeito a partir do que ele fala de si mesmo por meio de relatos pessoais. Ao narrar, os falantes revelam elementos de um tempo e de um espaço outros a partir do tempo-espaço do discurso. Frente a isso, o artigo de 68 é fundamental para a constituição argumentativa desta escrita. O artigo discorre sobre a estrutura da língua e da sociedade e de que modo língua e sociedade se relacionam. Após a constatação de que existem dois níveis para língua e para sociedade (histórico e fundamental), Benveniste argumenta em prol da ideia de que as relações entre um sistema e outro só são possíveis ao se considerar o nível fundamental. Nesse nível, língua e sociedade apresentam uma relação semiológica definida pelo interpretante e pelo interpretado. Diante disso, constata-se que, nas palavras do autor, “em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 97). A relação de interpretância é a relação defendida por Benveniste; a língua contém a sociedade na medida em que a descreve, na medida em que a interpreta. Se voltarmos aos relatos apresentados neste estudo, comprovamos que os elementos culturais que marcam a sociedade dos anos 40 e 50 da cidade de Passo Fundo somente são perceptíveis através das descrições feitas pela língua. É através do sujeito no exercício da linguagem que a sociedade revela-se em sua organização e cultura. Isso é possível devido às duas propriedades inerentes à língua: uma de conter unidades significativas e outra que advém do emprego da língua em arranjos significativos sempre singulares; o que opera essas duas propriedades é a *propriedade sintagmática* que torna capaz a ligação desses dois universos.

Nas palavras do autor: “[...] a língua que é assim a emanção irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda a coletividade.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 101). Com essa definição de língua, o autor retoma uma discussão feita no texto *Estrutura das relações de pessoa do verbo (1946)*, discutindo as oposições constitutivas das pessoas do discurso. Dessa reflexão, retomase a questão da inserção do sujeito, reiterando o caráter *sui-referencial* do discurso. O sujeito insere-se em sua enunciação e se faz ver por meio daquilo que diz de si mesmo. Nessa relação, o homem insere-se em sociedade como pertencente a um grupo social determinado. Dentro dessa realidade, a língua é para Benveniste considerada como “prática humana”, reveladora de usos particulares pertencentes a determinados grupos ou classes.

As implicações decorrentes dessa reflexão são muitas, novamente mostrando o caráter prospectivo dos textos de Benveniste. O que se apresenta no texto de 68 é um Benveniste

preocupado em explicitar a relação semiológica entre língua e sociedade, constituindo-se a língua como interpretante da sociedade. Ademais, a língua, vista sob a perspectiva da prática social, focaliza a relação intersubjetiva no interior do discurso e revela a inserção do sujeito na arena discursiva. Um homem que constrói um conhecimento de si ao se enunciar é o que se revela por meio do exercício da linguagem que faz do homem um ser social.

Encaminhamo-nos para o final desta escrita, destinando a próxima parte do texto para um fechamento do que foi tratado até aqui. Trataremos das “palavras ouvidas”, focalizando nossa escrita no gesto interpretativo produzido pelo ouvinte-locutor.

PALAVRAS OUIDAS: UM GESTO INTERPRETATIVO QUE SE EXPLICITA EM CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término de uma escrita nunca é uma tarefa fácil. Ficamos sempre com a impressão (ou seria certeza) de que outras reflexões poderiam ou deveriam ser feitas e de que outros caminhos poderiam ter sido percorridos. Como um final é necessário, optamos por escrever algumas palavras que pudessem retomar sentidos construídos ao longo do texto. Certos de que as contribuições acadêmicas desta pesquisa talvez estejam voltadas mais para a pesquisadora do que para o público leitor, contamos com as enunciações provenientes da leitura deste texto para aprimorarmos esta escrita e incorporarmos à pesquisa novos olhares, novas leituras, novas perspectivas.

Esta tese nasceu de um encantamento por Émile Benveniste, linguista estudado desde o tempo da graduação, e pelo projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*. Através dos relatos, vivemos a experiência do outro a partir de sua narrativa. Vimos, diante de nossos olhos, descortinar-se diferentes tempos através dos quais contemplamos fotografias guardadas na memória dos indivíduos. Essa experiência nos fez perceber o quanto a narrativa oral é importante para a constituição dos sujeitos enquanto portadores de memórias que não só contam histórias pessoais, mas também marcam histórias locais. Frente a isso, chegamos às *palavras ouvidas*, trazendo uma explicação para a escolha dessa expressão que intitula esse texto final. Para tanto, retomaremos uma citação presente na obra *A memória, a história, o esquecimento* do filósofo Paul Ricoeur:

No plano fenomenológico, no qual nos situamos aqui, dizemos que nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular. Mas abre-se um leque de casos típicos entre os dois extremos das singularidades dos acontecimentos e das generalidades, as quais podemos denominar “estados de coisas”. São também próximas do acontecimento único as aparições discretas (dado pôr-do-sol numa tarde especial de verão), os semblantes singulares de nossos parentes e amigos, **as palavras ouvidas** segundo seu modo de enunciação a cada vez nova [...]. (RICOEUR, 2007, p. 42, grifo nosso)

O relato oral é o nosso objeto de pesquisa, as *palavras ouvidas* trazem consigo memórias de outros tempos. Esses relatos chegaram a nós por meio de uma emissora de rádio. Assim, temos apenas a voz daqueles que contam e a partir do relato promovemos uma interação com a história ouvida. Frente a isso, partimos do pressuposto de que **ouvir é anterior a falar, escrever**, especialmente porque falar e escrever constituem-se em outro tempo/espço enunciativo diferente daquele do narrador do relato. Desse modo, é a partir das “palavras ouvidas” que construímos o gesto interpretativo que desenha o percurso de escrita desta

pesquisa. Buscaremos, então, retomar o percurso interpretativo feito até o momento e para isso aprofundar conceitos e ideias desenvolvidos ao longo da escrita.

Desse pressuposto inicial surgem outras duas ideias que aparecem por meio de dois termos: “ouvinte-locutor” e “enunciação de retorno”. Retomamos neste momento essas duas questões mobilizando para isso o *Aparelho formal da Enunciação* (1970) de Benveniste especialmente no que diz respeito ao *quadro figurativo da enunciação*. No primeiro capítulo da presente tese, quando analisamos o texto e 1970 de Benveniste, dissemos que o quadro figurativo da enunciação era algo a ser explorado, pois trazia a tona diferentes discussões sobre as figuras que compõem o diálogo. Retomamos o trecho em que Benveniste apresenta a questão da acentuação da relação discursiva entre os parceiros da cena enunciativa.

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo da enunciação*. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação. (BENVENISTE - PLG II, 1970-2006, p. 87)

Propomos pensar sobre essa acentuação da relação entre os parceiros no intuito de compreender o quadro figurativo da enunciação do relato oral por nós analisado, visando estabelecer a estrutura do diálogo que se dá entre o relato e o ouvinte. Para tanto, retomamos a análise inicial feita no “entre-texto” parte I acerca dos planos enunciativos que compunham o *corpus*. Naquele momento, definimos dois planos para cada um dos dois blocos: Bloco Entrevistas, um primeiro plano composto por *eu* (entrevistador) e *tu* (entrevistado) falando de um *ele*- (memórias), um segundo plano composto por dois níveis: 1º contendo *eu* (ouvinte-locutor-pesquisador) em relação a um *tu* (relato oral), falando de um *ele* (memórias); 2º nível contendo um *eu* (ouvinte-locutor-escritor) em relação a um *tu* (projeção do *eu*; leitor desta tese), falando de um *ele* (relato oral). No Bloco Rua XV de Novembro, muda-se apenas o primeiro plano que passa a ser composto por *eu* (locutor-narrador) em relação a um *tu* (ouvinte), falando de um *ele*-(memórias).

Apesar de considerarmos os dois planos enunciativos ao longo da tese, queremos focar nossa atenção especialmente sobre o segundo plano em cada um dos blocos no qual o termo “ouvinte-locutor” se configura, pois é através dessa configuração que a presente tese se constrói. Voltando ao quadro figurativo proposto por Benveniste, promovemos uma reflexão sobre a expressão “ouvinte-locutor”. Inicialmente, precisamos considerar que ela carrega em si

três momentos enunciativos diferentes: um primeiro momento em que há um ouvinte, o que significa dizer que há um locutor compondo a cena enunciativa o qual carrega o poder de fala, temos aqui o plano do relato em sua realização; um segundo momento em que esse ouvinte passa a locutor pesquisador, o qual transcreve os relatos e os analisa sob a luz da enunciação e um terceiro momento em que esse ouvinte responde ao que ouve através da escrita, ocupando a posição de *eu* em outra instância discursiva, a instância do gesto intertreativo. Três sujeitos são representados nessa expressão bem como três tempos e espaços diferentes dado o fato de configurarem três instâncias discursivas.

O ouvinte depara-se com a enunciação do relato em um tempo outro daquele de sua produção, visto ser um programa gravado para uma emissora de rádio. Há uma interação entre os parceiros que se dá entre o *ouvinte* que vira *locutor* para interagir com uma projeção de *tu* com o qual ele se comunica, nesse caso, por meio da escrita. O que se produz, então, não é um discurso somente entre *eu* e *tu*, mas sim um discurso que se dá entre dois planos enunciativos (o plano do relato e o plano do gesto interpretativo) através do qual se configura a estrutura desse diálogo. Compreendemos, portanto, que o “ouvinte-locutor” provém da relação entre planos enunciativos que pressupõem atos sequenciais: ouvir, transcrever-pesquisar e falar e ou escrever. Esse seria o quadro figurativo que compõe a presente tese e que dá origem ao gesto interpretativo.

A partir da configuração do quadro figurativo, ancoramos os termos “ouvinte-locutor” e “enunciação de retorno” nas reflexões promovidas por Benveniste no artigo *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956). Consideramos que o que se faz ao passar de ouvinte a locutor é uma interpretação da enunciação do relato, já que buscamos pensar sobre o que se diz do sujeito a partir daquilo que ele diz de si mesmo. Benveniste (1956) trabalha com a posição do analista frente ao paciente, nós propomos um deslocamento dessa posição para a posição de um ouvinte que através do que ouve produz uma enunciação de retorno.

A leitura do texto de 1956 de Benveniste nos abre para uma acepção mais profunda e menos literal do termo ouvinte na expressão “ouvinte-locutor”. Para refletir sobre isso, retomamos as palavras do linguista ao falar da relação entre o fato histórico e o modo como ele é descrito pelo paciente para o analista:

[...] o analista quer desvendar as motivações mais que reconhecer os acontecimentos. A dimensão constitutiva dessa biografia consiste no fato de ser verbalizada e, assim, assumida por aquele que fala de si mesmo; a sua expressão é a da linguagem; a relação do analista ao sujeito, a do diálogo. (BENVENISTE - PLG I, 1956-2005, p. 83)

Ao analista interessa mais o modo como o paciente descreve os acontecimentos do que propriamente os acontecimentos já que é através do modo como os descreve que se percebe as emoções vinculadas aos acontecimentos. Propondo um deslocamento para o linguista, podemos dizer que a ele também interessa mais o modo como os fatos são descritos do que os fatos em si já que isso revela a experiência subjetiva do sujeito com o mundo que se dá por meio da língua. Frente a isso, a Palavra ganha o estatuto primeiro de análise, é através dela que o homem se revela ao mundo por meio daquilo que diz de si mesmo.

Ouvir, nesse contexto, significa perceber que o sujeito, ao expressar-se, revela mais do que só o seu discurso, revela o princípio de sua subjetividade. É preciso, portanto, “ouvir” também no sentido de interpretar, já que entre a realidade e a língua existe um homem que a descreve a seu modo.

Seguimos o percurso temático estabelecido para esta tese, trabalhando, no segundo capítulo, com a questão da experiência humana com a linguagem demarcada em relatos orais. *A linguagem e a experiência humana*, artigo escrito por Benveniste em 1965 foi a base para a abertura da discussão com outros autores que refletem sobre as questões da memória e do testemunho. A narrativa oral é, para nós, uma fonte de memória capaz de apresentar a complexidade das relações do homem com o mundo e com o próprio tempo. Portanto, deveria ser elevada ao *status* de patrimônio histórico-cultural. Diante disso, os pressupostos benvenistianos nos dão amparo teórico para fundamentar um estudo que tem como tese a experiência humana, inscrita no ato de (re)contar memórias, que se dá na passagem de locutor a sujeito da enunciação, tornando possível a identificação de elementos culturais que marcam a relação do homem com o mundo.

Ao se enunciar, por meio de um relato oral, o sujeito mobiliza a língua narrativamente para contar histórias vividas e/ou ouvidas por seus antepassados. Histórias que demonstram memórias pessoais de um tempo e de um espaço outros os quais revelam questões sobre a cultura e a identidade de uma comunidade. Os conceitos de *lugar de memória* e de *lugar de esquecimento* são importantes nesse momento, pois demarcam a relação dos sujeitos com os lugares descritos. Através das narrativas contadas e/ou ouvidas os sujeitos constituem um conhecimento sobre si mesmos que os possibilita compreender o seu lugar no mundo.

O Bloco Rua Quinze de Novembro nos apresenta relatos que focam a narrativa na descrição do Cassino da Maroca, um dos mais conhecidos estabelecimentos da rua entre os anos 1940 e 1950. Os relatos demonstram a relação da comunidade com o Cassino que representa a

zona de meretrício da cidade naquela época. Jaime Freita, Carmem Ribeiro, Antônio Augusto Meireles Duarte, Paulo Giongo, Vilson Novelo são os narradores das histórias apresentadas pelo projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias* (LAMOI). A partir da experiência vivida por cada um deles com o Cassino, constrói-se uma imagem do que foi esse lugar para a cidade de Passo Fundo e para a região na época em que estava em funcionamento. Com o crescimento da cidade, a Rua Quinze de Novembro aos poucos foi se tornando um problema, já que estava no centro da cidade e era a representação de tudo aquilo que a sociedade gostaria de esconder. Os estabelecimentos foram sendo retirados do centro e realocados para zonas mais periféricas da cidade, demonstrando que, para a maioria da população deveria ser um lugar a ser esquecido, já que representava uma vergonha para a “boa” sociedade da época.

Para os narradores das histórias apresentadas nesta tese, no entanto, o Cassino traz consigo representações positivas, boas lembranças. É, portanto, um lugar de memórias e não de esquecimento. Vale destacar que somente o Cassino Palácio, o mais famoso e luxuoso da época, é citado nos relatos, o que demonstra uma questão de diferenciação desse lugar com relação aos demais nos quais a prostituição também acontecia. Diante disso, evidencia-se que é a partir da subjetividade marcada nos relatos que os lugares ganham importância para os sujeitos que narram e para os sujeitos que ouvem as histórias. Independente de configurarem-se como *lugares de memória* ou *de esquecimento*, importa pensar que é através da língua que essas determinações se constituem, haja vista que é através da língua que o homem interpreta a sociedade.

Considerando, assim, a linguagem como possibilitadora da constituição social do homem que passa de locutor a sujeito de sua enunciação, percebe-se que é a partir do ponto de vista subjetivo que a própria sociedade se constitui. Diante disso, compreende-se a linguagem como constituinte do homem. Conclui-se que sujeito, língua e sociedade estão de tal modo imbricados que não podem ser concebidos isoladamente, mas somente na sua coexistência.

A partir da concepção de memória, chegamos a questão do testemunho. Ancoramos nossa reflexão nas ideias do filósofo Agamben que versam sobre a testemunha e o testemunho. Para o autor, a testemunha carrega consigo um poder de fala e ao mesmo tempo o silenciamento de outros que não puderam falar. O testemunho, sob essa perspectiva, traz consigo a subjetivação daquele que fala e a dessubjetivação daquele que não pode se enunciar, ao mesmo tempo em que o sujeito que fala precisa dessubjetivar-se para subjetivar-se novamente dando lugar a história do outro. Voltamo-nos para os nossos relatos e encontramos um exemplo muito evidente dessa questão na fala de Djanira Ribeiro (Bloco Entrevistas, anexo B). Quando Djanira

conta as histórias: da negra embalando a criança do sinhô; e da marmelada no tacho, vivenciadas por seus antepassados, a personagem assume a voz daquele que não podia falar por si e testemunha por ele. Diante de histórias como essas, resta-nos apenas o silenciamento, já que palavras não dariam conta de interpretar o que se sente ao reconstruir cenas de um passado de preconceito e discriminação. Assim, a função desse testemunho é cumprida, trazendo consigo mais do que a história, a conscientização sobre um problema social que muito afligiu e que ainda aflige a nossa sociedade. Testemunhar, sob a perspectiva de Agamben, torna-se importante e necessário para a manutenção da memória e da história de um povo.

As *palavras ouvidas* apresentam sujeitos que se configuram *na* e *pela* enunciação marcada no relato oral. O fundamento da subjetividade realiza-se no exercício da linguagem, através do qual cada locutor propõe-se como sujeito e instaura um *tu* com o qual estabelece uma relação intersubjetiva para falar de um *ele* (não presente em seu discurso). Para Benveniste “[...] A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.” (BENVENISTE - PLG I, 1958-2005, p. 289). É através dessa apropriação da língua que o sujeito evidencia a sua posição subjetiva sobre o mundo e revela muito sobre si mesmo. O relato oral evidencia uma “realidade” construída pela voz daquele que narra, sob o seu ponto de vista subjetivo.

Considerando que a presente tese versou sobre o que se revela do sujeito a partir do que ele fala de si mesmo por meio de relatos pessoais, concluímos que é através da linguagem manifestada pela apropriação da língua que é possível compreender o sujeito e a sociedade na qual ele está inserido. Conforme nos ensina Benveniste: “Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 101). É através da apropriação da língua que o homem torna-se sujeito exercendo sua linguagem e revelando a sociedade em sua organização e cultura. Essa conclusão confirma a hipótese, lançado no início desta pesquisa, de que a experiência humana com a língua revela o mundo dos homens que a utilizam. Acreditamos que ao longo de nossa escrita, especialmente por meio das exemplificações promovidas através dos relatos, ficou evidenciado o a capacidade interpretante da língua, através da qual o sujeito revela a sua posição com relação ao outro e ao mundo.

As descrições feitas pelas personagens dos relatos selecionados para este estudo revelam através das representações construídas e também do estatuto vocabular estratificações da cultura de um determinado grupo social. Assim, a língua por meio dos sentidos construídos em seu uso, contém a sociedade e a configura, instituindo o que Benveniste define de “semantismo

social”. A referência é um elemento fundamental ao discurso, sendo o que define a possibilidade de construções de sentido em tempos outros ao do ato enunciativo. Segundo Benveniste, “Os testemunhos que a língua dá desse ponto de vista só adquirem todo o seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência.” (BENVENISTE, PLG II, 1968-2006, p. 100). Voltando o olhar para o relato oral, podemos concluir que a posição de narrador de sua história e também da história daqueles que compartilham do mesmo passado, dá ao sujeito a condição de porta voz de si e do outro, testemunhando acerca de uma memória que se (re)constrói a cada novo relato.

No início das considerações que finalizam esta escrita dissemos que a presente tese nasceu de um encantamento nosso pelo linguista Émile Benveniste, pois está filiada a ele boa parte de nossa pesquisa acadêmica desde o tempo da graduação. Podemos dizer que a cada nova leitura, novos horizontes se abrem e nos mostram um autor muito à frente de seu tempo e capaz de promover interlocuções com inúmeras áreas do conhecimento. Os debates promovidos em nosso estudo só foram possíveis através das possibilidades teóricas desenhadas por Benveniste. Retomamos as palavras de Kristeva no prefácio às *Últimas Aulas no Collège de France*:

O que é um grande linguista? Os grandes linguistas se distinguem pelo fato de que, conhecendo e analisando as *línguas* descobrem propriedades da *linguagem* por meio das quais interpretam e inovam o “estar no mundo” dos sujeitos falantes. Arrisco essa definição para comparar a obra de Émile Benveniste (1902-1976) com as de alguns de seus predecessores [...] (KRISTEVA, 2014, p. 29)

As palavras de Benveniste possibilitaram a construção de uma posição enunciativa através da qual construímos um gesto interpretativo sobre os relatos que modificaram a nossa forma de estar no mundo. A pesquisa que aqui se encerra pode não trazer contribuições inovadoras para as ciências humanas; no entanto, trouxe a nós um *outro olhar* para aquilo que *o sujeito diz de si mesmo quando se enuncia*.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAGGIO, Bruna Telassim. A zona de meretrício na imprensa: jornal O Nacional (1949-1955). In: **Quinze de novembro: fronteiras da (in)tolerância, Passo Fundo (1940-1955)**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p.70-91.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3. ed. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 19. ed. Tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

BENVENISTE, Émile. Categorias de pensamento e categorias de língua. In: _____ . **Problemas de lingüística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak, Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 68-80.

BENVENISTE, Émile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: _____ . **Problemas de lingüística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak, Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 81-94.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____ . **Problemas de lingüística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak, Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 284-293.

BENVENISTE, Émile. Tendências recentes em linguística geral. In: _____ . **Problemas de lingüística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak, Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 3-18.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____ . **Problemas de lingüística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak, Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 19-33.

BENVENISTE, Émile. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____ . **Problemas de lingüística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães [et al.]. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 93-104.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: _____ . **Problemas de lingüística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães [et al.]. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 68-80.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____ . **Problemas de lingüística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães [et al.]. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 81-90.

BENVENISTE, Émile. Estruturalismo e linguística. In: _____ . **Problemas de lingüística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães [et al.]. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 11-28.

BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France – 1968-1969**. Tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia aristotélica: leitura e interpretação do pensamento aristotélico**. São Paulo: Manole, 2003.

BUENO. Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2007.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Tradução Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento. **O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 50, n. esp. (supl.), s90-s95. Dez, 2015.

KNACK, Carolina. A língua como prática humana: desdobramentos das relações entre língua e sociedade. In: **Desenredo**. Volume 14, número 3, set/dez 2018, p. 394-403.

KRISTEVA, Julia. Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. In: **Últimas aulas no Collège de France – 1968-1969**. Tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MEYRER, Marlise Regina. **Quinze de novembro: fronteiras da (in)tolerância, Passo Fundo (1940-1955)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. Rev. **Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos 16 Cultura e história urbana**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: o tempo narrado**. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias.** Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral.** Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

TOLDO, Claudia. **O aparelho formal da enunciação: que aparelho é este?** In: Desenredo. Volume 14, número 3, set/dez 2018, p. 424-434.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral.** Tradução Lólio Lorenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

TEDESCO, João Carlos. Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX. Alguns apontamentos. In: **Quinze de novembro: fronteiras da (in)tolerância, Passo Fundo (1940-1955).** São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 37-51.

ANEXOS

ANEXO A

QUADRO 1 – ÍNDICE DOS CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

Índice dos critérios de transcrição	
Elementos da fala	Opção de transcrição
Prolongamento fonético	Repetições de vogais ou consoantes marcam prolongamento fonético. Consideraremos a prosódia como elemento importante na constituição do sentido do texto.
Pausas breves	O uso de reticências marca pausa breve.
Comentários	Comentários do transcritor aparecem entre parênteses.
Sobreposições	Sobreposições de vozes aparecem entre [].
Destaque a termos ou trechos narrados ou em tom de voz mais alto ou em diminuição do ritmo de fala	Letras maiúsculas.

Fonte: a autora (2017)

**EXPOSIÇÃO O LEGADO DE DJANIRA RIBEIRO
MUSEU HISTÓRICO REGIONAL**

ANEXO A



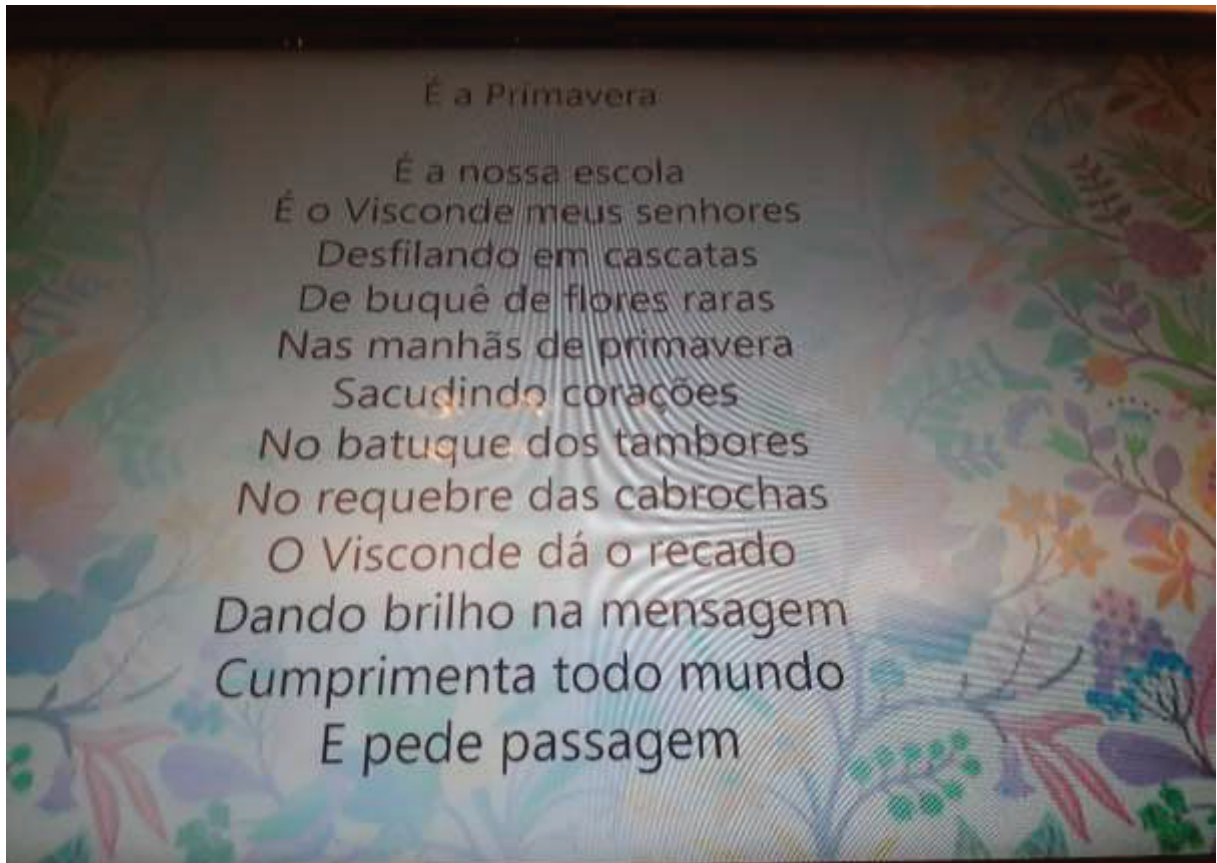
EXPOSIÇÃO *O LEGADO DE DJANIRA RIBEIRO*
MUSEU HISTÓRICO REGIONAL

ANEXO B



EXPOSIÇÃO O LEGADO DE DJANIRA RIBEIRO
MUSEU HISTÓRICO REGIONAL

ANEXO C



EXPOSIÇÃO *O LEGADO DE DJANIRA RIBEIRO*
MUSEU HISTÓRICO REGIONAL

ANEXO D



BLOCO ENTREVISTAS

ANEXO A

Entrevista 1 - Diva Cavalheiro

Diva: Diva Cavalheiro, meu nome. Minha família tradicional do carnaval. Eu comecei no carnaval comm...menina ainda (risos) não precisa dizer a idade

Entrevistador: [ahham]

Diva: mas foi em 1958, ano que não tinha carnaval de rua em Passo Fundo. O pessoal dooo dos músicos do seu Ramil que tocavam no nos clube da cidade se reuniram e resolveram a fazer um carnaval na praça Marechal Floriano. Aí nós fomos, eu fui a primeira puxadora de samba, que naquela época não era um samba era uma marchinha, aí fizemo o carnaval que era pra fazer uma noite saiu nas quatro noites e no sábado de aleluia, foi muito bom, muita gente na praça, em roda da praça, ali em volta da praça que nós fazia o desfile, mas foi o primeiro ano que eu desfilei no carnaval, bem menina (risos)

Entrevistador: E depois tu.....seguiu desfilando?

Diva: [Aí continuei]...nós fomos no Visconde, desfilamo...desfilamo no Visconde, no Bom sucesso, na União da Vila, não união da Vila...como é o nome...Mocidade Independente, naaa hummm Imperadores do Samba . Acho que foi nessas escola aqui em Passo Fundo que a gente desfilou.

Entrevistador: aham

Diva:masssss... as mulheres do carnaval que eu posso te dizer que fizeram história no carnaval família Isaias, a d..Dejanira, e a família Cavalheiro, eu acho lá o pessoal da Belonice o Quico, aquele pessoal todo que sempre foram do carnaval também e a Belocine como Mis Passo Fundo né que foi, fez muito sucesso no carnaval de Passo Fundo e o pessoal da família deles lá também que tem o Quico que é o coreógrafo que é t.....estilista não é coreógrafo né...

Entrevistador: e a tradição foi passando de... de mãe pra filha?

Diva: De mãe pra filha e agora pros netos né (risos) que tem a Naiade que é a rainha do carnaval e a Magda, a Mara e Naiara foram rainhas e agora a Naiade e o carnaval ta no sangue e as pequenininhas já tão se preparando (risos)

Entrevistadora: [mazaaaa o que que achou]

Diva: Tem duas aí que não pode ver um barulhinho de tambor que já começam (sobreposição de risos)...uns tremelique nelas..mas...

Entrevistador: e na época como que era visto as mulheres assim que participavam do carnaval?

Diva: [Olha] eu acho que nunca teve assim nenhum preconceito, alguma coisa desse sentido não

Entrevistador: uhum

Diva: Sempre a gente foi muito bem recebido (risos) no carnaval né porque as escolas precisavam da gente pra desfila e pra confeccionar as fantasias né que era tudo feito por nós mesmos

Entrevistador: uhum

Diva: O pessoal que desfilava muita gente fazia as suas fantasia e nós aqui em casa continuamos fazendo fantasia todo ano (risos) sempre que tem carnaval isso aqui ..vira em fantasias sempre..(falando e rindo)

Entrevistador: [hummm]

Diva:e a gente continua sempre fazendo

Entrevistador: [aham]

Diva: Trabalhando...no carnaval e esperamos que esse ano tenha carnaval em Passo Fundo né

Entrevistador: Uhum..sim.. e esse o Visconde era um clube também né?

Diva: Um clube aham

Entrevistador: era um clube, mais movimentado pela comunidade negra?

Diva: Sim era um clube dos negros de Passo Fundo

Entrevistador:uhum

Diva:que é na na época que os negros não podiam participar dos clube comercial, industrial, cacheral. Juvenil os negro não entrava né ..aí tinha o clube aí depois que começo a fica tudo normalizado (risos) aí o Visconde fecho porque daí a negradinha foi tudo pros outros clube foi né Mara foi fechando o Visconde fecho porque não tinha mais..o pessoal não vinha a gente fazia as festa ali não vinha ninguém ...né aí fecho o Visconde (demonstrando uma certa tristeza) acabou...acabou o carnaval do Visconde...aí nós fomos

Mara: mas o problema não foi que as pessoas não vinham...foi a má administração como sempre até hoje...

Diva: [Também] é e daí fechou o Visconde a gente foi pra outras escolas e ganho o carnaval oito anos com Visconde ... três anos com a Mocidadee d..dois anos no Imperadores do Samba...aqui em Passo Fundo.

Entrevistador: Aham

Diva: Aí a gente resolveu parar e fomo desfila em Porto Alegre também na Imperadores do samba lá de Porto Alegre ...aí desfilamo um tempo lá...né daí resolvemo sossega um pouco (risos)

Entrevistador: bastante né

Diva: [Aham]

Entrevistador: Agitação

Diva: E agora é a gurizada que os neto né e a Maite que gosta também e as gurias que fazem as fantasias ...sempre fazem a fantasia das rainhasdos...das escolas de samba mesmo..

Entrevistador: aham, e o carnaval de rua então em Passo Fundo surgiu no ano de mil novecentos e...

Diva: [Não] naquela época lá que o primeiro ..que eu desfilei a primeira vez já tinha carnaval de rua eu me lembro que na época de criança tinha no Visconde uns blocos que iam desfila no centro sempre ...aí desfilavam no centro e a gente ficava ...morava ali vizinha do clube, ficava na frente esperando pra ver o desfile ..mas já de muitos anos carnaval ..sempre teve o carnaval ali no Visconde ..desde que eu me conheço por gente e olha que já faz um tempão (sobreposição de risos)

Entrevistador: mas o carnaval é muito... foi muito importante assim pra vocês se expressarem desde novinhos assim

Diva: Olha eu acho que pra isso aí não teve muito não porque carnaval é quatro dias de festa e pronto né

Entrevistador: ahham

Diva: Não, eu tive muitos anos trabalhando como... é.. cantora de rádio ...de de conjunto foiii (risos)

Entrevistadora: legal

Diva: É foi isso ..trabalhei na rádio Municipal que tinha antigamente tinha uma ra a rádio Municipale fui contratada pra ser cantora exclusiva da rádio Municipal né aí tinha..trabalhava com conjunto também ..que era o conjunto que fazia os bailes por aí pelo interior todo (risos).

Entrevistador: muito legal

Diva: [É]

Entrevistador: e na região assim de Passo Fundo vocês chegavam a ir ou ficava só em Passo Fundo mesmo?

Diva: A gente foi a Erechim, carnaval? Erechim como é que era o nome tem ali não sei Carazinho desfila com as escola era aqui né...tem um outro lugarzinho aí que eu não lembro não..Getúlio né Mara

Mara: É

Diva: É foram os lugares assim que as escolas iam que a gente desfilava

Entrevistador: Aham

Diva: Isso aqui mesmo

Entrevistador: aham

Diva: Claro que a gente conhecia mais lugares assim de carnaval Cruz Alta

Entrevistador: aham

Diva: Tinha meus parentes lá que a gente sempre ia ...assistir agora ..agora que a gente não vai não tem ido mais

Entrevistador: uhum

Diva: Mais na época de solteira eu sempre ia pra conhecer o carnaval de Cruz Alta muito bom também. E o nosso carnaval que sempre foi ótimo né e agora esse ano não teve. Esperamos que nesse ano tenha o ano passado não teve carnaval de rua mas pode ser que esse ano tenha. Não viram falar nada ainda sobre o carnaval desse ano, mas Deus que ajude que tenha

Entrevistador: pois é...eu também

Diva: É uma coisa que a gente

Entrevistador: mas a...antes então de você te puxado a escola de samba nenhuma mulher nunca tinha

Diva: Não, não, não tinha nem mulher nem homem...ainda não tinha puxador de samba a na... aqui em passo Fundo pelo menos não tinha eu fui a primeira a..a fazer essa (risos) sair cantando pelaaa...naquela época não tinha aquele microfone , não tinha som nenhum. Era no gogó mesmo (risos)

Entrevistador: Ooooo

Diva: (risos) aham

Entrevistador: muito legal...aham

Diva:E foi muito bom aquele ano lá ...muitos anos....(risos)

Entrevistador: muito bom ..ficou ótimo bem bom

BLOCO ENTREVISTAS

ANEXO B

Entrevista 2 com Djanira Ribeiro

Entrevistador: Então, eu gostaria que tu falasse o teu nome e ahhh, então um pouco assim como que os negros chegaram e Passo Fundo. Qual que é a importância dos negros pra história de Passo Fundo pra cidade. E, também, dando um destaque pra mulher né, e a mulher aonde que ela entra nisso. Qual que é o papel da mulher na história de Passo Fundo, da mulher negra né, ahhh e qual que é os enfrentamentos ainda que essa mulher negra tem em Passo Fundo

Djanira: Eu sou a Djanira Ribeiro, professora Djanira Ribeiro. Tô aposentada agora, eu era professora de espanhol, formada pela federal de Santa Maria e pertence a família Izaias. Eu sou Djanira Izaias Ribeiro né, uma família que tem tradição aqui em Passo Fundo e que a gente tem muitas histórias pra contar, muitas coisas pra contar porque é uma família, uma das mais antigas daqui de Passo Fundo né, então a gente ouvindo dos nossos antepassados dos meus avós, dos meus bisavós, algumas coisas a gente guardou e a gente tem pode passar e está passando sempre através do grupo, eu tenho um grupo “Alforria” que é um grupo também de, sobre o negro de pra divulgar as manifestações do negro aqui em Passo Fundo.

E eu falo muito então sobre essa chegada dos negros aqui, que supõem-se, que seja uma suposição, nunca tem um documento escrito certo de como é que eles chegaram aqui . Por exemplo assim ó, supõem-se que eles tenham vindo com as entradas de bandeiras, os bandeirantes quando vieram pra explorar o rio grande do sul, e que eles se se fixaram mais na região das Charqueadas, ali que tinha as charqueadas eles trabalharam muito, muitos escravos trabalharam e também nas terras né, eram agricultores plantavam né nas fazendas com seus escravos. Eee nós temos uma história que pertence a família Izaias, que remonta ao tempo da escravidão: A guerra do Paraguai também em que os dois escravos Izaias, Bento e Izaias pertenciam a um sinhô, o dono da fazenda Castanha da Rocha que ainda tem reminiscências de Castanha da Rocha aqui em Passo Fundo, esses seus escravos eram Generoso então e o Izaias e eles então pertenciam a esse engenho. Eles foram, quando começou a guerra do Paraguai, veio um pessoal do rio de janeiro, da capital pra cá pra ah, como posso dizer, regimentar homens pra lutar né, contra o Paraguai. Obviamente que eles pegaram aceitaram escravos e conta a história também que colocavam esses escravos na linha de frente, isso meu avô sempre contava, na linha de frente somente com uma lança de madeira, e era então os Lanceiros Negros. Provavelmente eles também tiveram essa mesma, tratamento, também foram na linha de frente só que tiveram sorte, eles voltaram, que era um deles o Izaias e o Generoso, dois irmãos, novamente repito, da Castanha de Rocha. Essa parte da história eu tenho muito bem guardada comigo, que eu acho que é a mais antiga que eu posso te contar e que eu acho que realmente aconteceu e que está nos anais de Passo Fundo que foi quando eles encontraram São Miguel, a imagem de São Miguel, São Miguel Arcanjo, esses dois escravos vinham vindo da guerra, um deles sem uma a perna, tinha perdido a perna com uma bala de canhão e eles conseguiram chegar até Santo Ângelo, nas mediações de Santo Angelo, ali nas ruínas de São Miguel, e a vizinhança ali com pena deles deu uma carrocinha pra eles virem até Passo Fundo com um cavalo, e eles vinham vindo e ali mesmo eles encontraram São Miguel, e é essa imagem que tem aqui no Pinheiro Torto que é uma imagem, não sei se tu já chegou a observar, é uma imagem totalmente entalhada na madeira né, se vê bem que foi feita pelos índios guaranis, os padres jesuítas né, ensinavam, e que no momento que houve a destruição elas foram se perdendo pelo

mato né e então eles tiveram esse prazer né, essa honra, deus deu essa honra pra eles de achar São Miguel e trazer pra Passo Fundo. Então, essa é a parte mais antiga que eu tenho, que eu, meus avós me contaram, a não ser então outras, outras passagens mais esporádicas, por exemplo, mais soltas como aqui, o chafariz da mãe preta que é aqui no Uruguai, tinha um chafariz, não tinha saída essa rua era mato né, tinha a igreja lá em cima e depois um matagal e atravessado no meio da rua, tinha, tem o , ainda tem né, o chafariz, a água, e elas, as negras iam lavar roupa né, aquelas negras grandes, com...

Entrevistador: parou! Só continuando a história da da, desculpa te atrapalhar ah, essa história (do chafariz da mãe preta) isso

Djanira: Então a Uruguai, como eu estava dizendo, a Uruguai ela era interrompida porque aqui não passava nada tinha então um matagal, um, uma, grandes árvores, até mais ou menos o quartel onde era o antigo quartel, e corria o riacho acho que ainda corre né, então , o chafariz da mãe preta, vinham as negras que eram escravas, vinham com as trouxas enormes de roupa, seus turbantes branco, as suas bacias pra lavar a roupa então aqui no chafariz então a nossa a prefeitura, não sei, fez, fizeram grandes barracos de madeira, aonde elas lavavam a roupa ali em baixo, tanques grandes também, onde a água foi canalizada pra dentro daqueles tanques e elas lavavam a roupa de quase toda a região de passo fundo né, então elas eram escravas ou ex escravas ainda não se tem bem certeza se ainda estava no regime escravagista. Mas elas, é uma lenda muito bonita, é dessa lenda que saiu, acho que você conhece né, da mãe Mariana que chorou, o filho fugiu e ela chorou tanto que das lágrimas, Jesus prometeu que nunca secaria e fez esse rio aí, essa fonte, que nunca secou que a minha mãe conta que a minha mãe já é falecida que quando, as maiores secas de Passo Fundo, ela tava sempre com água né e quem beberia dessa água voltaria a Passo Fundo. Então essa é uma parte muito forte da nossa história, do negro...

Entrevistador: Ótimo! Deu pra ver que essa cultura, essas histórias elas não têm escrita mas elas vem perpetuadas pela família né? (perfeito, perfeito) Pela memória oral...

Djanira: Perfeito! Memória Oral! Eu assim ó, eu ouvia muitas histórias, por exemplo, a minha tataravó era uma escrava que era de um fazendeiro muito grande daqui da região e ela era pequena, quando ela era pequena, criança ainda, o trabalho dela era cuidar das crianças da, do Sinhô – como elas falavam né-, então ela tinha que embalar essa criança na rede, ela passava o dia inteiro embalando a criança na rede, e quando ela parava de embalar essa criança, a criança gritava, já era grandinha, e dizia “Mãe, a nega parou!” aí ela vinha lá, batia na negra pra ela continuar a embalar a rede... Conta também outro pedaço que eu ouvia a minha bisavó contar que ela tinha uma das, a mãe dela, ela tava, ela tinha a mão queimada e não mexia, foi comprometido os nervos, os nervos da mão, por quê? Porque a Sinhá tava fazendo doce, tava fazendo marmelada no tacho, no fogo e ela sentia aquele cheirinho, tinha uma vontade de comer, ela era pequena, uma vontade de comer aquele doce e ela nunca dava, ela nunca deu pra elas comerem. E um dia então ela experimentou, pegou um pauzinho e tirou e ela viu, daí então ela pegou uma colher de pau e disse “abra a mão negra! Abra a mão!” daí ela abriu a mão e ela colocou, aquilo fervendo na mão dela então isso foi passagens que elas me contaram que eu sabe me arrepiou né, de saber que realmente isso tudo aconteceu.. também a memória oral né, foram contando que a gente foi sabendo. (sim, ahham) Essas são algumas coisas que eu me lembro, a gente aos poucos vai lembrando o que nos contaram né, mas quando mais pra cá, a fundação do Visconde do Rio Branco né, que foi uma festa muito grande que foi a minha família que fundou o Visconde do Rio Branco, os Izaias né, e eles, então, sempre passavam de irmão pra irmão, eram três ou quatro irmãos, Antenor, Eduardo e...Antenor, Eduardo e Augusto!

Eram três irmãos, então o Antenor era presidente e passava pro Augusto e assim ia né... Grandes, memoráveis bailes que eles faziam no Visconde, eles contavam os carnavais maravilhosos né, e que era assim, uma coisa muito muito bacana eles faziam inclusive o Bumba meu Boi, que não era uma um costume por aqui, não é um folclore aqui do Rio Grande do Sul, é um folclore de lá de cima, daonde eles vieram, realmente eles vieram né, aí demonstra que realmente alguns deles vieram lá de cima, porque eles praticavam Bumba meu boi né, o terno de reis né, que eram muito bonito, vestiam de rei, de rainha, tinha a rainha do maracatu... e a mãe sempre contava quando chegava na festa de rei, que é em janeiro, que é depois do natal, eles saiam cantando nas ruas, nas casas, com a bandeira né, e cantando, cantando as músicas referentes ao terno de reis, e aí então eles recebiam dinheiro, faziam festas tudo, era muito bonito as coisas, eu gostava muito de ouvir a minha mãe cantar...

Entrevistador: Uhum... Tu chegou a frequentar o Visconde?

Djanira: Sim! Fui presidente, fui a última presidente do Visconde.

Entrevistador: Ah...Eu ia fazer um trabalho sobre o Visconde até não sei...Eu tô fazendo sobre o Cassino da Maroca né...

Djanira: É muito lindo também!

Entrevistador: Como o Cassino da Maroca ele quer ser esquecido por Passo Fundo, eles não querem lembrar que o cassino existia que a 15 de novembro existia né porque é uma história “feia” a história oficial de Passo Fundo quer tirar e assim como o clube Visconde, a gente não ouve muito falar...

Djanira: É verdade!

Entrevistador: Sendo que foi extremamente importante para a história de Passo Fundo.

Djanira: Extremamente! Era o clube dos negros!

Entrevistador: Sim porque os outros clubes, o juvenil, o comercial...(não, não)

Djanira: Não! Não recebiam a gente! E o Cassino da Maroca, eu acho isso muito – com o perdão da palavra- uma ignorância. Foi uma coisa que existiu assim como lá no norte, como é que é, na Bahia né que tem o, era um cassino famoso né, que tinha a tieta aquele pessoal todo lá... Faz parte da história como o cangaço, os cangaceiros eram uns facínoras mas está na história não se pode tirar. Também como tem negros que não gostam que a gente fale da parte triste da escravidão, da parte que os negros eram “achacalhados”, eram surrados, eram aprisionados, mortos...Eles não querem que fale porque ah... não mas não é assim, faz parte da nossa história e a gente não pode esquecer. Obviamente que a gente não ficou parado, não estamos parados, a gente evoluiu! Olha nossos direitos, olha o que a gente ta sempre lutando, não é? Então a gente fala como história, eu acho que o Cassino da Maroca é uma coisa tão bonita, que foi tão bonita que grandes coronéis, empresários, estiveram ali afinal de contas movimentaram Passo Fundo.

Entrevistador: Assim como Visconde né?O que aconteceu com o prédio ali? Ele é um prédio, não tá no nome de vocês?

Djanira: é uma sociedade, eu não sei como que é essa questão mas não está no nosso nome não. Ele é de uma associação por isso que ele não pode ser derrubado né, ele está registrado tudo, é uma pena que ele está assim.. Quanto ao estado, ele ficou assim, o Visconde começou a decair nas suas atividades quando começaram as boates a abrir, abrir os clubes para associados, as boates por aí, o bailão avenida por exemplo e outras boates que tinham por aí, que o negro podia ir entende? E aí em vez de ir nos Visconde eles iam...E aí foi decaindo, decaindo e no fim ficou como ele está agora né! Isso aconteceu em muitas cidades do Brasil inteiro né, enquanto o negro era proibido de frequentar ambiente de branco, os clubes eram fortíssimos. O Visconde fez baile de debutante, fez três bailes de debutantes né, teve um dos bailes que o comercial trouxe debutantes pra debutar aí...Só que nós não podíamos ir lá, nunca fomos convidados pra ir debutar no comercial, é aquela história: os brancos vinham, dançavam, curtiam, terminava, nem bem terminava o baile no comercial/caixeral, vinham todo mundo pro Visconde, mas nós ir pra lá não... a gente não era bem vindo...

Entrevistador: Ah, então no Visconde podia entrar branco?

Djanira: Podia, podia entrar sim.. Claro que obviamente tinha umas pessoas que olhavam meio atravessado mas a maioria aceitava numa boa né eles ficavam ali, recordo uma vez ou duas que eu me lembro, chegou o pessoal do comercial, os negros ficaram encostados e eles ficavam dançando no meio né, pouca gente tinha coragem de ir dançar com eles mas eles iam e curtiam bastante os bailes por exemplo a família do Dipp, eles iam sempre no Visconde! Então tem umas famílias que frequentavam no carnaval, sempre o visconde, e esses três bailes de debutantes que nós fizemos foram memoráveis que nos fizemos, nós trouxemos orquestra de Porto Alegre, as meninas todas lindamente vestidas né...

Entrevistador: Qual foi o período ali de auge do Visconde? E quando que ele fechou?

Djanira: Olha...O auge do Visconde foi 1950 e poucos, 1954, 1955 por aí... Quem sabe te informar melhor isso é a Maria de Lourdes.

Entrevistador: eu to atrás dela...

Djanira: É, a Maria de Lourdes tem muito mais, ela fez um, parece que ela fez uma tese, uma tese da faculdade, sobre isso. Ela pode te informar muito mais coisas né...

Entrevistador: tu sempre morou aqui em Passo Fundo?

Djanira: Sim, eu sou natural daqui só que eu tive 10 anos fora e aí voltei novamente pra cá...

Entrevistador: Mas ali por 1955 tu tava aqui?

Djanira: Eu tava aqui, faz pouco agora...

Entrevistador: Ah ta! ãh, desculpa te perguntar, mas tu tem quantos anos?

Djanira: Eu tenho 70.

Entrevistador: Ali na Zona do Meretrício tu chegou a ver o que eles fizeram ali, porque eles deram um ano pra todo aquele pessoal, sair dali da 15 né...

Djanira: Diz que foi eu não, eu só ouvi falar né, porque eram muito central né então eles queriam tirar a zona dali, tanto é que tiraram, ela foi lá pra Xangri-la uma parte foi lá aonde é o Bourbon, aonde é ainda, até tem algumas, alguns núcleos ali, porque zona, zona mesmo quase não tem mais...Mas ali no Cassino da Maroca, eu me recordo que quando a gente era pequena a gente não podia nem olhar pra aquele lado, a gente atravessava e não podia nem olhar pra lá, que era tudo pecado, eu fui criada assim, achando que tudo era pecado ali, aquela rua não dava pra botar o pé...olha a noção...o que eles passavam pra gente né, da prostituição, das mulheres que estavam fazendo seu trabalho ali né...

Entrevistador: Sim...

Djanira: Mas eu tinha pessoas, amigas minhas, que costuravam pra elas, pras mulheres né, pras prostitutas. Tinha a dona do, a Maroca, que era a dona do cabaré, ela mandava aquelas meninas dela era as mais lindas que tinham, as roupas mais chiques que tinham, eram vestidos plissados, correntes e coisurada, e essa minha amiga, amiga da minha mãe, costurava muito pra elas, uma tia minha porque ela era uma tia minha, e eu olhava e achava tão bonita aqueles pele aquelas roupas sabe mas era das mulheres da Zona né, então...

Entrevistador: (...)nossa essa entrevista está sendo ótima porque (risos) a gente entrevistou tanta gente ee agora juntou tudo que a gente que, sabe tudo que eu foi dito assim (é) porque O Cassino da Maroca era pra ser um patrimônio histórico né!

Djanira: Pois é! Eu também acho!

Entrevistador: E foi negado, é uma pena...

Djanira: É uma pena...

Entrevistador: E o Visconde, lendo tudo que eu tô descobrindo sobre o Visconde, teria que ser outro patrimônio histórico!

Djanira: Já o Visconde não tem a mesma conotação do Cassino da Maroca, era uma sociedade de negros né...

Entrevistador: Foi um lugar tão importante para os negros se afirmarem sabe (isso)

Djanira: E dali, saíram várias outras sociedades (ahham), tínhamos, a minha mãe contava que tinha o nome de uma que era “Vai como pode” o nome desse clube, tinha o “Árvore Grande” tinha...Eu sei que tinha quatro/cinco clubes que brigavam né e foram formando outro clube. Mas nenhum vingou como vingou o Visconde! E bem mais pra cá, em 1960, 60 e pouco, os garotos da batucada também saíram do Visconde, foram, também, racharam, brigaram e formaram outro clube. Ainda tem ali, aquele funciona. Mas do Visconde saíram escolas de samba, saíram sociedades, e ele é o centro, foi o centro de tudo. (é)

Entrevistador: Com certeza. E Djanira, agora assim olhando pra faz tempo que tu mora em Passo Fundo, e olhando pra agora em 2016, como é ser como era ser mudou alguma coisa entre ser mulher negra em 2016 e ser mulher negra em 1950/1960 em Passo Fundo? O que modificou? Tem mudado? Pouco? Bastante? (aham) Porque a gente sabe que o Rio Grande do Sul é um dos estados mais racistas (é o estado mais racistas), misóginos, machistas que tem...

Djanira: É verdade. Com tudo isso, por ser o Rio Grande do Sul um dos estados mais racistas, com toda essa mistura de raças, a raça negra ela conseguiu avançar, ela conseguiu avançar desde o momento em que ela se conscientizou de que era a escola, era os livros que fariam dela melhor – quer dizer- dariam lugar de destaque na sociedade pra elas né. E a partir do momento que eles começaram a estudar que se conscientizaram que tinham que estudar, a coisa mudou assim ó, abriu os horizontes porque aí começaram a entrar os negros na na faculdade eee participando de movimentos e lutando pelos seus direitos né. A gente sabe, principalmente agora, a gente conhece todas as leis que nos abrigam contra preconceito, contra o racismo, então as coisas melhoraram, mas muito muito mesmo. Você vê negras que assumiram sua negritude, isto é muito importante! Foi muito importante esse movimento que aconteceu de de se assumir como negra, e saber que é gente, que tem condições tanto quanto um branco, que tem inteligência, que tem...sabe? Os mesmos direitos né numa sociedade, num país como o nosso, e desde esse momento que começamos a assumir, mudou, assim ó, 90% 90%! A raça negra já não é mais a mesma, não é aquela submissa ou aquela que brigava mas ficava né, no meio termo, eram poucos que brigavam.. Não! Ela vai a luta, ela questiona, ela vai em busca de seus direitos e vai com os pés no chão né e sabe que ela tem condição, que ela tem potencial e sabe que ela também tem direito né. A turma que eu vejo os meus netos aqui, não é nem sombra do que eu fui, eles jamais chegam aqui e dizem “ah, o fulano me chamou de negro isso e negro aquilo e eu...!” eles já dizem o que eles disseram, o que eles fizeram com a pessoa, entende? Eu não. Eu chegava chorando, chegava muito triste né, por exemplo na minha escola, eu fui criada, o meu avó era capitão do exército então a família era mais ou menos, financeiramente tinha condições, e eles me derem colégio particular, eu estudava no Notre Dame de Carazinho, no Aparecida, a sou a única negra do aparecida. Então no primário, no primeiro, segundo e terceiro primário eu sofri muito, eu sofri muito! Chegava batia pro recreio era um inferno porque eu ficava lá no canto encostada, ninguém vinha buscar, ninguém vinha me convidar pra brincar, até me chutar me chutavam... Eu nunca esqueço que tinha um cavalo de madeira enorme que veio da Europa, as freiras a maioria eram europeias né, e todas as crianças subiam ali pra brincar, punham pra se embalar, eu nunca fui...Até hoje eu tenho essa...Um dia que eu vê um cavalo de pau grande assim eu vou subir pra matar essa vontade! (Risos) Então são coisas assim que me marcou, me marcou profundamente...De passar toda a minha infância na escola sozinha num canto ou então se eu levava uma merenda boa, chutavam a merenda pra me derrubar. A freira, a freira! Não me dava carinho! Ninguém me dava carinho, e eu ficava...Teve um tempo que eu comecei a gazeir aula, que meu avô minha avó, eu não sei, acho que eles não entendiam muito, eu não sei o que acontecia ou eles não acreditavam na criança, eu gazeava aula, em vez de ir pra aula eu ia passar, caminhar até a hora de sair pra não ir na escola e não sofrer tudo que eu sofri, né? Aqui no Notre Dame, quando eu fiquei mocinha, que eu era moça, eu tinha o que... eu tinha mais ou menos uns...no ginásio, na época era ginásio, ah eu, tinha uma freira que me chamava de “negrinha”, “Você, negrinha!”. Tudo o que acontecia era eu, sabe? Ah, um dia eu não aguentei, eu cheguei e falei pro meu avô, “olha, tá acontecendo isso, isso e isso lá no colégio e eu quero que o senhor vá lá!”. Daí ele foi. A freira “Não... é uma maneira querida de dizer.” Obviamente que não era. Se eu vou contar pra ti todas as questões que eu sofri, que nós sofremos, eu vou deixar aqui bem claro, é muito difícil ser criança negra no Brasil. É muito difícil porque a gente ouve, a gente sofre...Mas o que a gente faz? Por que as crianças enfrentam bem, atualmente? Porque nós ensinamos, são criados amando a sua cor, amando seu cabelo, amando sua raça, “Olha, o fulano fez isso, o fulano fez aquilo, olha aquele atleta, olha aquele professor, olha aquele escritor, olha aquele filósofo!”

Entrevistador: Estão tendo visibilidade né?

Djanira: Entende? Estão vendo as coisas acontecerem...

BLOCO RUA XV DE NOVEMBRO

ANEXO A

Relato 1 com Jaime Freita

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: As primeiras histórias que serão contadas são sobre a rua XV de Novembro, lugar maldito para alguns, de prazer para outros. A rua ficou no imaginário da cidade como um lugar de memória. A rua concentrou nos anos 1940 e 50 uma série de estabelecimentos, dancings, cassinos, bares e pensões que alugam quartos para a prática da prostituição.

Morador de Passo Fundo: Eu na verdade eu nasci na zona, na zona da XV de Novembro. Meu pai eraa imigrante, veio da Polônia, cidadizinha pequena de Minski eeeeeee em 1937 ele se estabeleceu com um comércio aqui na XV. Essa casa existe até hoje e nesse comérciooo, posteriormente, com o surgimento do cassino, as mulheres frequentavam o estabelecimento do meu pai. Compravam sedas, chita...

Narrador: Jaime Freita, radialista, foi morador na rua XV entre 1948 e 1955.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF

BLOCO RUA XV DE NOVEMBRO

ANEXO B

Relato 2 com Carmem Ribeiro

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: As primeiras histórias que serão contadas são sobre a rua XV de Novembro. A principal referência eram as mulheres, sobre as quais se dirigiam os olhares masculinos e femininos da cidade a observar suas roupas, seus modos, sua dança.

Morador: Eu morava, naquela época, no Hotel Miqueleto né, trabalhava lá, ajudava lá de garçoneiro lá com seu Albino Miqueleto e a dona Marina. Ali de noite tinha o Cassino né. Então era fim de semana, sábado e domingo nós ia no Cassino pra dançar. Mas tinha que ir lá na Dona Jurema lá que era a costureira fazia os vestidos bem comprido, degotado. Tinha 19 anos naquela época, pra poder entrar no cassino, porque era coisa muito fina. Era Marieta a dona naquela época. Ela era de Carazinho. ela tinha ela....Naquela época a Maroca já tinha morrido e a Marieta arrendo, mas era coisa fina, não era....então nós chegava lá e a orquestra vinha da Argentina, eles paravam no hotel lá com os bandoneon pra dançar tango e tinha os doutor, advogado era tudo gente da alta sociedade que vinha no Cassino.

Narrador: Dona Carmem Ribeiro, trabalhava como garçoneiro no antigo Hotel Miqueleto e foi dançarina no Cassino do Palácio.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF.

BLOCO RUA XV DE NOVEMBRO

ANEXO C

Relato 3 com Antônio Augusto Meireles Duarte

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: o Cassino da Maroca atingiu fama estadual e segundo alguns até nacional nos anos 40 e 50. Conta-se que até Ari Barroso andou por ali. Além de outros atrativos, era uma casa de espetáculos onde se apresentavam orquestras e musicais estrangeiros e músicos renomados.

Morador: aqui na cidade de Passo Fundo, tínhamos alguns hotéis que os viajantes, que naquele tempo era muito viajante, eles, durante o dia, eles faziam as suas visitas ao comércio da região, aquele que vendia medicamento às farmácias, o que vendia tecidos, as casas comerciais, etc, etc...mas temos que pousar em Passo Fundo, nessas cidades pequenas iriam pousar pra fazer o que, ouvir o cantar do galo só? E então, ela ficou famosa por isso, pela frequência dos forasteiros predominando a categoria dos caixeiros-viajantes, e eles sem querer esparramavam a fama da rua XV e os colegas viajantes deles, e daí baaaa, mas a XV em Passo Fundo recebeu dez castelhanas lindas.

Narrador: Antônio Augusto Meireles Duarte, jornalista mais antigo da cidade. Foi adolescente na época áurea do Cassino, o que não o impediu de frequentar a rua como curioso.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF.

BLOCO RUA XV DE NOVENBRO

ANEXO D

Relato 4 com Paulo Giongo

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: O Cassino da Maroca era o principal e maior estabelecimento da Rua XV nos anos 40 e início dos anos 50. Recebia a elite local e visitantes de fora da cidade. Mulheres bem vestidas, vindas dos países vizinhos, como Uruguai e Argentina, orquestras e mesas regadas a champagne compõem o imaginário sobre o Cassino.

Morador: então essas mulheres ficavam nas mesas, ou chegavam na mesa onde tinha um ou dois rapazes sentados, pedia licença e sentava eeee ela já perguntava whiskizinho e sim e tal, porque o lucro dela na realidade era das moças bonitas, vistosas, boa aparência e boa conversa, tinha um grau de cultura do médio pra cima, quer dizer, não era, simplesmente uma prostituta, era respeitada, porque o cara ficava aguçado e pagava a ida né e chegava lá e pagava o quarto e então virou um negócio realmente.

Narrador: Paulo Giongo, advogado e colaborador de jornais e rádios de Passo Fundo. Foi frequentador do Cassino e registrou muitas de suas histórias nas suas atividades jornalísticas.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF.

BLOCO RUA XV DE NOVEMBRO

ANEXO E

Relato 5 com Antônio Augusto Meireles Duarte

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: As primeiras histórias que serão contadas são sobre a rua XV de Novembro. A principal referência eram as mulheres, sobre as quais se dirigiam os olhares masculinos e femininos da cidade a observar suas roupas, seus modos, sua dança.

Morador: Elas vinham para o centro LUXUOSAMENTE vestidas, que as próprias mulheres e moças de Passo Fundo paravam para analisar, para vê-las, o que está se usando em Buenos Aires e elas se faziam de difíceis pra tomar grana com facilidade e entravam no café que era muito raro, mulher não entrava em café moça muito menos, e elas entravam em café e os homens ficavam bem loucos diziam OH CASTELHANA na praça, temos novidade, é lá na XV, é lá no Cassino da Maroca e elas se revezavam, elas não iam ficar a vida inteira aqui. Eram três, quatro ou cinco, ficavam um mês, um pouco mais e voltavam cheia do dinheiro e vinham outras e havia essa sucessão de belas bailarinas que dançavam um tango que era uma coisa de louco de perfeito.

Narrador: Antônio Augusto Meireles Duarte, jornalista mais antigo da cidade. Foi adolescente na época áurea do Cassino, o que não o impediu de frequentar a rua como curioso.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF.

BLOCO RUA XV DE NOVEMBRO

ANEXO F

Relato 8 com Vilson Novelo

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: o Cassino da Maroca atingiu fama estadual e segundo alguns até nacional nos anos 40 e 50. Conta-se que até Ari Barroso andou por ali. Além de outros atrativos, era uma casa de espetáculos onde se apresentavam orquestras e musicais estrangeiros e músicos renomados.

Morador: Célio Barbosa era um famoso trompetista, tocador de sax eee naquela época, tu veja, que havia muita cultura, o Célio Barbosa tocava Jazz, não era músicas vulgar que tocavam ali, era música muito sofisticada pra época. Também tinha o maestro Jaques que era um holandês que tinha um conjunto também. Só que o maestro Jaques tocava muito bem enquanto não se perdia no trago né (risos), senão depois ele começava a brincar com o piano e tudo. Ele era um pianista. Esses músico, muitos deles, também tocavam no restaurante Maracanã, que era um restaurante na época muito fino que tinha aqui em Passo Fundo.

Narrador: Vilson Novelo, comerciante, sempre morou na Rua XV de Novembro onde seu pai tinha um bar. Mora na rua há 64 anos no prédio vizinho ao antigo Cassino.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF.

BLOCO RUA XV DE NOVEMBRO

ANEXO G

Relato 8 com Wilson Novelo

“Escuta da Memória: Passo Fundo e suas histórias”.

Narrador: A Rua XV era um espaço da cidade onde predominavam atividades ilícitas. Por isso a vigilância era um fator importante, existindo um patrulhamento efetivo e regular na rua, todos os dias. No entanto, há controvérsias sobre a rua ser ou não um local violento.

Morador: não.. naquele tempo pra nós tudo era divertido. Incomoda nunca incomodou porque aqui era muito respeito. As mulher respeitavam, vamos supor se passasse uma família aqui, eram respeitadas, inclusive se passava meninas aqui, mocinhas assim aqui, diziam ó isso aqui não é lugar pra moça, você vai lá por aquela outra rua. Elas orientavam as meninas, as gurias que passavam por aqui, pra cortarem o caminho, não passarem aqui pelo meio da zona. Era respeito e não tinha nada assim dede demais. Era zona, mas tinha respeito. Não na rua não tinha mulheres, nada na rua, podia ter nas janelas dessas casas menor até tinha na janela né. Na rua não tinha ninguém vamos supor que nem a gente fala caçando. Não tinha ninguém.

Narrador: Wilson Novelo, comerciante, sempre morou na Rua XV de Novembro onde seu pai tinha um bar. Mora na rua há 64 anos no prédio vizinho ao antigo Cassino.

Projeto “A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias.” É uma produção do LAMOI, Laboratório de Memória Oral e Imagem, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Para saber mais, acesse o blog História UPF.



UPF
UNIVERSIDADE
DE PASSO FUNDO

UPF Campus I - BR 285, São José
Passo Fundo - RS - CEP: 99052-900
(54) 3316 7000 - www.upf.br